



SENADO FEDERAL

APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90064/2026
Data de abertura: 18/08/2026
Nome da empresa: GENERAL CONTRACTOR CONSTRUTORA LTDA
CNPJ: 73.509.440/0001-42
Endereço: Avenida José Silva de Azevedo Neto, nº 200, Sala 104, Bloco 04, Barra da Tijuca
CEP: 22.775-056
Telefone: (21) 97573-2129
e-mail: licitacao@generalcontractor.com.br
Dados Bancários: Banco Itaú - Ag: 2798 - Conta Corrente: 99506-0
Nome do Representante legal da empresa: MARCIO VASCONCELOS MARQUES DA SILVA JUNIOR
CPF: 089.957.677-07
RG/órgão emissor: 148579 (OAB/RJ)
Instrumento de outorga de poderes: Contrato Social
Empresa beneficiária da desoneração tributária prevista na Lei nº 13.161/2015, que alterou a Lei nº 12.546/2011? () Não (x) Sim: Lei 12.546/2011 art 7º, IV, § 6º Docs da contabilidade em anexo
Certificação digital: O representante legal da empresa que assinará o contrato possui certificação digital ICP Brasil? (x) Sim () Não

DESCRIÇÃO								
subitem	Categoria profissional	Qtde	Remuneração (Sal. Base + Adicionais)	Estimativa Unitária	Fator K	Preço mensal	Preço 12 meses	Preço 30 meses
1	Supervisor(a) Técnico(a) - Sistema Hidrossanitário	1	R\$ 12.525,35	R\$ 22.890,04	1,827	R\$ 22.890,04	R\$ 274.680,48	R\$ 686.701,20
2	Supervisor(a) Técnico(a) - Sistema de bombeamento hidráulico	1	R\$ 12.525,35	R\$ 23.116,15	1,846	R\$ 23.116,15	R\$ 277.393,80	R\$ 693.484,50
3	Supervisor(a) Técnico(a) - Segurança do Trabalho	1	R\$ 12.525,35	R\$ 22.890,04	1,827	R\$ 22.890,04	R\$ 274.680,48	R\$ 686.701,20
4	Técnico de Segurança do Trabalho	1	R\$ 7.253,62	R\$ 14.046,02	1,936	R\$ 14.046,02	R\$ 168.552,24	R\$ 421.380,60
5	Técnico em Eletromecânica	1	R\$ 5.644,39	R\$ 11.051,17	1,958	R\$ 11.051,17	R\$ 132.614,04	R\$ 331.535,10
6-A	Técnico(a) em Edificações - Planejamento de Manutenção (A)	2	R\$ 5.331,78	R\$ 10.513,29	1,972	R\$ 21.026,58	R\$ 252.318,96	R\$ 630.797,40
6-B	Técnico(a) em Edificações - Planejamento de Manutenção (B)	1	R\$ 5.331,78	R\$ 10.739,42	2,014	R\$ 10.739,42	R\$ 128.873,04	R\$ 322.182,60
7-A	Auxiliar de Almoxarifado (A)	1	R\$ 2.526,81	R\$ 5.687,28	2,251	R\$ 5.687,28	R\$ 68.247,36	R\$ 170.618,40
7-B	Auxiliar de Almoxarifado (B)	1	R\$ 2.526,81	R\$ 5.913,40	2,340	R\$ 5.913,40	R\$ 70.960,80	R\$ 177.402,00
8-A	Encarregado(a) de Manutenção Hidrossanitária (A)	1	R\$ 5.980,18	R\$ 11.628,90	1,945	R\$ 11.628,90	R\$ 139.546,80	R\$ 348.867,00
8-B	Encarregado(a) de Manutenção Hidrossanitária (B)	1	R\$ 5.980,18	R\$ 11.855,03	1,982	R\$ 11.855,03	R\$ 142.260,36	R\$ 355.650,90
9-A	Instalador(a) Hidráulico(a) (A)	10	R\$ 3.759,49	R\$ 7.956,59	2,116	R\$ 79.565,90	R\$ 954.790,80	R\$ 2.386.977,00
9-B	Instalador(a) Hidráulico(a) (B)	3	R\$ 3.759,49	R\$ 8.209,72	2,184	R\$ 24.629,16	R\$ 295.549,92	R\$ 738.874,80
10-A	Ajudante de Manutenção Hidrossanitária (A)	7	R\$ 2.751,63	R\$ 6.222,53	2,261	R\$ 43.557,71	R\$ 522.692,52	R\$ 1.306.731,30
10-B	Ajudante de Manutenção Hidrossanitária (B)	2	R\$ 2.751,63	R\$ 6.785,25	2,466	R\$ 13.570,50	R\$ 162.846,00	R\$ 407.115,00
11	Oficial de Serviços Gerais	1	R\$ 3.111,09	R\$ 6.841,00	2,199	R\$ 6.841,00	R\$ 82.092,00	R\$ 205.230,00
12	Técnico em Eletromecânica Plantonista (noturno)	2	R\$ 6.699,67	R\$ 13.180,71	1,967	R\$ 26.361,42	R\$ 316.337,04	R\$ 790.842,60
13	Bombeiro(a) Hidráulico(a) Plantonista (noturno)	2	R\$ 3.853,72	R\$ 8.083,21	2,098	R\$ 16.166,42	R\$ 193.997,04	R\$ 484.992,60
14	Ajudante de Bombeiro(a) Hidráulico(a) Plantonista (noturno)	2	R\$ 2.688,25	R\$ 5.955,40	2,215	R\$ 11.910,80	R\$ 142.929,60	R\$ 357.324,00
15	Técnico em Eletromecânica Plantonista (diurno)	2	R\$ 5.879,57	R\$ 11.681,71	1,987	R\$ 23.363,42	R\$ 280.361,04	R\$ 700.902,60
16	Instalador(a) Hidráulico(a) Plantonista (diurno)	2	R\$ 3.916,14	R\$ 8.197,20	2,093	R\$ 16.394,40	R\$ 196.732,80	R\$ 491.832,00
17	Ajudante de Manutenção Hidrossanitária Plantonista (diurno)	2	R\$ 2.866,28	R\$ 6.279,88	2,191	R\$ 12.559,76	R\$ 150.717,12	R\$ 376.792,80
Item 1 - Subtotal da Equipe de mão de obra com dedicação exclusiva		47			2,055	R\$ 435.764,52	R\$ 5.229.174,24	R\$ 13.072.935,60
Item 2 - Subtotal de Serviços sob Demanda (COM BDI)						R\$ 58.763,55	R\$ 705.160,26	R\$ 1.763.518,88
Item 3 - Subtotal de Materiais (COM BDI)						R\$ 753.920,88	R\$ 9.047.050,56	R\$ 22.617.627,21
Item 4 - Subtotal de Relógio de Ponto Biométrico						R\$ 755,40	R\$ 9.064,80	R\$ 22.664,40
Item 5 - Subtotal de Depreciação ferramental						R\$ 45.396,96	R\$ 544.763,52	R\$ 1.361.914,40
Item 6 - Subtotal de Veículos						R\$ 25.952,52	R\$ 311.430,64	R\$ 778.576,60
Total geral - itens 1 a 6						R\$ 6.113.963,56	R\$ 73.847.819,20	R\$ 184.147.819,20



Documento assinado digitalmente

MARCIO VASCONCELOS MARQUES DA SILVA JU

Data: 18/08/2026 15:10:10-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MARCIO VASCONCELOS MARQUES DA SILVA JUNIOR 148579 (OAB/RJ)

Representante legal



SENADO FEDERAL

ESTIMATIVA (DESONERADA) - PROCESSO 00200.012337/2024-99



subitem	Categoria profissional	Qtde	Remuneração (Sal. Base + Adicionais)	Estimativa Unitária	Fator K	Preço mensal	Preço 12 meses	Preço 30 meses
1	Supervisor(a) Técnico(a) - Sistema Hidrossanitário	1	R\$ 12.525,35	R\$ 22.890,04	1,827	R\$ 22.890,04	R\$ 274.680,48	R\$ 686.701,20
2	Supervisor(a) Técnico(a) - Sistema de bombeamento hidráulico	1	R\$ 12.525,35	R\$ 23.116,15	1,846	R\$ 23.116,15	R\$ 277.393,80	R\$ 693.484,50
3	Supervisor(a) Técnico(a) - Segurança do Trabalho	1	R\$ 12.525,35	R\$ 22.890,04	1,827	R\$ 22.890,04	R\$ 274.680,48	R\$ 686.701,20
4	Técnico de Segurança do Trabalho	1	R\$ 7.253,62	R\$ 14.046,02	1,936	R\$ 14.046,02	R\$ 168.552,24	R\$ 421.380,60
5	Técnico em Eletromecânica	1	R\$ 5.644,39	R\$ 11.051,17	1,958	R\$ 11.051,17	R\$ 132.614,04	R\$ 331.535,10
6-A	Técnico(a) em Edificações - Planejamento de Manutenção (A)	2	R\$ 5.331,78	R\$ 10.513,29	1,972	R\$ 21.026,58	R\$ 252.318,96	R\$ 630.797,40
6-B	Técnico(a) em Edificações - Planejamento de Manutenção (B)	1	R\$ 5.331,78	R\$ 10.739,42	2,014	R\$ 10.739,42	R\$ 128.873,04	R\$ 322.182,60
7-A	Auxiliar de Almoxarifado (A)	1	R\$ 2.526,81	R\$ 5.687,28	2,251	R\$ 5.687,28	R\$ 68.247,36	R\$ 170.618,40
7-B	Auxiliar de Almoxarifado (B)	1	R\$ 2.526,81	R\$ 5.913,40	2,340	R\$ 5.913,40	R\$ 70.960,80	R\$ 177.402,00
8-A	Encarregado(a) de Manutenção Hidrossanitária (A)	1	R\$ 5.980,18	R\$ 11.628,90	1,945	R\$ 11.628,90	R\$ 139.546,80	R\$ 348.867,00
8-B	Encarregado(a) de Manutenção Hidrossanitária (B)	1	R\$ 5.980,18	R\$ 11.855,03	1,982	R\$ 11.855,03	R\$ 142.260,36	R\$ 355.650,90
9-A	Instalador(a) Hidráulico(a) (A)	10	R\$ 3.759,49	R\$ 7.956,59	2,116	R\$ 79.565,90	R\$ 954.790,80	R\$ 2.386.977,00
9-B	Instalador(a) Hidráulico(a) (B)	3	R\$ 3.759,49	R\$ 8.209,72	2,184	R\$ 24.629,16	R\$ 295.549,92	R\$ 738.874,80
10-A	Ajudante de Manutenção Hidrossanitária (A)	7	R\$ 2.751,63	R\$ 6.222,53	2,261	R\$ 43.557,71	R\$ 522.692,52	R\$ 1.306.731,30
10-B	Ajudante de Manutenção Hidrossanitária (B)	2	R\$ 2.751,63	R\$ 6.785,25	2,466	R\$ 13.570,50	R\$ 162.846,00	R\$ 407.115,00
11	Oficial de Serviços Gerais	1	R\$ 3.111,09	R\$ 6.841,00	2,199	R\$ 6.841,00	R\$ 82.092,00	R\$ 205.230,00
12	Técnico em Eletromecânica Plantonista (noturno)	2	R\$ 6.699,67	R\$ 13.180,71	1,967	R\$ 26.361,42	R\$ 316.337,04	R\$ 790.842,60
13	Bombeiro(a) Hidráulico(a) Plantonista (noturno)	2	R\$ 3.853,72	R\$ 8.083,21	2,098	R\$ 16.166,42	R\$ 193.997,04	R\$ 484.992,60
14	Ajudante de Bombeiro(a) Hidráulico(a) Plantonista (noturno)	2	R\$ 2.688,25	R\$ 5.955,40	2,215	R\$ 11.910,80	R\$ 142.929,60	R\$ 357.324,00
15	Técnico em Eletromecânica Plantonista (diurno)	2	R\$ 5.879,57	R\$ 11.681,71	1,987	R\$ 23.363,42	R\$ 280.361,04	R\$ 700.902,60
16	Instalador(a) Hidráulico(a) Plantonista (diurno)	2	R\$ 3.916,14	R\$ 8.197,20	2,093	R\$ 16.394,40	R\$ 196.732,80	R\$ 491.832,00
17	Ajudante de Manutenção Hidrossanitária Plantonista (diurno)	2	R\$ 2.866,28	R\$ 6.279,88	2,191	R\$ 12.559,76	R\$ 150.717,12	R\$ 376.792,80
item 1 - Subtotal da Equipe de mão de obra com dedicação exclusiva		47			2,055	R\$ 435.764,52	R\$ 5.229.174,24	R\$ 13.072.935,60
item 2 - Subtotal de Serviços sob Demanda (COM BDI)							R\$ 58.763,55	R\$ 146.908,88
item 3 - Subtotal de Materiais (COM BDI)							R\$ 753.920,88	R\$ 1.884.802,21
item 4 - Subtotal de Relógio de Ponto Biométrico							R\$ 755,40	R\$ 1.888,50
item 5 - Subtotal de Depreciação ferramental							R\$ 45.396,96	R\$ 113.492,40
item 6 - Subtotal de Veículos							R\$ 25.952,52	R\$ 64.881,30
Total geral - itens 1 a 6							R\$ 6.113.963,56	R\$ 15.284.908,89



DADOS GERAIS



Via para todos os
Bancos
Estados e Municípios
Nacional
Passagem

Item	Descrição	Quantidade	COT	Jornada de trabalho	Salário	Participação (20% BS)	Inutilidade(40% BS)	Nocturno (22,5% - item 12, 20% item 13 e 14)	Integrado	Subst. Férias	Outros	VT	VA	Uniformes	
1	Supervisão Técnica - Sistema Hidrossanitário	1	COT DF00034 - 2024 SENG-DF x SINDUSCON-DF (vigente até 30/04/2025)	44 horas semanais (8h-12h/13h-18h seg a qui) (8h-12h/14h-18h sex)	RS 12.520,35					0,00%	22	RS	-	RS 1.059,74	
2	Supervisão Técnica - Sistema de bombeamento hidráulico	1	COT DF00034 - 2024 SENG-DF x SINDUSCON-DF (vigente até 30/04/2025)	44 horas semanais (8h-12h/13h-18h seg a qui) (8h-12h/14h-18h sex)	RS 12.520,35					0,00%	26	RS	-	RS 1.269,74	
3	Supervisão Técnica - Segurança do Trabalho	1	COT DF00034 - 2024 SENG-DF x SINDUSCON-DF (vigente até 30/04/2025)	44 horas semanais (8h-12h/13h-18h seg a qui) (8h-12h/14h-18h sex)	RS 12.520,35					0,00%	22	RS	-	RS 1.059,74	
4	Técnico de Segurança do Trabalho	1	COT DF00099 - 2025 SINTC-DF x SEAC-DF (vigente até 31/12/2027)	44 horas semanais (8h-12h/13h-18h seg a qui) (8h-12h/14h-18h sex)	RS 5.379,71	RS 1.873,91				0,00%	26	RS	-	RS 1.259,74	
5-A	Técnico em Eletromecânica	1	COT DF00099 - 2025 SINTC-DF x SEAC-DF (vigente até 31/12/2027)	44 horas semanais (8h-12h/13h-18h seg a qui) (8h-12h/14h-18h sex)	RS 4.341,48	RS 1.302,55				0,00%	22	RS	-	RS 1.059,74	
5-B	Técnico em Eletrotécnica - Planejamento de Manutenção (A)	2	COT DF00099 - 2025 SINTC-DF x SEAC-DF (vigente até 31/12/2027)	44 horas semanais (8h-12h/13h-18h seg a qui) (8h-12h/14h-18h sex)	RS 5.379,71					0,00%	22	RS	-	RS 1.059,74	
5-B	Técnico em Eletrotécnica - Planejamento de Manutenção (B)	1	COT DF00099 - 2025 SINTC-DF x SEAC-DF (vigente até 31/12/2027)	44 horas semanais (8h-12h/13h-18h seg a qui) (8h-12h/14h-18h sex)	RS 5.379,71					0,00%	22	RS	-	RS 1.059,74	
6-A	Técnico em Edificações - Planejamento de Manutenção (A)	1	COT DF00042 - 2025 SINDSERVICOS-DF x SEAC-DF (vigente até 31/12/2028)	44 horas semanais (8h-12h/13h-18h seg a qui) (8h-12h/14h-18h sex)	RS 2.526,81					0,00%	22	RS	-	RS 1.059,74	
6-A	Técnico em Edificações - Planejamento de Manutenção (B)	1	COT DF00042 - 2025 SINDSERVICOS-DF x SEAC-DF (vigente até 31/12/2028)	44 horas semanais (8h-12h/13h-18h seg a qui) (8h-12h/14h-18h sex)	RS 2.526,81					0,00%	26	RS	-	RS 1.259,74	
7	Auxiliar de Administração (A)	1	COT DF00042 - 2025 SINDSERVICOS-DF x SEAC-DF (vigente até 31/12/2028)	44 horas semanais (8h-12h/13h-18h seg a qui) (8h-12h/14h-18h sex)	RS 2.526,81					0,00%	22	RS	-	RS 1.059,74	
7	Auxiliar de Administração (B)	1	COT DF00042 - 2025 SINDSERVICOS-DF x SEAC-DF (vigente até 31/12/2028)	44 horas semanais (8h-12h/13h-18h seg a qui) (8h-12h/14h-18h sex)	RS 2.526,81					0,00%	26	RS	-	RS 1.259,74	
8-A	Empregado(a) de Manutenção Hidrossanitária (A)	1	COT DF00042 - 2025 SINDSERVICOS-DF x SEAC-DF (vigente até 31/12/2028)	44 horas semanais (8h-12h/13h-18h seg a qui) (8h-12h/14h-18h sex)	RS 5.351,31	RS 648,40				0,00%	22	RS	-	RS 1.059,74	
8-B	Empregado(a) de Manutenção Hidrossanitária (B)	1	COT DF00042 - 2025 SINDSERVICOS-DF x SEAC-DF (vigente até 31/12/2028)	44 horas semanais (8h-12h/13h-18h seg a qui) (8h-12h/14h-18h sex)	RS 5.351,31	RS 648,40				0,00%	26	RS	-	RS 1.259,74	
8-B	Instalador(a) Hidráulico(a)	16	COT DF00037 - 2025 SINDUSCON-DF x SIFOCOMSE-DF (vigente até 30/04/2027)	44 horas semanais (8h-12h/13h-18h seg a qui) (8h-12h/14h-18h sex)	RS 3.111,08	RS 648,40				0,00%	22	RS	-	RS 1.059,74	
8-B	Instalador(a) Hidráulico(a)	3	COT DF00037 - 2025 SINDUSCON-DF x SIFOCOMSE-DF (vigente até 30/04/2027)	44 horas semanais (8h-12h/13h-18h seg a qui) (8h-12h/14h-18h sex)	RS 3.111,08	RS 648,40				0,00%	26	RS	-	RS 1.259,74	
8-B	Auxiliar de Manutenção Hidrossanitária (A)	2	COT DF00037 - 2025 SINDUSCON-DF x SIFOCOMSE-DF (vigente até 30/04/2027)	44 horas semanais (8h-12h/13h-18h seg a qui) (8h-12h/14h-18h sex)	RS 2.103,21	RS 648,40				0,00%	22	RS	-	RS 1.059,74	
8-B	Auxiliar de Manutenção Hidrossanitária (B)	2	COT DF00037 - 2025 SINDUSCON-DF x SIFOCOMSE-DF (vigente até 30/04/2027)	44 horas semanais (8h-12h/13h-18h seg a qui) (8h-12h/14h-18h sex)	RS 2.103,21	RS 648,40				0,00%	26	RS	-	RS 1.259,74	
10-B	Oficial de Serviço Geral	2	COT DF00099 - 2025 SINTC-DF x SEAC-DF (vigente até 31/12/2027)	44 horas semanais (8h-12h/13h-18h seg a qui) (8h-12h/14h-18h sex)	RS 3.111,08	RS 1.302,55				0,00%	22	RS	-	RS 1.059,74	
12	Técnico em Eletromecânica (Plantãoista noturno)	2	COT DF00099 - 2025 SINTC-DF x SEAC-DF (vigente até 31/12/2027)	Plantão 12h-c/20h - 19h ao 7h	RS 4.341,48	RS 1.302,55				740,83	RS 265,55	8,33%	15	RS	-
13	Bombeiro (Hidráulico) (Plantãoista noturno)	2	COT DF00099 - 2025 SINTC-DF x SEAC-DF (vigente até 31/12/2027)	Plantão 12h-c/20h - 19h ao 7h	RS 3.111,08					588,48	RS 154,15	8,33%	15	RS	-
14	Auxiliar de Bombeiro (Hidráulico) (Plantãoista noturno)	2	COT DF00037 - 2025 SINDUSCON-DF x SIFOCOMSE-DF (vigente até 30/04/2027)	Plantão 12h-c/20h - 19h ao 7h	RS 2.103,21	RS 648,40				454,10	RS 138,56	8,33%	15	RS	-
15	Técnico em Eletromecânica (Plantãoista diurno)	2	COT DF00099 - 2025 SINTC-DF x SEAC-DF (vigente até 31/12/2027)	Plantão 12h-c/20h - 7h ao 19h	RS 4.341,48	RS 1.302,55					RS 235,18	8,33%	15	RS	-
16	Instalador(a) Hidráulico(a) (Plantãoista diurno)	2	COT DF00037 - 2025 SINDUSCON-DF x SIFOCOMSE-DF (vigente até 30/04/2027)	Plantão 12h-c/20h - 7h ao 19h	RS 3.111,08	RS 648,40					RS 156,85	8,33%	15	RS	-
17	Auxiliar de Manutenção Hidrossanitária (Plantãoista diurno)	2	COT DF00037 - 2025 SINDUSCON-DF x SIFOCOMSE-DF (vigente até 30/04/2027)	Plantão 12h-c/20h - 7h ao 19h	RS 2.103,21	RS 648,40					RS 114,65	8,33%	15	RS	-

[illegible]

Manutenção Hidrossanitária 2024/2025

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Data : Novembro de 2024

ITEM	CÓD. SINFRA	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	FATOR DE UTILIZAÇÃO	VIDA ÚTIL (ANOS)	% DE DEPRECIÇÃO MENSAL	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO DIRETO	BDI (%)	VALOR MENSAL DE DEPRECIÇÃO	VALOR TOTAL DE DEPRECIÇÃO PARA 30 MESES	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	CUSTO TOTAL
Serviços sob Demanda									R\$	145.808,43			R\$	146.908,88
Serviços de Apoio									R\$	16.072,07			R\$	16.072,50
02.01.01	SF-03079	Locação de Banheiro Químico Standard	un x mês	60,00	0,10			R\$ 813,36	R\$ 4.880,15	0,00%			R\$ 813,36	R\$ 4.880,16
02.01.02	SF-01103	Locação de Retroescavadeira com Pá Carregadeira sobre Rodas, com operador e transporte	dia	60,00	0,10			R\$ 1.270,89	R\$ 7.625,34	0,00%			R\$ 1.270,89	R\$ 7.625,34
02.01.03	SF-03081	Serviço de desentupimento/desobstrução de tubulação	m	1.000,00	0,10			R\$ 35,67	R\$ 3.566,58	0,00%			R\$ 35,67	R\$ 3.567,00
Serviços - Limpeza de Caixas									R\$	33.928,13			R\$	33.928,13
02.02.01	SF-03077	Locação de caminhão tanque à vácuo (≥ 10.000 litros) para limpeza de Caixa Coletora de Esgoto	dia	675,00	0,10			R\$ 408,75	R\$ 27.590,63	0,00%			R\$ 408,75	R\$ 27.590,63
02.02.02	SF-03078	Locação de caminhão tanque à vácuo (≥ 10.000 litros) para limpeza de Caixa de Gordura	dia	100,00	0,10			R\$ 633,75	R\$ 6.337,50	0,00%			R\$ 633,75	R\$ 6.337,50
Serviços - Segurança do Trabalho									R\$	4.237,86			R\$	5.338,10
02.03.01	SF-00049	Andaime tubular (aluguel/mês)	m x mês	25,00	0,10			R\$ 23,37	R\$ 58,43	18,61%			R\$ 27,72	R\$ 69,30
02.03.02	SF-00051	Corda de poliamida 12 mm tipo bombeiro, para trabalho em altura	m	400,00	0,10			R\$ 4,78	R\$ 191,15	18,61%			R\$ 5,67	R\$ 226,80
02.03.03	SF-00057	Isolamento de obra com tela plástica com malha de 5mm e estrutura de madeira pontaleteada	m2	400,00	0,10			R\$ 21,57	R\$ 862,94	26,42%			R\$ 27,27	R\$ 1.090,80
02.03.04	SF-00070	Tapume em compensado de madeira	m2	400,00	0,10			R\$ 78,13	R\$ 3.125,34	26,42%			R\$ 98,78	R\$ 3.951,20
Serviços - Ensaios									R\$	91.570,37			R\$	91.570,15
02.04.01	SF-03083	Ensaio de Caracterização de Efluente	un	225,00	0,10			R\$ 768,62	R\$ 17.294,04	0,00%			R\$ 768,62	R\$ 17.293,95
02.04.02	SF-02912	Ensaio de estanqueidade em rede de gás GLP	un	200,00	0,10			R\$ 1.398,98	R\$ 27.979,54	0,00%			R\$ 1.398,98	R\$ 27.979,60
02.04.03	SF-03082	Ensaio de Potabilidade	un	2.100,00	0,10			R\$ 220,46	R\$ 46.296,79	0,00%			R\$ 220,46	R\$ 46.296,60
Materiais									R\$	1.589.037,57			R\$	1.884.802,21
Materiais - Revestimentos									R\$	303,31			R\$	359,79
03.01.01	SF-02720	Rejunte cimentício flexível	kg	158,00	0,10			R\$ 3,41	R\$ 53,90	18,61%			R\$ 4,05	R\$ 63,99
03.01.02	SF-02721	Rejunte resinado acrílico	kg	75,00	0,10			R\$ 33,25	R\$ 249,41	18,61%			R\$ 39,44	R\$ 295,80
Materiais - Caixas d'água e conexões									R\$	5.824,55			R\$	6.908,49
03.02.01	SF-04271	Adaptador em PVC para Caixa d'Água com Registro 25 mm	un	50,00	0,10			R\$ 90,86	R\$ 454,32	18,61%			R\$ 107,77	R\$ 538,85
03.02.02	SF-04272	Adaptador em PVC para Caixa d'Água com Registro 50 mm	un	50,00	0,10			R\$ 117,51	R\$ 587,56	18,61%			R\$ 139,38	R\$ 696,90
03.02.03	SF-03355	Adaptador Flange Caixa D'água Soldável 75 mm x 2 1/2"	un	15,00	0,10			R\$ 189,49	R\$ 284,24	18,61%			R\$ 224,76	R\$ 337,14
03.02.04	SF-03373	Adaptador flange PVC soldável 110 mm x 4"	un	15,00	0,10			R\$ 237,02	R\$ 355,53	18,61%			R\$ 281,13	R\$ 421,70
03.02.05	SF-03306	Adaptador flange PVC soldável 25 mm x 3/4"	un	15,00	0,10			R\$ 10,94	R\$ 16,40	18,61%			R\$ 12,97	R\$ 19,46
03.02.06	SF-03318	Adaptador flange PVC soldável 32 mm x 1"	un	15,00	0,10			R\$ 16,45	R\$ 24,68	18,61%			R\$ 19,51	R\$ 29,27
03.02.07	SF-03329	Adaptador flange PVC soldável 40 mm x 1 1/4"	un	15,00	0,10			R\$ 24,62	R\$ 36,92	18,61%			R\$ 29,20	R\$ 43,80
03.02.08	SF-03340	Adaptador flange PVC soldável 50 mm x 1 1/2"	un	30,00	0,10			R\$ 23,26	R\$ 69,79	18,61%			R\$ 27,59	R\$ 82,77
03.02.09	SF-03344	Adaptador flange PVC soldável 60 mm x 2"	un	15,00	0,10			R\$ 40,66	R\$ 60,98	18,61%			R\$ 48,22	R\$ 72,33
03.02.10	SF-04275	Adaptador PVC roscável com Anel para Caixa d'Água 1 1/2"	un	50,00	0,10			R\$ 44,62	R\$ 223,11	18,61%			R\$ 52,93	R\$ 264,65
03.02.11	SF-04274	Adaptador PVC roscável com Anel para Caixa d'Água 3/4"	un	50,00	0,10			R\$ 13,81	R\$ 69,04	18,61%			R\$ 16,38	R\$ 81,90
03.02.12	SF-04273	Adaptador PVC soldável com Anel para Caixa d'Água 50 mm	un	50,00	0,10			R\$ 23,26	R\$ 116,32	18,61%			R\$ 27,59	R\$ 137,95
03.02.13	SF-04270	Adaptador PVC soldável Longo com Flanges Livres para Caixa d'Água 75 mm x 2 1/2"	un	50,00	0,10			R\$ 189,49	R\$ 947,47	18,61%			R\$ 224,76	R\$ 1.123,80
03.02.14	SF-02935	Adaptador soldável com Flange e Anel 85 mm x 3"	un	25,00	0,10			R\$ 270,92	R\$ 677,31	18,61%			R\$ 321,34	R\$ 803,35
03.02.15	SF-02974	Caixa d'água 1000 Litros	un	23,00	0,10			R\$ 366,79	R\$ 843,63	18,61%			R\$ 435,05	R\$ 1.000,62
03.02.16	SF-03513	Caixa d'água com tampa vedada 310 litros	un	50,00	0,10			R\$ 211,45	R\$ 1.057,25	18,61%			R\$ 250,80	R\$ 1.254,00

Manutenção Hidrossanitária 2024/2025

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Data : Novembro de 2024

ITEM	CÓD. SINFRA	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	FATOR DE UTILIZAÇÃO	VIDA ÚTIL (ANOS)	% DE DEPRECIACÃO MENSAL	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO DIRETO	BDI (%)	VALOR MENSAL DE DEPRECIACÃO	VALOR TOTAL DE DEPRECIACÃO PARA 30 MESES	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	CUSTO TOTAL
03.03 Materiais - Ralos e Caixas Sifonadas								R\$	61.284,35				R\$	72.688,49
03.03.01	SF-02718	Antiespuma para ralo ou caixa sifonada – DN 150mm	un	125,00	0,10			R\$ 20,36	R\$ 254,47	18,61%			R\$ 24,15	R\$ 301,88
03.03.02	SF-03470	Caixa de Gordura 4 litros	un	15,00	0,10			R\$ 63,64	R\$ 95,46	18,61%			R\$ 75,48	R\$ 113,22
03.03.03	SF-02743	Caixa de gordura 18 litros com cesta	un	50,00	0,10			R\$ 440,52	R\$ 2.202,60	18,61%			R\$ 522,50	R\$ 2.612,50
03.03.04	SF-02746	Caixa de inspeção e interligação em PVC	un	50,00	0,10			R\$ 318,22	R\$ 1.591,11	18,61%			R\$ 377,44	R\$ 1.887,20
03.03.05	SF-02747	Caixa sifonada de PVC DN 150 mm	un	65,00	0,10			R\$ 62,90	R\$ 408,86	18,61%			R\$ 74,61	R\$ 484,97
03.03.06	SF-02748	Caixa sifonada de PVC DN 250 mm	un	50,00	0,10			R\$ 117,30	R\$ 586,49	18,61%			R\$ 139,13	R\$ 695,65
03.03.07	SF-04731	Grelha em FFN, classe B125, forma retangular, modelo linear quadriculada, abertura simples, com caixilho, 200 mm x 1000 mm	un	15,00	0,10			R\$ 218,52	R\$ 327,78	18,61%			R\$ 259,19	R\$ 388,79
03.03.08	SF-04732	Grelha em FFN, classe B125, forma retangular, modelo linear quadriculada, abertura simples, com caixilho, 300 mm x 1000 mm	un	15,00	0,10			R\$ 262,45	R\$ 393,68	18,61%			R\$ 311,29	R\$ 466,94
03.03.09	SF-04734	Grelha em FFN, classe B125, forma retangular, modelo linear quadriculada, abertura simples, com caixilho, 400 mm x 1000 mm	un	15,00	0,10			R\$ 612,92	R\$ 919,37	18,61%			R\$ 726,98	R\$ 1.090,47
03.03.10	SF-04733	Grelha em FFN, classe C250, forma retangular, modelo linear quadriculada, abertura simples, com caixilho, 200 mm x 1000 mm	un	10,00	0,10			R\$ 277,35	R\$ 277,35	18,61%			R\$ 328,97	R\$ 328,97
03.03.11	SF-03492	Grelha em FFN, classe C250, forma retangular, modelo linear quadriculada, abertura simples, com caixilho, 300 mm x 1000 mm	un	10,00	0,10			R\$ 547,80	R\$ 547,80	18,61%			R\$ 649,74	R\$ 649,74
03.03.12	SF-04735	Grelha em FFN, classe B125, forma retangular, modelo linear estriada, abertura simples, com caixilho, 150 mm x 1000 mm	un	15,00	0,10			R\$ 96,61	R\$ 144,92	18,61%			R\$ 114,59	R\$ 171,89
03.03.13	SF-04736	Grelha em FFN, classe B125, forma retangular, modelo linear estriada, abertura simples, com caixilho, 200 mm x 1000 mm	un	15,00	0,10			R\$ 350,41	R\$ 525,61	18,61%			R\$ 415,62	R\$ 623,43
03.03.14	SF-04737	Grelha em FFN, classe B125, forma retangular, modelo linear estriada, abertura simples, com caixilho, 300 mm x 1000 mm	un	15,00	0,10			R\$ 474,06	R\$ 711,08	18,61%			R\$ 562,28	R\$ 843,42
03.03.15	SF-04738	Grelha em FFN, classe B125, forma retangular, modelo linear estriada, abertura simples, com caixilho, 400 mm x 1000 mm	un	100,00	0,10			R\$ 431,39	R\$ 4.313,87	18,61%			R\$ 511,67	R\$ 5.116,70
03.03.16	SF-04740	Grelha em FFN, classe B125, forma retangular, modelo boca de lobo, abertura simples ou articulada, com caixilho, 300 mm x 900 mm	un	50,00	0,10			R\$ 361,18	R\$ 1.805,89	18,61%			R\$ 428,39	R\$ 2.141,95
03.03.17	SF-04741	Grelha em FFN, classe C250, forma retangular, modelo boca de lobo, abertura simples ou articulada, com caixilho, 300 mm x 900 mm	un	25,00	0,10			R\$ 485,14	R\$ 1.212,86	18,61%			R\$ 575,43	R\$ 1.438,58
03.03.18	SF-03493	Grelha em ferro nodular, classe D400 - 335 mm x 685 mm x 100mm	un	10,00	0,10			R\$ 404,70	R\$ 404,70	18,61%			R\$ 480,02	R\$ 480,02
03.03.19	SF-02771	Grelha quadrada para ralo 10 cm x10 cm	un	760,00	0,10			R\$ 27,63	R\$ 2.099,87	18,61%			R\$ 32,77	R\$ 2.490,52
03.03.20	SF-02770	Grelha quadrada para ralo 15 cm x15 cm	un	4.313,00	0,10			R\$ 71,91	R\$ 31.014,71	18,61%			R\$ 85,29	R\$ 36.785,58
03.03.21	SF-02768	Grelha redonda para ralo - 10 cm	un	108,00	0,10			R\$ 19,17	R\$ 207,04	18,61%			R\$ 22,74	R\$ 245,59
03.03.22	SF-02769	Grelha redonda para ralo - 15 cm	un	100,00	0,10			R\$ 29,59	R\$ 295,92	18,61%			R\$ 35,10	R\$ 351,00
03.03.23	SF-02941	Manilha para Pogo – 1,10 m x 0,50 m x 0,05 m	un	50,00	0,10			R\$ 256,68	R\$ 1.283,39	18,61%			R\$ 304,45	R\$ 1.522,25
03.03.24	SF-02744	Prolongador de PVC para caixa de gordura - DN 300 mm	un	10,00	0,10			R\$ 65,61	R\$ 65,61	18,61%			R\$ 77,82	R\$ 77,82
03.03.25	SF-02800	Ralo Linear com Grelha Inox 70 cm	un	15,00	0,10			R\$ 250,51	R\$ 375,76	18,61%			R\$ 297,12	R\$ 445,68
03.03.26	SF-02801	Ralo semi esférico, tipo Abacaxi - 4"	un	250,00	0,10			R\$ 19,70	R\$ 492,48	18,61%			R\$ 23,37	R\$ 584,25
03.03.27	SF-02843	Tampa cega para caixa de gordura - 25 cm de diâmetro	un	65,00	0,10			R\$ 93,13	R\$ 605,36	18,61%			R\$ 110,46	R\$ 717,99
03.03.28	SF-02933	Tampão em FFN, classe B125, forma quadrada, abertura articulada, com caixilho, 200 mm x 200 mm	un	58,00	0,10			R\$ 80,24	R\$ 465,40	18,61%			R\$ 95,17	R\$ 551,99
03.03.29	SF-02330	Tampão em FFN, classe A15, forma retangular, modelo T33, abertura simples, com caixilho, 550 mm x 470 mm	un	50,00	0,10			R\$ 260,08	R\$ 1.300,41	18,61%			R\$ 306,48	R\$ 1.542,40
03.03.30	SF-02329	Tampão em FFN, classe B125, forma retangular, modelo T33, abertura articulada, com caixilho, 550 mm x 470 mm	un	50,00	0,10			R\$ 508,70	R\$ 2.543,49	18,61%			R\$ 603,37	R\$ 3.016,85
03.03.31	SF-04727	Tampa retangular em FF, carga 1t, abertura articulada, 300 mm x 400 mm	un	15,00	0,10			R\$ 193,97	R\$ 290,95	18,61%			R\$ 230,06	R\$ 345,09
03.03.32	SF-04728	Tampa retangular em FF, modelo T13, carga 1 t, com travas (segurança registro), 280 mm x 380 mm	un	15,00	0,10			R\$ 268,92	R\$ 403,38	18,61%			R\$ 318,97	R\$ 478,46
03.03.33	SF-02328	Tampão em FFN, classe D400, forma circular, abertura articulada, com caixilho, DN 600	un	50,00	0,10			R\$ 623,34	R\$ 3.116,68	18,61%			R\$ 739,34	R\$ 3.696,70

Manutenção Hidrossanitária 2024/2025

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Data : Novembro de 2024

ITEM	CÓD. SINFRA	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	FATOR DE UTILIZAÇÃO	VIDA ÚTIL (ANOS)	% DE DEPRECIAÇÃO MENSAL	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO DIRETO	BDI (%)	VALOR MENSAL DE DEPRECIAÇÃO	VALOR TOTAL DE DEPRECIAÇÃO PARA 30 MESES	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	CUSTO TOTAL
03.05 Materiais - Válvulas e Registros Brutos em PVC									R\$ 12.589,54				R\$ 14.932,22	
03.05.01	SF-02825	Registro de esfera PVC roscável, com corpo dividido, com volante, 1/2"	un	15,00	0,10			R\$ 17,98	R\$ 26,97	18,61%			R\$ 21,33	R\$ 32,00
03.05.02	SF-04417	Registro de esfera PVC roscável, com corpo dividido, com volante, 3/4"	un	75,00	0,10			R\$ 21,55	R\$ 161,59	18,61%			R\$ 25,56	R\$ 191,70
03.05.03	SF-04418	Registro de esfera PVC roscável, com corpo dividido, com volante, 1"	un	75,00	0,10			R\$ 35,16	R\$ 263,68	18,61%			R\$ 41,70	R\$ 312,75
03.05.04	SF-04419	Registro de esfera PVC roscável, com corpo dividido, com volante, 1 1/4"	un	75,00	0,10			R\$ 46,95	R\$ 352,11	18,61%			R\$ 56,68	R\$ 417,60
03.05.05	SF-02826	Registro de esfera PVC roscável, com corpo dividido, com volante, 1 1/2"	un	25,00	0,10			R\$ 49,30	R\$ 123,25	18,61%			R\$ 58,47	R\$ 146,18
03.05.06	SF-04420	Registro de esfera PVC roscável, com corpo dividido, com volante, 2"	un	75,00	0,10			R\$ 75,45	R\$ 565,84	18,61%			R\$ 89,49	R\$ 671,18
03.05.07	SF-04743	Registro de esfera PVC roscável, com corpo dividido, com volante, 3"	un	10,00	0,10			R\$ 272,74	R\$ 272,74	18,61%			R\$ 323,50	R\$ 323,50
03.05.08	SF-04421	Registro de esfera PVC soldável, com corpo dividido, com volante, 20 mm	un	75,00	0,10			R\$ 16,97	R\$ 127,29	18,61%			R\$ 20,13	R\$ 150,98
03.05.09	SF-04422	Registro de esfera PVC soldável, com corpo dividido, com volante, 25 mm	un	75,00	0,10			R\$ 21,85	R\$ 163,90	18,61%			R\$ 25,92	R\$ 194,40
03.05.10	SF-04423	Registro de esfera PVC soldável, com corpo dividido, com volante, 32 mm	un	75,00	0,10			R\$ 34,70	R\$ 260,22	18,61%			R\$ 41,15	R\$ 308,63
03.05.11	SF-04424	Registro de esfera PVC soldável, com corpo dividido, com volante, 40 mm	un	75,00	0,10			R\$ 46,40	R\$ 348,01	18,61%			R\$ 55,04	R\$ 412,80
03.05.12	SF-04425	Registro de esfera PVC soldável, com corpo dividido, com volante, 50 mm	un	75,00	0,10			R\$ 47,92	R\$ 359,42	18,61%			R\$ 56,84	R\$ 426,30
03.05.13	SF-02827	Registro de esfera PVC soldável, com corpo dividido, com volante, 60mm	un	25,00	0,10			R\$ 87,77	R\$ 219,41	18,61%			R\$ 104,10	R\$ 260,25
03.05.14	SF-04426	Registro de esfera PVC soldável, compacto, com volante, 20 mm	un	75,00	0,10			R\$ 5,36	R\$ 40,23	18,61%			R\$ 6,36	R\$ 47,70
03.05.15	SF-04427	Registro de esfera PVC soldável, compacto, com volante, 25 mm	un	75,00	0,10			R\$ 5,35	R\$ 40,16	18,61%			R\$ 6,35	R\$ 47,63
03.05.16	SF-04428	Registro de esfera PVC soldável, compacto, com volante, 32 mm	un	75,00	0,10			R\$ 38,22	R\$ 286,67	18,61%			R\$ 45,34	R\$ 340,05
03.05.17	SF-04429	Registro de esfera PVC soldável, compacto, com volante, 40 mm	un	75,00	0,10			R\$ 34,56	R\$ 259,20	18,61%			R\$ 40,99	R\$ 307,43
03.05.18	SF-04430	Registro de esfera PVC soldável, compacto, com volante, 50 mm	un	75,00	0,10			R\$ 31,94	R\$ 239,56	18,61%			R\$ 37,89	R\$ 294,18
03.05.19	SF-04431	Registro de esfera PVC soldável, compacto, com volante, 60 mm	un	75,00	0,10			R\$ 112,84	R\$ 846,31	18,61%			R\$ 133,84	R\$ 1.033,80
03.05.20	SF-04432	Registro de esfera PVC, com rosca externa, com cabeça quadrada, 1/2"	un	75,00	0,10			R\$ 17,19	R\$ 128,96	18,61%			R\$ 20,39	R\$ 152,93
03.05.21	SF-04433	Registro de esfera PVC, com rosca externa, com cabeça quadrada, 3/4"	un	75,00	0,10			R\$ 22,66	R\$ 169,93	18,61%			R\$ 26,87	R\$ 201,53
03.05.22	SF-04413	Registro de Pressão PVC roscável 1/2"	un	75,00	0,10			R\$ 5,57	R\$ 41,75	18,61%			R\$ 6,60	R\$ 49,50
03.05.23	SF-04414	Registro de Pressão PVC roscável 3/4"	un	75,00	0,10			R\$ 15,88	R\$ 119,08	18,61%			R\$ 18,83	R\$ 141,23
03.05.24	SF-04415	Registro de Pressão PVC soldável 20 mm	un	75,00	0,10			R\$ 11,59	R\$ 86,89	18,61%			R\$ 13,74	R\$ 103,05
03.05.25	SF-04416	Registro de Pressão PVC soldável 25 mm	un	75,00	0,10			R\$ 12,88	R\$ 96,57	18,61%			R\$ 15,27	R\$ 114,53
03.05.26	SF-04439	Válvula de retenção em PVC roscável 3/4"	un	50,00	0,10			R\$ 25,20	R\$ 126,00	18,61%			R\$ 29,89	R\$ 149,45
03.05.27	SF-04440	Válvula de retenção em PVC roscável 1"	un	50,00	0,10			R\$ 55,96	R\$ 279,81	18,61%			R\$ 66,38	R\$ 331,90
03.05.28	SF-04441	Válvula de retenção em PVC roscável 1 1/4"	un	50,00	0,10			R\$ 85,41	R\$ 427,05	18,61%			R\$ 101,30	R\$ 506,50
03.05.29	SF-04442	Válvula de retenção em PVC roscável 1 1/2"	un	500,00	0,10			R\$ 81,00	R\$ 4.049,99	18,61%			R\$ 96,07	R\$ 4.803,50
03.05.30	SF-04443	Válvula de retenção em PVC roscável 2"	un	50,00	0,10			R\$ 121,50	R\$ 607,50	18,61%			R\$ 144,11	R\$ 720,55
03.05.31	SF-04434	Válvula de retenção em PVC soldável 25 mm	un	50,00	0,10			R\$ 41,68	R\$ 208,41	18,61%			R\$ 49,44	R\$ 247,20
03.05.32	SF-04435	Válvula de retenção em PVC soldável 32 mm	un	50,00	0,10			R\$ 40,81	R\$ 204,07	18,61%			R\$ 48,41	R\$ 242,05
03.05.33	SF-04436	Válvula de retenção em PVC soldável 40 mm	un	30,00	0,10			R\$ 58,41	R\$ 175,23	18,61%			R\$ 69,28	R\$ 207,84
03.05.34	SF-04437	Válvula de retenção em PVC soldável 50 mm	un	50,00	0,10			R\$ 65,61	R\$ 328,05	18,61%			R\$ 77,82	R\$ 389,10
03.05.35	SF-04438	Válvula de retenção em PVC soldável 60 mm	un	50,00	0,10			R\$ 116,74	R\$ 583,69	18,61%			R\$ 138,46	R\$ 692,30
03.06 Materiais - Válvulas e Registros para gás									R\$ 692,23				R\$ 821,05	
03.06.01	SF-02811	Válvula de esfera em latão para gás, passagem plena, rosca BSP macho x fêmea, acion. borboleta, 1/2"	un	80,00	0,10			R\$ 49,64	R\$ 397,13	18,61%			R\$ 58,88	R\$ 471,04
03.06.02	SF-04268	Válvula Esfera Tripartida em aço, com passagem plena, acionamento manual, Ø 3/4"	un	30,00	0,10			R\$ 98,37	R\$ 295,10	18,61%			R\$ 116,67	R\$ 350,01
03.07 Materiais - Válvulas de Descarga									R\$ 59.305,50				R\$ 70.344,01	
03.07.01	SF-02713	Acabamento para válvula de descarga de 1 1/2" e 1 1/4" com duplo acionamento	un	83,00	0,10			R\$ 206,91	R\$ 1.717,35	18,61%			R\$ 245,42	R\$ 2.036,99
03.07.02	SF-02712	Acabamento para válvula de descarga de 1 1/2" e 1 1/4"	un	1.100,00	0,10			R\$ 45,04	R\$ 4.954,94	18,61%			R\$ 53,43	R\$ 5.877,30
03.07.03	SF-02916	Base para válvula de descarga 1 1/2"	un	250,00	0,10			R\$ 145,93	R\$ 3.648,37	18,61%			R\$ 173,09	R\$ 4.327,25
03.07.04	SF-02917	Base para válvula de descarga 1 1/4"	un	150,00	0,10			R\$ 144,48	R\$ 2.167,15	18,61%			R\$ 171,36	R\$ 2.570,40
03.07.05	SF-02737	Botão de Acionamento para Mictório	un	33,00	0,10			R\$ 264,96	R\$ 874,35	18,61%			R\$ 314,26	R\$ 1.037,06
03.07.06	SF-02756	Contra sede para válvula de descarga 1 1/2" ou 1 1/4"	un	310,00	0,10			R\$ 6,70	R\$ 207,85	18,61%			R\$ 7,95	R\$ 246,45
03.07.07	SF-02757	Êmbolo para válvula de descarga 1 1/2" ou 1 1/4"	un	100,00	0,10			R\$ 34,12	R\$ 341,19	18,61%			R\$ 40,47	R\$ 404,70
03.07.08	SF-02832	Reparo completo para válvula descarga – 1 1/2" e 1 1/4" (duplo acionamento)	un	200,00	0,10			R\$ 109,71	R\$ 2.194,19	18,61%			R\$ 130,13	R\$ 2.602,60
03.07.09	SF-02831	Reparo completo para válvula descarga – 1 1/2" e 1 1/4"	un	3.540,00	0,10			R\$ 51,68	R\$ 18.293,97	18,61%			R\$ 61,30	R\$ 21.700,20
03.07.10	SF-02755	Sede para válvula de descarga de baixa pressão - 1 1/2" ou 1 1/4"	un	325,00	0,10			R\$ 7,01	R\$ 227,86	18,61%			R\$ 8,32	R\$ 270,40
03.07.11	SF-02847	Tecla para válvula de descarga	un	185,00	0,10			R\$ 11,52	R\$ 213,12	18,61%			R\$ 13,66	R\$ 252,71
03.07.12	SF-02884	Tubo de Ligação para Válvula de Descarga	un	228,00	0,10			R\$ 5,72	R\$ 130,51	18,61%			R\$ 6,79	R\$ 154,81
03.07.13	SF-02920	Válvula descarga para mictório – Linha Administrativa	un	408,00	0,10			R\$ 596,44	R\$ 24.334,65	18,61%			R\$ 707,43	R\$ 28.863,14
03.08 Materiais - Caixa de descarga									R\$ 7.229,81				R\$ 8.575,20	
03.08.01	SF-02738	Botão de Acionamento Superior para Caixa Aciplada	un	138,00	0,10			R\$ 27,49	R\$ 379,43	18,61%			R\$ 32,61	R\$ 450,02
03.08.02	SF-02741	Caixa acioplada universal	un	185,00	0,10			R\$ 159,79	R\$ 2.956,20	18,61%			R\$ 189,53	R\$ 3.506,31
03.08.03	SF-02742	Caixa de descarga alta/elevada	un	30,00	0,10			R\$ 43,60	R\$ 130,81	18,61%			R\$ 51,72	R\$ 155,16
03.08.04	SF-02719	Kit completo para caixa acioplada - Acionamento superior ou lateral	un	155,00	0,10			R\$ 95,94	R\$ 1.487,07	18,61%			R\$ 113,79	R\$ 1.763,75
03.08.05	SF-02780	Mecanismo acionador para caixa acioplada superior ou lateral	un	180,00	0,10			R\$ 26,66	R\$ 479,94	18,61%			R\$ 31,62	R\$ 569,16
03.08.06	SF-02781	Mecanismo torre de entrada universal para caixa acioplada - Acionamento superior ou lateral	un	100,00	0,10			R\$ 34,11	R\$ 341,10	18,61%			R\$ 40,46	R\$ 404,60
03.08.07	SF-02782	Mecanismo torre de saída universal para caixa acioplada - Acionamento superior ou lateral	un	225,00	0,10			R\$ 64,68	R\$ 1.455,36	18,61%			R\$ 76,72	R\$ 1.726,20

Manutenção Hidrossanitária 2024/2025
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Data: Novembro de 2024

ITEM	CÓD. SINFRA	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	FATOR DE UTILIZAÇÃO	VIDA ÚTIL (ANOS)	% DE DEPRECIAÇÃO MENSAL	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO DIRETO	BDI (%)	VALOR MENSAL DE DEPRECIAÇÃO	VALOR TOTAL DE DEPRECIAÇÃO PARA 30 MESES	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	CUSTO TOTAL
03.09.77	SF-02889	Tubo PVC esgoto ou águas pluviais predial DN 50 mm	m	267,00	0,10			R\$ 9,39	R\$ 250,66	18,61%			R\$ 11,13	R\$ 297,17
03.09.78	SF-02890	Tubo PVC esgoto ou águas pluviais predial DN 75 mm	m	605,00	0,10			R\$ 12,32	R\$ 745,39	18,61%			R\$ 14,61	R\$ 883,91
03.09.79	SF-04382	Válvula de Retenção PVC esgoto ou águas pluviais 100 mm	un	250,00	0,10			R\$ 73,63	R\$ 1.840,72	18,61%			R\$ 87,33	R\$ 2.183,25
03.09.80	SF-04383	Válvula de Retenção PVC esgoto ou águas pluviais 150 mm	un	250,00	0,10			R\$ 207,14	R\$ 5.178,51	18,61%			R\$ 245,69	R\$ 6.142,25

Manutenção Hidrossanitária 2024/2025

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Data : Novembro de 2024

ITEM	CÓD. SINFRA	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	FATOR DE UTILIZAÇÃO	VIDA ÚTIL (ANOS)	% DE DEPRECIACÃO MENSAL	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO DIRETO	BDI (%)	VALOR MENSAL DE DEPRECIACÃO	VALOR TOTAL DE DEPRECIACÃO PARA 30 MESES	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	CUSTO TOTAL
03.11.23	SF-04327	Luva de correr PVC roscável 1 1/4"	un	125,00	0,10			R\$ 5,79	R\$ 72,35	18,61%			R\$ 6,87	R\$ 85,88
03.11.24	SF-04326	Luva de correr PVC roscável 1"	un	250,00	0,10			R\$ 3,30	R\$ 82,51	18,61%			R\$ 3,91	R\$ 97,75
03.11.25	SF-04325	Luva de correr PVC roscável 1/2"	un	125,00	0,10			R\$ 12,43	R\$ 155,40	18,61%			R\$ 14,75	R\$ 184,38
03.11.26	SF-03462	Luva de correr PVC roscável 2"	un	15,00	0,10			R\$ 24,60	R\$ 36,90	18,61%			R\$ 29,17	R\$ 43,76
03.11.27	SF-04328	Luva de Redução PVC roscável 3/4" x 1/2"	un	125,00	0,10			R\$ 3,39	R\$ 42,32	18,61%			R\$ 4,02	R\$ 50,25
03.11.28	SF-03044	Luva PVC roscável para água fria 1 1/2"	un	50,00	0,10			R\$ 10,61	R\$ 53,05	18,61%			R\$ 12,59	R\$ 62,95
03.11.29	SF-04329	Luva PVC roscável para água fria 1/2"	un	500,00	0,10			R\$ 1,36	R\$ 67,97	18,61%			R\$ 1,61	R\$ 80,50
03.11.30	SF-03045	Luva PVC roscável para água fria 2"	un	50,00	0,10			R\$ 34,23	R\$ 171,17	18,61%			R\$ 40,61	R\$ 203,05
03.11.31	SF-04330	Luva PVC roscável para água fria 3/4"	un	750,00	0,10			R\$ 2,15	R\$ 160,95	18,61%			R\$ 2,55	R\$ 191,25
03.11.32	SF-04335	Niple PVC roscável 1 1/2"	un	250,00	0,10			R\$ 13,59	R\$ 339,86	18,61%			R\$ 16,12	R\$ 403,00
03.11.33	SF-04333	Niple PVC roscável 1"	un	125,00	0,10			R\$ 2,17	R\$ 27,15	18,61%			R\$ 2,58	R\$ 32,25
03.11.34	SF-04331	Niple PVC roscável 1/2"	un	750,00	0,10			R\$ 0,50	R\$ 37,19	18,61%			R\$ 0,59	R\$ 44,25
03.11.35	SF-04337	Niple PVC roscável 2 1/2"	un	100,00	0,10			R\$ 29,84	R\$ 298,39	18,61%			R\$ 35,39	R\$ 353,90
03.11.36	SF-04336	Niple PVC roscável 2"	un	100,00	0,10			R\$ 18,27	R\$ 182,71	18,61%			R\$ 21,67	R\$ 216,70
03.11.37	SF-04332	Niple PVC roscável 3/4"	un	500,00	0,10			R\$ 1,54	R\$ 76,95	18,61%			R\$ 1,83	R\$ 91,50
03.11.38	SF-04339	Plug PVC roscável 1 1/4"	un	125,00	0,10			R\$ 4,04	R\$ 50,55	18,61%			R\$ 4,80	R\$ 60,00
03.11.39	SF-04338	Plug PVC roscável 1"	un	125,00	0,10			R\$ 2,44	R\$ 30,46	18,61%			R\$ 2,89	R\$ 36,13
03.11.40	SF-03466	Plug PVC roscável 1/2"	un	43,00	0,10			R\$ 2,84	R\$ 12,21	18,61%			R\$ 3,37	R\$ 14,49
03.11.41	SF-03465	Plug PVC roscável 3/4"	un	15,00	0,10			R\$ 3,72	R\$ 5,58	18,61%			R\$ 4,41	R\$ 6,62
03.11.42	SF-04341	Tê de Redução PVC roscável 1 1/2" x 3/4"	un	25,00	0,10			R\$ 20,42	R\$ 51,04	18,61%			R\$ 24,22	R\$ 60,55
03.11.43	SF-04342	Tê de Redução PVC roscável 1" x 3/4"	un	25,00	0,10			R\$ 10,00	R\$ 25,01	18,61%			R\$ 11,87	R\$ 29,68
03.11.44	SF-04340	Tê de Redução PVC roscável 3/4" x 1/2"	un	25,00	0,10			R\$ 7,68	R\$ 19,19	18,61%			R\$ 9,11	R\$ 22,78
03.11.45	SF-04334	Niple PVC roscável 1 1/4"	un	310,00	0,10			R\$ 8,46	R\$ 262,40	18,61%			R\$ 10,04	R\$ 311,24
03.11.46	SF-02896	Tubo PVC roscável para água fria 3/4"	m	72,00	0,10			R\$ 9,02	R\$ 64,95	18,61%			R\$ 10,70	R\$ 77,04
03.11.47	SF-02892	Tubo PVC roscável para água fria 1"	m	51,00	0,10			R\$ 18,84	R\$ 96,11	18,61%			R\$ 22,35	R\$ 113,99
03.11.48	SF-04314	Tubo PVC roscável para água fria 1/2"	un	300,00	0,10			R\$ 42,27	R\$ 1.268,13	18,61%			R\$ 50,14	R\$ 1.504,20
03.11.49	SF-02891	Tubo PVC roscável para água fria 1 1/2"	m	101,00	0,10			R\$ 27,80	R\$ 280,83	18,61%			R\$ 32,98	R\$ 333,10
03.11.50	SF-02894	Tubo PVC roscável para água fria 2"	m	143,00	0,10			R\$ 39,79	R\$ 569,02	18,61%			R\$ 47,20	R\$ 674,96
03.11.51	SF-02893	Tubo PVC roscável para água fria 2 1/2"	m	170,00	0,10			R\$ 54,51	R\$ 926,60	18,61%			R\$ 64,65	R\$ 1.099,05
03.11.52	SF-02895	Tubo PVC roscável para água fria 3"	m	1.250,00	0,10			R\$ 318,56	R\$ 39.820,46	18,61%			R\$ 377,85	R\$ 47.231,25
03.11.53	SF-02897	Tubo PVC roscável para água fria 4"	m	51,00	0,10			R\$ 345,74	R\$ 1.763,29	18,61%			R\$ 410,09	R\$ 2.091,46

Manutenção Hidrossanitária 2024/2025

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Data : Novembro de 2024

ITEM	CÓD. SINFRA	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	FATOR DE UTILIZAÇÃO	VIDA ÚTIL (ANOS)	% DE DEPRECIACÃO MENSAL	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO DIRETO	BDI (%)	VALOR MENSAL DE DEPRECIACÃO	VALOR TOTAL DE DEPRECIACÃO PARA 30 MESES	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	CUSTO TOTAL
03.13.107	SF-04509	Tã de redução em cobre, sem anel de solda, bolsa x bolsa x bolsa, 79 mm x 28 mm	un	25,00	0,10			R\$ 152,01	R\$ 380,02	18,61%			R\$ 180,30	R\$ 450,75
03.13.108	SF-04511	Tã de redução em cobre, sem anel de solda, bolsa x bolsa x bolsa, 79 mm x 66 mm	un	25,00	0,10			R\$ 253,82	R\$ 634,54	18,61%			R\$ 301,05	R\$ 752,63
03.13.109	SF-04512	Tã dupla curva (misturador) em bronze/latão, sem anel de solda, rosca fêmea x bolsa x rosca fêmea, 1/2" x 15 mm x 1/2"	un	25,00	0,10			R\$ 67,81	R\$ 169,52	18,61%			R\$ 80,43	R\$ 201,08
03.13.110	SF-04513	Tã dupla curva (misturador) em bronze/latão, sem anel de solda, rosca fêmea x bolsa x rosca fêmea, 3/4" x 22 mm x 3/4"	un	200,00	0,10			R\$ 99,38	R\$ 1.987,70	18,61%			R\$ 117,88	R\$ 2.357,80
03.13.111	SF-04466	Tê em latão, rosca BSP, 1/2"	un	125,00	0,10			R\$ 15,76	R\$ 196,99	18,61%			R\$ 18,69	R\$ 233,63
03.13.112	SF-04587	Tubo de cobre classe "A", para gás, 1" (28mm)	m	150,00	0,10			R\$ 131,04	R\$ 1.965,55	18,61%			R\$ 155,42	R\$ 2.331,30
03.13.113	SF-04467	Tubo de cobre classe "A", para gás, 1/2" (15 mm)	m	251,00	0,10			R\$ 63,66	R\$ 1.597,94	18,61%			R\$ 75,51	R\$ 1.895,30
03.13.114	SF-04468	Tubo de cobre classe "A", para gás, 3/4" (22 mm)	m	150,00	0,10			R\$ 103,01	R\$ 1.545,15	18,61%			R\$ 122,18	R\$ 1.832,70
03.13.115	SF-02870	Tubo de cobre classe "E", para instalação hidráulica, 104 mm	m	30,00	0,10			R\$ 775,26	R\$ 2.325,78	18,61%			R\$ 919,54	R\$ 2.758,62
03.13.116	SF-02863	Tubo de cobre classe "E", para instalação hidráulica, 22 mm	m	53,00	0,10			R\$ 70,73	R\$ 374,89	18,61%			R\$ 83,90	R\$ 444,67
03.13.117	SF-02864	Tubo de cobre classe "E", para instalação hidráulica, 28 mm	m	30,00	0,10			R\$ 89,77	R\$ 269,30	18,61%			R\$ 106,47	R\$ 319,41
03.13.118	SF-02866	Tubo de cobre classe "E", para instalação hidráulica, 35 mm	m	30,00	0,10			R\$ 130,36	R\$ 391,08	18,61%			R\$ 154,62	R\$ 463,86
03.13.119	SF-02865	Tubo de cobre classe "E", para instalação hidráulica, 42 mm	m	53,00	0,10			R\$ 176,04	R\$ 932,99	18,61%			R\$ 208,80	R\$ 1.106,64
03.13.120	SF-02867	Tubo de cobre classe "E", para instalação hidráulica, 54 mm	m	30,00	0,10			R\$ 255,29	R\$ 765,86	18,61%			R\$ 302,79	R\$ 908,37
03.13.121	SF-02868	Tubo de cobre classe "E", para instalação hidráulica, 66 mm	m	30,00	0,10			R\$ 359,65	R\$ 1.078,96	18,61%			R\$ 426,59	R\$ 1.279,77
03.13.122	SF-02869	Tubo de cobre classe "E", para instalação hidráulica, 79 mm	m	30,00	0,10			R\$ 525,76	R\$ 1.577,27	18,61%			R\$ 623,60	R\$ 1.870,80
03.13.123	SF-04446	União em cobre, rosca fêmea x rosca fêmea, 1"	un	50,00	0,10			R\$ 67,14	R\$ 335,70	18,61%			R\$ 79,63	R\$ 398,15
03.13.124	SF-04444	União em cobre, rosca fêmea x rosca fêmea, 1/2"	un	150,00	0,10			R\$ 29,08	R\$ 436,18	18,61%			R\$ 34,49	R\$ 517,35
03.13.125	SF-04445	União em cobre, rosca fêmea x rosca fêmea, 3/4"	un	150,00	0,10			R\$ 27,85	R\$ 417,82	18,61%			R\$ 33,04	R\$ 495,60
03.13.126	SF-02983	União em cobre, sem anel de solda, bolsa x bolsa, 22 mm	un	35,00	0,10			R\$ 47,61	R\$ 166,63	18,61%			R\$ 56,47	R\$ 197,65
03.13.127	SF-02984	União em cobre, sem anel de solda, bolsa x bolsa, 28 mm	un	20,00	0,10			R\$ 64,69	R\$ 129,38	18,61%			R\$ 76,73	R\$ 153,46
03.13.128	SF-03424	União em cobre, sem anel de solda, bolsa x bolsa, 35 mm	un	15,00	0,10			R\$ 129,34	R\$ 194,01	18,61%			R\$ 153,41	R\$ 230,12
03.13.129	SF-03431	União em cobre, sem anel de solda, bolsa x bolsa, 42 mm	un	15,00	0,10			R\$ 163,44	R\$ 245,16	18,61%			R\$ 193,86	R\$ 290,79
03.13.130	SF-03438	União em cobre, sem anel de solda, bolsa x bolsa, 54 mm	un	985,00	0,10			R\$ 232,97	R\$ 22.947,53	18,61%			R\$ 276,33	R\$ 27.218,51
03.13.131	SF-03445	União em cobre, sem anel de solda, bolsa x bolsa, 66 mm	un	15,00	0,10			R\$ 167,52	R\$ 251,27	18,61%			R\$ 198,69	R\$ 298,04
03.13.132	SF-03452	União em cobre, sem anel de solda, bolsa x bolsa, 79 mm	un	30,00	0,10			R\$ 282,51	R\$ 847,53	18,61%			R\$ 335,08	R\$ 1.005,24
03.13.133	SF-04469	União em cobre, sem anel de solda, bolsa x rosca fêmea, 22 mm x 3/4"	un	100,00	0,10			R\$ 52,23	R\$ 522,27	18,61%			R\$ 61,95	R\$ 619,50

Manutenção Hidrossanitária 2024/2025

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Data : Novembro de 2024

ITEM	CÓD. SINFRA	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	FATOR DE UTILIZAÇÃO	VIDA ÚTIL (ANOS)	% DE DEPRECIACÃO MENSAL	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO DIRETO	BDI (%)	VALOR MENSAL DE DEPRECIACÃO	VALOR TOTAL DE DEPRECIACÃO PARA 30 MESES	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	CUSTO TOTAL
03.17.003	SF-02971	Adaptador para filtro com Saída Lateral de 90º, Rosca Macho 1/2", Rosca Fêmea 1/2", Saída Lateral 1/4" ou padrão filtro	un	20,00	0,10			R\$ 51,62	R\$ 103,25	18,61%			R\$ 61,23	R\$ 122,46
03.17.004	SF-02937	Adaptador para filtro com Saída Lateral de 90º, Rosca Macho 1/2", Rosca Fêmea 3/4", Saída Lateral 1/2"	un	90,00	0,10			R\$ 178,08	R\$ 1.602,74	18,61%			R\$ 211,22	R\$ 1.900,98
03.17.005	SF-03052	Mangueira Fina Natural 4,35 x 6,35 mm (1/4")	m	30,00	0,10			R\$ 2,84	R\$ 8,53	18,61%			R\$ 3,37	R\$ 10,11
03.17.006	SF-02972	Tê 90º para filtro, rosca fêmea 1/4", 3/8" ou 1/2"	un	20,00	0,10			R\$ 22,08	R\$ 44,15	18,61%			R\$ 26,19	R\$ 52,38
03.18		Materials - Tubos - Acessórios							R\$ 2.512,44					R\$ 2.980,01
03.18.001	SF-02711	Abraçadeira metálica reforçada para mangote até 4"	un	853,00	0,10			R\$ 27,07	R\$ 2.309,24	18,61%			R\$ 32,11	R\$ 2.738,98
03.18.002	SF-03053	Aspersor de Irrigação 3/4" - giratório tipo canhão	un	73,00	0,10			R\$ 19,70	R\$ 143,82	18,61%			R\$ 23,37	R\$ 170,60
03.18.003	SF-02989	Fita perfurada em aço-carbono - 17 mm x 0,40 mm - rolo 30 m	un	15,00	0,10			R\$ 39,59	R\$ 59,38	18,61%			R\$ 46,95	R\$ 70,43

Manutenção Hidrossanitária 2024/2025

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Data: Novembro de 2024

ITEM	CÓD. SINFRA	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	FATOR DE UTILIZAÇÃO	VIDA ÚTIL (ANOS)	% DE DEPRECIAÇÃO MENSAL	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO DIRETO	BDI (%)	VALOR MENSAL DE DEPRECIAÇÃO	VALOR TOTAL DE DEPRECIAÇÃO PARA 30 MESES	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	CUSTO TOTAL
03.25.019	SF-02950	Motobomba Centrífuga Submersível 5 cv – trifásica - Ø máx. sólidos ≥ 60 mm	un	10,00	0,10			R\$ 10.302,92	R\$ 10.302,92	18,61%			R\$ 12.220,30	R\$ 12.220,30
03.25.020	SF-02951	Motobomba Centrífuga Submersível 7,5 cv – trifásica - Ø máx. sólidos ≥ 70 mm	un	25,00	0,10			R\$ 17.419,21	R\$ 43.548,03	18,61%			R\$ 20.660,93	R\$ 51.652,33
03.25.021	SF-02952	Motobomba Centrífuga Submersível 10 cv – trifásica - Ø máx. sólidos ≥ 70 mm	un	10,00	0,10			R\$ 18.617,71	R\$ 18.617,71	18,61%			R\$ 22.082,47	R\$ 22.082,47
03.25.022	SF-02953	Motobomba Centrífuga Submersível 15 cv – trifásica - Ø máx. sólidos ≥ 65 mm	un	10,00	0,10			R\$ 22.904,86	R\$ 22.904,86	18,61%			R\$ 27.167,46	R\$ 27.167,46
03.25.023	SF-03473	Motobomba de circulação de água 45 W 220V	un	10,00	0,10			R\$ 208,80	R\$ 208,80	18,61%			R\$ 247,66	R\$ 247,66
03.25.024	SF-02966	Motor Elétrico 12,5cv - 02 ou 04 polos - trifásico - para acoplamento em bomba centrífuga	un	10,00	0,10			R\$ 7.244,01	R\$ 7.244,01	18,61%			R\$ 8.592,12	R\$ 8.592,12
03.25.025	SF-02967	Motor Elétrico 20cv - 02 ou 04 polos - trifásico - para acoplamento em bomba centrífuga	un	10,00	0,10			R\$ 11.495,57	R\$ 11.495,57	18,61%			R\$ 13.634,90	R\$ 13.634,90
03.25.026	SF-02968	Motor Elétrico 25cv - 02 ou 04 polos – trifásico - para acoplamento em bomba centrífuga	un	10,00	0,10			R\$ 11.566,71	R\$ 11.566,71	18,61%			R\$ 13.719,27	R\$ 13.719,27
03.25.027	SF-03512	Curva flangeada para motobomba submersível com bocal de recalque de 3"	un	100,00	0,10			R\$ 1.297,59	R\$ 12.975,90	18,61%			R\$ 1.539,07	R\$ 15.390,70
03.25.028	SF-03511	Pedestal flangeado para motobomba submersível com bocal de recalque de 4"	un	100,00	0,10			R\$ 2.420,04	R\$ 24.200,40	18,61%			R\$ 2.870,41	R\$ 28.704,10
03.25.029	SF-03108	Selo mecânico tipo 21 - Ø 1 1/4" para bombas centrífugas	un	150,00	0,10			R\$ 36,88	R\$ 553,23	18,61%			R\$ 43,75	R\$ 656,25
03.25.030	SF-03109	Selo mecânico tipo 21 - Ø 3/4" para bombas centrífugas	un	150,00	0,10			R\$ 17,91	R\$ 268,65	18,61%			R\$ 21,24	R\$ 318,60
03.25.031	SF-03110	Selo mecânico tipo 21 - Ø 5/8" para bombas centrífugas	un	150,00	0,10			R\$ 10,44	R\$ 156,60	18,61%			R\$ 12,38	R\$ 185,70

Manutenção Hidrossanitária 2024/2025

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Data : Novembro de 2024

ITEM	CÓD. SINFRA	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	FATOR DE UTILIZAÇÃO	VIDA ÚTIL (ANOS)	% DE DEPRECIACÃO MENSAL	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO DIRETO	BDI (%)	VALOR MENSAL DE DEPRECIACÃO	VALOR TOTAL DE DEPRECIACÃO PARA 30 MESES	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	CUSTO TOTAL
05.03.34	SF-00813	Desempenadeira de aço dentada	un	1,00		5,00	1,67%	R\$ 25,41			R\$ 0,42	R\$ 12,60		
05.03.35	SF-00814	Desempenadeira de aço lisa	un	2,00		5,00	1,67%	R\$ 22,72			R\$ 0,76	R\$ 22,80		
05.03.36	SF-00815	Desempenadeira estriada em PVC 14 x 27 cm	un	1,00		5,00	1,67%	R\$ 21,45			R\$ 0,36	R\$ 10,80		
05.03.37	SF-03069	Desentupidora manual 12 m	un	2,00		5,00	1,67%	R\$ 119,99			R\$ 4,00	R\$ 120,00		
05.03.38	SF-01205	Enxada com cabo (2,5 libras)	un	4,00		5,00	1,67%	R\$ 56,25			R\$ 3,75	R\$ 112,50		
05.03.39	SF-00736	Enxada com cabo	un	2,00		5,00	1,67%	R\$ 57,90			R\$ 1,93	R\$ 57,90		
05.03.40	SF-00738	Escada duplo acesso 6 degraus	un	2,00		5,00	1,67%	R\$ 649,99			R\$ 21,67	R\$ 650,10		
05.03.41	SF-01206	Escada extensível de alumínio dupla 2x8	un	2,00		5,00	1,67%	R\$ 422,73			R\$ 14,09	R\$ 422,70		
05.03.42	SF-01208	Escada tipo tesoura duplo acesso de fibra com 12 degraus	un	2,00		5,00	1,67%	R\$ 1.675,60			R\$ 55,85	R\$ 1.675,50		
05.03.43	SF-01196	Escovas de aço (3 peças, de 3 a 5 fileiras)	cj	2,00		5,00	1,67%	R\$ 15,63			R\$ 0,52	R\$ 15,60		
05.03.44	SF-00743	Espátula forjada de 12 cm	un	1,00		5,00	1,67%	R\$ 31,63			R\$ 0,53	R\$ 15,90		
05.03.45	SF-00744	Espátula forjada de 4 cm	un	4,00		5,00	1,67%	R\$ 26,31			R\$ 1,75	R\$ 52,50		
05.03.46	SF-00745	Espátula forjada de 8 cm	un	1,00		5,00	1,67%	R\$ 22,71			R\$ 0,38	R\$ 11,40		
05.03.47	SF-00746	Esquadro 300 mm	un	2,00		5,00	1,67%	R\$ 36,09			R\$ 1,20	R\$ 36,00		
05.03.48	SF-04621	Kit de ferramentas para tubo PEX multicamadas para gás	un	1,00		5,00	1,67%	R\$ 1.171,55			R\$ 19,53	R\$ 585,90		
05.03.49	SF-03095	Mangueira de incêndio tipo 2 - engate 2 1/2" - lance 15 m	un	4,00		5,00	1,67%	R\$ 603,48			R\$ 40,23	R\$ 1.206,90		
05.03.50	SF-04588	Mangueira de jardim em PVC flexível, Ø 5/16", espessura ≥ 2mm, comprimento 50m	un	1,00		5,00	1,67%	R\$ 327,75			R\$ 5,46	R\$ 163,80		
05.03.51	SF-01214	Mangueira de nível em PVC flexível transparente, Ø 5/16", espessura 1,5 mm, comprimento 20 m	un	2,00		5,00	1,67%	R\$ 46,55			R\$ 1,55	R\$ 46,50		
05.03.52	SF-01197	Marreta de 2 kg	un	1,00		5,00	1,67%	R\$ 58,15			R\$ 0,97	R\$ 29,10		
05.03.53	SF-00756	Marreta de 1 kg	un	1,00		5,00	1,67%	R\$ 40,48			R\$ 0,67	R\$ 20,10		
05.03.54	SF-00758	Martelo de bola 500 g	un	1,00		5,00	1,67%	R\$ 67,44			R\$ 1,12	R\$ 33,60		
05.03.55	SF-00760	Martelo tipo unha	un	2,00		5,00	1,67%	R\$ 41,00			R\$ 1,37	R\$ 41,10		
05.03.56	SF-00761	Nível manual de alumínio com base magnética 350 mm	un	3,00		5,00	1,67%	R\$ 47,73			R\$ 2,39	R\$ 71,70		
05.03.57	SF-00763	Pá quadrada com 120 cm	un	3,00		5,00	1,67%	R\$ 54,71			R\$ 2,74	R\$ 82,20		
05.03.58	SF-00765	Peneira fina	un	1,00		5,00	1,67%	R\$ 14,90			R\$ 0,25	R\$ 7,50		
05.03.59	SF-01200	Pés de cabra (2 peças, 15" x 16mm e 24" x 19mm)	cj	2,00		5,00	1,67%	R\$ 83,89			R\$ 2,80	R\$ 84,00		
05.03.60	SF-00768	Picareta	un	5,00		5,00	1,67%	R\$ 102,36			R\$ 8,53	R\$ 255,90		
05.03.61	SF-01216	Pistola aplicadora de silicone e PU	un	2,00		5,00	1,67%	R\$ 52,23			R\$ 1,74	R\$ 52,20		
05.03.62	SF-00769	Prumo de centro	un	1,00		5,00	1,67%	R\$ 45,65			R\$ 0,76	R\$ 22,80		
05.03.63	SF-00770	Prumo de parede	un	1,00		5,00	1,67%	R\$ 52,04			R\$ 0,87	R\$ 26,10		
05.03.64	SF-01202	Serra copo diamantada (conjunto de 1/2" a 1 1/2")	un	1,00		5,00	1,67%	R\$ 121,34			R\$ 2,02	R\$ 60,60		
05.03.65	SF-00773	Serrote 20"	un	1,00		5,00	1,67%	R\$ 98,90			R\$ 1,65	R\$ 49,50		
05.03.66	SF-01218	Serrote para gesso	un	2,00		5,00	1,67%	R\$ 31,96			R\$ 1,07	R\$ 32,10		
05.03.67	SF-01219	Talha Manual para Elevação de Cargas (2 ton)	un	1,00		5,00	1,67%	R\$ 1.046,67			R\$ 17,44	R\$ 523,20		
05.03.68	SF-01201	Talhadeira	un	6,00		5,00	1,67%	R\$ 30,95			R\$ 3,10	R\$ 93,00		
05.03.69	SF-02528	Tarraxas e catraca manual para tubo metálico de 1/2" a 2"	cj	2,00		5,00	1,67%	R\$ 3.249,90			R\$ 108,33	R\$ 3.249,90		
05.03.70	SF-03098	Tarraxas e catraca manual para tubo de PVC de 1/2" a 1"	cj	2,00		5,00	1,67%	R\$ 61,22			R\$ 2,04	R\$ 61,20		
05.03.71	SF-03100	Tarraxa manual para tubo PVC de 1 1/4"	un	2,00		5,00	1,67%	R\$ 40,89			R\$ 1,36	R\$ 40,80		
05.03.72	SF-03099	Tarraxa manual para tubo PVC de 1 1/2"	un	2,00		5,00	1,67%	R\$ 87,65			R\$ 2,92	R\$ 87,60		
05.03.73	SF-03101	Tarraxa manual para tubo PVC de 2"	un	2,00		5,00	1,67%	R\$ 100,68			R\$ 3,36	R\$ 100,80		
05.03.74	SF-03102	Tarraxa manual para tubo PVC de 2 1/2"	un	2,00		5,00	1,67%	R\$ 239,26			R\$ 7,98	R\$ 239,40		
05.03.75	SF-03103	Tarraxa manual para tubo PVC de 3"	un	2,00		5,00	1,67%	R\$ 382,83			R\$ 12,76	R\$ 382,80		
05.03.76	SF-03104	Tarraxa manual para tubo PVC de 4"	un	2,00		5,00	1,67%	R\$ 432,82			R\$ 14,43	R\$ 432,90		
05.03.77	SF-00776	Tesoura de chapas tipo aviação	un	2,00		5,00	1,67%	R\$ 101,39			R\$ 3,38	R\$ 101,40		
05.03.78	SF-03071	Torno morsa de bancada fixo nº 4	un	1,00		5,00	1,67%	R\$ 201,30			R\$ 3,35	R\$ 100,50		
05.04		Ferramentas e Equipamentos Elétricos										R\$ 26.584,80		
05.04.01	SF-00724	Aspirador industrial para sólidos e líquidos	un	1,00		5,00	1,67%	R\$ 2.656,83			R\$ 44,28	R\$ 1.328,40		
05.04.02	SF-04810	Desentupidora por hidrojateamento	un	1,00		5,00	1,67%	R\$ 23.612,97			R\$ 393,55	R\$ 11.806,50		
05.04.03	SF-02969	Desentupidora Elétrica 1/2 cv	un	1,00		10,00	0,83%	R\$ 4.535,62			R\$ 37,80	R\$ 1.134,00		
05.04.04	SF-00741	Esmerilhadeira Angular 4,5"	un	1,00		10,00	0,83%	R\$ 396,71			R\$ 3,31	R\$ 99,30		
05.04.05	SF-00742	Esmerilhadeira Angular 7"	un	1,00		10,00	0,83%	R\$ 874,14			R\$ 7,28	R\$ 218,40		
05.04.06	SF-00750	Furadeira Industrial	un	2,00		10,00	0,83%	R\$ 2.677,01			R\$ 44,62	R\$ 1.338,60		
05.04.07	SF-01210	Furadeira/Parafusadeira elétrica	un	2,00		10,00	0,83%	R\$ 399,00			R\$ 6,65	R\$ 199,50		
05.04.08	SF-01224	Lavadora de alta pressão	un	1,00		10,00	0,83%	R\$ 4.292,05			R\$ 35,77	R\$ 1.073,10		
05.04.09	SF-01215	Martelete demolidor 1 kW (5 Kg)	un	1,00		10,00	0,83%	R\$ 1.498,41			R\$ 12,49	R\$ 374,70		
05.04.10	SF-00817	Martelete demolidor 1,7 kW (12 kg)	un	1,00		10,00	0,83%	R\$ 7.836,54			R\$ 65,30	R\$ 1.959,00		
05.04.11	SF-04672	Rosqueadeira elétrica para tubos metálicos de 1/2" a 4"	un	1,00		5,00	1,67%	R\$ 11.095,67			R\$ 184,93	R\$ 5.547,90		
05.04.12	SF-01217	Serra mármore	un	1,00		10,00	0,83%	R\$ 435,11			R\$ 3,63	R\$ 108,90		
05.04.13	SF-04747	Motobomba Trash (para água suja) auto escorvante, motor gasolina de 6,5 HP	un	1,00		10,00	0,83%	R\$ 5.585,71			R\$ 46,55	R\$ 1.396,50		

Manutenção Hidrossanitária 2024/2025

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Data : Novembro de 2024

ITEM	CÓD. SINFRA	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	FATOR DE UTILIZAÇÃO	VIDA ÚTIL (ANOS)	% DE DEPRECIAÇÃO MENSAL	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO DIRETO	BDI (%)	VALOR MENSAL DE DEPRECIAÇÃO	VALOR TOTAL DE DEPRECIAÇÃO PARA 30 MESES	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	CUSTO TOTAL
05.05 Ferramentas e Equipamentos - Instrumentos de medição												R\$ 39.663,30		
05.05.01	SF-03054	Aeronave remotamente pilotada - drone - peso inferior a 250g	un	1,00		10,00	0,83%	R\$ 3.668,88			R\$ 30,57	R\$ 917,10		
05.05.02	SF-02541	Alicate amperímetro 400 A	un	2,00		10,00	0,83%	R\$ 620,83			R\$ 10,35	R\$ 310,50		
05.05.03	SF-04808	Alinhador a laser para bomba de mancal	un	1,00		10,00	0,83%	R\$ 66.486,67			R\$ 554,06	R\$ 16.621,80		
05.05.04	SF-03074	Bomba manual para Teste Hidrostático, pressão máx.≥100bar, reservatório ≥ 10L	un	1,00		10,00	0,83%	R\$ 4.500,00			R\$ 37,50	R\$ 1.125,00		
05.05.05	SF-04809	Boroscópio (câmara de inspeção) Industrial	un	1,00		10,00	0,83%	R\$ 28.245,48			R\$ 235,38	R\$ 7.061,40		
05.05.06	SF-04812	Calços em aço para alinhamento de bomba de mancal	un	1,00		10,00	0,83%	R\$ 16.896,37			R\$ 140,80	R\$ 4.224,00		
05.05.07	SF-04811	Detector de materiais (scanner de parede)	un	1,00		10,00	0,83%	R\$ 4.028,84			R\$ 33,57	R\$ 1.007,10		
05.05.08	SF-03094	Fotômetro para cloro livre e total	un	1,00		10,00	0,83%	R\$ 554,67			R\$ 4,62	R\$ 138,60		
05.05.09	SF-03096	Manômetro DN100 (4") até 150psi - para aferição (NBR 14105-1 classe A1)	un	1,00		10,00	0,83%	R\$ 184,82			R\$ 1,54	R\$ 46,20		
05.05.10	SF-03097	Medidor de Vibração portátil	un	1,00		10,00	0,83%	R\$ 16.168,95			R\$ 134,74	R\$ 4.042,20		
05.05.11	SF-03055	Medidor de umidade em superfícies por meio de imagem termográfica infravermelha para detecção de infiltrações	un	1,00		10,00	0,83%	R\$ 8.428,70			R\$ 70,24	R\$ 2.107,20		
05.05.12	SF-04725	Medidor de umidade em superfícies por meio de eletrodos para detecção de infiltrações	un	1,00		5,00	1,67%	R\$ 178,86			R\$ 2,98	R\$ 89,40		
05.05.13	SF-02554	Megôhmetro 1 kV	un	1,00		10,00	0,83%	R\$ 6.693,00			R\$ 55,77	R\$ 1.673,10		
05.05.14	SF-02543	Termômetro infravermelho	un	2,00		10,00	0,83%	R\$ 342,17			R\$ 5,70	R\$ 171,00		
05.05.15	SF-00777	Trena de 5 m	un	5,00		5,00	1,67%	R\$ 29,70			R\$ 2,47	R\$ 74,10		
05.05.16	SF-02545	Trena de 8 m	un	2,00		5,00	1,67%	R\$ 54,74			R\$ 1,82	R\$ 54,60		
06.00 Veículos												R\$ 64.881,30		
06.01 Veículos												R\$ 64.881,30		
06.01	SF-01220	Veículo do tipo utilitário	un	1,00		4,00	2,08%	R\$ 58.748,38			R\$ 1.223,92	R\$ 36.717,60		
06.02	SF-02570	Veículo do tipo automóvel de passageiros	un	1,00		5,00	1,67%	R\$ 56.327,31			R\$ 938,79	R\$ 28.163,70		
CUSTO TOTAL														R\$ 2.211.973,29

1		PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 04/2015	
CATEGORIA	Supervisor(a) Técnico(a) - Sistema Hidrossanitário		
Jornada de Trabalho	44 horas semanais (8h-12h/13h-18h seg a qui) (8h-12h/14h-18h sex)		
CCT	CCT DF000334_2024 SENGE-DF x SINDUSCON-DF (vigente até 30/04/2025)	DATA BASE	PISO
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:		Percentuais	VALOR PROPOSTA
	Salário Base		12.525,35
	Adicional de Periculosidade		-
	Adicional Insalubridade SM		-
	Adicional Noturno		-
	Adicional de HE		-
	Hora Noturna Adicional		-
	Intervalo Intrajornada		-
	Outros Dif horas extras		-
	TOTAL DA REMUNERAÇÃO		12.525,35
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			
	Auxílio Transporte (R\$ 15,00 por dia trabalhado - 6% SB)		-
	Auxílio Alimentação (R\$ 44,07 por dia trabalhado)		1.059,74
	Assistência Médico Hospitalar		-
	Auxílio Funeral		-
	Seguro de vida		-
	TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		1.059,74
MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS			
	Insumos Diversos		
	Uniformes (vide doc. NUP 00100.023799/2026-21 e anexos e doc. 00100.016699/2026-49)		53,02
	EPI's (vide doc. NUP 00100.023799/2026-21 e anexos e doc. 00100.016699/2026-49)		28,89
	TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		81,91
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		Percentuais	VALORES
4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS	INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	10,0000%	1.252,54
	SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	187,88
	SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	125,25
	INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	25,05
	Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	313,13
	FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	1.002,03
	Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (Inciso II, B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	2,82810%	354,23
	SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	75,15
	TOTAL :	26,62810%	3.335,26
4.2 13º SALÁRIO	13º Salário	8,33333%	1.043,78
	Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	1,38567%	173,56
	TOTAL :	9,71900%	1.217,34
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE	Afastamento maternidade	0,03704%	4,64
	Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00986%	1,23
	TOTAL :	0,04690%	5,87
4.4. PROVISÃO P/ RESCISÃO	Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,83333%	104,38
	Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,06667%	8,35
	Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,55556%	194,84
	Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,41422%	51,88
	Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82222%	478,75
	TOTAL :	6,69200%	838,20
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	Férias (não haverá substituição em caso de férias)	0,00000%	-
	Terço constitucional de férias	2,77778%	347,93
	Auxílio doença (vide doc. NUP 00100.023818/2026-10, item 8.1.11)	0,00000%	-
	Licença paternidade (vide doc. NUP 00100.023818/2026-10, item 8.1.11)	0,00000%	-
	Faltas legais (vide doc. NUP 00100.023818/2026-10, item 8.1.11)	0,00000%	-
	Acidente de Trabalho (vide doc. NUP 00100.023818/2026-10, item 8.1.11)	0,00000%	-
	Subtotal	2,77778%	347,93
	Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	0,73967%	92,65
	TOTAL :	3,52%	440,58
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)			
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIARIO E FGTS	26,63%	3.335,26
4.2.	13º SALÁRIO	9,72%	1.217,34
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,05%	5,87
4.4.	PROVISAO RESCISAO	6,69%	838,20
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	3,52%	440,58
	TOTAL :	46,60%	5.837,25
	TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R\$ 19.504,25
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		Percentuais	VALORES
5	Taxa de Administração (Custos indiretos)	2,00%	390,09
A	LUCRO	2,00%	397,68
B	TRIBUTOS	11,35%	2.598,02
C	TRIBUTOS	0,65%	148,79
C.1	Tributos Federais (PIS)	3,00%	686,70
C.2	Tributos Federais (COFINS)		
C.3	Tributos Estaduais		
C.4	Tributos Municipais (ISS)	5,00%	1.144,50
	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013	2,70%	618,03
	VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	15,35%	3.385,79
(categoria profissional)	1 POSTO	Quantidade	VALORES
		1	22.890,04

2	 SENADO FEDERAL	PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 04/2015		 GENERAL CONTRACTOR
CATEGORIA	Supervisor(a) Técnico(a) - Sistema de bombeamento hidráulico			
Jornada de Trabalho	44 horas semanais (8h–12h/13h–17h seg a sex) (8h-12h sáb)			
CCT	CCT DF000334_2024 SENGE-DF x SINDUSCON-DF (vigente até 30/04/2025)	DATA BASE	PISO	
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:		Percentuais	VALOR PROPOSTA	
	Salário Base		12.525,35	
	Adicional de Periculosidade		-	
	Adicional Insalubridade SM		-	
	Adicional Noturno		-	
	Adicional de HE		-	
	Hora Noturna Adicional		-	
	Intervalo Intra jornada		-	
	Outros Dif horas extras		-	
	TOTAL DA REMUNERAÇÃO		12.525,35	
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS				
	Auxílio Transporte (R\$ 15,00 por dia trabalhado - 6% SB)		-	
	Auxílio Alimentação (R\$ 44,07 por dia trabalhado)		1.252,42	
	Assistência Médico Hospitalar		-	
	Auxílio Funeral		-	
	Seguro de vida		-	
	TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		1.252,42	
MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS				
	Insumos Diversos			
	Uniformes (vide doc. NUP 00100.023799/2026-21 e anexos e doc. 00100.016699/2026-49)		53,02	
	EPI's (vide doc. NUP 00100.023799/2026-21 e anexos e doc. 00100.016699/2026-49)		28,89	
	TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		81,91	
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		Percentuais	VALORES	
4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS	INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	10,0000%	1.252,54	
	SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,5000%	187,88	
	SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,0000%	125,25	
	INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,2000%	25,05	
	Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,5000%	313,13	
	FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,0000%	1.002,03	
	Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	2,8281%	354,23	
	SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,6000%	75,15	
	TOTAL :	26,62810%	3.335,26	
4.2 13º SALÁRIO	13º Salário	8,33333%	1.043,78	
	Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	1,38567%	173,56	
	TOTAL :	9,71900%	1.217,34	
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE	Afastamento maternidade	0,03704%	4,64	
	Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00986%	1,23	
	TOTAL :	0,04690%	5,87	
4.4. PROVISÃO P/ RESCISÃO	Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,83333%	104,38	
	Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,06667%	8,35	
	Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,55556%	194,84	
	Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,41422%	51,88	
	Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82222%	478,75	
	TOTAL :	6,69200%	838,20	
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	Férias (não haverá substituição em caso de férias)	0,00000%	-	
	Terço constitucional de férias	2,77778%	347,93	
	Auxílio doença (vide doc. NUP 00100.023818/2026-10, item 8.1.11)	0,00000%	-	
	Licença paternidade (vide doc. NUP 00100.023818/2026-10, item 8.1.11)	0,00000%	-	
	Faltas legais (vide doc. NUP 00100.023818/2026-10, item 8.1.11)	0,00000%	-	
	Acidente de Trabalho (vide doc. NUP 00100.023818/2026-10, item 8.1.11)	0,00000%	-	
	Subtotal	2,77778%	347,93	
	Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	0,73967%	92,65	
	TOTAL :	3,52%	440,58	
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)				
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)			
4.1.	PREVIDENCIARIO E FGTS	26,63%	3.335,26	
4.2.	13º SALÁRIO	9,72%	1.217,34	
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,05%	5,87	
4.4.	PROVISÃO RESCISÃO	6,69%	838,20	
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	3,52%	440,58	
	TOTAL :	46,60%	5.837,25	
	TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R\$ 19.696,93	
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		Percentuais	VALORES	
5	Taxa de Administração (Custos indiretos)	2,00%	393,94	
A	LUCRO	2,00%	401,60	
B	TRIBUTOS	11,35%	2.623,68	
C	Tributos Federais (PIS)	0,65%	150,25	
C.1	Tributos Federais (COFINS)	3,00%	693,48	
C.2	Tributos Estaduais	0,00%	-	
C.3	Tributos Municipais (ISS)	5,00%	1.155,81	
C.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013	2,70%	624,14	
	VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	15,35%	3.419,22	
(categoria profissional)		Quantidade	VALORES	
	1 POSTO	1	23.116,15	

critério de Arredondamento: x000a Ato nº 20/2010 - PRSECR

4	 SENADO FEDERAL	PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 04/2015	 GENERAL CONTRATOR
CATEGORIA		Técnico de Segurança do Trabalho	
Jornada de Trabalho		44 horas semanais (8h-12h/13h-17h seg a sex) (8h-12h sáb)	
CCT	CCT DF000090_2026 SINTEC-DF x SEAC-DF (vigente até 31/12/2027)		DATA BASE
			PISO
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:		Percentuais	VALOR PROPOSTA
Salário Base			5.579,71
Adicional de Periculosidade 30% sobre o salário base			1.673,91
Adicional Insalubridade SM			-
Adicional Noturno			-
Adicional de HE			-
Hora Noturna Adicional			-
Intervalo Intrajornada			-
Outros Dif horas extras			-
TOTAL DA REMUNERAÇÃO			7.253,62
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS			
Auxílio Transporte (R\$ 15,00 por dia trabalhado - 6% SB)			-
Auxílio Alimentação (R\$ 44,86 por dia trabalhado) - Cláusula 14ª CCT			1.252,42
Assistência Médico Hospitalar			-
Auxílio Funeral			-
Seguro de vida			-
TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS			1.252,42
MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS			
Insumos Diversos			
Uniformes (vide doc. NUP 00100.023799/2026-21 e anexos e doc. 00100.016699/2026-49)			53,02
EPI's (vide doc. NUP 00100.023799/2026-21 e anexos e doc. 00100.016699/2026-49)			28,89
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:			81,91
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		Percentuais	VALORES
4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS	INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	10,0000%	725,36
	SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,5000%	108,80
	SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,0000%	72,54
	INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,2000%	14,51
	Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,5000%	181,34
	FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,0000%	580,29
	Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II.B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	2,8281%	205,14
	SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,6000%	43,52
	TOTAL :	26,62810%	1.931,50
4.2 13º SALÁRIO	13º Salário	8,33333%	604,47
	Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	1,38567%	100,51
	TOTAL :	9,71900%	704,98
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE	Afastamento maternidade	0,03704%	2,69
	Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00986%	0,72
	TOTAL :	0,04690%	3,41
4.4. PROVISÃO P/ RESCISÃO	Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,83333%	60,45
	Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,06667%	4,84
	Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,55556%	112,83
	Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,41422%	30,05
	Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82222%	277,25
	TOTAL :	6,69200%	485,42
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	Férias (não haverá substituição em caso de férias)	0,00000%	-
	Terço constitucional de férias	2,77778%	201,49
	Auxílio doença (vide doc. NUP 00100.023818/2026-10, item 8.1.11)	0,00000%	-
	Licença paternidade (vide doc. NUP 00100.023818/2026-10, item 8.1.11)	0,00000%	-
	Faltas legais (vide doc. NUP 00100.023818/2026-10, item 8.1.11)	0,00000%	-
	Acidente de Trabalho (vide doc. NUP 00100.023818/2026-10, item 8.1.11)	0,00000%	-
	Subtotal	2,77778%	201,49
	Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	0,73967%	53,65
	TOTAL :	3,52%	255,14
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)			
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIARIO E FGTS	26,63%	1.931,50
4.2.	13º SALÁRIO	9,72%	704,98
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,05%	3,41
4.4.	PROVISÃO RESCISÃO	6,69%	485,42
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	3,52%	255,14
	TOTAL :	46,60%	3.380,45
	TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R\$ 11.968,40
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		Percentuais	VALORES
5	Taxa de Administração (Custos indiretos)	2,00%	239,37
A	LUCRO	2,00%	244,03
B	TRIBUTOS	11,35%	1.594,22
C	Tributos Federais (PIS)	0,65%	91,30
C.1	Tributos Federais (COFINS)	3,00%	421,38
C.2	Tributos Estaduais	0,00%	-
C.3	Tributos Municipais (ISS)	5,00%	702,30
C.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013	2,70%	379,24
	VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	15,35%	2.077,62
(categoria profissional)		Quantidade	VALORES
	1 POSTO	1	14.046,02

5		PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 04/2015	
CATEGORIA	Técnico em Eletromecânica		
Jornada de Trabalho	44 horas semanais (8h-12h/13h-18h seg a qui) (8h-12h/14h-18h sex)		
CCT	CCT DF000090_2026 SINTEC-DF x SEAC-DF (vigente até 31/12/2027)	DATA BASE	PISO
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:		Percentuais	VALOR PROPOSTA
	Salário Base		4.341,84
	Adicional de Periculosidade 30% sobre o salário base		1.302,55
	Adicional Insalubridade SM		-
	Adicional Noturno		-
	Adicional de HE		-
	Hora Noturna Adicional		-
	Intervalo Intrajornada		-
	Outros Dif horas extras		-
	TOTAL DA REMUNERAÇÃO		5.644,39
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS			
	Auxílio Transporte (R\$ 15,00 por dia trabalhado - 6% SB)		-
	Auxílio Alimentação (R\$ 44,86 por dia trabalhado) - Cláusula 14ª CCT		1.059,74
	Assistência Médico Hospitalar		-
	Auxílio Funeral		-
	Seguro de vida		-
	TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS		1.059,74
MÓDULO 3 - INSUMOS DIVERSOS			
	Insumos Diversos		
	Uniformes (vide doc. NUP 00100.023799/2026-21 e anexos e doc. 00100.016699/2026-49)		53,02
	EPI's (vide doc. NUP 00100.023799/2026-21 e anexos e doc. 00100.016699/2026-49)		28,89
	TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		81,91
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		Percentuais	VALORES
4.1. PREVIDENCIÁRIO E FGTS	INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	10,0000%	564,44
	SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,5000%	84,67
	SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,0000%	56,44
	INCRÁ (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,2000%	11,29
	Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,5000%	141,11
	FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,0000%	451,55
	Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II, B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	2,8281%	159,63
	SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,6000%	33,87
	TOTAL :	26,62810%	1.503,00
4.2 13º SALÁRIO	13º Salário	8,33333%	470,37
	Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	1,38567%	78,21
	TOTAL :	9,71900%	548,58
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE	Afastamento maternidade	0,03704%	2,09
	Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00986%	0,56
	TOTAL :	0,04690%	2,65
4.4. PROVISÃO PI RESCISÃO	Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,83333%	47,04
	Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,06667%	3,76
	Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,55556%	87,80
	Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,41422%	23,38
	Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82222%	215,74
	TOTAL :	6,69200%	377,72
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	Férias (não haverá substituição em caso de férias)	0,00000%	-
	Terço constitucional de férias	2,77778%	156,79
	Auxílio doença (vide doc. NUP 00100.023818/2026-10, item 8.1.11)	0,00000%	-
	Licença paternidade (vide doc. NUP 00100.023818/2026-10, item 8.1.11)	0,00000%	-
	Faltas legais (vide doc. NUP 00100.023818/2026-10, item 8.1.11)	0,00000%	-
	Acidente de Trabalho (vide doc. NUP 00100.023818/2026-10, item 8.1.11)	0,00000%	-
	Subtotal	2,77778%	156,79
	Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	0,73967%	41,75
	TOTAL :	3,52%	198,54
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)			
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIÁRIO E FGTS	26,63%	1.503,00
4.2.	13º SALÁRIO	9,72%	548,58
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,05%	2,65
4.4.	PROVISÃO RESCISÃO	6,69%	377,72
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	3,52%	198,54
	TOTAL :	46,60%	2.630,49
TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)			R\$ 9.416,53
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		Percentuais	VALORES
5	Taxa de Administração (Custos indiretos)	2,00%	188,33
A	LUCRO	2,00%	192,00
B	TRIBUTOS	11,35%	1.254,31
C	Tributos Federais (PIS)	0,65%	71,83
C.1	Tributos Federais (COFINS)	3,00%	331,54
C.2	Tributos Estaduais	0,00%	-
C.3	Tributos Municipais (ISS)	5,00%	552,56
C.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013	2,70%	298,38
	VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	15,35%	1.634,64
(categoria profissional)		Quantidade	VALORES
	1 POSTO	1	11.051,17

6-A		PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 04/2015	
CATEGORIA	Técnico(a) em Edificações - Planejamento de Manutenção (A)		
Jornada de Trabalho	44 horas semanais (8h-12h/13h-18h seg a qui) (8h-12h/14h-18h sex)		
CCT	CCT DF000090_2026 SINTEC-DF x SEAC-DF (vigente até 31/12/2027)	DATA BASE	PISO
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:		Percentuais	VALOR PROPOSTA
	Salário Base		5.331,78
	Adicional de Periculosidade		-
	Adicional Insalubridade SM		-
	Adicional Noturno		-
	Adicional de HE		-
	Hora Noturna Adicional		-
	Intervalo Intrajornada		-
	Outros Dif horas extras		-
	TOTAL DA REMUNERAÇÃO		5.331,78
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS			
	Auxílio Transporte (R\$ 15,00 por dia trabalhado - 6% SB)		-
	Auxílio Alimentação (R\$ 44,86 por dia trabalhado) - Cláusula 14ª CCT		1.059,74
	Assistência Médico Hospitalar		-
	Auxílio Funeral		-
	Seguro de vida		-
	TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS		1.059,74
MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS			
	Insumos Diversos		
	Uniformes (vide doc. NUP 00100.023799/2026-21 e anexos e doc. 00100.016699/2026-49)		53,02
	EPI's (vide doc. NUP 00100.023799/2026-21 e anexos e doc. 00100.016699/2026-49)		28,89
	TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		81,91
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		Percentuais	VALORES
4.1.PREVIDENCIÁRIO E FGTS	INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	10,0000%	533,18
	SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,5000%	79,98
	SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,0000%	53,32
	INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,2000%	10,66
	Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,5000%	133,29
	FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,0000%	428,54
	Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II.B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	2,8281%	150,79
	SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,6000%	31,99
	TOTAL :	26,62810%	1.419,75
4.2 13º SALÁRIO	13º Salário	8,33333%	444,31
	Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	1,38567%	73,88
	TOTAL :	9,71900%	518,19
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE	Afastamento maternidade	0,03704%	1,97
	Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00986%	0,53
	TOTAL :	0,04690%	2,50
4.4. PROVISÃO PI RESCISÃO	Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,83333%	44,43
	Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,06667%	3,55
	Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,55556%	82,94
	Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,41422%	22,09
	Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82222%	203,79
	TOTAL :	6,69200%	356,80
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	Férias (não haverá substituição em caso de férias)	0,00000%	-
	Terço constitucional de férias	2,77778%	148,11
	Auxílio doença (vide doc. NUP 00100.023818/2026-10, item 8.1.11)	0,00000%	-
	Licença paternidade (vide doc. NUP 00100.023818/2026-10, item 8.1.11)	0,00000%	-
	Faltas legais (vide doc. NUP 00100.023818/2026-10, item 8.1.11)	0,00000%	-
	Acidente de Trabalho (vide doc. NUP 00100.023818/2026-10, item 8.1.11)	0,00000%	-
	Subtotal	2,77778%	148,11
	Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	0,73967%	39,44
	TOTAL :	3,52%	187,55
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)			
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIÁRIO E FGTS	26,63%	1.419,75
4.2.	13º SALÁRIO	9,72%	518,19
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,05%	2,50
4.4.	PROVISÃO RESCISÃO	6,69%	356,80
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	3,52%	187,55
	TOTAL :	46,60%	2.484,79
	TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R\$ 8.958,22
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		Percentuais	VALORES
5	Taxa de Administração (Custos indiretos)	2,00%	179,16
A	LUCRO	2,00%	182,65
B	TRIBUTOS	11,35%	1.193,26
C	Tributos Federais (PIS)	0,65%	68,34
C.1	Tributos Federais (COFINS)	3,00%	315,40
C.2	Tributos Estaduais	0,00%	-
C.3	Tributos Municipais (ISS)	5,00%	525,66
C.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013	2,70%	283,86
	VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	15,35%	1.555,07
(categoria profissional)	1 POSTO	Quantidade	VALORES
		1	10.513,29

critério de Arredondamento: x000a Ato nº 20/2010 - PRSECR

7-A	 SENADO FEDERAL	PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 04/2015		 GENERAL CONTRACTOR
CATEGORIA	Auxiliar de Almoxarifado (A)			
Jornada de Trabalho	44 horas semanais (8h–12h/13h–18h seg a qui) (8h–12h/14h–18h sex)			
CCT	CCT DF000042_2025 SINDISERVICOS-DF x SEAC-DF (vigente até 31/12/2026)		DATA BASE	PISO
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:			Percentuais	VALOR PROPOSTA
	Salário Base			2.526,81
	Adicional de Periculosidade			-
	Adicional Insalubridade SM			-
	Adicional Noturno			-
	Adicional de HE			-
	Hora Noturna Adicional			-
	Intervalo Intrajornada			-
	Outros Dif horas extras			-
	TOTAL DA REMUNERAÇÃO			2.526,81
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS				
	Auxílio Transporte (R\$ 15,00 por dia trabalhado - 6% SB)			-
	Auxílio Alimentação (R\$ 44,30 por dia trabalhado) - Cláusula 17ª CCT			1.059,74
	Assistência Médico Hospitalar			-
	Auxílio Funeral			-
	Seguro de vida			-
	TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			1.059,74
MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS				
	Insumos Diversos			
	Uniformes (vide doc. NUP 00100.023799/2026-21 e anexos e doc. 00100.016699/2026-49)			53,02
	EPI's (vide doc. NUP 00100.023799/2026-21 e anexos e doc. 00100.016699/2026-49)			28,89
	TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:			81,91
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			Percentuais	VALORES
4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS	INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)		10,0000%	252,68
	SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)		1,5000%	37,90
	SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)		1,0000%	25,27
	INCRA (art. 1º I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)		0,2000%	5,05
	Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)		2,5000%	63,17
	FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)		8,0000%	202,14
	Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)		2,8281%	71,46
	SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)		0,6000%	15,16
	TOTAL :		26,62810%	672,83
4.2 13º SALÁRIO	13º Salário		8,33333%	210,57
	Incidência do 4.1. sobre o 13º salário		1,38567%	35,01
	TOTAL :		9,71900%	245,58
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE	Afastamento maternidade		0,03704%	0,94
	Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade		0,00986%	0,25
	TOTAL :		0,04690%	1,19
4.4. PROVISÃO PI RESCISÃO	Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)		0,83333%	21,06
	Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado		0,06667%	1,68
	Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)		1,55556%	39,31
	Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado		0,41422%	10,47
	Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado		3,82222%	96,58
	TOTAL :		6,69200%	169,10
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	Férias (não haverá substituição em caso de férias)		0,00000%	-
	Terço constitucional de férias		2,77778%	70,19
	Auxílio doença (vide doc. NUP 00100.023818/2026-10, item 8.1.11)		0,00000%	-
	Licença paternidade (vide doc. NUP 00100.023818/2026-10, item 8.1.11)		0,00000%	-
	Faltas legais (vide doc. NUP 00100.023818/2026-10, item 8.1.11)		0,00000%	-
	Acidente de Trabalho (vide doc. NUP 00100.023818/2026-10, item 8.1.11)		0,00000%	-
	Subtotal		2,77778%	70,19
	Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição		0,73967%	18,69
	TOTAL :		3,52%	88,88
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)				
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)			
4.1.	PREVIDENCIARIO E FGTS		26,63%	672,83
4.2.	13º SALARIO		9,72%	245,58
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE		0,05%	1,19
4.4.	PROVISAO RESCISAO		6,69%	169,10
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		3,52%	88,88
	TOTAL :		46,60%	1.177,58
	TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)			R\$ 4.846,04
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			Percentuais	VALORES
5	Taxa de Administração (Custos indiretos)		2,00%	96,92
A	LUCRO		2,00%	98,81
B	TRIBUTOS		11,35%	645,51
C	Tributos Federais (PIS)		0,65%	36,97
C.1	Tributos Federais (COFINS)		3,00%	170,62
C.2	Tributos Estaduais		0,00%	-
C.3	Tributos Municipais (ISS)		5,00%	284,36
C.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013		2,70%	153,56
	VALOR TOTAL (MÓDULO 5)		15,35%	841,24
(categoria profissional)		Quantidade		VALORES
	1 POSTO	1		5.687,28

7-B	 SENADO FEDERAL	PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 04/2015		 GENERAL CONTRATOR
CATEGORIA	Auxiliar de Almoxarifado (B)			
Jornada de Trabalho	44 horas semanais (8h–12h/13h–17h seg a sex) (8h-12h sáb)			
CCT	CCT DF000042_2025 SINDISERVICOS-DF x SEAC-DF (vigente até 31/12/2026)	DATA BASE	PISO	
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:		Percentuais	VALOR PROPOSTA	
	Salário Base		2.526,81	
	Adicional de Periculosidade		-	
	Adicional Insalubridade SM		-	
	Adicional Noturno		-	
	Adicional de HE		-	
	Hora Noturna Adicional		-	
	Intervalo Intrajornada		-	
	Outros Dif horas extras		-	
	TOTAL DA REMUNERAÇÃO		2.526,81	
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS				
	Auxílio Transporte (R\$ 15,00 por dia trabalhado - 6% SB)		-	
	Auxílio Alimentação (R\$ 44,30 por dia trabalhado) - Cláusula 17ª CCT		1.252,42	
	Assistência Médico Hospitalar		-	
	Auxílio Funeral		-	
	Seguro de vida		-	
	TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		1.252,42	
MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS				
	Insumos Diversos			
	Uniformes (vide doc. NUP 00100.023799/2026-21 e anexos e doc. 00100.016699/2026-49)		53,02	
	EPI's (vide doc. NUP 00100.023799/2026-21 e anexos e doc. 00100.016699/2026-49)		28,89	
	TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		81,91	
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS				
4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS		Percentuais	VALORES	
	INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	10,0000%	252,68	
	SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,5000%	37,90	
	SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,0000%	25,27	
	INCRA (art. 1º I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,2000%	5,05	
	Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,5000%	63,17	
	FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,0000%	202,14	
	Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	2,8281%	71,46	
	SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,6000%	15,16	
	TOTAL :	26,62810%	672,83	
4.2 13º SALÁRIO		Percentuais	VALORES	
	13º Salário	8,33333%	210,57	
	Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	1,38567%	35,01	
	TOTAL :	9,71900%	245,58	
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE		Percentuais	VALORES	
	Afastamento maternidade	0,03704%	0,94	
	Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00986%	0,25	
	TOTAL :	0,04690%	1,19	
4.4. PROVISÃO PI RESCISÃO		Percentuais	VALORES	
	Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,83333%	21,06	
	Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,06667%	1,68	
	Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,55556%	39,31	
	Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,41422%	10,47	
	Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82222%	96,58	
	TOTAL :	6,69200%	169,10	
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		Percentuais	VALORES	
	Férias (não haverá substituição em caso de férias)	0,00000%	-	
	Terço constitucional de férias	2,77778%	70,19	
	Auxílio doença (vide doc. NUP 00100.023818/2026-10, item 8.1.11)	0,00000%	-	
	Licença paternidade (vide doc. NUP 00100.023818/2026-10, item 8.1.11)	0,00000%	-	
	Faltas legais (vide doc. NUP 00100.023818/2026-10, item 8.1.11)	0,00000%	-	
	Acidente de Trabalho (vide doc. NUP 00100.023818/2026-10, item 8.1.11)	0,00000%	-	
	Subtotal	2,77778%	70,19	
	Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	0,73967%	18,69	
	TOTAL :	3,52%	88,88	
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)				
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)			
4.1.	PREVIDENCIARIO E FGTS	26,63%	672,83	
4.2.	13º SALÁRIO	9,72%	245,58	
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,05%	1,19	
4.4.	PROVISÃO RESCISÃO	6,69%	169,10	
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	3,52%	88,88	
	TOTAL :	46,60%	1.177,58	
	TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R\$ 5.038,72	
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
5		Percentuais	VALORES	
A	Taxa de Administração (Custos indiretos)	2,00%	100,77	
B	LUCRO	2,00%	102,74	
C	TRIBUTOS	11,35%	671,17	
C.1	Tributos Federais (PIS)	0,65%	38,44	
C.2	Tributos Federais (COFINS)	3,00%	177,40	
C.3	Tributos Estaduais	0,00%	-	
C.3	Tributos Municipais (ISS)	5,00%	295,67	
C.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013	2,70%	159,66	
	VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	15,35%	874,68	
(categoria profissional)		Quantidade	VALORES	
	1 POSTO	1	5.913,40	

8-A	 SENADO FEDERAL	PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 04/2015	 GENERAL CONTRACTOR
CATEGORIA	Encarregado(a) de Manutenção Hidrossanitária (A)		
Jornada de Trabalho	44 horas semanais (8h-12h/13h-18h seg a qui) (8h-12h/14h-18h sex)		
CCT	CCT DF000042_2025 SINDISERVICOS-DF x SEAC-DF (vigente até 31/12/2026)	DATA BASE	PISO
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:		Percentuais	VALOR PROPOSTA
Salário Base			5.331,78
Adicional de Periculosidade			-
Adicional Insalubridade SM 40% sobre o salário mínimo			648,40
Adicional Noturno			-
Adicional de HE			-
Hora Noturna Adicional			-
Intervalo Intrajornada			-
Outros Dif horas extras			-
TOTAL DA REMUNERAÇÃO			5.980,18
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			
Auxílio Transporte (R\$ 15,00 por dia trabalhado - 6% SB)			-
Auxílio Alimentação (R\$ 44,30 por dia trabalhado) - Cláusula 17ª CCT			1.059,74
Assistência Médico Hospitalar			-
Auxílio Funeral			-
Seguro de vida			-
TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			1.059,74
MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS			
Insumos Diversos			
Uniformes (vide doc. NUP 00100.023799/2026-21 e anexos e doc. 00100.016699/2026-49)			53,02
EPI's (vide doc. NUP 00100.023799/2026-21 e anexos e doc. 00100.016699/2026-49)			28,89
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:			81,91
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		Percentuais	VALORES
4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS	INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	10,0000%	598,02
	SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,5000%	89,70
	SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,0000%	59,80
	INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,2000%	11,96
	Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,5000%	149,50
	FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,0000%	478,41
	Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	2,8281%	169,13
	SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,6000%	35,88
	TOTAL :	26,62810%	1.592,40
4.2 13º SALÁRIO	13º Salário	8,33333%	498,35
	Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	1,38567%	82,87
	TOTAL :	9,71900%	581,22
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE	Afastamento maternidade	0,03704%	2,22
	Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00986%	0,59
	TOTAL :	0,04690%	2,81
4.4. PROVISÃO PL RESCISÃO	Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,83333%	49,83
	Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,06667%	3,99
	Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,55556%	93,03
	Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,41422%	24,77
	Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82222%	228,58
	TOTAL :	6,69200%	400,20
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	Férias (não haverá substituição em caso de férias)	0,00000%	-
	Terço constitucional de férias	2,77778%	166,12
	Auxílio doença (vide doc. NUP 00100.023818/2026-10, item 8.1.11)	0,00000%	-
	Licença paternidade (vide doc. NUP 00100.023818/2026-10, item 8.1.11)	0,00000%	-
	Faltas legais (vide doc. NUP 00100.023818/2026-10, item 8.1.11)	0,00000%	-
	Acidente de Trabalho (vide doc. NUP 00100.023818/2026-10, item 8.1.11)	0,00000%	-
	Subtotal	2,77778%	166,12
	Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	0,73967%	44,23
	TOTAL :	3,52%	210,35
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)			
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIARIO E FGTS	26,63%	1.592,40
4.2.	13º SALÁRIO	9,72%	581,22
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,05%	2,81
4.4.	PROVISAO RESCISAO	6,69%	400,20
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	3,52%	210,35
	TOTAL :	46,60%	2.786,98
	TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R\$ 9.908,81
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		Percentuais	VALORES
5	Taxa de Administração (Custos indiretos)	2,00%	198,18
A	LUCRO	2,00%	202,03
B	TRIBUTOS	11,35%	1.319,89
C	Tributos Federais (PIS)	0,65%	75,59
C.1	Tributos Federais (COFINS)	3,00%	348,87
C.2	Tributos Estaduais	0,00%	-
C.3	Tributos Municipais (ISS)	5,00%	581,45
C.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013	2,70%	313,98
	VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	15,35%	1.720,10
(categoria profissional)	1 POSTO	Quantidade	VALORES
	1		11.628,28

critério de Arredondamento: x000a Ato nº 20/2010 - PRSECR

Critério de Arredondamento: x000a Ato nº 20/2010 - PRSECR

9-B	 SENADO FEDERAL	PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 04/2015	 GENERAL CONTRATOR
CATEGORIA	Instalador(a) Hidráulico(a) (B)		
Jornada de Trabalho	44 horas semanais (8h-12h/13h-17h seg a sex) (8h-12h sáb)		
CCT	CCT DF000327_2025 SINDUSCON-DF x STICOMBE-DF (vigente até 30/04/2027)	DATA BASE	PISO
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:		Percentuais	VALOR PROPOSTA
	Salário Base		3.111,09
	Adicional de Periculosidade		-
	Adicional Insalubridade SM 40% sobre o salário mínimo		648,40
	Adicional Noturno		-
	Adicional de HE		-
	Hora Noturna Adicional		-
	Intervalo Intrajornada		-
	Outros Dif horas extras		-
	TOTAL DA REMUNERAÇÃO		3.759,49
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS			
	Auxílio Transporte (R\$ 15,00 por dia trabalhado - 6% SB)		-
	Auxílio Alimentação (R\$ 44,07 por dia trabalhado)		1.252,42
	Café da manhã (R\$ 5,75 por dia trabalhado)		149,50
	Auxílio Funeral		-
	Seguro de vida		-
	TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS		1.401,92
MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS			
	Insumos Diversos		
	Uniformes (vide doc. NUP 00100.023799/2026-21 e anexos e doc. 00100.016699/2026-49)		53,02
	EPI's (vide doc. NUP 00100.023799/2026-21 e anexos e doc. 00100.016699/2026-49)		28,89
	TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		81,91
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		Percentuais	VALORES
4.1.PREVIDENCIÁRIO E FGTS	INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	10,0000%	375,95
	SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,5000%	56,39
	SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,0000%	37,59
	INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,2000%	7,52
	Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,5000%	93,99
	FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,0000%	300,76
	Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II.B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	2,8281%	106,32
	SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,6000%	22,56
	TOTAL:	26,62810%	1.001,09
4.2 13º SALÁRIO	13º Salário	8,33333%	313,29
	Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	1,38567%	52,09
	TOTAL:	9,71900%	365,38
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE	Afastamento maternidade	0,03704%	1,39
	Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00986%	0,37
	TOTAL:	0,04690%	1,76
4.4. PROVISÃO P/ RESCISÃO	Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,83333%	31,33
	Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,06667%	2,51
	Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,55556%	58,48
	Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,41422%	15,57
	Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82222%	143,70
	TOTAL:	6,69200%	251,59
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	Férias (não haverá substituição em caso de férias)	0,00000%	-
	Terço constitucional de férias	2,77778%	104,43
	Auxílio doença (vide doc. NUP 00100.023818/2026-10, item 8.1.11)	0,00000%	-
	Licença paternidade (vide doc. NUP 00100.023818/2026-10, item 8.1.11)	0,00000%	-
	Faltas legais (vide doc. NUP 00100.023818/2026-10, item 8.1.11)	0,00000%	-
	Acidente de Trabalho (vide doc. NUP 00100.023818/2026-10, item 8.1.11)	0,00000%	-
	Subtotal	2,77778%	104,43
	Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	0,73967%	27,81
	TOTAL:	3,52%	132,24
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)			
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIÁRIO E FGTS	26,63%	1.001,09
4.2.	13º SALÁRIO	9,72%	365,38
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,05%	1,76
4.4.	PROVISÃO RESCISÃO	6,69%	251,59
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	3,52%	132,24
	TOTAL:	46,60%	1.752,06
	TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R\$ 6.995,38
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		Percentuais	VALORES
5	Taxa de Administração (Custos indiretos)	2,00%	139,91
A	LUCRO	2,00%	142,63
B	TRIBUTOS	11,35%	931,80
C	Tributos Federais (PIS)	0,65%	53,36
C.1	Tributos Federais (COFINS)	3,00%	246,29
C.2	Tributos Estaduais	0,00%	-
C.3	Tributos Municipais (ISS)	5,00%	410,49
C.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013	2,70%	221,66
	VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	15,35%	1.214,34
(categoria profissional)	1 POSTO	Quantidade	VALORES
		1	8.209,72

10-A	 SENADO FEDERAL	PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 04/2015	 GENERAL CONTRACTOR
CATEGORIA	Ajudante de Manutenção Hidrossanitária (A)		
Jornada de Trabalho	44 horas semanais (8h-12h/13h-18h seg a qui) (8h-12h/14h-18h sex)		
CCT	CCT DF000327_2025 SINDUSCON-DF x STICOMBE-DF (vigente até 30/04/2027)	DATA BASE	PISO
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:		Percentuais	VALOR PROPOSTA
	Salário Base		2.103,23
	Adicional de Periculosidade		-
	Adicional Insalubridade SM 40% sobre o salário mínimo		648,40
	Adicional Noturno		-
	Adicional de HE		-
	Hora Noturna Adicional		-
	Intervalo Intrajornada		-
	Outros Dif horas extras		-
	TOTAL DA REMUNERAÇÃO		2.751,63
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS			
	Auxílio Transporte (R\$ 15,00 por dia trabalhado - 6% SB)		-
	Auxílio Alimentação (R\$ 44,07 por dia trabalhado)		1.059,74
	Café da manhã (R\$ 5,75 por dia trabalhado)		126,50
	Auxílio Funeral		-
	Seguro de vida		-
	TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS		1.186,24
MÓDULO 3 - INSUMOS DIVERSOS			
	Insumos Diversos		
	Uniformes (vide doc. NUP 00100.023799/2026-21 e anexos e doc. 00100.016699/2026-49)		53,02
	EPI's (vide doc. NUP 00100.023799/2026-21 e anexos e doc. 00100.016699/2026-49)		28,89
	TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		81,91
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		Percentuais	VALORES
4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS	INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	10,0000%	275,16
	SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,5000%	41,27
	SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,0000%	27,52
	INCRÁ (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,2000%	5,50
	Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,5000%	68,79
	FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,0000%	220,13
	Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II.B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	2,8281%	77,82
	SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,6000%	16,51
	TOTAL :	26,62810%	732,71
4.2 13º SALÁRIO	13º Salário	8,33333%	229,30
	Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	1,38567%	38,13
	TOTAL :	9,71900%	267,43
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE	Afastamento maternidade	0,03704%	1,02
	Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00986%	0,27
	TOTAL :	0,04690%	1,29
4.4. PROVISÃO P/ RESCISÃO	Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,83333%	22,93
	Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,06667%	1,83
	Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,55556%	42,80
	Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,41422%	11,40
	Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82222%	105,17
	TOTAL :	6,69200%	184,13
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	Férias (não haverá substituição em caso de férias)	0,00000%	-
	Terço constitucional de férias	2,77778%	76,43
	Auxílio doença (vide doc. NUP 00100.023818/2026-10, item 8.1.11)	0,00000%	-
	Licença paternidade (vide doc. NUP 00100.023818/2026-10, item 8.1.11)	0,00000%	-
	Faltas legais (vide doc. NUP 00100.023818/2026-10, item 8.1.11)	0,00000%	-
	Acidente de Trabalho (vide doc. NUP 00100.023818/2026-10, item 8.1.11)	0,00000%	-
	Subtotal	2,77778%	76,43
	Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	0,73967%	20,35
	TOTAL :	3,52%	96,78
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)			
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIARIO E FGTS	26,63%	732,71
4.2.	13º SALÁRIO	9,72%	267,43
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,05%	1,29
4.4.	PROVISÃO RESCISÃO	6,69%	184,13
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	3,52%	96,78
	TOTAL :	46,60%	1.282,34
	TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R\$ 5.302,12
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		Percentuais	VALORES
5	Taxa de Administração (Custos indiretos)	2,00%	106,04
A	LUCRO	2,00%	108,11
B	TRIBUTOS	11,35%	706,27
C	Tributos Federais (PIS)	0,65%	40,45
C.1	Tributos Federais (COFINS)	3,00%	186,68
C.2	Tributos Estaduais	0,00%	-
C.3	Tributos Municipais (ISS)	5,00%	311,13
C.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013	2,70%	168,01
	VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	15,35%	920,42
(categoria profissional)		Quantidade	VALORES
	1 POSTO	1	6.222,53

10-B	 SENADO FEDERAL	PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 04/2015	 GENERAL CONTRACTOR
CATEGORIA	Ajudante de Manutenção Hidrossanitária (B)		
Jornada de Trabalho	44 horas semanais (8h-12h/13h-17h seg a sex) (8h-12h sáb)		
CCT	CCT DF000327_2025 SINDUSCON-DF x STICOMBE-DF (vigente até 30/04/2027)	DATA BASE	
			PISO
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:		Percentuais	VALOR PROPOSTA
	Salário Base		2.103,23
	Adicional de Periculosidade		-
	Adicional Insalubridade SM 40% sobre o salário mínimo		648,40
	Adicional Noturno		-
	Adicional de HE		-
	Hora Noturna Adicional		-
	Intervalo Intrajornada		-
	Outros Dif horas extras		-
	TOTAL DA REMUNERAÇÃO		2.751,63
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			
	Auxílio Transporte (R\$ 15,00 por dia trabalhado - 6% SB)		263,81
	Auxílio Alimentação (R\$ 44,07 por dia trabalhado)		1.252,42
	Café da manhã (R\$ 5,75 por dia trabalhado)		149,50
	Auxílio Funeral		-
	Seguro de vida		-
	TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		1.665,73
MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS			
	Insumos Diversos		
	Uniformes (vide doc. NUP 00100.023799/2026-21 e anexos e doc. 00100.016699/2026-49)		53,02
	EPI's (vide doc. NUP 00100.023799/2026-21 e anexos e doc. 00100.016699/2026-49)		28,89
			-
	TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		81,91
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		Percentuais	VALORES
4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS	INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	10,0000%	275,16
	SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,5000%	41,27
	SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,0000%	27,52
	INCRÁ (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,2000%	5,50
	Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,5000%	68,79
	FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,0000%	220,13
	Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	2,8281%	77,82
	SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,6000%	16,51
	TOTAL :	26,62810%	732,71
4.2 13º SALÁRIO	13º Salário	8,33333%	229,30
	Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	1,38567%	38,13
	TOTAL :	9,71900%	267,43
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE	Afastamento maternidade	0,03704%	1,02
	Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00986%	0,27
	TOTAL :	0,04690%	1,29
4.4. PROVISÃO PL RESCISÃO	Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,83333%	22,93
	Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,06667%	1,83
	Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,55556%	42,80
	Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,41422%	11,40
	Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82222%	105,17
	TOTAL :	6,69200%	184,13
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	Férias (não haverá substituição em caso de férias)	0,00000%	-
	Terço constitucional de férias	2,77778%	76,43
	Auxílio doença (vide doc. NUP 00100.023818/2026-10, item 8.1.11)	0,00000%	-
	Licença paternidade (vide doc. NUP 00100.023818/2026-10, item 8.1.11)	0,00000%	-
	Faltas legais (vide doc. NUP 00100.023818/2026-10, item 8.1.11)	0,00000%	-
	Acidente de Trabalho (vide doc. NUP 00100.023818/2026-10, item 8.1.11)	0,00000%	-
	Subtotal	2,77778%	76,43
	Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	0,73967%	20,35
	TOTAL :	3,52%	96,78
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)			
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIARIO E FGTS	26,63%	732,71
4.2.	13º SALÁRIO	9,72%	267,43
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,05%	1,29
4.4.	PROVISAO RESCISAO	6,69%	184,13
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	3,52%	96,78
	TOTAL :	46,60%	1.282,34
	TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R\$ 5.781,61
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		Percentuais	VALORES
5	Taxa de Administração (Custos indiretos)	2,00%	115,63
A	LUCRO	2,00%	117,88
B	TRIBUTOS	11,35%	770,12
C	Tributos Federais (PIS)	0,65%	44,10
C.1	Tributos Federais (COFINS)	3,00%	203,56
C.2	Tributos Estaduais	0,00%	-
C.3	Tributos Municipais (ISS)	5,00%	339,26
C.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013	2,70%	183,20
	VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	15,35%	1.003,63
(categoria profissional)		Quantidade	VALORES
	1 POSTO	1	6.785,25

11	 SENADO FEDERAL	PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 04/2015	 GENERAL CONTRACTOR
CATEGORIA	Oficial de Serviços Gerais		
Jornada de Trabalho	44 horas semanais (8h-12h/13h-18h seg a qui) (8h-12h/14h-18h sex)		
CCT	CCT DF000327_2025 SINDUSCON-DF x STICOMBE-DF (vigente até 30/04/2027)	DATA BASE	PISO
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:		Percentuais	VALOR PROPOSTA
Salário Base			3.111,09
Adicional de Periculosidade			-
Adicional Insalubridade SM			-
Adicional Noturno			-
Adicional de HE			-
Hora Noturna Adicional			-
Intervalo Intrajornada			-
Outros Dif horas extras			-
TOTAL DA REMUNERAÇÃO			3.111,09
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			
Auxílio Transporte (R\$ 15,00 por dia trabalhado - 6% SB)			-
Auxílio Alimentação (R\$ 44,07 por dia trabalhado)			1.059,74
Café da manhã (R\$ 5,75 por dia trabalhado)			126,50
Auxílio Funeral			-
Seguro de vida			-
TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			1.186,24
MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS			
Insumos Diversos			
Uniformes (vide doc. NUP 00100.023799/2026-21 e anexos e doc. 00100.016699/2026-49)			53,02
EPI's (vide doc. NUP 00100.023799/2026-21 e anexos e doc. 00100.016699/2026-49)			28,89
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:			81,91
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		Percentuais	VALORES
4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS	INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	10,0000%	311,11
	SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,5000%	46,67
	SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,0000%	31,11
	INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,2000%	6,22
	Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,5000%	77,78
	FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,0000%	248,89
	Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	2,8281%	87,98
	SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,6000%	18,67
	TOTAL :	26,62810%	828,43
4.2 13º SALÁRIO	13º Salário	8,33333%	259,26
	Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	1,38567%	43,11
	TOTAL :	9,71900%	302,37
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE	Afastamento maternidade	0,03704%	1,15
	Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00986%	0,31
	TOTAL :	0,04690%	1,46
4.4. PROVISÃO PL RESCISÃO	Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,83333%	25,93
	Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,06667%	2,07
	Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,55556%	48,39
	Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,41422%	12,89
	Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82222%	118,91
	TOTAL :	6,69200%	208,19
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	Férias (não haverá substituição em caso de férias)	0,00000%	-
	Terço constitucional de férias	2,77778%	86,42
	Auxílio doença (vide doc. NUP 00100.023818/2026-10, item 8.1.11)	0,00000%	-
	Licença paternidade (vide doc. NUP 00100.023818/2026-10, item 8.1.11)	0,00000%	-
	Faltas legais (vide doc. NUP 00100.023818/2026-10, item 8.1.11)	0,00000%	-
	Acidente de Trabalho (vide doc. NUP 00100.023818/2026-10, item 8.1.11)	0,00000%	-
	Subtotal	2,77778%	86,42
	Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	0,73967%	23,01
	TOTAL :	3,52%	109,43
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)			
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIARIO E FGTS	26,63%	828,43
4.2.	13º SALÁRIO	9,72%	302,37
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,05%	1,46
4.4.	PROVISAO RESCISAO	6,69%	208,19
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	3,52%	109,43
	TOTAL :	46,60%	1.449,88
	TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R\$ 5.829,12
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		Percentuais	VALORES
5	Taxa de Administração (Custos indiretos)	2,00%	116,58
A	LUCRO	2,00%	118,85
B	TRIBUTOS	11,35%	776,46
C	Tributos Federais (PIS)	0,65%	44,47
C.1	Tributos Federais (COFINS)	3,00%	205,23
C.2	Tributos Estaduais	0,00%	-
C.3	Tributos Municipais (ISS)	5,00%	342,05
C.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013	2,70%	184,71
	VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	15,35%	1.011,89
(categoria profissional)		Quantidade	VALORES
	1 POSTO	1	6.841,00

12		PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 04/2015	
CATEGORIA	Técnico em Eletromecânica Plantonista (noturno)		
Jornada de Trabalho	Plantão 12hx36h : 19h às 7h		
CCT	CCT DF000090_2026 SINTEC-DF x SEAC-DF (vigente até 31/12/2027)	DATA BASE	PISO
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:		Percentuais	VALOR PROPOSTA
	Salário Base		4.341,84
	Adicional de Periculosidade 30% sobre o salário base		1.302,55
	Adicional Insalubridade SM		-
	Adicional Noturno 20 % sobre as horas noturnas		740,83
	Adicional de HE		
	Hora Noturna Adicional		
	Intervalo Intrajornada		266,05
	Adicional noturno sobre intervalo intrajornada		48,41
	TOTAL DA REMUNERAÇÃO		6.699,67
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			
	Auxílio Transporte (R\$ 15,00 por dia trabalhado - 6% SB)		-
	Auxílio Alimentação (R\$ 44,86 por dia trabalhado) - Cláusula 14ª CCT		722,55
	Assistência Médico Hospitalar		
	Auxílio Funeral		
	Seguro de vida		
	TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		722,55
MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS			
	Insumos Diversos		
	Uniformes (vide doc. NUP 00100.023799/2026-21 e anexos e doc. 00100.016699/2026-49)		53,02
	EPI's (vide doc. NUP 00100.023799/2026-21 e anexos e doc. 00100.016699/2026-49)		28,89
	TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		81,91
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		Percentuais	VALORES
4.1.PREVIDENCIÁRIO E FGTS	INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	10,0000%	643,36
	SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,5000%	96,50
	SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,0000%	64,34
	INCRÁ (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,2000%	12,87
	Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,5000%	160,84
	FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,0000%	514,69
	Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II.B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	2,8281%	181,95
	SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,6000%	38,60
	TOTAL :	26,62810%	1.713,15
4.2 13º SALÁRIO	13º Salário	8,33333%	536,13
	Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	1,38567%	89,15
	TOTAL :	9,71900%	625,28
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE	Afastamento maternidade	0,03704%	2,38
	Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00986%	0,63
	TOTAL :	0,04690%	3,01
4.4. PROVISÃO P/ RESCISÃO	Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,83333%	53,61
	Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,06667%	4,29
	Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,55556%	100,08
	Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,41422%	26,65
	Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82222%	245,91
	TOTAL :	6,69200%	430,54
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	Férias (haverá substituição em caso de férias para os subitens 12 a 17, doc. 00100.023818/2026-10, item 1.9.1.7)	8,33333%	536,13
	Terço constitucional de férias	2,77778%	178,71
	Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT)	0,27778%	17,87
	Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT)	0,01389%	0,89
	Faltas legais (art. 473 e 83, CLT)	0,27778%	17,87
	Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76)	0,04167%	2,68
	Subtotal	11,72223%	754,16
	Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	3,12141%	200,82
	TOTAL :	14,84%	954,98
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)			
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIÁRIO E FGTS	26,63%	1.713,15
4.2.	13º SALÁRIO	9,72%	625,28
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,05%	3,01
4.4.	PROVISÃO RESCISÃO	6,69%	430,54
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	14,84%	954,98
	TOTAL :	57,93%	3.726,96
	TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R\$ 11.231,09
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		Percentuais	VALORES
A	Taxa de Administração (Custos indiretos)	2,00%	224,62
B	LUCRO	2,00%	228,99
C	TRIBUTOS	11,35%	1.496,01
C.1	Tributos Federais (PIS)	0,65%	85,67
C.2	Tributos Federais (COFINS)	3,00%	395,42
C.3	Tributos Estaduais	0,00%	
C.4	Tributos Municipais (ISS)	5,00%	659,04
	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013	2,70%	355,88
	VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	15,35%	1.949,62
(categoria profissional)		Quantidade	VALORES
	1 POSTO	1	13.180,71

Critério de Arredondamento: x000a Ato nº 20/2010 - PRSECR

critério de Arredondamento: x000a Ato nº 20/2010 - PRSECR

15	 SENADO FEDERAL	PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 04/2015	 GENERAL CONTRATOR
CATEGORIA	Técnico em Eletromecânica Plantonista (diurno)		
Jornada de Trabalho	Plantão 12hx36h : 7h às 19h		
CCT	CCT DF000090_2026 SINTEC-DF x SEAC-DF (vigente até 31/12/2027)	DATA BASE	
			PISO
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:		Percentuais	VALOR PROPOSTA
	Salário Base		4.341,84
	Adicional de Periculosidade 30% sobre o salário base		1.302,55
	Adicional Insalubridade SM		-
	Adicional Noturno		-
	Adicional de HE		-
	Hora Noturna Adicional		-
	Intervalo Intrajornada		235,18
	Outros Dif horas extras		-
	TOTAL DA REMUNERAÇÃO		5.879,57
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			
	Auxílio Transporte (R\$ 15,00 por dia trabalhado - 6% SB)		-
	Auxílio Alimentação (R\$ 44,86 por dia trabalhado) - Cláusula 14ª CCT		722,55
	Assistência Médico Hospitalar		-
	Auxílio Funeral		-
	Seguro de vida		-
	TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		722,55
MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS			
	Insumos Diversos		
	Uniformes (vide doc. NUP 00100.023799/2026-21 e anexos e doc. 00100.016699/2026-49)		53,02
	EPI's (vide doc. NUP 00100.023799/2026-21 e anexos e doc. 00100.016699/2026-49)		28,89
			-
			-
	TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		81,91
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		Percentuais	VALORES
4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS	INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	10,0000%	564,44
	SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,5000%	84,67
	SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,0000%	56,44
	INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,2000%	11,29
	Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,5000%	141,11
	FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,0000%	451,55
	Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	2,8281%	159,63
	SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,6000%	33,87
	TOTAL :	26,62810%	1.503,00
4.2 13º SALÁRIO	13º Salário	Percentuais	VALORES
	Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	8,33333%	470,37
		1,38567%	78,21
	TOTAL :	9,71900%	548,58
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE	Afastamento maternidade	Percentuais	VALORES
	Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,03704%	2,09
		0,00986%	0,56
	TOTAL :	0,04690%	2,65
4.4. PROVISAO PI RESCISAO	Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	Percentuais	VALORES
	Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,83333%	47,04
	Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	0,06667%	3,76
	Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	1,55556%	87,80
	Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	0,41422%	23,38
		3,82222%	215,74
	TOTAL :	6,69200%	377,72
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	Férias (haverá substituição em caso de férias para os subitens 12 a 17, doc. 00100.023818/2026-10, item 1.9.1.7)	Percentuais	VALORES
	Terço constitucional de férias	8,33333%	470,37
	Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT)	2,77778%	156,79
		0,27778%	15,68
	Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT)	0,01389%	0,78
	Faltas legais (art. 473 e 83, CLT)	0,27778%	15,68
	Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76)	0,04167%	2,35
	Subtotal	11,72223%	661,65
	Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	3,12141%	176,18
	TOTAL :	14,84%	837,83
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)			
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIARIO E FGTS	26,63%	1.503,00
4.2.	13º SALARIO	9,72%	548,58
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,05%	2,65
4.4.	PROVISAO RESCISAO	6,69%	377,72
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	14,84%	837,83
	TOTAL :	57,93%	3.269,78
	TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R\$ 9.953,81
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		Percentuais	VALORES
5	Taxa de Administração (Custos indiretos)	2,00%	199,08
A	LUCRO	2,00%	202,95
B	TRIBUTOS	11,35%	1.325,88
C	Tributos Federais (PIS)	0,65%	75,93
C.1	Tributos Federais (COFINS)	3,00%	350,45
C.2	Tributos Estaduais	0,00%	-
C.3	Tributos Municipais (ISS)	5,00%	584,09
C.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013	2,70%	315,41
	VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	15,35%	1.727,91
(categoria profissional)		Quantidade	VALORES
	1 POSTO	1	11.681,71

16	 SENADO FEDERAL	PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 04/2015	 GENERAL CONTRACTOR
CATEGORIA	Instalador(a) Hidráulico(a) Plantonista (diurno)		
Jornada de Trabalho	Plantão 12hx36h : 7h às 19h		
CCT	CCT DF000327_2025 SINDUSCON-DF x STICOMBE-DF (vigente até 30/04/2027)	DATA BASE	PISO
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:		Percentuais	VALOR PROPOSTA
Salário Base			3.111,09
Adicional de Periculosidade			-
Adicional Insalubridade SM 40% sobre o salário mínimo			648,40
Adicional Noturno			-
Adicional de HE			-
Hora Noturna Adicional			-
Intervalo Intrajornada			156,65
Outros Dif horas extras			-
TOTAL DA REMUNERAÇÃO			3.916,14
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS			
Auxílio Transporte (R\$ 15,00 por dia trabalhado - 6% SB)			-
Auxílio Alimentação (R\$ 44,07 por dia trabalhado)			722,55
Café da manhã (5,75 por dia trabalhado)			86,25
Auxílio Funeral			-
Seguro de vida			-
TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS			808,80
MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS			
Insumos Diversos			
Uniformes (vide doc. NUP 00100.023799/2026-21 e anexos e doc. 00100.016699/2026-49)			53,02
EPI's (vide doc. NUP 00100.023799/2026-21 e anexos e doc. 00100.016699/2026-49)			28,89
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:			81,91
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		Percentuais	VALORES
INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)		10,0000%	375,95
SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)		1,5000%	56,39
SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)		1,0000%	37,59
INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)		0,2000%	7,52
Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)		2,5000%	93,99
FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)		8,0000%	300,76
Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)		2,8281%	106,32
SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)		0,6000%	22,56
TOTAL :		26,62810%	1.001,09
4.2 13º SALÁRIO		Percentuais	VALORES
13º Salário		8,33333%	313,29
Incidência do 4.1. sobre o 13º salário		1,38567%	52,09
TOTAL :		9,71900%	365,38
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE		Percentuais	VALORES
Afastamento maternidade		0,03704%	1,39
Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade		0,00986%	0,37
TOTAL :		0,04690%	1,76
4.4. PROVISÃO P/ RESCISÃO		Percentuais	VALORES
Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)		0,83333%	31,33
Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado		0,06667%	2,51
Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)		1,55556%	58,48
Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado		0,41422%	15,57
Multas do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado		3,82222%	143,70
TOTAL :		6,69200%	251,59
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		Percentuais	VALORES
Férias (haverá substituição em caso de férias para os subitens 12 a 17, doc. 00100.023818/2026-10, item 1.9.1.7)		8,33333%	313,29
Tempo constitucional de férias		2,77778%	104,43
Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT)		0,27778%	10,44
Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT)		0,01389%	0,52
Faltas legais (art. 473 e 83, CLT)		0,27778%	10,44
Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76)		0,04167%	1,57
Subtotal		11,72223%	440,70
Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição		3,12141%	117,35
TOTAL :		14,84%	558,05
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)			
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIARIO E FGTS	26,63%	1.001,09
4.2.	13º SALÁRIO	9,72%	365,38
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,05%	1,76
4.4.	PROVISÃO RESCISÃO	6,69%	251,59
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	14,84%	558,05
TOTAL :		57,93%	2.177,87
TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)			R\$ 6.984,72
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
5		Percentuais	VALORES
A	Taxa de Administração (Custos indiretos)	2,00%	139,69
B	LUCRO	2,00%	142,41
C	TRIBUTOS	11,35%	930,38
C.1	Tributos Federais (PIS)	0,65%	53,28
C.2	Tributos Federais (COFINS)	3,00%	245,92
C.3	Tributos Estaduais	0,00%	-
C.4	Tributos Municipais (ISS)	5,00%	409,86
	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013	2,70%	221,32
VALOR TOTAL (MÓDULO 5)		15,35%	1.212,48
(categoria profissional)		Quantidade	VALORES
	1 POSTO	1	8.197,20

17		PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 04/2015	
CATEGORIA	Ajudante de Manutenção Hidrossanitária Plantonista (diurno)		
Jornada de Trabalho	Plantão 12hx36h : 7h às 19h		
CCT	CCT DF000327_2025 SINDUSCON-DF x STICOMBE-DF (vigente até 30/04/2027)	DATA BASE	PISO
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:		Percentuais	VALOR PROPOSTA
	Salário Base		2.103,23
	Adicional de Periculosidade		-
	Adicional Insalubridade SM 40% sobre o salário mínimo		648,40
	Adicional Noturno		-
	Adicional de HE		-
	Hora Noturna Adicional		-
	Intervalo Intrajornada		114,65
	Outros Dif horas extras		-
	TOTAL DA REMUNERAÇÃO		2.866,28
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			
	Auxílio Transporte (R\$ 15,00 por dia trabalhado - 6% SB)		-
	Auxílio Alimentação (R\$ 44,07 por dia trabalhado)		722,55
	Café da manhã (5,75 por dia trabalhado)		86,25
	Auxílio Funeral		-
	Seguro de vida		-
	TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		808,80
MÓDULO 3 - INSUMOS DIVERSOS			
	Insumos Diversos		
	Uniformes (vide doc. NUP 00100.023799/2026-21 e anexos e doc. 00100.016699/2026-49)		53,02
	EPI's (vide doc. NUP 00100.023799/2026-21 e anexos e doc. 00100.016699/2026-49)		28,89
	TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		81,91
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		Percentuais	VALORES
4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS	INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	10,0000%	275,16
	SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,5000%	41,27
	SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,0000%	27,52
	INCRÁ (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,2000%	5,50
	Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,5000%	68,79
	FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,0000%	220,13
	Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	2,8281%	77,82
	SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,6000%	16,51
	TOTAL :	26,62810%	732,71
4.2 13º SALÁRIO	13º Salário	8,33333%	229,30
	Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	1,38567%	38,13
	TOTAL :	9,71900%	267,43
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE	Afastamento maternidade	0,03704%	1,02
	Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00986%	0,27
	TOTAL :	0,04690%	1,29
4.4. PROVISÃO P/ RESCISÃO	Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,83333%	22,93
	Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,06667%	1,83
	Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,55556%	42,80
	Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,41422%	11,40
	Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82222%	105,17
	TOTAL :	6,69200%	184,13
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	Férias (haverá substituição em caso de férias para os subitens 12 a 17, doc. 00100.023818/2026-10, item 1.9.1.7)	8,33333%	229,30
	Terço constitucional de férias	2,77778%	76,43
	Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT)	0,27778%	7,64
	Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT)	0,01389%	0,38
	Faltas legais (art. 473 e 83, CLT)	0,27778%	7,64
	Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76)	0,04167%	1,15
	Subtotal	11,72223%	322,55
	Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	3,12141%	85,89
	TOTAL :	14,84%	408,44
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)			
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIARIO E FGTS	26,63%	732,71
4.2.	13º SALÁRIO	9,72%	267,43
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,05%	1,29
4.4.	PROVISÃO RESCISÃO	6,69%	184,13
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	14,84%	408,44
	TOTAL :	57,93%	1.594,00
	TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R\$ 5.350,99
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		Percentuais	VALORES
A	Taxa de Administração (Custos indiretos)	2,00%	107,02
B	LUCRO	2,00%	109,10
C	TRIBUTOS	11,35%	712,77
C.1	Tributos Federais (PIS)	0,65%	40,82
C.2	Tributos Federais (COFINS)	3,00%	188,40
C.3	Tributos Estaduais	0,00%	-
C.4	Tributos Municipais (ISS)	5,00%	313,99
	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013	2,70%	169,56
	VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	15,35%	928,89
(categoria profissional)		Quantidade	VALORES
	1 POSTO	1	6.279,88



UNIFORME E EPI



ITEM	CÓD SINRA	DESCRIÇÃO	UN	QTD.	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO DIRETO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
01.00		Equipe de Dedicação Exclusiva					R\$ 116.352,50
01.02		<i>Uniformes (Custo abrangido no valor total da Equipe de Dedicação Exclusiva - Postos de Trabalho através do Fator K)</i>					R\$ 74.755,41
01.02.001	SF-03115	Bota de segurança em couro, com biqueira em Composite e solado em PU	par	235	R\$ 147,90	R\$ 34.756,50	R\$ 34.756,50
01.02.002	SF-00825	Calça jeans com emblema da empresa	un	470	R\$ 47,90	R\$ 22.513,00	R\$ 22.513,00
01.02.003	SF-00823	Camisa gola polo	un	160	R\$ 28,99	R\$ 4.638,40	R\$ 4.638,40
01.02.004	SF-02571	Camiseta manga curta	un	310	R\$ 40,59	R\$ 12.582,90	R\$ 12.582,90
01.02.005	SF-03119	Crachá de identificação	un	47	R\$ 5,63	R\$ 264,61	R\$ 264,61
01.03		EPIs (Custo abrangido no valor total da Equipe de Dedicação Exclusiva - Postos de Trabalho através do Fator K)					R\$ 41.597,09
01.02.006	SF-00828	Bota de PVC (galocha cano alto)	par	33	R\$ 39,64	R\$ 1.308,12	R\$ 1.308,12
01.02.007	SF-00829	Capa de chuva	un	47	R\$ 17,89	R\$ 840,83	R\$ 840,83
01.02.008	SF-00830	Capacete de segurança	un	47	R\$ 50,53	R\$ 2.374,91	R\$ 2.374,91
01.02.009	SF-03120	Crepe protetor para as mãos	un	62	R\$ 12,14	R\$ 752,68	R\$ 752,68
01.02.010	SF-00834	Luva de borracha	par	300	R\$ 3,70	R\$ 1.110,00	R\$ 1.110,00
01.02.011	SF-03122	Luva de PVC forrada - 36cm	par	150	R\$ 15,02	R\$ 2.253,00	R\$ 2.253,00
01.02.012	SF-02584	Luva de vaqueta	par	62	R\$ 16,91	R\$ 1.048,42	R\$ 1.048,42
01.02.013	SF-02587	Luva pigmentada	par	185	R\$ 2,97	R\$ 549,45	R\$ 549,45
01.02.014	SF-00835	Máscara de proteção respiratória com válvula e com película de carbono FFP2	un	1410	R\$ 1,84	R\$ 2.594,40	R\$ 2.594,40
01.02.015	SF-00836	Oculos de segurança	un	47	R\$ 9,58	R\$ 450,26	R\$ 450,26
01.02.016	SF-00837	Protetor auricular de inserção	un	235	R\$ 3,15	R\$ 740,25	R\$ 740,25
01.02.017	SF-02580	Protetor auricular tipo abafador dielétrico	un	5	R\$ 54,11	R\$ 270,55	R\$ 270,55
01.02.018	SF-03116	Avental de raspa de couro para soldador - tipo barbeiro	un	2	R\$ 91,97	R\$ 183,94	R\$ 183,94
01.02.019	SF-00831	Cinto de segurança tipo paraquedista	un	4	R\$ 322,05	R\$ 1.288,20	R\$ 1.288,20
01.02.020	SF-03118	Colete refletivo	un	20	R\$ 22,24	R\$ 444,80	R\$ 444,80
01.02.021	SF-03121	Fita zebra	un	30	R\$ 9,08	R\$ 272,40	R\$ 272,40
01.02.022	SF-00833	Lanterna para capacete	un	10	R\$ 66,86	R\$ 668,60	R\$ 668,60
01.02.023	SF-00832	Lanterna profissional	un	3	R\$ 168,05	R\$ 504,15	R\$ 504,15
01.02.024	SF-03123	Máscara para solda em polipropileno - visor fixo com lente	un	2	R\$ 23,09	R\$ 46,18	R\$ 46,18
01.02.025	SF-02363	Placa de sinalização em PVC 2mm	un	20	R\$ 702,66	R\$ 14.053,20	R\$ 14.053,20
01.02.026	SF-00838	Protetor facial	un	5	R\$ 259,01	R\$ 1.295,05	R\$ 1.295,05
01.02.027	SF-02588	Protetor solar 1L	un	20	R\$ 117,01	R\$ 2.340,20	R\$ 2.340,20
01.02.028	SF-00839	Talabarte de Posicionamento (Restrição de Movimento)	un	4	R\$ 204,30	R\$ 817,20	R\$ 817,20
01.02.029	SF-00840	Talabarte em Y	un	4	R\$ 184,11	R\$ 736,44	R\$ 736,44
01.02.030	SF-00842	Travaquedas Deslizante Para Cabo de Aço	un	4	R\$ 338,40	R\$ 1.353,60	R\$ 1.353,60
01.02.031	SF-00841	Travaquedas Deslizante Para Corda	un	4	R\$ 161,74	R\$ 646,96	R\$ 646,96
01.02.032	SF-03124	Vestimenta tipo macacão para saneamento com botas e luvas	un	10	R\$ 265,33	R\$ 2.653,30	R\$ 2.653,30

Manutenção Hidrossanitária 2024/2025**BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS - BDI**

BDI Edificações	
Componentes do BDI	<u>Cálculo com CPRB</u>
	desonerado
	% considerado
AC	3,50%
S+G	0,80%
R	1,12%
DF	0,91%
L	6,78%
PIS	0,65%
COFINS	3,00%
CPRB	2,70%
ISS	2,00%
BDI Edificações	23,94%

BDI mero fornecimento	
Componentes do BDI	<u>Cálculo com CPRB</u>
	desonerado
	% considerado
AC	2,48%
S+G	0,39%
R	0,71%
DF	0,85%
L	4,31%
PIS	0,65%
COFINS	3,00%
CPRB	4,50%
ISS	0,00%
BDI mero fornecimento	18,61%

$$BDI = \left[\frac{(1 + (AC + S + R + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1 \right] \times 100$$

Em que:

AC é a taxa de rateio da administração central;

S é uma taxa representativa de seguros;

R corresponde aos riscos e imprevistos;

G é a taxa que representa o ônus das garantias exigidas em edital;

DF é a taxa representativa das despesas financeiras;

L corresponde à remuneração bruta do construtor;

I é a taxa representativa dos tributos incidentes sobre o preço de venda (PIS, Cofins, CPRB e ISS).

Fontes: Acórdãos 2.369/2011-TCU-Plenário e 2.622/2013-TCU-Plenário.

Item	Categoria	Salários base CT 84/2017 (5° TA)
1	SUPERVISOR TÉCNICO - SEGURANÇA DO TRABALHO	9.366,57
2	SUPERVISOR TÉCNICO - SISTEMA HIDROSSANITÁRIO	9.366,57
3	TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	3.101,17
4	AUXILIAR DE ALMOXARIFADO	1.529,47
5	AUXILIAR DE ATENDIMENTO	1.529,47
6	OFICIAL DE SERVIÇOS GERAIS	2.056,91
7	TÉCNICO EM ELETROMECÂNICA	3.101,17
8	BOMBEIRO HIDRÁULICO ENCARREGADO	3.101,17
9	BOMBEIRO HIDRÁULICO PLANEJADOR DE MANUTENÇÃO	3.101,17
10	BOMBEIRO HIDRÁULICO - GERAL, INCÊNDIO E VÁCUO	2.027,53
11	AJUDANTE DE BOMBEIRO HIDRÁULICO	1.529,47
12	BOMBEIRO HIDRÁULICO - PLANTONISTA (DIURNO) 12x36	2.010,43
13	BOMBEIRO HIDRÁULICO - PLANTONISTA (NOTURNO) 12x36	2.010,43
14	AJUDANTE DE BOMBEIRO HIDRÁULICO - PLANTONISTA (DIURNO) 12x36	1.529,47
15	AJUDANTE DE BOMBEIRO HIDRÁULICO - PLANTONISTA (NOTURNO) 12x36	1.529,47

subitem	Categoria edital	Salários Edital	Salários base TR 00100.023799/2026-21-1
1	Supervisor(a) Técnico(a) - Sistema Hidrossanitário	9.366,57	12.525,35
2	Supervisor(a) Técnico(a) - Sistema de bombeamento hidráulico		12.525,35
3	Supervisor(a) Técnico(a) - Segurança do Trabalho	9.366,57	12.525,35
4	Técnico de Segurança do Trabalho	2.515,00	5.579,71
5	Técnico em Eletromecânica	1.464,26	4.341,84
6-A	Técnico(a) em Edificações - Planejamento de Manutenção (A)	1.416,75	5.331,78
6-B	Técnico(a) em Edificações - Planejamento de Manutenção (B)	2.515,00	5.331,78
7-A	Auxiliar de Almojarifado (A)	1.870,00	2.526,81
7-B	Auxiliar de Almojarifado (B)	2.833,50	2.526,81
8-A	Encarregado(a) de Manutenção Hidrossanitária (A)	1.870,00	5.331,78
8-B	Encarregado(a) de Manutenção Hidrossanitária (B)	1.339,80	5.331,78
9-A	Instalador(a) Hidráulico(a) (A)	1.870,00	3.111,09
9-B	Instalador(a) Hidráulico(a) (B)	1.870,00	3.111,09
10-A	Ajudante de Manutenção Hidrossanitária (A)	1.339,80	2.103,23
10-B	Ajudante de Manutenção Hidrossanitária (B)	1.339,80	2.103,23
11	Oficial de Serviços Gerais		3.111,09
12	Técnico em Eletromecânica Plantonista (noturno)		4.341,84
13	Bombeiro(a) Hidráulico(a) Plantonista (noturno)		3.111,09
14	Ajudante de Bombeiro(a) Hidráulico(a) Plantonista (noturno)		2.103,23
15	Técnico em Eletromecânica Plantonista (diurno)		4.341,84
16	Instalador(a) Hidráulico(a) Plantonista (diurno)		3.111,09
17	Ajudante de Manutenção Hidrossanitária Plantonista (diurno)		2.103,23

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Recibo de Entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTFWeb

CNPJ/CPF	73.509.440/0001-42
Nome	GENERAL CONTRACTOR CONSTRUTORA LTDA
Período de apuração	07/2026
Declaração Retificadora	Sim
Identificação da apuração de débitos	164024814 / Reinf CP 164024997 / Reinf RET 42786077281 / eSocial

Totalização dos tributos apurados no período

Tributos	Débitos Apurados	Saldo a Pagar
Contribuição Previdenciária Segurados	R\$ 1.209.530,52	R\$ 0,00
Contribuição Previdenciária Patronal	R\$ 2.575.014,05	R\$ 2.548.433,51
Contribuição para Outras Entidades e Fundos	R\$ 780.892,61	R\$ 780.892,61
Contribuições Diversas	R\$ 0,00	R\$ 0,00
COFINS	R\$ 0,00	R\$ 0,00
COSIRF	R\$ 0,00	R\$ 0,00
CPSS	R\$ 0,00	R\$ 0,00
CSLL	R\$ 0,00	R\$ 0,00
CSRF	R\$ 1.701,63	R\$ 1.701,63
IOF	R\$ 0,00	R\$ 0,00
IPI	R\$ 0,00	R\$ 0,00
IRPJ	R\$ 0,00	R\$ 0,00
IRRF	R\$ 234.135,68	R\$ 234.135,68
PIS	R\$ 0,00	R\$ 0,00
RET/Pagamento Unificado	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 4.801.274,49	R\$ 3.565.163,43

O presente Recibo de Entrega da DCTFWeb contém a transcrição da Ficha Resumo da referida declaração, que constitui confissão de dívida, de forma irretratável, dos tributos declarados. Fica o declarante ciente de que os tributos declarados na DCTFWeb e não pagos serão enviados para inscrição em Dívida Ativa da União, conforme o disposto no parágrafo 2º do artigo 5º do Decreto-Lei nº 2.124, de 13 de junho de 1984, combinado com a Portaria MF nº 118, de 28 de junho de 1984, estando o declarante sujeito ainda a:

- 1) Sobre os tributos não pagos ou não recolhidos nos prazos legais incidirão multa e juros de mora, nos termos do art. 61 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, combinado com o art. 35 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;
- 2) inclusão no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN), impedindo operações de crédito com recursos públicos, a concessão de incentivos fiscais e financeiros e a celebração de convênios e similares que envolvam desembolso de recursos públicos e respectivos aditamentos (Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002);
- 3) encaminhamento ao Ministério Público Federal de Representação Fiscal para Fins Penais nos casos que, em tese, tenha ocorrido crime contra a ordem tributária ou contra a previdência social, por deixar de recolher, no prazo legal, valor de tributo ou de contribuição social, descontado ou cobrado, na qualidade de sujeito passivo de obrigação e que deveria recolher aos cofres públicos (Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990 e Código Penal).

No caso de falta de apresentação ou de apresentação de declaração com incorreções ou omissões, o contribuinte ficará sujeito às multas previstas no artigo 32-A da Lei nº 8.212, de 1991, e no art. 7º da Lei nº 10.426, de 24 de abril de 2002.

Não surtirão efeitos as retificações de informações prestadas na DCTFWeb que pretendam excluir ou reduzir débitos:

- enviados para inscrição em Dívida Ativa da União, sejam eles saldos a pagar ou valores apurados em procedimento de auditoria interna;
- incluídos em parcelamento deferido;
- que tenham sido objeto de declaração de compensação não passível de retificação ou cancelamento.

Também não surtirão efeitos as retificações de débitos de tributos em relação aos quais o sujeito passivo tenha sido objeto de procedimento fiscal e/ou nos casos em que a apresentação da declaração ocorra após o prazo decadencial.

Dados do Representante da Pessoa Jurídica

Nome	MARCIO VASCONCELOS MARQUES DA SILVA JUNIOR
CPF	089.957.677-07
Telefone	-

Recibo de Entrega da DCTFWeb

DCTFWeb recebida via Internet pelo Agente Receptor SERPRO em 12/08/2026 15:30:19

Nº do recibo de entrega 0000050000515159737

DCTFWeb transmitida com assinatura de certificado digital por 07.890.185/0001-04

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
RELATÓRIO DA DECLARAÇÃO COMPLETA - DCTFWeb

Nome do Contribuinte	GENERAL CONTRACTOR CONSTRUTORA LTDA	CNPJ	73.509.440/0001-42
Período apuração	07/2026	Número do Recibo	50000515159737
Data/Hora da Transmissão	12/08/2026 15:30:19	Identificação da Apuração de Débitos	164024814 / Reinf CP 164024997 / Reinf RET 42786077281 / eSocial

Dados Iniciais

Classificação Tributária	99-Pessoas Jurídicas em Geral
Número do Recibo da Declaração Retificada	50000513678746
Missão Diplomática ou Repartição Consular	0 - Sem acordo
Ausência de Fatos Geradores	Não

Endereço

Logradouro	JOSE SILVA DE AZEVEDO NETO	Número	00200
Complemento	BLC 04 SAL 104	Bairro/Distrito	BARRA DA TIJUCA
Município	RIO DE JANEIRO	UF	RJ
CEP	22775056	Telefone	2125321922
Correio Eletrônico	LICITACAO@GENERALCONTRACTOR.COM.BR		

Dados do Representante do Contribuinte e do Responsável pelo Preenchimento

Representante	MARCIO VASCONCELOS MARQUES DA SILVA JUNIOR	CPF	08995767707
Telefone	00000000		
Correio Eletrônico	-		
Responsável pelo Preenchimento	-		
CPF	-	CRC	-
UF	-	Telefone	-
Correio Eletrônico	-		

Débito Apurado e Crédito Vinculado

Código da Receita	1082-01	Descrição	CP SEGURADOS - EMPREGADOS/AVULSO
Período Apuração Débito	07/2026		
Débito Apurado	1.209.310,52		
Deduções	Salário Família: 18.512,52 Salário Maternidade: 34.550,04 Retenção Lei 9711/98: 1.156.247,96		
Saldo a Pagar	0,00		

Débito Apurado e Crédito Vinculado

Código da Receita	1099-01	Descrição	CP SEGURADOS - CONTRIBUINTES INDIVIDUAIS - 11%
Período Apuração Débito	07/2026		
Débito Apurado	220,00		
Deduções	Retenção Lei 9711/98: 220,00		
Saldo a Pagar	0,00		

Débito Apurado e Crédito Vinculado

Código da Receita	1162-01	Descrição	CP PATRONAL - RETENÇÃO LEI 9.711/98
CNO	-	CNPJ Prest/Incorp /SCP	44.817.090/0001-83
Período Apuração Débito	07/2026		
Débito Apurado	1.391,50		
Deduções	Retenção Lei 9711/98: 1.391,50		
Saldo a Pagar	0,00		

Débito Apurado e Crédito Vinculado

Código da Receita	1162-01	Descrição	CP PATRONAL - RETENÇÃO LEI 9.711/98
CNO	-	CNPJ Prest/Incorp/SCP	59.121.501/0001-79
Período Apuração Débito	07/2026		
Débito Apurado	511,50		
Deduções	Retenção Lei 9711/98: 511,50		
Saldo a Pagar	0,00		

Débito Apurado e Crédito Vinculado

Código da Receita	1138-01	Descrição	CP PATRONAL - EMPREGADOS/AVULSOS
Período Apuração Débito	07/2026		
Débito Apurado	1.292.106,89		
Deduções	Retenção Lei 9711/98: 24.677,54		
Saldo a Pagar	1.267.429,35		

Débito Apurado e Crédito Vinculado

Código da Receita	2985-06	Descrição	CP PATRONAL - CPRB - C CIVIL-CEI APÓS30/11/2015
Período Apuração Débito	07/2026		
Débito Apurado	912.730,42		
Saldo a Pagar	912.730,42		

Débito Apurado e Crédito Vinculado

Código da Receita	1708-06	Descrição	IRRF - REMUNER SERV PRESTADOS POR PJ
Período Apuração Débito	07/2026		
Débito Apurado	499,83		
Saldo a Pagar	499,83		

Débito Apurado e Crédito Vinculado

Código da Receita	5952-07	Descrição	RET DE CONTRIBUICOES PAGT PJ A PJ DE DIR PRIV
Período Apuração Débito	07/2026		
Débito Apurado	1.697,49		
Saldo a Pagar	1.697,49		

Débito Apurado e Crédito Vinculado

Código da Receita	5987-07	Descrição	CSLL - RETENCAO PAGT PJ A PJ DE DIR PRIVADO
Período Apuração Débito	07/2026		
Débito Apurado	4,14		
Saldo a Pagar	4,14		

Débito Apurado e Crédito Vinculado

Código da Receita	1170-01	Descrição	CP TERCEIROS - SALÁRIO EDUCAÇÃO
Período Apuração Débito	07/2026		
Débito Apurado	325.371,93		
Saldo a Pagar	325.371,93		

Débito Apurado e Crédito Vinculado

Código da Receita	1181-01	Descrição	CP TERCEIROS - SENAI
Período Apuração Débito	07/2026		
Débito Apurado	130.148,77		
Saldo a Pagar	130.148,77		

Débito Apurado e Crédito Vinculado

Código da Receita	1184-01	Descrição	CP TERCEIROS - SESI
Período Apuração Débito	07/2026		
Débito Apurado	195.223,15		
Saldo a Pagar	195.223,15		

Débito Apurado e Crédito Vinculado

Código da Receita	1176-01	Descrição	CP TERCEIROS - INCRA
Período Apuração Débito	07/2026		
Débito Apurado	26.029,75		
Saldo a Pagar	26.029,75		

Débito Apurado e Crédito Vinculado

Código da Receita	1200-01	Descrição	CP TERCEIROS - SEBRAE
Período Apuração Débito	07/2026		
Débito Apurado	78.089,26		
Saldo a Pagar	78.089,26		

Débito Apurado e Crédito Vinculado

Código da Receita	1646-01	Descrição	CP PATRONAL - GILRAT AJUSTADO
Período Apuração Débito	07/2026		
Débito Apurado	368.073,74		
Saldo a Pagar	368.073,74		

Débito Apurado e Crédito Vinculado

Código da Receita	1138-04	Descrição	CP PATRONAL - CONTRIBUINTES INDIVIDUAIS
Período Apuração Débito	07/2026		
Débito Apurado	200,00		
Saldo a Pagar	200,00		

Débito Apurado e Crédito Vinculado

Código da Receita	1664-01	Descrição	CP TERCEIROS - SENAI - CONTRIBUICAO ADICIONAL
Período Apuração Débito	07/2026		
Débito Apurado	26.029,75		
Saldo a Pagar	26.029,75		

Débito Apurado e Crédito Vinculado

Código da Receita	0561-07	Descrição	IRRF - RD TRB ASSAL PAÍS/AUS NO EXT A SERV PAÍS
Período Apuração Débito	07/2026		
Débito Apurado	233.635,85		
Saldo a Pagar	233.635,85		

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
RELATÓRIO DE CRÉDITOS - DCTFWeb

Nome do Contribuinte	GENERAL CONTRACTOR CONSTRUTORA LTDA	CNPJ	73.509.440/0001-42
Período de Apuração	07/2026	Número do Recibo	0000050000515159737
Data/Hora da Transmissão	12/08/2026 15:30:19	Identificação da Apuração de Débitos	164024814 / Reinf CP 164024997 / Reinf RET 42786077281 / eSocial

Relatório por Crédito - Dedução Salário Família (Valor Informado: 18.512,52 - Valor Utilizado: 18.512,52 = Saldo Disponível: 0,00)			
Obra:			
Descrição do Débito			Descrição do Crédito
Código Receita	PA Débito	Débito Declarado	Valor Utilizado
108201 - CP SEGURADOS - EMPREGADOS/AVULSO	07/2026	1.209.310,52	18.512,52

Relatório por Crédito - Dedução Salário Maternidade (Valor Informado: 34.550,04 - Valor Utilizado: 34.550,04 = Saldo Disponível: 0,00)			
Obra:			
Descrição do Débito			Descrição do Crédito
Código Receita	PA Débito	Débito Declarado	Valor Utilizado
108201 - CP SEGURADOS - EMPREGADOS/AVULSO	07/2026	1.209.310,52	34.550,04

Relatório por Crédito - Dedução Retenção Lei 9711 (Valor Informado: 1.183.048,50 - Valor Utilizado: 1.183.048,50 = Saldo Disponível: 0,00)			
Descrição do Débito			Descrição do Crédito
Código Receita	PA Débito	Débito Declarado	Valor Utilizado
108201 - CP SEGURADOS - EMPREGADOS/AVULSO	07/2026	1.209.310,52	1.156.247,96
109901 - CP SEGURADOS - CONTRIBUINTES INDIVIDUAIS - 11%	07/2026	220,00	220,00
113801 - CP PATRONAL - EMPREGADOS/AVULSOS	07/2026	1.292.106,89	24.677,54
116201 - CP PATRONAL - RETENÇÃO LEI 9.711/98 - CNPJ Prest./Incorp./SCP: 44.817.090/0001-83	07/2026	1.391,50	1.391,50
116201 - CP PATRONAL - RETENÇÃO LEI 9.711/98 - CNPJ Prest./Incorp./SCP: 59.121.501/0001-79	07/2026	511,50	511,50

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
RELATÓRIO DE DÉBITOS - DCTFWeb

Nome do Contribuinte	GENERAL CONTRACTOR CONSTRUTORA LTDA	CNPJ	73.509.440/0001-42
Período de Apuração	07/2026	Número do Recibo	0000050000515159737
Data/Hora da Transmissão	12/08/2026 15:30:19	Identificação da Apuração de Débitos	164024814 / Reinf CP 164024997 / Reinf RET 42786077281 / eSocial

MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL RELATÓRIO RESUMO DE CRÉDITOS - DCTFWeb
--

Nome do Contribuinte	GENERAL CONTRACTOR CONSTRUTORA LTDA	CNPJ	73.509.440/0001-42
Período de Apuração	07/2026	Número do Recibo	0000050000515159737
Data/Hora da Transmissão	12/08/2026 15:30:19	Identificação da Apuração de Débitos	164024814 / Reinf CP 164024997 / Reinf RET 42786077281 / eSocial

Descrição	Valor Informado/Importado	Valor Vinculado a Débito	Saldo disponível
Retenção Lei 9711/98 ou adiantamento de retenção	1.183.048,50	1.183.048,50	0,00
Salário Família	18.512,52	18.512,52	0,00
Salário Maternidade	34.550,04	34.550,04	0,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL RELATÓRIO RESUMO DE DÉBITOS - DCTFWeb

Nome do Contribuinte	GENERAL CONTRACTOR CONSTRUTORA LTDA	CNPJ	73.509.440/0001-42
Período de Apuração	07/2026	Número do Recibo	0000050000515159737
Data/Hora da Transmissão	12/08/2026 15:30:19	Identificação da Apuração de Débitos	164024814 / Reinf CP 164024997 / Reinf RET 42786077281 / eSocial

Grupo: CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SEGURADOS					
Código	Descrição	PA Débito	Valor Original	Créditos Vinculados	Saldo Devedor
1099-01	CP SEGURADOS - CONTRIBUINTES INDIVIDUAIS - 11%	07/2026	220,00	220,00	0,00
1082-01	CP SEGURADOS - EMPREGADOS/AVULSO	07/2026	1.209.310,52	1.209.310,52	0,00

Grupo: CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL					
Código	Descrição	PA Débito	Valor Original	Créditos Vinculados	Saldo Devedor
1138-01	CP PATRONAL - EMPREGADOS/AVULSOS	07/2026	1.292.106,89	24.677,54	1.267.429,35
1138-04	CP PATRONAL - CONTRIBUINTES INDIVIDUAIS	07/2026	200,00	0,00	200,00
1162-01	CP PATRONAL - RETENÇÃO LEI 9.711/98 - CNPJ Prest./Incorp./SCP: 59.121.501/0001-79	07/2026	511,50	511,50	0,00
1162-01	CP PATRONAL - RETENÇÃO LEI 9.711/98 - CNPJ Prest./Incorp./SCP: 44.817.090/0001-83	07/2026	1.391,50	1.391,50	0,00
1646-01	CP PATRONAL - GILRAT AJUSTADO	07/2026	368.073,74	0,00	368.073,74

Grupo: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS					
Código	Descrição	PA Débito	Valor Original	Créditos Vinculados	Saldo Devedor
2985-06	CP PATRONAL - CPRB - C CIVIL-CEI APÓS30/11/2015	07/2026	912.730,42	0,00	912.730,42

Grupo: CONTRIBUIÇÃO PARA OUTRAS ENTIDADES E FUNDOS					
Código	Descrição	PA Débito	Valor Original	Créditos Vinculados	Saldo Devedor
1170-01	CP TERCEIROS - SALÁRIO EDUCAÇÃO	07/2026	325.371,93	0,00	325.371,93
1184-01	CP TERCEIROS - SESI	07/2026	195.223,15	0,00	195.223,15
1176-01	CP TERCEIROS - INCRA	07/2026	26.029,75	0,00	26.029,75
1200-01	CP TERCEIROS - SEBRAE	07/2026	78.089,26	0,00	78.089,26
1181-01	CP TERCEIROS - SENAI	07/2026	130.148,77	0,00	130.148,77
1664-01	CP TERCEIROS - SENAI - CONTRIBUICAO ADICIONAL	07/2026	26.029,75	0,00	26.029,75

Grupo: IRRF					
Código	Descrição	PA Débito	Valor Original	Créditos Vinculados	Saldo Devedor
0561-07	IRRF - RD TRB ASSAL PAÍS/AUS NO EXT A SERV PAÍS	07/2026	233.635,85	0,00	233.635,85
1708-06	IRRF - REMUNER SERV PRESTADOS POR PJ	07/2026	499,83	0,00	499,83

Grupo: CSRF					
Código	Descrição	PA Débito	Valor Original	Créditos Vinculados	Saldo Devedor
5952-07	RET DE CONTRIBUICOES PAGT PJ A PJ DE DIR PRIV	07/2026	1.697,49	0,00	1.697,49
5987-07	CSLL - RETENCAO PAGT PJ A PJ DE DIR PRIVADO	07/2026	4,14	0,00	4,14

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

Declaro, para os devidos fins, que a empresa **GENERAL CONTRACTOR CONSTRUTORA LTDA** portadora do CNPJ nº **73.509.440/0001-42** com sede na **AV. JOSE SILVA DE AZEVEDO NETO, nº 200 – BL 04 SALA 104 – Barra da Tijuca – Rio de Janeiro – RJ** – optou pela desoneração da folha de pagamento conforme a lei 12.546/2011 art 7º:

IV - as empresas do setor de construção civil, enquadradas nos grupos 412, 432, 433 e 439 da CNAE 2.0; (Incluído pela Lei nº 12.844, de 2013) .

§ 6º No caso de contratação de empresas para a execução dos serviços referidos no caput , mediante cessão de mão de obra, na forma definida pelo art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e para fins de elisão da responsabilidade solidária prevista no inciso VI do art. 30 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, a empresa contratante deverá reter 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) do valor bruto da nota fiscal ou da fatura de prestação de serviços.

Rio de Janeiro, 15 de Janeiro de 2026.

JANAINA DE
SOUZA
LIMA:07831380752

Assinado digitalmente por JANAINA DE SOUZA
LIMA:07831380752
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Presencial, OU=16781484000193, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(em branco), CN=JANAINA DE SOUZA LIMA:07831380752
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.01.15 14:05:30-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2025.1.0

JANAÍNA DE SOUZA LIMA
CONTADORA

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL - CONTRIBUIÇÕES

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

Contribuinte: GENERAL CONTRACTOR CONSTRUTORA LTDA
CNPJ: 73.509.440/0001-42 **SCP:** **Tipo:** Original
Identificação do arquivo: B1FA24E5688904E8C1C33E6310CAAEEA00945CDA
Período de apuração: 01/05/2025 a 31/05/2025

APURAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAS	PIS/PASEP	COFINS
-----------------------------------	-----------	--------

REGIME DE APURAÇÃO NÃO-CUMULATIVO		
Valor Total do crédito disponível relativo ao período	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor Total da Contribuição Apurada	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) Valor total dos créditos descontados	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R\$ 0,00	R\$ 0,00
= Valor da contribuição Social a Recolher	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Saldo de créditos relativo ao período a utilizar em períodos futuros	R\$ 0,00	R\$ 0,00

REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVO		
Valor Total da Contribuição Apurada	R\$ 184.956,80	R\$ 853.646,76
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R\$ 151.085,11	R\$ 697.315,94
= Valor da Contribuição Social a Recolher	R\$ 33.871,69	R\$ 156.330,82

APURAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIARIA SOBRE RECEITAS	
Valor Total da Contribuição Apurada sobre Receitas	R\$ 0,00
(+) Valor total dos ajustes de acréscimo	R\$ 0,00
(-) Valor total dos ajustes de redução	R\$ 0,00
Valor da Contribuição Previdenciária a Recolher	R\$ 0,00

O presente recibo de entrega contém a transcrição da identificação da Escrituração Fiscal Digital das Contribuições incidentes sobre a Receita (EFD-Contribuições) enviada ao Sistema Público de Escrituração Digital, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 1º de março de 2012.

Esta escrituração foi assinada com o certificado digital de NI: 07.890.185/0001-04 CPF: 078.313.807-52	Escrituração recebida via Internet pelo Agente Receptor SERPRO em 09/07/2025 às 09:01:46
Número do Recibo: B1.FA.24.E5.68.89.04.E8.C1.C3.3E.63.10. CA.AE.EA.00.94.5C.DA-3	Assinatura da transmissão gerada pelo ReceitaNet: 34.0C.A9.86.9B.E0.40.74 ED.87.E1.CE.4F.84.F0.54



Solução de Consulta nº 44 - Cosit

Data 14 de fevereiro de 2019

Processo

Interessado

CNPJ/CPF

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL. SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL. ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA. REGIME CUMULATIVO E NÃO CUMULATIVO. APLICAÇÃO.

A construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica é considerada obra de construção civil, devendo submeter as receitas dela decorrentes ao regime de apuração cumulativa da Cofins.

Os serviços de manutenção de estações e redes de distribuição de energia elétrica são considerados serviços de construção civil, devendo as receitas deles decorrentes serem submetidas, em regra, ao regime de apuração não cumulativa da Cofins. Tais receitas só estarão abarcadas pelo regime de apuração cumulativa do inciso XX do art. 10 da Lei nº 10.833, de 2003, quando os referidos serviços de manutenção estiverem vinculados a um mesmo contrato de administração, empreitada ou subempreitada de obra de construção civil e a realização de tal obra for incondicional.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.833, de 2003, art. 10; Lei nº 9.718, de 1998; Lei Complementar nº 116, de 2003; Lei nº 8.666, de 1993; Lei nº 5.194, de 1966.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL. SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL. ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA. REGIME CUMULATIVO E NÃO CUMULATIVO. APLICAÇÃO.

A construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica é considerada obra de construção civil, devendo submeter as receitas dela decorrentes ao regime de apuração cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep.

Os serviços de manutenção de estações e redes de distribuição de energia elétrica são considerados serviços de construção civil, devendo as receitas

deles decorrentes serem submetidas, em regra, ao regime de apuração não cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep. Tais receitas só estarão abrangidas pelo regime de apuração cumulativa do inciso XX do art. 10 c/c o inciso V do art. 15 da Lei nº 10.833, de 2003, quando os referidos serviços de manutenção estiverem vinculados a um mesmo contrato de administração, empreitada ou subempreitada de obra de construção civil e a realização de tal obra for incondicional.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.833, de 2003, art. 10, inciso XX, art. 15, inciso V; Lei nº 10.637, de 2002; Lei nº 9.718, de 1998; Lei Complementar nº 116, de 2003; Lei nº 8.666, de 1993; Lei nº 5.194, de 1966.

Relatório

A pessoa jurídica, acima identificada, informando ser optante pelo regime de tributação do lucro real e ter como atividades principal e secundária, respectivamente, as descritas pelo CNAE 42.21-9-02 – Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica e CNAE 42.21-9-03 - Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica, dirige-se a este órgão para formular consulta, atualmente disciplinada pela Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 16 de setembro de 2013, nos seguintes termos:

- De acordo com as Leis: 10.833 de 2003 e 12.973 de 2014:

Art. 10. *Permanecem sujeitas às normas da legislação da COFINS, vigentes anteriormente a esta Lei, não se lhes aplicando as disposições dos arts. 1º a 8º:*

.....
XX – as receitas decorrentes da execução por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, incorridas até o ano de 2019, inclusive; (Redação dada pela Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014) (Vide art. 119 da Lei nº 12.973/2014)

Nossa empresa é optante pelo Regime de Tributação Lucro Real com atividade principal CNAE: 42.219-02 Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica e como CNAE secundário 42.21.9-03 - Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica, onde utilizamos os códigos de atividades 7.02 e 7.05 para emissão de Notas Fiscais Prestação de Serviços a nossos clientes.

- Questão: De acordo a legislação acima citada, qual o regime correto para cálculo do PIS e COFINS? Cumulativo, não- cumulativo ou cumulativo e não-cumulativo? Favor motivar.

Fundamentos

ADMISSIBILIDADE E FINALIDADE DO PROCESSO DE CONSULTA

2. Cumpridos os requisitos de admissibilidade, conforme art. 24 da Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 2013, a presente consulta pode ser conhecida, sem embargo de posterior análise acerca dos requisitos para produção de efeitos.

3. Acentua-se que o processo de consulta sobre a interpretação da legislação tributária não se presta a ratificar informações ou classificações fiscais ou a atestar fatos declarados pela consulente, sendo as análises feitas com base nas afirmações apresentadas, reservando-se sempre à administração tributária o direito de, caso necessário, averiguar no caso concreto a realidade dos fatos.

OBJETO DA CONSULTA

4. Conforme o relatado, o questionamento da consulente refere-se ao alcance do inciso XX do art. 10 c/c o inciso V do art. 15, ambos da Lei nº 10.833, de 2003, que autorizam que as receitas decorrentes da execução por administração, empreitada ou subempreitada de obras de construção civil continuem sujeitas ao regime de apuração cumulativa da Cofins e da Contribuição para o PIS/Pasep, respectivamente. A dúvida suscitada restringe-se à aplicação de tais dispositivos nas receitas decorrentes da construção e manutenção de estações e redes de distribuição de energia elétrica.

ANÁLISE DO CASO APRESENTADO

5. A Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, estabeleceu o regime de apuração não cumulativa para a Cofins, sendo que algumas de suas disposições aplicam-se também à Contribuição para o PIS/Pasep. O mesmo diploma normativo também excepcionou algumas atividades e algumas pessoas jurídicas do referido regime, dentre as quais se destaca o presente objeto de discussão:

Lei nº 10.833, de 2003

Art. 10. Permanecem sujeitas às normas da legislação da COFINS, vigentes anteriormente a esta Lei, não se lhes aplicando as disposições dos arts. 1º a 8º:

(...)

XX - as receitas decorrentes da execução por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil;

(...)

Art. 15. Aplica-se à contribuição para o PIS/PASEP não-cumulativa de que trata a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, o disposto:

(...)

V - nos incisos VI, IX a XXVII do **caput** e nos §§ 1º e 2º do art. 10 desta Lei;

[grifos ao original]

6. Depreende-se do fragmento acima transcrito que as receitas decorrentes da execução por administração, empreitada ou subempreitada de obras de construção civil não se submetem ao regime de apuração não cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, permanecendo sob a égide do regime anterior à instituição da Lei nº 10.833, de 2003, qual seja o regime de apuração cumulativa desses tributos, sendo este regido principalmente pela Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998.

7. Apesar de o comando acima estatuído ser bastante claro e específico, há dúvidas quanto à abrangência do termo “obras de construção civil”, posto que a legislação referente às duas exações não estabelece uma definição para o termo.

8. Para encontrarmos o seu devido alcance, preliminarmente ressalta-se que não há um conceito unânime na literatura em relação à definição de “Construção Civil”. Porém, diversos trabalhos na área convergem no sentido de que o termo é abrangente a todas as atividades relacionadas a obras de engenharia, como exemplificativamente transcreve-se abaixo:

“Entendemos por *construção civil* a ciência que estuda as disposições e métodos seguidos na realização de uma obra sólida, útil e economia;”
(Azeredo, Hélio Alves de; *O edifício e sua cobertura*. Edgard Blucher, 1977).

“Quando se utiliza o termo *setor da construção civil*, faz-se menção a uma cadeia produtiva que não envolve tão somente os canteiros de obras, mas todo o conjunto que viabiliza sua realização. Esse conjunto encontra-se em pleno crescimento (...)” (REGINO, Gabriel; *Como qualificar a mão de obra na Construção Civil*. PINI, 2010).

“A Construção Civil, segundo definição já consagrada pelos tratadistas, é a ciência que estuda as disposições e métodos seguidos na realização de uma obra arquitetônica sólida, útil e econômica.” (CARDÃO, Celso. *Técnica da construção*. VIII ed. Vol. 1. Belo Horizonte: Edições Engenharia e Arquitetura, 1988, p. 9).

“A área de Construção Civil abrange todas as atividades de produção de obras. Estão incluídas nesta área as atividades referentes às **funções** planejamento e projeto, execução e manutenção e restauração de obras em diferentes **segmentos**, tais como edifícios, estradas, portos, aeroportos, canais de navegação, túneis, instalações prediais, obras de saneamento, de fundações e de terra em geral, estando excluídas as atividades relacionadas às operações, tais como a operação e o gerenciamento de sistemas de transportes, a operação de estações de tratamento de água, de barragens, etc.” (Ministério da Educação. *Educação profissional. Área profissional: construção civil*, 2000).

“A expressão “construção civil” originou-se em uma época em que só existiam duas classificações para a Engenharia: a Civil e Militar. As construções que não eram feitas por engenheiros (militares), tais como fortes e quartéis, eram chamadas de construções civis, feitas por engenheiros civis. Naquela época, a Engenharia Civil englobava todas as áreas da engenharia, porém, com o tempo, dada a necessidade de especialização, decorrente do crescente acúmulo de conhecimento e desenvolvimento tecnológico, ela foi dividindo-se, dando origem às engenharias civil, elétrica, mecânica, química, naval, entre outras. O engenheiro civil, aos poucos, foi deixando de ser politécnico, para tornar-se técnico especialista em determinada área. Foram surgindo assim as categorias de: engenheiro eletricitista, engenheiro mecânico, engenheiro químico, entre outras, o que, conseqüentemente, reduziu a competência do engenheiro civil. A expressão “construção civil”, todavia, não teve o mesmo desdobramento, permanecendo com o mesmo nome até hoje, embora, em razão do desenvolvimento tecnológico, tenha alcançando maior campo de ação. Ela continuou com sua denominação tradicional, apesar do desdobramento da engenharia civil em outras engenharias, cujos respectivos profissionais nela também atuam. Isso significa dizer que obras de construção civil são obras relacionadas com qualquer ramo especializado da engenharia, seja ela civil, mecânica, elétrica, eletrônica, industrial, etc. Na construção civil estão reunidas todas as atividades da engenharia.” (MORAES, Bernardo Ribeiro de. *Doutrina e Prática do Imposto sobre Serviços*, 1978).

9. Os Órgãos Técnicos também deixam claro a vasta aplicação da Construção Civil. A exemplo disso, o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA), entidade que tem dentre suas atribuições “*examinar e decidir em última instância os assuntos relativos no exercício das profissões de engenharia, arquitetura e agronomia*” (art. 27, “c”, da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966), emitiu o Parecer CONFEA nº 011/88-CAT-SPCJ, em resposta à solicitação de entidade pública que indagou a respeito do conceito de Construção Civil, afirmando que “a definição pura e simples do conceito de Construção Civil é realmente

muito genérico”. Em seguida, analisou a petição da então consultante com base no contexto da questão remetida a ele, qual seja a incidência ou não do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

10. Portanto, pode-se concluir que o termo “Construção Civil” possui natureza genérica e, a princípio, abrange todas as obras de engenharia. A partir desse ponto, faz-se necessário adentrar no entendimento do que seria “obras de construção civil” ou, similarmente, “obras de engenharia” para definirmos o alcance do termo na legislação da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.

DO CONCEITO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL OU OBRAS DE ENGENHARIA

11. Encontramos no ordenamento jurídico brasileiro alguns diplomas normativos que tentaram definir o termo. Podemos citar o Decreto Federal nº 3.048, de 6 de maio de 1999, que veio regulamentar as disposições relativas à previdência social determinadas pela leis que regulam o tema. Tal regulamento dispôs (atualmente, o dispositivo encontra-se revogado):

Decreto nº 3.048, de 1999

Art. 257.

(...)

§ 13. Entende-se como **obra de construção civil** a construção, demolição, reforma ou ampliação de edificação ou outra benfeitoria agregada ao solo ou ao subsolo.

[grifos ao original]

12. A Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, que regulamenta as contribuições sociais destinadas à Previdência Social, trouxe à baila o seguinte:

Instrução Normativa RFB nº 971, de 2009

Art. 322. Considera-se:

I - obra de construção civil, a construção, a demolição, a reforma, a ampliação de edificação ou qualquer outra benfeitoria agregada ao solo ou ao subsolo, conforme discriminação no Anexo VII;

.....

X - serviço de construção civil, aquele prestado no ramo da construção civil, tais como os discriminados no Anexo VII;

13. Já a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que trata do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), menciona “obras de construção civil” em seu anexo único:

Lei Complementar nº 116, de 2003

Anexo Único - Lista de Serviços – Item 7.02

7 – Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.

(...)

7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos;

[grifos ao original]

14. A Resolução CONCLA nº 1, de 17 de julho de 2014, com o objetivo de padronizar as atividades econômicas em âmbito nacional, em observância às diretrizes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), publicou a versão 2.2 para o Cadastro Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). A Seção ‘F’ do Cadastro foi destinada ao ramo econômico em pauta, a qual fora intitulada de ‘Construção’ e dividido em três divisões, a seguir:

Seção F – CONSTRUÇÃO

41 - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS;

41.1 Incorporação de empreendimentos imobiliários;

41.2 Construção de edifícios.

- 42 - OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA;

42.1 Construção de rodovias, ferrovias, obras urbanas e obras-de-arte-especiais;

42.2 Obras de infra-estrutura para energia elétrica, telecomunicações, água, esgoto e transporte por dutos; e

42.9 Construção de outras obras de infra-estrutura. e

- 43 - SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO;

43.1 Demolição e preparação do terreno;

43.2 Instalações elétricas, hidráulicas e outras instalações em construções;

43.3 Obras de acabamento;

43.9 Outros serviços especializados para construção.

15. Encontram-se também alguns conceitos na literatura que estuda a área técnica, como exemplificativamente citamos:

“Entendemos (...) por obra todos os trabalhos de engenharia de que resulte criação, modificação ou reparação, mediante construção, ou que tenham como resultado qualquer transformação do meio ambiente natural;” (Azeredo, Hélio Alves de; O edifício e sua cobertura. Edgard Blucher, 1977).

“Obra: realização de trabalho em imóvel, desde seu início até sua conclusão, cujo resultado implique na alteração de seu estado físico anterior.” (HIRSCHFELD, Henrique. Código de Obras e Edificações. Atlas, 1993, p. 24).

“Obra: edificação em processo de construção.” (PEIXOTO, Celestino João Ramos et al. Construção civil: glossário de termos técnicos. GICEA, ____).

16. Quanto aos órgãos técnicos, O CONFEA, no já citado Parecer CONFEA nº 011/88-CAT-SPCJ, elucida que *“as obras de construção civil de conceito tão genérico, para efeitos da legislação fiscal do ISS devem ser conceituados segundo o item 34 da Instrução Normativa nº 10 do IBGE acima enunciado.”*

17. A Instrução Normativa IBGE mencionada no supracitado parecer CONFEA previa o seguinte em seu item 34:

Instrução Normativa IBGE nº 10, de 13 de dezembro de 1985

“34 – CONSTRUÇÃO CIVIL

34.10 – Nivelamento, terraplanagem e preparação de terrenos.

34.20 – Escavações, fundações, estaqueamento e outras obras de infraestrutura.

34.30 – Estruturas metálicas, montagens, instalações industriais, tanques, etc.

34.40 – Construção, reforma, ampliação, reparação e demolição de edifícios.

34.50 – Construção, reparação e conservação de rodovias, ferrovias, vias urbanas, pontes, viadutos, túneis, galerias, metropolitanos, etc.

34.60 – Obras hidráulicas, construção de barragens, usinas, portos, atracadouros, etc.

34.70 – Construção de galerias e condutor de água, esgotos e perfuração de poços.

34.80 – Instalações elétricas e de linhas e fontes de transmissão, inclusive telefones.

34.90 – Construção Civil em geral.”

18. De outra banda, o *Internacional Organization for Standardization (ISO)*, ou Organização Internacional para Padronização, que é uma entidade internacional de padronização e normatização e que tem como objetivo principal aprovar normas técnicas internacionais em todos os campos técnicos, possui a ISO 6707 -1 que trata de *Buildings and civil engineering works* (Edifícios e obras de engenharia civil). Tal normativo traz o conceito para obras de construção civil em seu item 3.1.1.3:

ISO 6707-1

Buildings and civil engineering works – Vocabulary

Part 1: General terms

Construcion works

Construction,US

Everything that is constructed or results from construction operations

19. Em um bom português, podemos definir que a ISO 6707-1 define obras de construção civil como “*tudo que é construído ou resulta de operações de construção*”.

20. Por sua vez, o Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (IBRAOP), sociedade civil de direito privado que atua por meio do debate de questões relacionadas à auditoria de obras públicas, por meio da OT-IBR nº 002, de 2009, definiu obra de engenharia do seguinte modo:

OIT – IBR nº 002, de 2009

3. DEFINIÇÃO DE OBRA

Obra de engenharia é a ação de construir, reformar, fabricar, recuperar ou ampliar um bem, na qual seja necessária a utilização de conhecimentos técnicos específicos envolvendo a participação de profissionais habilitados conforme o disposto na Lei Federal nº 5.194/66.

21. O Manual de Obras e Serviços de Engenharia elaborado pela Advocacia-Geral da União também, numa tentativa de dar luz ao conceito de obra de engenharia para fins da Lei nº 8.666, de 1993, afirmou o seguinte:

Obras e serviços de engenharia

Embora o conceito de obra não tenha contornos bem definidos no direito e seja definido por lei de forma exemplificativa (art. 6º, I), pode-se dizer que obra é toda e qualquer criação material nova ou incorporação de coisa nova à estrutura já existente. A ideia de novidade deve dirigir o conteúdo do conceito, a fim de adaptar-se à exemplificação legal de que obra é toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta. (AGU, 2014, p.8).

22. Pode-se ainda citar a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça que no voto do Ministro Hélio Mosimann referente ao Recurso Especial nº 11.251-0-MG, de 31 de agosto de 1994, tangenciou o tema e relacionou o termo “obra de construção civil” restritivamente a serviços que envolvam a construção, e não a conservação e limpeza (manutenção):

VOTO

(...)

Quanto à violação (...):

“o acórdão hostilizado (fls. 227/230) acabou por concluir que o serviço de limpeza prestado pela ora recorrente estaria enquadrado na classe das medidas de higienização e limpeza sendo, por via oblíqua, tributável.

Não merece reparos a v. decisão recorrida.

Com efeitos, os serviços de limpeza urbana não podem ser confundidos com obras de construção civil. Estas são isentas do ISS, por força do disposto no Decreto-lei n.º 406/68 (cf. RESP nº 6.700/ES; Rel. Min. VICENTE CERNICCHIARO, DJ de 1º-04-91, P. 3.421) enquanto aqueles são tributáveis, posto que enquadrados na classe das medidas de higienização e limpeza.

Merece destaque parte do voto da lavra do eminente Des. LINCOLN ROCHA, em fls. 228, que sintetiza e elucida a quaestio. Diz ele:

(...) não se nega que a abertura e urbanização de vias públicas sejam obras de construção. Todavia, a isenção do art. 11 do DL 406/68 só abrange a **execução da obra e, consequentemente, os respectivos serviços auxiliares ou complementares referentes a ela (a execução)**, ou melhor, aqueles serviços complementares ou auxiliares contemporâneos à sua execução. No entanto, concluída a abertura e urbanização da via pública, **os serviços posteriores de limpeza, para a sua conservação, já não podem mais ser consideradas auxiliares ou complementares, pois não se referem à sua construção**” (Grifei)

[destaques ao original]

23. Do cotejo da doutrina, legislação e pareceres técnicos, pode-se concluir que:

- a) A doutrina, de forma geral, se utiliza de um conceito abrangente de “obra de construção civil”, que poderia ser conceituada como todo trabalho de engenharia que, mediante construção, reforma, ampliação ou outros procedimentos similares, resulte em transformação do espaço no qual é aplicado;
- b) As legislações conceituam “obra de construção civil” de acordo com suas finalidades, não abrangendo todas as “obras” que estariam abarcadas em um conceito comum; e
- c) Os órgãos técnicos seguem o conceito geral da doutrina sobre “obra de construção civil”, de forma que estas abarcam os trabalhos de engenharia e construção civil em geral que, através de construção, reforma, recuperação, ampliação, demolição e outros procedimentos similares, transformam o espaço no qual são aplicados. A jurisprudência do STJ já sinalizou nesse sentido, conforme acima apontado.

24. Tendo em vista que o inciso XX do art. 10 da Lei nº 10.833, de 2003 (c/c o inciso II do seu art. 15) não teve como condão direcionar a não aplicação do regime de apuração não cumulativa a determinadas espécies de obras de construção civil (tanto que não adotou uma definição específica para o termo), mas sim a obras de construção civil em seu sentido comum, pode-se afirmar que estão abarcadas nesse conceito os trabalhos de engenharia que, mediante construção, reforma, recuperação, ampliação, reparação e outros procedimentos similares, transformam o espaço no qual são aplicadas.

25. Podemos, portanto, citar como exemplos claros e corriqueiros de Obras de Construção Civil:

1. Construção, reforma, ampliação, demolição e reparação de edifícios;
2. Construção, reparação e conservação de rodovias, ferrovias, vias urbanas, pontes, viadutos, túneis, galerias e metropolitanos;
3. Construção de usinas e portos; e
4. Obras de infraestrutura para energia elétrica, telecomunicações, água e transporte por dutos.

DO ENGLOBAMENTO OU NÃO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL NO TERMO “OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL” NA LEGISLAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP E DA COFINS

26. Persistem dúvidas se a aplicação do termo “Obras de construção civil” posto no dispositivo em exame (inciso XX do art. 10 da Lei nº 10.833, de 2003) alcança ou não os “Serviços de construção civil”.

27. Conforme já visto, a IN RFB nº 971, de 2009, legislação atinente às contribuições previdenciárias, dispõe que se considera “serviços de construção civil, aquele prestado no ramo da construção civil, tais como os discriminados no Anexo VII”, diferenciando-os claramente das “obras de construção civil” conceituadas em outro inciso da estrutura de seu artigo 322.

28. O IBRAOP trouxe o seguinte conceito para Serviço de Engenharia (que seria similar ao conceito de “Serviço de construção civil”):

OIT – IBR nº 002, de 2009

4. DEFINIÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA

Serviço de Engenharia é toda a atividade que necessite da participação e acompanhamento de profissional habilitado conforme o disposto na Lei Federal nº 5.194/66, tais como: consertar, instalar, montar, operar, conservar, reparar, adaptar, manter, transportar, ou ainda, demolir. Incluem-se nesta definição as atividades profissionais referentes aos serviços técnicos profissionais especializados de projetos e planejamentos, estudos técnicos, pareceres, perícias, avaliações, assessorias, consultorias, auditorias, fiscalização, supervisão ou gerenciamento.

29. O Manual de Obras e Serviços de Engenharia da Advocacia-Geral da União (AGU), ao discorrer sobre a diferença entre obras e serviços de engenharia no setor governamental, conceitua este último do seguinte modo:

Consequentemente, serviço de engenharia é a atividade destinada a garantir a fruição de utilidade já existente ou a proporcionar a utilização de funcionalidade nova em coisa/bem material já existente. Não se cria coisa nova. Pelo contrário, o serviço consiste no conserto, na conservação, operação, reparação, adaptação ou manutenção de um bem material específico já construído ou fabricado. Ou, ainda, na instalação ou montagem de objeto em algo já existente. Objetiva-se, assim, manter-se ou aumentar-se a eficiência da utilidade a que se destina ou pode se destinar um bem perfeito e acabado (AGU, 2014, p. 11).

30. Tangenciando o assunto, a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) publicou o Ato Declaratório Normativo Cosit nº 30, de 14 de outubro de 1999, em que manifesta uma visão abrangente em relação ao termo “obras de construção civil”, deixando assente que o termo pode incluir os serviços auxiliares e complementares a essas obras para fins de vedação ao exercício da opção pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES) . Abaixo, reproduz-se o texto integral do ato:

Ato Declaratório Normativo Cosit nº 30, de 1999

Declara, em caráter normativo, às Superintendências Regionais da Receita Federal, às Delegacias da Receita Federal de Julgamento e aos demais interessados que a vedação ao exercício da opção pelo SIMPLES, aplicável à atividade de construção de imóveis, abrange as obras e serviços auxiliares e complementares da construção civil, tais como:

I - a construção, demolição, reforma e ampliação de edificações;

II - sondagens, fundações e escavações;

III - construção de estradas e logradouros públicos;

IV - construção de pontes, viadutos e monumentos;

V - terraplenagem e pavimentação;

VI - pintura, carpintaria, instalações elétricas e hidráulicas, aplicação de tacos e azulejos, colocação de vidros e esquadrias; e

VII - quaisquer outras benfeitorias agregadas ao solo ou subsolo.

31. Pela leitura do conceito de serviços de construção civil (ou, similarmente, serviços de engenharia) e até mesmo numa leitura rápida e irrefletida do ADN Cosit nº 30, de 1999, pode-se pensar que todo serviço de construção civil aplicado a uma obra do mesmo ramo está abarcado no conceito de “obras de construção civil” trazido pelo inciso XX do art. 10 da Lei nº 10.833, de 2003, e, conseqüentemente, qualquer serviço de construção civil estaria sujeito ao regime de apuração cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.

32. Porém, esse entendimento é completamente equivocado. Vejamos novamente a leitura do dispositivo:

Lei nº 10.833, de 2003

Art. 10. Permanecem sujeitas às normas da legislação da COFINS, vigentes anteriormente a esta Lei, não se lhes aplicando as disposições dos arts. 1º a 8º:

(...)

XX - as receitas decorrentes da execução por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil;

33. Ora, **o dispositivo é claro no sentido de afirmar que apenas as receitas oriundas das obras de construção civil** executadas sob o regime de administração, empreitada ou **subempreitada é que estão excluídas do regime de apuração não cumulativa** dos dois tributos em comento.

34. Os serviços auxiliares e complementares **incluídos em tais contratos de obra é que devem ser abarcados pela regra de cumulatividade**, não os serviços de construção civil contratados independentemente da conclusão de uma obra de construção civil.

35. Para maiores esclarecimentos, faz-se necessário elucidar a finalidade de cada um desses tipos de contrato (administração, empreitada ou subempreitada):

- Contrato por administração ou a preço de custo - nesse regime, a construtora contratada é responsável pela execução da obra e cobra para isso uma comissão por administração. É também chamada de preço de custo porque é no final da execução da obra que o contratante saberá de fato quanto teve que pagar pelo serviço completo.
- Contrato por empreitada - o proprietário da obra contrata um empreiteiro (normalmente, construtora), que se obriga a realizar e entregar uma obra específica, mediante remuneração previamente estabelecida. É também chamado de contrato a preço fixo.
- Contrato por subempreitada - ocorre quando uma construtora contrata um terceiro para realizar empreitada. Essa empreiteira (subcontratada) está responsável pela execução da obra, sob a supervisão do construtor.

36. Nas três espécies de contrato, vemos que o seu objetivo é entregar a obra de construção civil concluída. Para a conclusão da obra, na maioria das vezes será necessário se utilizar de serviços auxiliares e complementares da construção civil como instalação e montagem de elevadores, pintura predial, etc. Esses serviços de construção civil, quando aplicados à execução da obra e forem vinculados ao mesmo contrato de administração, empreitada ou subempreitada, é que estão abarcados pela regra esculpida no inciso XX do art. 10 da Lei nº 10.833, de 2003.

37. O serviço de construção civil executado apenas para finalidade de acrescentar uma utilidade à edificação, sem um contrato de obra vinculado no respectivo momento, foge completamente ao comando aqui discutido, **devendo as receitas decorrentes do contrato desse serviço (ainda que executados sob o regime de administração, empreitada ou subempreitada) serem calculadas de acordo com o regime de apuração não cumulativa** cujas diretrizes estão estampadas na Lei nº 10.637, de 2002 (Contribuição para o PIS/Pasep), e na Lei nº 10.833, de 2003 (Cofins).

38. Entende-se que um serviço de construção civil é vinculado a contrato de administração, empreitada ou subempreitada de obra de construção civil quando nesse contrato estiver estipulado que a pessoa jurídica contratada é responsável pela execução e entrega, por meios próprios ou de terceiros, de tal prestação de serviços.

39. Em resumo, submetem-se ao regime cumulativo da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins (regime anterior) em razão do comando estatuído pelo inciso XX do art. 10 da Lei nº 10.833, de 2003 (c/c o inciso II do art. 15 do mesmo diploma legal) as receitas decorrentes de contrato de execução por administração, empreitada e subempreitada de obras de construção civil, sendo que os serviços auxiliares e complementares de construção

civil aplicados à execução da obra e decorrentes do mesmo contrato de administração, empreitada ou subempreitada estão incluídos nesse regime, tendo em vista que a finalidade desses contratos é a entrega da obra à contratante.

SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO-ESPECIALIZADO E OUTROS SERVIÇOS NÃO APLICADOS À OBRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

40. A aquisição de serviços técnicos especializados e outros serviços profissionais, tais como assessoria técnica, inspeções, laudos, fiscalização e outros, podem ser requisitados antes, durante ou até depois da execução da obra, visando a um aperfeiçoamento desta.

41. Porém, as receitas oriundas de tais serviços não devem estar sujeitos ao regime de apuração cumulativa, uma vez que não são aplicadas à obra de construção civil, ainda que se refiram a ela.

42. Tais serviços não são componentes da obra e possuem total autonomia em relação a esta. Portanto, as receitas desses serviços de apoio estão sujeitas ao regime de apuração não cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, ainda que estejam no mesmo contrato da respectiva obra.

43. Outros serviços que estejam incluídos nos contratos de administração, empreitada ou subempreitada de obras de construção civil, mas que não sejam aplicados em tais obras, também não submetem suas receitas ao disposto no inciso XX do art. 10 c/c o inciso V do art. 15 da Lei nº 10.833, de 2003.

CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

44. Conforme já exposto no conceito de obras de construção civil (item 25), as obras de infraestrutura para energia elétrica, como é o caso da construção de estações e redes de distribuição de energia, submetem suas receitas ao inciso XX do art. 10 c/c o inciso V do art. 15 da Lei nº 10.833, de 2003, devendo apurá-las pelo regime de apuração cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.

45. Sendo os serviços de manutenção espécie corriqueira de serviço de construção civil ou serviço de engenharia, suas receitas não estão abarcadas pelo inciso XX do art. 10 c/c o inciso V do art. 15 da Lei nº 10.833, de 2003, devendo submetê-las, em regra, ao regime de apuração não cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins (regra geral de apuração). Porém, quando há vinculação a contrato de administração, empreitada ou

subempreitada de obra de construção civil, estas podem ser incluídas no regime de apuração cumulativa, caso a realização da obra vinculada ao serviço de manutenção for incondicional.

46. Diante da necessidade dessa vinculação incondicional, faz-se necessário pontuar o seguinte:

a) a manutenção de obras de infraestrutura de estações e redes de distribuição de energia elétrica comumente não ocorre durante uma construção, mas pode ocorrer em outras espécies de obra de construção civil, como por exemplo, durante uma reforma ou uma ampliação. Nesses casos, as receitas decorrentes do serviço de manutenção de tais estações e redes estarão sujeitas ao regime de apuração cumulativa em razão do inciso XX do art. 10 da Lei nº 10.833, de 2003, se no contrato de administração, empreitada ou subempreitada da obra de construção civil constar aquela manutenção, o que comprovará que tal serviço está vinculado àquela obra.

b) Uma outra observação é quanto aos contratos de períodos determinados de manutenção de tais estações e redes. Caso esses serviços façam parte de contrato de administração, empreitada ou subempreitada de obra de construção civil que será executada independentemente da necessidade desta (certeza da execução da obra), suas receitas estarão sujeitas à apuração cumulativa, uma vez que as manutenções estão vinculadas a uma obra de construção civil. Porém, se a execução da obra for condicional (incerteza da execução da obra), o contrato será apenas de manutenção de estações e redes com possível execução de obra de construção civil, o que revela que tal serviço não se vincula a nenhuma obra e, portanto, suas receitas devem estar sujeitas, salvo disposição legal específica em contrário, ao regime de apuração não cumulativa das exações em comento.

b.1) A título de exemplo, caso a pessoa jurídica feche um contrato de empreitada com outra pessoa jurídica de ampliação de determinada rede de distribuição de energia elétrica, sendo que essa ampliação engloba contrato de manutenção de tais estações e redes a ser executado juntamente com a obra de ampliação, temos que o serviço de manutenção é vinculado à obra de contrato de construção civil. Portanto, as receitas decorrentes desse contrato serão apuradas pelo regime de apuração cumulativa.

b.2) Diferente é o caso de contrato de manutenção periódica de estações e redes de distribuição de energia elétrica em que haja cláusula informado que a execução desse serviço é certa, mas ocorrerá a ampliação da rede caso seja comprovada a necessidade dessa obra. Nesse caso, a manutenção ocorrerá independentemente da obra de ampliação, o que comprova que não há vinculação entre o serviço de manutenção de

tais estações e redes e a obra de construção civil, devendo as receitas desse contrato serem tratadas fora do escopo do inciso XX do art. 10 da Lei nº 10.833, de 2003.

Conclusão

47. Com base no exposto, conclui-se que a expressão “obras de construção civil”, para fins de aplicação do inciso XX do art. 10 da Lei nº 10.833, de 2003, compreende os trabalhos de engenharia que, mediante construção, reforma, recuperação, ampliação, reparação e outros procedimentos similares, transformam o espaço no qual são aplicados.

48. Os serviços de construção civil submetem-se, em regra, ao regime de apuração não cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins (regra geral de apuração); porém, quando aplicados em obra de construção civil e vinculados ao mesmo contrato de administração, empreitada ou subempreitada dessa última, suas receitas estão abrangidas pelo inciso XX do art. 10 c/c o inciso V do art. 15 da Lei nº 10.833, de 2003, devendo submetê-las ao regime de apuração cumulativa de ambas as contribuições.

49. A vinculação de serviço de construção civil a contrato de administração, empreitada ou subempreitada de obra de construção civil estará comprovada quando nesse contrato estiver estipulado que a pessoa jurídica contratada é responsável pela execução e entrega, por meios próprios ou de terceiros, de tal prestação de serviço.

50. Serviços não aplicados à execução da obra de construção civil, tais como os serviços técnico-especializados de laudos, inspeções, assessoria técnica, etc. não estão abrangidos pelo conceito de “obras de construção civil”, ainda que referentes a ela, devendo submeter suas receitas, em regra, ao regime de apuração não cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.

51. Diante disso, temos que:

a) A construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica é considerada obra de construção civil, devendo submeter as receitas dela decorrentes ao regime de apuração cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins em razão do inciso XX do art. 10 c/c o inciso V do art. 15 da Lei nº 10.833, de 2003; e

b) Os serviços de manutenção de estações e redes de distribuição de energia elétrica são considerados serviços de construção civil, devendo as receitas deles decorrentes serem apuradas, em regra, pelo regime de apuração não cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins (regra geral de apuração). Tais receitas só estarão abarcadas pelo regime de apuração cumulativa do inciso XX do art. 10 c/c o inciso V do art. 15 da

Lei nº 10.833, de 2003, quando os referidos serviços de manutenção estiverem vinculados a um mesmo contrato de administração, empreitada ou subempreitada de obra de construção civil e a realização de tal obra for incondicional.

Assinado digitalmente

RAUL KLEBER GOMES DE SOUZA
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
Chefe da DIREI

De acordo. À consideração do Coordenador-Geral da Cosit.

Assinado digitalmente

OTHONIEL LUCAS DE SOUSA JÚNIOR
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
Coordenador da Cotri

Ordem de Intimação

Aprovo a Solução de Consulta. Divulgue-se e publique-se nos termos do art. 27 da Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 16 de setembro de 2013. Dê-se ciência ao consulente.

Assinado digitalmente

FERNANDO MOMBELLI
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
Coordenador-Geral da Cosit



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.833, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2003.

[Texto compilado](#)

[Mensagem de veto](#)

[Produção de efeito](#)

[Conversão da MPv nº 135, de 2003](#)

Altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências.

[\(Vide Decreto nº 5057, de 2004\)](#)

[\(Vide Decreto nº 6.842, de 2009\)](#)

[\(Vide Lei Complementar nº 214, de 2025\)](#) [Produção de efeitos](#)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA COBRANÇA NÃO-CUMULATIVA DA COFINS

~~Art. 1º A Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, com a incidência não cumulativa, tem como fato gerador o faturamento mensal, assim entendido o total das receitas auferidas pela pessoa jurídica, independentemente de sua denominação ou classificação contábil. (Produção de efeito)~~

Art. 1º A Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, com a incidência não cumulativa, incide sobre o total das receitas auferidas no mês pela pessoa jurídica, independentemente de sua denominação ou classificação contábil. [\(Redação dada pela Lei nº 12.973, de 2014\)](#) [\(Vigência\)](#) [\(Vide Lei Complementar nº 214, de 2025\)](#) [Produção de efeitos](#)

~~§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, o total das receitas compreende a receita bruta da venda de bens e serviços nas operações em conta própria ou alheia e todas as demais receitas auferidas pela pessoa jurídica.~~

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, o total das receitas compreende a receita bruta de que trata o [art. 12 do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977](#), e todas as demais receitas auferidas pela pessoa jurídica com os seus respectivos valores decorrentes do ajuste a valor presente de que trata o [inciso VIII do caput do art. 183 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#). [\(Redação dada pela Lei nº 12.973, de 2014\)](#) [\(Vigência\)](#)

~~§ 2º A base de cálculo da contribuição é o valor do faturamento, conforme definido no caput.~~

§ 2º A base de cálculo da Cofins é o total das receitas auferidas pela pessoa jurídica, conforme definido no **caput** e no § 1º. [\(Redação dada pela Lei nº 12.973, de 2014\)](#) [\(Vigência\)](#)

§ 3º Não integram a base de cálculo a que se refere este artigo as receitas:

I - isentas ou não alcançadas pela incidência da contribuição ou sujeitas à alíquota 0 (zero);

II - não-operacionais, decorrentes da venda de ativo permanente;

II - de que trata o [inciso IV do caput do art. 187 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), decorrentes da venda de bens do ativo não circulante, classificado como investimento, imobilizado ou intangível; [\(Redação dada pela Lei nº 12.973, de 2014\)](#) [\(Vigência\)](#)

III - auferidas pela pessoa jurídica revendedora, na revenda de mercadorias em relação às quais a contribuição seja exigida da empresa vendedora, na condição de substituta tributária;

~~IV - de venda dos produtos de que tratam as [Leis nºs 9.990, de 21 de julho de 2000](#), [10.147, de 21 de dezembro de 2000](#), [10.485, de 3 de julho de 2002](#), e [10.560, de 13 de novembro de 2002](#), ou quaisquer outras submetidas à incidência monofásica da contribuição;~~

~~IV - de venda de álcool para fins carburantes; [\(Redação dada pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#) [\(Vide Medida Provisória nº 413, de 2008\)](#) [\(Revogado pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#)~~

V - referentes a:

a) vendas canceladas e aos descontos incondicionais concedidos;

~~b) reversões de provisões e recuperações de créditos baixados como perda que não representem ingresso de novas receitas, o resultado positivo da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido e os lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição que tenham sido computados como receita;~~

b) reversões de provisões e recuperações de créditos baixados como perda que não representem ingresso de novas receitas, o resultado positivo da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido e os lucros e dividendos derivados de participações societárias, que tenham sido computados como receita; [\(Redação dada pela Lei nº 12.973, de 2014\)](#) [\(Vigência\)](#)

~~VI - decorrentes de transferência onerosa, a outros contribuintes do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, de créditos de ICMS originados de operações de exportação, conforme o disposto no inciso II do § 1º do art. 25 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996. (Incluído pela Medida Provisória nº 451, de 2008).~~

VI - decorrentes de transferência onerosa a outros contribuintes do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS de créditos de ICMS originados de operações de exportação, conforme o disposto no [inciso II do § 1º do art. 25 da Lei Complementar no 87, de 13 de setembro de 1996](#). [\(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009\)](#). [\(Produção de efeito\)](#).

VII - financeiras decorrentes do ajuste a valor presente de que trata o [inciso VIII do caput do art. 183 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), referentes a receitas excluídas da base de cálculo da Cofins; [\(Incluído pela Lei nº 12.973, de 2014\)](#). [\(Vigência\)](#)

VIII - relativas aos ganhos decorrentes de avaliação do ativo e passivo com base no valor justo; [\(Incluído pela Lei nº 12.973, de 2014\)](#). [\(Vigência\)](#)

~~IX - de subvenções para investimento, inclusive mediante isenção ou redução de impostos, concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos e de doações feitas pelo poder público; (Incluído pela Lei nº 12.973, de 2014) (Vigência) (Revogado pela Medida Provisória nº 1.185, de 2023) Produção de efeitos (Revogado Lei nº 14.789, de 2023) (Produção de efeitos)~~

X - reconhecidas pela construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento da infraestrutura, cuja contrapartida seja ativo intangível representativo de direito de exploração, no caso de contratos de concessão de serviços públicos; [\(Incluído pela Lei nº 12.973, de 2014\)](#). [\(Vigência\)](#)

~~XI - relativas ao valor do imposto que deixar de ser pago em virtude das isenções e reduções de que tratam as alíneas "a", "b", "c" e "e" do § 1º do art. 19 do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977; e (Incluído pela Lei nº 12.973, de 2014) (Vigência)~~

~~XI - relativas ao valor do imposto que deixar de ser pago em virtude das isenções e reduções de que tratam as alíneas "a", "b", "c" e "e" do § 1º do art. 19 do Decreto-Lei nº 1.598, de 1977; (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.159, de 2023) Vigência encerrada~~

~~XI - relativas ao valor do imposto que deixar de ser pago em virtude das isenções e reduções de que tratam as alíneas "a", "b", "c" e "e" do § 1º do art. 19 do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977; e (Incluído pela Lei nº 12.973, de 2014) (Vigência)~~

XI - relativas ao valor do imposto que deixar de ser pago em virtude das isenções e reduções de que tratam as alíneas "a", "b", "c" e "e" do [§ 1º do art. 19 do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977](#); [\(Redação dada pela Lei nº 14.592, de 2023\)](#)

~~XII - relativas ao prêmio na emissão de debêntures. (Incluído pela Lei nº 12.973, de 2014) (Vigência)~~

~~XII - relativas ao prêmio na emissão de debêntures; e (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.159, de 2023) Vigência encerrada~~

~~XII - relativas ao prêmio na emissão de debêntures. (Incluído pela Lei nº 12.973, de 2014) (Vigência)~~

XII - relativas ao prêmio na emissão de debêntures; e [\(Redação dada pela Lei nº 14.592, de 2023\)](#)

~~XIII - referentes ao valor do ICMS que tenha incidido sobre a operação. (Incluído pela Medida Provisória nº 1.159, de 2023) Vigência encerrada~~

XIII - relativas ao valor do ICMS que tenha incidido sobre a operação. [\(Redação dada pela Lei nº 14.592, de 2023\)](#)

Art. 2º Para determinação do valor da COFINS aplicar-se-á, sobre a base de cálculo apurada conforme o disposto no art. 1º, a alíquota de 7,6% (sete inteiros e seis décimos por cento). [\(Produção de efeito\)](#) [\(Vide Medida Provisória nº 497, de 2010\)](#) [\(Vide Lei Complementar nº 214, de 2025\)](#) [Produção de efeitos](#)

§ 1º Excetua-se do disposto no caput deste artigo a receita bruta auferida pelos produtores ou importadores, que devem aplicar as alíquotas previstas: [\(Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#) [\(Vide Medida Provisória nº 497, de 2010\)](#)

~~I - nos incisos I a III do art. 4º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, e alterações posteriores, no caso de venda de gasolinas, exceto gasolina de aviação, óleo diesel e gás liquefeito de petróleo (GLP) derivado de petróleo e gás natural; (Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004)~~

I - nos [incisos I a III do art. 4º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998](#), e alterações posteriores, no caso de venda de gasolinas e suas correntes, exceto gasolina de aviação, óleo diesel e suas correntes e gás liquefeito de petróleo - GLP derivado de petróleo e de gás natural; [\(Redação dada pela Lei nº 10.925, de 2004\)](#) [\(Vide Lei nº 10.925, de 2004\)](#) [\(Vide Lei nº 11.196, de 2005\)](#)

II - no [inciso I do art. 1º da Lei nº 10.147, de 21 de dezembro de 2000](#), e alterações posteriores, no caso de venda de produtos farmacêuticos, de perfumaria, de toucador ou de higiene pessoal, nele relacionados; [\(Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#) [\(Vide Lei nº 11.196, de 2005\)](#)

III - no [art. 1º da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002](#), e alterações posteriores, no caso de venda de máquinas e veículos classificados nos códigos 84.29, 8432.40.00, 84.32.80.00, 8433.20, 8433.30.00, 8433.40.00, 8433.5, 87.01, 87.02, 87.03, 87.04, 87.05 e 87.06, da TIPI; [\(Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#) [\(Vide Lei nº 11.196, de 2005\)](#)

IV - no [inciso II do art. 3º da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002](#), no caso de vendas, para comerciante atacadista ou varejista ou para consumidores, das autopeças relacionadas nos Anexos I e II da mesma Lei; [\(Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#) [\(Vide Lei nº 11.196, de 2005\)](#)

V - no [caput do art. 5º da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002](#), e alterações posteriores, no caso de venda dos produtos classificados nas posições 40.11 (pneus novos de borracha) e 40.13 (câmaras-de-ar de borracha), da TIPI; [\(Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#) [\(Vide Lei nº 11.196, de 2005\)](#)

VI - no [art. 2º da Lei nº 10.560, de 13 de novembro de 2002](#), e alterações posteriores, no caso de venda de querosene de aviação; [\(Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#)

VII - no art. 51 desta Lei, e alterações posteriores, no caso de venda das embalagens nele previstas, destinadas ao envasamento de água, refrigerante e cerveja, classificados nos códigos 22.01, 22.02 e 22.03, todos da TIPI; e [\(Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#) [\(Revogado pela Lei nº 13.097, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)

VIII - no art. 49 desta Lei, e alterações posteriores, no caso de venda de água, refrigerante, cerveja e preparações compostas classificados nos códigos 22.01, 22.02, 22.03 e 2106.90.10 Ex 02, todos da TIPI. [\(Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#)

VIII - no art. 58-I desta Lei, no caso de venda das bebidas mencionadas no art. 58-A desta Lei; [\(Redação dada pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#) [\(Revogado pela Lei nº 13.097, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)

IX - no art. 52 desta Lei, e alterações posteriores, no caso de venda de água, refrigerante, cerveja e preparações compostas classificados nos códigos 22.01, 22.02, 22.03 e 2106.90.10 Ex 02, todos da TIPI; [\(Incluído pela Lei nº 10.925, de 2004\)](#)

IX - no inciso II do art. 58-M desta Lei, no caso de venda das bebidas mencionadas no art. 58-A desta Lei, quando efetuada por pessoa jurídica optante pelo regime especial instituído pelo art. 58-J desta Lei; [\(Redação dada pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#) [\(Revogado pela Lei nº 13.097, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)

X - no [art. 23 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004](#), no caso de venda de gasolinas e suas correntes, exceto gasolina de aviação, óleo diesel e suas correntes, querosene de aviação, gás liquefeito de petróleo - GLP derivado de petróleo e de gás natural. [\(Incluído pela Lei nº 10.925, de 2004\)](#) [\(Vide Medida Provisória nº 413, de 2008\)](#)

~~§ 1º-A. Excetua-se do disposto no caput deste artigo a receita bruta auferida pelos produtores, importadores ou distribuidores com a venda de álcool, inclusive para fins carburantes, à qual se aplicam as alíquotas previstas no caput e no § 4º do art. 5º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998. [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#) [\(Vide Medida Provisória nº 497, de 2010\)](#)~~

§ 1º-A. Excetua-se do disposto no caput deste artigo a receita bruta auferida com a venda de etanol, inclusive para fins carburantes, à qual se aplicam as alíquotas previstas, conforme o caso, no [art. 5º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998](#). [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 214, de 2025\)](#) [Produção de efeitos](#)

§ 2º Excetua-se do disposto no caput deste artigo a receita bruta decorrente da venda de papel imune a impostos de que trata o [art. 150, inciso VI, alínea d, da Constituição Federal](#), quando destinado à impressão de periódicos, que fica sujeita à alíquota de 3,2% (três inteiros e dois décimos por cento). [\(Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#)

~~§ 3º Fica o Poder Executivo autorizado a reduzir a 0 (zero) e a restabelecer a alíquota incidente sobre receita bruta decorrente da venda de produtos químicos e farmacêuticos, classificados nos Capítulos 29 e 30, sobre produtos destinados ao uso em laboratório de anatomia patológica, citológica ou de análises clínicas, classificados nas posições 30.02, 30.06, 39.26, 40.15 e 90.18, e sobre sêmens e embriões da posição 05.11, todos da TIPI. [\(Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#)~~

§ 3º Fica o Poder Executivo autorizado a reduzir a 0 (zero) e a restabelecer a alíquota incidente sobre receita bruta decorrente da venda de produtos químicos e farmacêuticos, classificados nos Capítulos 29 e 30, sobre produtos destinados ao uso em hospitais, clínicas e consultórios médicos e odontológicos, campanhas de saúde realizadas pelo Poder Público, laboratório de anatomia patológica, citológica ou de análises clínicas, classificados nas posições 30.02, 30.06, 39.26, 40.15 e 90.18, e sobre sêmens e embriões da posição 05.11, todos da TIPI. [\(Redação dada pela Lei nº 11.196, de 2005\)](#)

§ 4º Fica reduzida a 0 (zero) a alíquota da COFINS incidente sobre a receita de venda de livros técnicos e científicos, na forma estabelecida em ato conjunto do Ministério da Educação e da Secretaria da Receita Federal. [\(Incluído pela Lei nº 10.925, de 2004\)](#) [\(Vide Lei nº 10.925, de 2004\)](#)

§ 5º Excetua-se do disposto no caput deste artigo a receita bruta auferida por pessoa jurídica industrial estabelecida na Zona Franca de Manaus, decorrente da venda de produção própria, consoante projeto aprovado pelo Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, que fica sujeita, ressalvado o disposto nos §§ 1º a 4º deste artigo, às alíquotas de: [\(Incluído pela Lei nº 10.996, de 2004\)](#)

I - 3% (três por cento), no caso de venda efetuada a pessoa jurídica estabelecida: [\(Incluído pela Lei nº 10.996, de 2004\)](#)

a) na Zona Franca de Manaus; e [\(Incluído pela Lei nº 10.996, de 2004\)](#)

b) fora da Zona Franca de Manaus, que apure a COFINS no regime de não-cumulatividade; [\(Incluído pela Lei nº 10.996, de 2004\)](#)

II - 6% (seis por cento), no caso de venda efetuada a: [\(Incluído pela Lei nº 10.996, de 2004\)](#)

a) pessoa jurídica estabelecida fora da Zona Franca de Manaus, que apure o imposto de renda com base no lucro presumido; [\(Incluído pela Lei nº 10.996, de 2004\)](#)

b) pessoa jurídica estabelecida fora da Zona Franca de Manaus, que apure o imposto de renda com base no lucro real e que tenha sua receita, total ou parcialmente, excluída do regime de incidência não-cumulativa da COFINS; [\(Incluído pela Lei nº 10.996, de 2004\)](#)

c) pessoa jurídica estabelecida fora da Zona Franca de Manaus e que seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições - SIMPLES; e [\(Incluído pela Lei nº 10.996, de 2004\)](#)

d) órgãos da administração federal, estadual, distrital e municipal. [\(Incluído pela Lei nº 10.996, de 2004\)](#)

~~§ 6º O disposto no § 5º também se aplica à receita bruta auferida por pessoa jurídica industrial estabelecida nas Áreas de Livre Comércio de que tratam as [Leis nºs 7.965, de 22 de dezembro de 1989](#), [8.210, de 19 de julho de 1991](#), [8.256, de 25 de novembro de 1991](#), e [art. 11 da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991](#), e a [Lei nº 8.857, de 8 de março de 1994](#). [\(Incluído pela Medida Provisória nº 451, de 2008\)](#)~~

§ 6º O disposto no § 5º também se aplica à receita bruta auferida por pessoa jurídica industrial ou comercial estabelecida nas Áreas de Livre Comércio de que tratam as [Leis nºs 7.965, de 22 de dezembro de 1989](#), [8.210, de 19 de julho de 1991](#), e [8.256, de 25 de novembro](#)

[de 1991](#), o [art. 11 da Lei no 8.387, de 30 de dezembro de 1991](#), e a [Lei no 8.857, de 8 de março de 1994](#).

[\(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009\).](#)

§ 7º A exigência prevista no § 5º deste artigo relativa ao projeto aprovado não se aplica às pessoas jurídicas comerciais referidas no § 6º deste artigo. [\(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009\).](#)

Art. 3º Do valor apurado na forma do art. 2º a pessoa jurídica poderá descontar créditos calculados em relação a: [\(Produção de efeito\)](#) [\(Vide Medida Provisória nº 497, de 2010\)](#) [\(Regulamento\)](#) [\(Vide Lei Complementar nº 214, de 2025\)](#) [Produção de efeitos](#)

~~I - bens adquiridos para revenda, exceto em relação às mercadorias e aos produtos referidos nos incisos III e IV do § 3º do art. 1º;~~

I - bens adquiridos para revenda, exceto em relação às mercadorias e aos produtos referidos: [\(Redação dada pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#)

a) nos incisos III e IV do § 3º do art. 1º desta Lei; e [\(Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#) [\(Vide Medida Provisória nº 413, de 2008\)](#)

a) no inciso III do § 3º do art. 1º desta Lei; e [\(Redação dada pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeitos\)](#)

b) no § 1º do art. 2º desta Lei; [\(Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#)

b) nos §§ 1º e 1º-A do art. 2º desta Lei; [\(Redação dada pela lei nº 11.787, de 2008\)](#) [\(Vide Lei nº 9.718, de 1998\)](#)

~~II - bens e serviços, utilizados como insumo na prestação de serviços e na produção ou fabricação de bens ou produtos destinados à venda, inclusive combustíveis e lubrificantes;~~

II - bens e serviços, utilizados como insumo na prestação de serviços e na produção ou fabricação de bens ou produtos destinados à venda, inclusive combustíveis e lubrificantes, exceto em relação ao pagamento de que trata o [art. 2º da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002](#), devido pelo fabricante ou importador, ao concessionário, pela intermediação ou entrega dos veículos classificados nas posições 87.03 e 87.04 da [Tipi](#); [\(Redação dada pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#)

~~III - energia elétrica consumida nos estabelecimentos da pessoa jurídica;~~

III - energia elétrica e energia térmica, inclusive sob a forma de vapor, consumidas nos estabelecimentos da pessoa jurídica; [\(Redação dada pela Lei nº 11.488, de 2007\)](#)

IV - aluguéis de prédios, máquinas e equipamentos, pagos a pessoa jurídica, utilizados nas atividades da empresa;

~~V - despesas financeiras decorrentes de empréstimos, financiamentos e o valor das contraprestações de operações de arrendamento mercantil de pessoa jurídica, exceto de optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES;~~

V - valor das contraprestações de operações de arrendamento mercantil de pessoa jurídica, exceto de optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES; [\(Redação dada pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#)

~~VI - máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado adquiridos para utilização na produção de bens destinados à venda, ou na prestação de serviços;~~

VI - máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado, adquiridos ou fabricados para locação a terceiros, ou para utilização na produção de bens destinados à venda ou na prestação de serviços; [\(Redação dada pela Lei nº 11.196, de 2005\)](#)

VII - edificações e benfeitorias em imóveis próprios ou de terceiros, utilizados nas atividades da empresa;

VIII - bens recebidos em devolução cuja receita de venda tenha integrado faturamento do mês ou de mês anterior, e tributada conforme o disposto nesta Lei;

IX - armazenagem de mercadoria e frete na operação de venda, nos casos dos incisos I e II, quando o ônus for suportado pelo vendedor.

X - vale-transporte, vale-refeição ou vale-alimentação, fardamento ou uniforme fornecidos aos empregados por pessoa jurídica que explore as atividades de prestação de serviços de limpeza, conservação e manutenção. [\(Incluído pela Lei nº 11.898, de 2009\)](#)

XI - bens incorporados ao ativo intangível, adquiridos para utilização na produção de bens destinados a venda ou na prestação de serviços. [\(Incluído pela Lei nº 12.973, de 2014\)](#) [\(Vigência\)](#)

§ 1º O crédito será determinado mediante a aplicação da alíquota prevista no art. 2º sobre o valor:

§ 1º Observado o disposto no § 15 deste artigo, o crédito será determinado mediante a aplicação da alíquota prevista no caput do art. 2º desta Lei sobre o valor: [\(Redação dada pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#)

§ 1º Observado o disposto no § 15 deste artigo e no § 1º do art. 52 desta Lei, o crédito será determinado mediante a aplicação da alíquota prevista no caput do art. 2º desta Lei sobre o valor: [\(Redação dada pela Lei nº 10.925, de 2004\)](#) [\(Vide Lei nº 10.925, de 2004\)](#)

§ 1º Observado o disposto no § 15 deste artigo, o crédito será determinado mediante a aplicação da alíquota prevista no caput do art. 2º desta Lei sobre o valor: [\(Redação dada pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

I - dos itens mencionados nos incisos I e II do caput, adquiridos no mês;

II - dos itens mencionados nos incisos III a V e IX do caput, incorridos no mês;

~~III - dos encargos de depreciação e amortização dos bens mencionados nos incisos VI e VII do caput, incorridos no mês;~~

III - dos encargos de depreciação e amortização dos bens mencionados nos incisos VI, VII e XI do **caput**, incorridos no mês;
[\(Redação dada pela Lei nº 12.973, de 2014\)](#) [\(Vigência\)](#)

IV - dos bens mencionados no inciso VIII do caput, devolvidos no mês.

§ 2º Não dará direito a crédito o valor de mão-de-obra paga a pessoa física.

§ 2º Não dará direito a crédito o valor: [\(Redação dada pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#)

~~I - de mão-de-obra paga a pessoa física; e [\(Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#)~~

~~I - de mão-de-obra paga a pessoa física; [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 1.159, de 2023\)](#) [Vigência encerrada](#)~~

~~I - de mão-de-obra paga a pessoa física; e [\(Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#)~~

I - de mão de obra paga a pessoa física; [\(Redação dada pela Lei nº 14.592, de 2023\)](#)

~~II - da aquisição de bens ou serviços não sujeitos ao pagamento da contribuição, inclusive no caso de isenção, esse último quando revendidos ou utilizados como insumo em produtos ou serviços sujeitos à alíquota 0 (zero), isentos ou não alcançados pela contribuição. [\(Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#)~~

~~II - da aquisição de bens ou serviços não sujeitos ao pagamento da contribuição, inclusive no caso de isenção, esse último quando revendidos ou utilizados como insumo em produtos ou serviços sujeitos à alíquota 0 (zero), isentos ou não alcançados pela contribuição; e [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 1.159, de 2023\)](#) [Vigência encerrada](#)~~

~~II - da aquisição de bens ou serviços não sujeitos ao pagamento da contribuição, inclusive no caso de isenção, esse último quando revendidos ou utilizados como insumo em produtos ou serviços sujeitos à alíquota 0 (zero), isentos ou não alcançados pela contribuição. [\(Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#)~~

II - da aquisição de bens ou serviços não sujeitos ao pagamento da contribuição, inclusive no caso de isenção, esse último quando revendidos ou utilizados como insumo em produtos ou serviços sujeitos à alíquota 0 (zero), isentos ou não alcançados pela contribuição; e [\(Redação dada pela Lei nº 14.592, de 2023\)](#)

~~III - do ICMS que tenha incidido sobre a operação de aquisição. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 1.159, de 2023\)](#) [Produção de efeitos](#) [Vigência encerrada](#)~~

III - do ICMS que tenha incidido sobre a operação de aquisição. [\(Incluído pela Lei nº 14.592, de 2023\)](#)

§ 3º O direito ao crédito aplica-se, exclusivamente, em relação:

I - aos bens e serviços adquiridos de pessoa jurídica domiciliada no País;

II - aos custos e despesas incorridos, pagos ou creditados a pessoa jurídica domiciliada no País;

III - aos bens e serviços adquiridos e aos custos e despesas incorridos a partir do mês em que se iniciar a aplicação do disposto nesta Lei.

§ 4º O crédito não aproveitado em determinado mês poderá sê-lo nos meses subsequentes.

§ 5º ~~Sem prejuízo do aproveitamento dos créditos apurados na forma deste artigo, as pessoas jurídicas que produzam mercadorias de origem animal ou vegetal, classificadas nos capítulos 2 a 4, 8 a 12 e 23, e nos códigos 01.03, 01.05, 0504.00, 0701.90.00, 0702.00.00, 0706.10.00, 07.08, 0709.90, 07.10, 07.12 a 07.14, 15.07 a 15.14, 15.15.2, 15.16.20.00, 15.17, 1701.11.00, 1701.99.00, 1702.90.00, 18.03, 1804.00.00, 1805.00.00, 20.09, 2101.11.10 e 2209.00.00, todos da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, destinados à alimentação humana ou animal, poderão deduzir da COFINS, devida em cada período de apuração, crédito presumido, calculado sobre o valor dos bens e serviços referidos no inciso II do caput deste artigo, adquiridos, no mesmo período, de pessoas físicas residentes no País. [\(Revogado pela Lei nº 10.925, de 2004\)](#)~~

§ 6º ~~Relativamente ao crédito presumido referido no § 5º: [\(Revogado pela Lei nº 10.925, de 2004\)](#)~~

~~I - seu montante será determinado mediante aplicação, sobre o valor das mencionadas aquisições, de alíquota correspondente a 80% (oitenta por cento) daquela constante do art. 2º;~~

~~I - seu montante será determinado mediante aplicação, sobre o valor das mencionadas aquisições, de alíquota correspondente a 80% (oitenta por cento) daquela constante do caput do art. 2º desta Lei; [\(Redação dada pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#) [\(Revogado pela Lei nº 10.925, de 2004\)](#)~~

~~II - o valor das aquisições não poderá ser superior ao que vier a ser fixado, por espécie de bem ou serviço, pela Secretaria da Receita Federal - SRF, do Ministério da Fazenda. [\(Revogado pela Lei nº 10.925, de 2004\)](#)~~

§ 7º Na hipótese de a pessoa jurídica sujeitar-se à incidência não-cumulativa da COFINS, em relação apenas à parte de suas receitas, o crédito será apurado, exclusivamente, em relação aos custos, despesas e encargos vinculados a essas receitas.

§ 8º Observadas as normas a serem editadas pela Secretaria da Receita Federal, no caso de custos, despesas e encargos vinculados às receitas referidas no § 7º e àquelas submetidas ao regime de incidência cumulativa dessa contribuição, o crédito será determinado, a critério da pessoa jurídica, pelo método de:

I - apropriação direta, inclusive em relação aos custos, por meio de sistema de contabilidade de custos integrada e coordenada com a escrituração; ou

II - rateio proporcional, aplicando-se aos custos, despesas e encargos comuns a relação percentual existente entre a receita bruta sujeita à incidência não-cumulativa e a receita bruta total, auferidas em cada mês.

§ 9º O método eleito pela pessoa jurídica para determinação do crédito, na forma do § 8º, será aplicado consistentemente por todo o ano-calendário e, igualmente, adotado na apuração do crédito relativo à contribuição para o PIS/PASEP não-cumulativa, observadas as normas a serem editadas pela Secretaria da Receita Federal.

§ 10. O valor dos créditos apurados de acordo com este artigo não constitui receita bruta da pessoa jurídica, servindo somente para dedução do valor devido da contribuição.

~~§ 11. Sem prejuízo do aproveitamento dos créditos apurados na forma deste artigo, as pessoas jurídicas que adquiram diretamente de pessoas físicas residentes no País produtos in natura de origem vegetal, classificados nas posições 10.01 a 10.08 e 12.01, todos da NCM, que exerçam cumulativamente as atividades de secar, limpar, padronizar, armazenar e comercializar tais produtos, poderão deduzir da COFINS devida, relativamente às vendas realizadas às pessoas jurídicas a que se refere o § 5º, em cada período de apuração, crédito presumido calculado à alíquota correspondente a 80% (oitenta por cento) daquela prevista no art. 2º sobre o valor de aquisição dos referidos produtos in natura.~~ [\(Revogado pela Lei nº 10.925, de 2004\)](#)

~~§ 12. Relativamente ao crédito presumido referido no § 11:~~ [\(Revogado pela Lei nº 10.925, de 2004\)](#)

~~I - o valor das aquisições que servir de base para cálculo do crédito presumido não poderá ser superior ao que vier a ser fixado, por espécie de produto, pela Secretaria da Receita Federal - SRF; e~~ [\(Revogado pela Lei nº 10.925, de 2004\)](#)

~~II - a Secretaria da Receita Federal expedirá os atos necessários para regulamentá-lo.~~ [\(Revogado pela Lei nº 10.925, de 2004\)](#)

§ 13. Deverá ser estornado o crédito da COFINS relativo a bens adquiridos para revenda ou utilizados como insumos na prestação de serviços e na produção ou fabricação de bens ou produtos destinados à venda, que tenham sido furtados ou roubados, inutilizados ou deteriorados, destruídos em sinistro ou, ainda, empregados em outros produtos que tenham tido a mesma destinação. [\(Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#)

§ 14. Opcionalmente, o contribuinte poderá calcular o crédito de que trata o inciso III do § 1º deste artigo, relativo à aquisição de máquinas e equipamentos destinados ao ativo imobilizado, no prazo de 4 (quatro) anos, mediante a aplicação, a cada mês, das alíquotas referidas no caput do art. 2º desta Lei sobre o valor correspondente a 1/48 (um quarenta e oito avos) do valor de aquisição do bem, de acordo com regulamentação da Secretaria da Receita Federal. [\(Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#)

§ 15. O crédito, na hipótese de aquisição, para revenda, de papel imune a impostos de que trata o [art. 150, inciso VI, alínea d da Constituição Federal](#), quando destinado à impressão de periódicos, será determinado mediante a aplicação da alíquota prevista no § 2º do art. 2º desta Lei. [\(Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#)

~~§ 16. Opcionalmente, o contribuinte poderá calcular o crédito de que trata o inciso III do § 1º deste artigo, relativo à aquisição de vasilhames referidos no inciso IV do art. 51 desta Lei, destinados ao ativo imobilizado, no prazo de 12 meses, à razão de 1/12 (um doze avos), ou, na hipótese de opção pelo regime de tributação previsto no art. 52 desta Lei, poderá creditar-se de 1/12 (um doze avos) do valor da contribuição incidente, mediante alíquota específica, na aquisição dos vasilhames, de acordo com regulamentação da Secretaria da Receita Federal.~~ [\(Incluído pela Lei nº 10.925, de 2004\)](#)

~~§ 16. Opcionalmente, o contribuinte poderá calcular o crédito de que trata o inciso III do § 1º deste artigo, relativo à aquisição de embalagens de vidro retornáveis, classificadas no código 7010.90.21 da Tipi, destinadas ao ativo imobilizado, de acordo com regulamentação da Secretaria da Receita Federal do Brasil:~~ [\(Redação dada pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

~~I - no prazo de 12 (doze) meses, à razão de 1/12 (um doze avos); ou~~ [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

~~II - na hipótese de opção pelo regime especial instituído pelo art. 58-J desta Lei, no prazo de 6 (seis) meses, à razão de 1/6 (um sexto) do valor da contribuição incidente, mediante alíquota específica, na aquisição dos vasilhames, ficando o Poder Executivo autorizado a alterar o prazo e a razão estabelecidos para o cálculo dos referidos créditos.~~ [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

§ 16. Opcionalmente, o sujeito passivo poderá calcular o crédito de que trata o inciso III do § 1º deste artigo, relativo à aquisição de embalagens de vidro retornáveis classificadas no código 7010.90.21 da Tipi, destinadas ao ativo imobilizado, de acordo com regulamentação da Secretaria da Receita Federal do Brasil, no prazo de 12 (doze) meses, à razão de 1/12 (um doze avos). [\(Redação dada pela Lei nº 13.097, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)

I - (revogado); [\(Redação dada pela Lei nº 13.097, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)

II - (revogado). [\(Redação dada pela Lei nº 13.097, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)

~~§ 17. Ressalvado o disposto no § 2º deste artigo e nos §§ 1º a 4º do art. 2º desta Lei, na aquisição de mercadoria produzida por pessoa jurídica estabelecida na Zona Franca de Manaus, consoante projeto aprovado pelo Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, o crédito será determinado mediante a aplicação da alíquota de 4,6% (quatro inteiros e seis décimos por cento).~~ [\(Incluído pela Lei nº 10.996, de 2004\)](#)

~~§ 17. Ressalvado o disposto no § 2º deste artigo e nos §§ 1º a 3º do art. 2º desta Lei, na aquisição de mercadoria produzida por pessoa jurídica estabelecida na Zona Franca de Manaus, consoante projeto aprovado pelo Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, o crédito será determinado mediante a aplicação da alíquota de 4,6% (quatro inteiros e seis décimos por cento) e, na situação de que trata a alínea b do inciso II do § 5º do art. 2º desta Lei, mediante a aplicação da alíquota de 7,60% (sete inteiros e sessenta centésimos por cento).~~ [\(Redação dada pela Lei nº 11.307, de 2006\)](#)

§ 17. Ressalvado o disposto no § 2º deste artigo e nos §§ 1º a 3º do art. 2º desta Lei, na aquisição de mercadoria produzida por pessoa jurídica estabelecida na Zona Franca de Manaus, consoante projeto aprovado pelo Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), o crédito será determinado mediante a aplicação da alíquota: [\(Redação dada pela Lei nº 12.507, de 2011\)](#).

I - de 5,60% (cinco inteiros e sessenta centésimos por cento), nas operações com os bens referidos no [inciso VI do art. 28 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005](#); [\(Incluído pela Lei nº 12.507, de 2011\)](#)

II - de 7,60% (sete inteiros e sessenta centésimos por cento), na situação de que trata a alínea "b" do inciso II do § 5º do art. 2º desta Lei; e [\(Incluído pela Lei nº 12.507, de 2011\)](#)

III - de 4,60% (quatro inteiros e sessenta centésimos por cento), nos demais casos. [\(Incluído pela Lei nº 12.507, de 2011\)](#)

~~§ 18. O crédito, na hipótese de devolução dos produtos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 2º desta Lei, será determinado mediante a aplicação das alíquotas incidentes na venda sobre o valor ou unidade de medida, conforme o caso, dos produtos recebidos em devolução no mês. [\(Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004\)](#) [\(Vigência\)](#) [\(Vide Medida Provisória nº 413, de 2008\)](#)~~

§ 18. No caso de devolução de vendas efetuadas em períodos anteriores, o crédito calculado mediante a aplicação da alíquota incidente na venda será apropriado no mês do recebimento da devolução. [\(Redação dada pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeitos\)](#)

~~§ 19. A empresa de serviço de transporte rodoviário de carga que subcontratar serviço de transporte de carga prestado por: [\(Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004\)](#)~~

§ 19. As pessoas jurídicas que contratam serviço de transporte de carga prestado por: [\(Redação dada pela Lei nº 14.440, de 2022\)](#)

I - pessoa física, transportador autônomo, poderá descontar, da Cofins devida em cada período de apuração, crédito presumido calculado sobre o valor dos pagamentos efetuados por esses serviços; [\(Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004\)](#)

II - pessoa jurídica transportadora, optante pelo SIMPLES, poderá descontar, da Cofins devida em cada período de apuração, crédito calculado sobre o valor dos pagamentos efetuados por esses serviços. [\(Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004\)](#) [\(Vigência\)](#)

§ 20. Relativamente aos créditos referidos no § 19 deste artigo, seu montante será determinado mediante aplicação, sobre o valor dos mencionados pagamentos, de alíquota correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) daquela constante do art. 2º desta Lei. [\(Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004\)](#) [\(Vigência\)](#)

§ 21. Não integram o valor das máquinas, equipamentos e outros bens fabricados para incorporação ao ativo imobilizado na forma do inciso VI do caput deste artigo os custos de que tratam os incisos do § 2º deste artigo. [\(Incluído dada pela Lei nº 11.196, de 2005\)](#)

§ 22. [\(Vide Medida Provisória nº 413, de 2008\)](#).

~~§ 23. Sem prejuízo da vedação constante na alínea "b" do inciso I do caput, executam-se do disposto nos incisos II a IX do caput os distribuidores e os comerciantes atacadistas e varejistas das mercadorias e produtos referidos no § 1º do art. 2º, em relação aos custos, despesas e encargos vinculados às receitas com a venda desses produtos. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 451, de 2008\)](#)~~

~~§ 24. O disposto no § 17 também se aplica na hipótese de aquisição de mercadoria produzida por pessoa jurídica estabelecida nas Áreas de Livre Comércio de que tratam a [Lei nº 7.965, de 22 de dezembro de 1989](#), a [Lei nº 8.210, de 19 de julho de 1991](#), a [Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991](#), o [art. 11 da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991](#), e a [Lei nº 8.857, de 8 de março de 1994](#). [\(Incluído pela Medida Provisória nº 451, de 2008\)](#)~~

§ 23. O disposto no § 17 deste artigo também se aplica na hipótese de aquisição de mercadoria produzida por pessoa jurídica estabelecida nas Áreas de Livre Comércio de que tratam as [Leis nºs 7.965, de 22 de dezembro de 1989](#), [8.210, de 19 de julho de 1991](#), e [8.256, de 25 de novembro de 1991](#), o [art. 11 da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991](#), e a [Lei nº 8.857, de 8 de março de 1994](#). [\(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

§ 24. Ressalvado o disposto no § 2º deste artigo e nos §§ 1º a 3º do art. 2º desta Lei, na hipótese de aquisição de mercadoria revendida por pessoa jurídica comercial estabelecida nas Áreas de Livre Comércio referidas no § 23 deste artigo, o crédito será determinado mediante a aplicação da alíquota de 3% (três por cento). [\(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009\)](#).

§ 25. No cálculo do crédito de que tratam os incisos do **caput**, poderão ser considerados os valores decorrentes do ajuste a valor presente de que trata o [inciso III do caput do art. 184 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#). [\(Incluído pela Lei nº 12.973, de 2014\)](#) [\(Vigência\)](#)

§ 26. O disposto nos incisos VI e VII do **caput** não se aplica no caso de bem objeto de arrendamento mercantil, na pessoa jurídica arrendatária. [\(Incluído pela Lei nº 12.973, de 2014\)](#) [\(Vigência\)](#)

§ 27. Para fins do disposto nos incisos VI e VII do **caput**, fica vedado o desconto de quaisquer créditos calculados em relação a: [\(Incluído pela Lei nº 12.973, de 2014\)](#) [\(Vigência\)](#)

I - encargos associados a empréstimos registrados como custo na forma da [alínea "b" do § 1º do art. 17 do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977](#); e [\(Incluído pela Lei nº 12.973, de 2014\)](#) [\(Vigência\)](#)

II - custos estimados de desmontagem e remoção do imobilizado e de restauração do local em que estiver situado. [\(Incluído pela Lei nº 12.973, de 2014\)](#) [\(Vigência\)](#)

§ 28. No cálculo dos créditos a que se referem os incisos VI e VII do **caput**, não serão computados os ganhos e perdas decorrentes de avaliação de ativo com base no valor justo. [\(Incluído pela Lei nº 12.973, de 2014\)](#) [\(Vigência\)](#)

§ 29. Na execução de contratos de concessão de serviços públicos, os créditos gerados pelos serviços de construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento de infraestrutura, quando a receita correspondente tiver contrapartida em ativo intangível,

representativo de direito de exploração, ou em ativo financeiro, somente poderão ser aproveitados, no caso do ativo intangível, à medida que este for amortizado e, no caso do ativo financeiro, na proporção de seu recebimento, excetuado, para ambos os casos, o crédito previsto no inciso VI do **caput**. [\(Incluído pela Lei nº 12.973, de 2014\)](#) [\(Vigência\)](#)

§ 30. O disposto no inciso XI do **caput** não se aplica ao ativo intangível referido no § 29. [\(Incluído pela Lei nº 12.973, de 2014\)](#) [\(Vigência\)](#)

Art. 4º A pessoa jurídica que adquirir imóvel para venda ou promover empreendimento de desmembramento ou loteamento de terrenos, incorporação imobiliária ou construção de prédio destinado a venda, utilizará o crédito referente aos custos vinculados à unidade construída ou em construção, a ser descontado na forma do art. 3º, somente a partir da efetivação da venda. [\(Produção de efeito\)](#) [\(Vide Lei Complementar nº 214, de 2025\)](#) [Produção de efeitos](#)

§ 1º Na hipótese de venda de unidade imobiliária não concluída, a pessoa jurídica poderá utilizar crédito presumido, em relação ao custo orçado de que trata a legislação do imposto de renda.

§ 2º O crédito presumido será calculado mediante a aplicação da alíquota de que trata o art. 2º sobre o valor do custo orçado para conclusão da obra ou melhoramento, ajustado pela exclusão dos valores a serem pagos a pessoa física, encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, e dos bens e serviços, acrescidos dos tributos incidentes na importação, adquiridos de pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior.

§ 3º O crédito a ser descontado na forma do caput e o crédito presumido apurado na forma do § 2º deverão ser utilizados na proporção da receita relativa à venda da unidade imobiliária, à medida do recebimento.

§ 4º Ocorrendo modificação do valor do custo orçado, antes do término da obra ou melhoramento, nas hipóteses previstas na legislação do imposto de renda, o novo valor orçado deverá ser considerado para efeito do disposto nos §§ 2º e 3º.

§ 5º A pessoa jurídica que utilizar o crédito presumido de que trata este artigo determinará, na data da conclusão da obra ou melhoramento, a diferença entre o custo orçado e o efetivamente realizado, apurados na forma da legislação do imposto de renda, com os ajustes previstos no § 2º:

I - se o custo realizado for inferior ao custo orçado, em mais de 15% (quinze por cento) deste, considerar-se-á como postergada a contribuição incidente sobre a diferença;

II - se o custo realizado for inferior ao custo orçado, em até 15% (quinze por cento) deste, a contribuição incidente sobre a diferença será devida a partir da data da conclusão, sem acréscimos legais;

III - se o custo realizado for superior ao custo orçado, a pessoa jurídica terá direito ao crédito correspondente à diferença, no período de apuração em que ocorrer a conclusão, sem acréscimos.

§ 6º A diferença de custo a que se refere o § 5º será, no período de apuração em que ocorrer a conclusão da obra ou melhoramento, adicionada ou subtraída, conforme o caso, no cálculo do crédito a ser descontado na forma do art. 3º, devendo ainda, em relação à contribuição considerada postergada, de acordo com o inciso I, ser recolhidos os acréscimos referentes a juros de mora e multa, de mora ou de ofício, calculados na forma da legislação que rege a cobrança da contribuição não paga.

§ 7º Se a venda de unidade imobiliária não concluída ocorrer antes de iniciada a apuração da COFINS na forma do art. 2º, o custo orçado poderá ser calculado na data de início dessa apuração, para efeito do disposto nos §§ 2º e 3º, observado, quanto aos custos incorridos até essa data, o disposto no § 4º do art. 12.

§ 8º O disposto neste artigo não se aplica às vendas anteriores à vigência da [Medida Provisória nº 2.221, de 4 de setembro de 2001](#).

§ 9º Os créditos referentes a unidades imobiliárias recebidas em devolução, calculados com observância do disposto neste artigo, serão estornados na data do desfazimento do negócio.

Art. 5º O contribuinte da COFINS é a pessoa jurídica que auferir as receitas a que se refere o art. 1º. [\(Produção de efeito\)](#) [\(Vide Lei Complementar nº 214, de 2025\)](#) [Produção de efeitos](#)

Art. 6º A COFINS não incidirá sobre as receitas decorrentes das operações de: [\(Produção de efeito\)](#) [\(Vide Lei Complementar nº 214, de 2025\)](#) [Produção de efeitos](#)

I - exportação de mercadorias para o exterior;

~~II - prestação de serviços para pessoa física ou jurídica domiciliada no exterior, com pagamento em moeda conversível;~~

II - prestação de serviços para pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, cujo pagamento represente ingresso de divisas; [\(Redação dada pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#)

III - vendas a empresa comercial exportadora com o fim específico de exportação.

§ 1º Na hipótese deste artigo, a pessoa jurídica vendedora poderá utilizar o crédito apurado na forma do art. 3º, para fins de:

I - dedução do valor da contribuição a recolher, decorrente das demais operações no mercado interno;

II - compensação com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, observada a legislação específica aplicável à matéria.

§ 2º A pessoa jurídica que, até o final de cada trimestre do ano civil, não conseguir utilizar o crédito por qualquer das formas previstas no § 1º poderá solicitar o seu ressarcimento em dinheiro, observada a legislação específica aplicável à matéria.

§ 3º O disposto nos §§ 1º e 2º aplica-se somente aos créditos apurados em relação a custos, despesas e encargos vinculados à receita de exportação, observado o disposto nos §§ 8º e 9º do art. 3º.

§ 4º O direito de utilizar o crédito de acordo com o § 1º não beneficia a empresa comercial exportadora que tenha adquirido mercadorias com o fim previsto no inciso III do caput, ficando vedada, nesta hipótese, a apuração de créditos vinculados à receita de exportação.

Art. 7º No caso de construção por empreitada ou de fornecimento a preço predeterminado de bens ou serviços, contratados por pessoa jurídica de direito público, empresa pública, sociedade de economia mista ou suas subsidiárias, a pessoa jurídica optante pelo regime previsto no [art. 7º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998](#), somente poderá utilizar o crédito a ser descontado na forma do art. 3º, na proporção das receitas efetivamente recebidas. [\(Produção de efeito\)](#) [\(Vide Lei Complementar nº 214, de 2025\)](#) [Produção de efeitos](#)

Art. 8º A contribuição incidente na hipótese de contratos, com prazo de execução superior a 1 (um) ano, de construção por empreitada ou de fornecimento, a preço predeterminado, de bens ou serviços a serem produzidos, será calculada sobre a receita apurada de acordo com os critérios de reconhecimento adotados pela legislação do imposto de renda, previstos para a espécie de operação. [\(Produção de efeito\)](#) [\(Vide Lei Complementar nº 214, de 2025\)](#) [Produção de efeitos](#)

Parágrafo único. O crédito a ser descontado na forma do art. 3º somente poderá ser utilizado na proporção das receitas reconhecidas nos termos do caput.

Art. 9º A empresa comercial exportadora que houver adquirido mercadorias de outra pessoa jurídica, com o fim específico de exportação para o exterior, que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da emissão da nota fiscal pela vendedora, não comprovar o seu embarque para o exterior, ficará sujeita ao pagamento de todos os impostos e contribuições que deixaram de ser pagos pela empresa vendedora, acrescidos de juros de mora e multa, de mora ou de ofício, calculados na forma da legislação que rege a cobrança do tributo não pago. [\(Produção de efeito\)](#) [\(Vide Lei Complementar nº 214, de 2025\)](#) [Produção de efeitos](#)

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, considera-se vencido o prazo para o pagamento na data em que a empresa vendedora deveria fazê-lo, caso a venda houvesse sido efetuada para o mercado interno.

§ 2º No pagamento dos referidos tributos, a empresa comercial exportadora não poderá deduzir, do montante devido, qualquer valor a título de crédito de Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, ou da COFINS, decorrente da aquisição das mercadorias e serviços objeto da incidência.

§ 3º A empresa deverá pagar, também, os impostos e contribuições devidos nas vendas para o mercado interno, caso, por qualquer forma, tenha alienado ou utilizado as mercadorias.

Art. 10. Permanecem sujeitas às normas da legislação da COFINS, vigentes anteriormente a esta Lei, não se lhes aplicando as disposições dos arts. 1º a 8º: [\(Produção de efeito\)](#) [\(Vide Lei Complementar nº 214, de 2025\)](#) [Produção de efeitos](#)

~~I – as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º, 8º e 9º do art. 3º da Lei nº 9.718, de 1998, e na Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983;~~

I – as pessoas jurídicas referidas nos [§§ 6º, 8º e 9º do art. 3º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998](#), e na Lei que institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras; [\(Redação dada pela Lei nº 14.967, de 2024\)](#)

II - as pessoas jurídicas tributadas pelo imposto de renda com base no lucro presumido ou arbitrado; [\(Vide Medida Provisória nº 497, de 2010\)](#)

III - as pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES;

IV - as pessoas jurídicas imunes a impostos;

V - os órgãos públicos, as autarquias e fundações públicas federais, estaduais e municipais, e as fundações cuja criação tenha sido autorizada por lei, referidas no [art. 61 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição](#);

~~VI – as sociedades cooperativas;~~

VI - sociedades cooperativas, exceto as de produção agropecuária, sem prejuízo das deduções de que trata o [art. 15 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001](#), e o [art. 17 da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003](#), não lhes aplicando as disposições do [§ 7º do art. 3º das Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002](#), e [10.833, de 29 de dezembro de 2003](#), e as de consumo; [\(Redação dada pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#)

VII - as receitas decorrentes das operações:

a) referidas no inciso IV do § 3º do art. 1º; [\(Vide Medida Provisória nº 413, de 2008\)](#) [\(Vide Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Vigência\)](#)

b) sujeitas à substituição tributária da COFINS;

c) referidas no [art. 5º da Lei nº 9.716, de 26 de novembro de 1998](#);

VIII - as receitas decorrentes de prestação de serviços de telecomunicações;

- ~~IX - as receitas decorrentes de prestação de serviços das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens;~~
- IX - as receitas decorrentes de venda de jornais e periódicos e de prestação de serviços das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens; [\(Redação dada pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#)
- X - as receitas submetidas ao regime especial de tributação previsto no [art. 47 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002](#);
- XI - as receitas relativas a contratos firmados anteriormente a 31 de outubro de 2003:
- a) com prazo superior a 1 (um) ano, de administradoras de planos de consórcios de bens móveis e imóveis, regularmente autorizadas a funcionar pelo Banco Central;
- b) com prazo superior a 1 (um) ano, de construção por empreitada ou de fornecimento, a preço predeterminado, de bens ou serviços;
- c) de construção por empreitada ou de fornecimento, a preço predeterminado, de bens ou serviços contratados com pessoa jurídica de direito público, empresa pública, sociedade de economia mista ou suas subsidiárias, bem como os contratos posteriormente firmados decorrentes de propostas apresentadas, em processo licitatório, até aquela data;
- XII - as receitas decorrentes de prestação de serviços de transporte coletivo rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros;
- ~~XIII - as receitas decorrentes do serviço prestado por hospital, pronto-socorro, casa de saúde e de recuperação sob orientação médica e por banco de sangue;~~
- XIII - as receitas decorrentes de serviços: [\(Redação dada pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#)
- a) prestados por hospital, pronto-socorro, clínica médica, odontológica, de fisioterapia e de fonoaudiologia, e laboratório de anatomia patológica, citológica ou de análises clínicas; e [\(Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#)
- b) de diálise, raios X, radiodiagnóstico e radioterapia, quimioterapia e de banco de sangue; [\(Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#)
- XIV - as receitas decorrentes de prestação de serviços de educação infantil, ensinos fundamental e médio e educação superior.
- XV - as receitas decorrentes de vendas de mercadorias realizadas pelas pessoas jurídicas referidas no [art. 15 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976](#); [\(Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#)
- XVI - as receitas decorrentes de prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, efetuado por empresas regulares de linhas aéreas domésticas, e as decorrentes da prestação de serviço de transporte de pessoas por empresas de táxi aéreo; [\(Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#)
- XVII - as receitas auferidas por pessoas jurídicas, decorrentes da edição de periódicos e de informações neles contidas, que sejam relativas aos assinantes dos serviços públicos de telefonia; [\(Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#)
- XVIII - as receitas decorrentes de prestação de serviços com aeronaves de uso agrícola inscritas no Registro Aeronáutico Brasileiro (RAB); [\(Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#)
- XIX - as receitas decorrentes de prestação de serviços das empresas de call center, telemarketing, telecobrança e de teleatendimento em geral; [\(Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#)
- ~~XX - as receitas decorrentes da execução por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, até 31 de dezembro de 2006; [\(Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#)~~
- ~~XX - as receitas decorrentes da execução por administração, empreitada ou subempreitada de obras de construção civil, até 31 de dezembro de 2008; [\(Redação dada pela Lei nº 11.434, de 2006\)](#)~~
- ~~XX - as receitas decorrentes da execução por administração, empreitada ou subempreitada de obras de construção civil, até 31 de dezembro de 2010; [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 451, de 2008\)](#)~~
- ~~XX - as receitas decorrentes da execução por administração, empreitada ou subempreitada de obras de construção civil, até 31 de dezembro de 2010; [\(Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009\)](#). [\(Produção de efeito\)](#)~~
- ~~XX - as receitas decorrentes da execução por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, até 31 de dezembro de 2015; [\(Redação dada pela Lei nº 12.375, de 2010\)](#)~~
- ~~XX - as receitas decorrentes da execução por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, incorridas até o ano de 2019, inclusive; [\(Redação dada pela Lei nº 12.973, de 2014\)](#). [\(Vigência\)](#)~~
- XX - as receitas decorrentes da execução por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil; [\(Redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014\)](#). [Vigência](#)
- XXI - as receitas auferidas por parques temáticos, e as decorrentes de serviços de hotelaria e de organização de feiras e eventos, conforme definido em ato conjunto dos Ministérios da Fazenda e do Turismo. [\(Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#)
- XXII - as receitas decorrentes da prestação de serviços postais e telegráficos prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; [\(Incluído pela Lei nº 10.925, de 2004\)](#). [\(Vide Lei nº 10.925, de 2004\)](#)
- XXIII - as receitas decorrentes de prestação de serviços públicos de concessionárias operadoras de rodovias; [\(Incluído pela Lei nº 10.925, de 2004\)](#)
- XXIV - as receitas decorrentes da prestação de serviços das agências de viagem e de viagens e turismo. [\(Incluído pela Lei nº 10.925, de 2004\)](#)
- XXV - as receitas auferidas por empresas de serviços de informática, decorrentes das atividades de desenvolvimento de software e o seu licenciamento ou cessão de direito de uso, bem como de análise, programação, instalação, configuração, assessoria, consultoria, suporte

técnico e manutenção ou atualização de software, compreendidas ainda como softwares as páginas eletrônicas. [\(Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004\)](#)

XXVI - as receitas relativas às atividades de revenda de imóveis, desmembramento ou loteamento de terrenos, incorporação imobiliária e construção de prédio destinado à venda, quando decorrentes de contratos de longo prazo firmados antes de 31 de outubro de 2003; [\(Incluído dada pela Lei nº 11.196, de 2005\)](#)

XXVII – [\(VETADO\)](#) [\(Incluído e vetado pela Lei nº 11.196, de 2005\)](#)

XXVIII - [\(VETADO\)](#); [\(Incluído e vetado pela Lei nº 12.766, de 2012\)](#) [Produção de efeito](#)

XXIX - as receitas decorrentes de operações de comercialização de pedra britada, de areia para construção civil e de areia de brita. [\(Incluído pela Lei nº 12.766, de 2012\)](#) [Produção de efeito](#)

XXX - as receitas decorrentes da alienação de participações societárias. [\(Incluído pela Lei nº 13.043, de 2014\)](#) [Vigência](#)

~~Parágrafo único. Ficam convalidados os recolhimentos efetuados de acordo com a atual redação do inciso IX deste artigo.~~
~~[\(Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#)~~

§ 1º Ficam convalidados os recolhimentos efetuados de acordo com a atual redação do inciso IX deste artigo. [\(Redação dada pela Lei nº 11.051, de 2004\)](#)

§ 2º O disposto no inciso XXV do caput deste artigo não alcança a comercialização, licenciamento ou cessão de direito de uso de software importado. [\(Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004\)](#)

~~Art. 11. A contribuição de que trata o art. 1º deverá ser paga até o último dia útil da 1ª (primeira) quinzena do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador.~~ [\(Produção de efeito\)](#) [\(Vide Medida Provisória nº 351, de 2007\)](#)

~~Art. 11. A contribuição de que trata o art. 1º desta Lei deverá ser paga até o último dia útil do 2º (segundo) decêndio subsequente ao mês de ocorrência do fato gerador.~~ [\(Redação dada pela Lei nº 11.488, de 2007\)](#)

~~Art. 11. A contribuição de que trata o art. 1º deverá ser paga até o vigésimo quinto dia do mês subsequente ao de ocorrência do fato gerador.~~ [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 447, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

~~Parágrafo único. Se o dia do vencimento de que trata o caput não for dia útil, considerar-se-á antecipado o prazo para o primeiro dia útil que o anteceder.~~ [\(Incluído pela Medida Provisória nº 447, de 2008\)](#)

Art. 11. A contribuição de que trata o art. 1º desta Lei deverá ser paga até o 25º (vigésimo quinto) dia do mês subsequente ao de ocorrência do fato gerador. [\(Redação dada pela Lei nº 11.933, de 2007\)](#) [\(Produção de efeito\)](#) [\(Vide Lei Complementar nº 214, de 2025\)](#)
[Produção de efeitos](#)

Parágrafo único. Se o dia do vencimento de que trata o caput deste artigo não for dia útil, considerar-se-á antecipado o prazo para o primeiro dia útil que o anteceder. [\(Incluído pela Lei nº 11.933, de 2007\)](#)

Art. 12. A pessoa jurídica contribuinte da COFINS, submetida à apuração do valor devido na forma do art. 3º, terá direito a desconto correspondente ao estoque de abertura dos bens de que tratam os incisos I e II daquele mesmo artigo, adquiridos de pessoa jurídica domiciliada no País, existentes na data de início da incidência desta contribuição de acordo com esta Lei. [\(Produção de efeito\)](#)
[\(Vide Lei Complementar nº 214, de 2025\)](#) [Produção de efeitos](#)

§ 1º O montante de crédito presumido será igual ao resultado da aplicação do percentual de 3% (três por cento) sobre o valor do estoque.

~~§ 2º O crédito presumido calculado segundo o § 1º será utilizado em 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas, a partir da data a que se refere o caput deste artigo.~~

~~§ 2º O crédito presumido calculado segundo os §§ 1º e 9º deste artigo será utilizado em 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas, a partir da data a que se refere o caput deste artigo.~~ [\(Redação dada pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#)

§ 2º O crédito presumido calculado segundo os §§ 1º, 9º e 10 deste artigo será utilizado em 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas, a partir da data a que se refere o caput deste artigo. [\(Redação dada pela Lei nº 10.925, de 2004\)](#) [\(Vide Lei nº 10.925, de 2004\)](#)

§ 3º O disposto no caput aplica-se também aos estoques de produtos acabados e em elaboração.

§ 4º A pessoa jurídica referida no art. 4º que, antes da data de início da vigência da incidência não-cumulativa da COFINS, tenha incorrido em custos com unidade imobiliária construída ou em construção poderá calcular crédito presumido, naquela data, observado:

I - no cálculo do crédito será aplicado o percentual previsto no § 1º sobre o valor dos bens e dos serviços, inclusive combustíveis e lubrificantes, adquiridos de pessoas jurídicas domiciliadas no País, utilizados como insumo na construção;

II - o valor do crédito presumido apurado na forma deste parágrafo deverá ser utilizado na proporção da receita relativa à venda da unidade imobiliária, à medida do recebimento.

§ 5º A pessoa jurídica que, tributada com base no lucro presumido ou optante pelo SIMPLES, passar a ser tributada com base no lucro real, na hipótese de sujeitar-se à incidência não-cumulativa da COFINS, terá direito ao aproveitamento do crédito presumido na forma prevista neste artigo, calculado sobre o estoque de abertura, devidamente comprovado, na data da mudança do regime de tributação adotado para fins do imposto de renda.

§ 6º Os bens recebidos em devolução, tributados antes do início da aplicação desta Lei, ou da mudança do regime de tributação de que trata o § 5º, serão considerados como integrantes do estoque de abertura referido no caput, devendo o crédito ser utilizado na forma do § 2º a partir da data da devolução.

§ 7º O disposto neste artigo aplica-se, também, aos estoques de produtos que não geraram crédito na aquisição, em decorrência do disposto nos §§ 7º a 9º do art. 3º desta Lei, destinados à fabricação dos produtos de que tratam as [Leis nºs 9.990, de 21 de julho de 2000, 10.147, de 21 de dezembro de 2000, 10.485, de 3 de julho de 2002, e 10.560, de 13 de novembro de 2002](#), ou quaisquer outros submetidos à incidência monofásica da contribuição. [\(Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#)

§ 8º As disposições do § 7º deste artigo não se aplicam aos estoques de produtos adquiridos a alíquota 0 (zero), isentos ou não alcançados pela incidência da contribuição. [\(Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#)

§ 9º O montante do crédito presumido de que trata o § 7º deste artigo será igual ao resultado da aplicação do percentual de 7,6% (sete inteiros e seis décimos por cento) sobre o valor do estoque. [\(Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#)

~~§ 10. O montante do crédito presumido de que trata o § 7º deste artigo, relativo às pessoas jurídicas referidas no parágrafo único do art. 56 desta Lei, será igual ao resultado da aplicação da alíquota de 3% (três por cento) sobre o valor dos bens em estoque adquiridos até 31 de janeiro de 2004, e de 7,6% (sete inteiros e seis décimos por cento) sobre o valor dos bens em estoque adquiridos a partir de 1º de fevereiro de 2004. [\(Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#)~~

§ 10. O montante do crédito presumido de que trata o § 7º deste artigo, relativo às pessoas jurídicas referidas no art. 51 desta Lei, será igual ao resultado da aplicação da alíquota de 3% (três por cento) sobre o valor dos bens em estoque adquiridos até 31 de janeiro de 2004, e de 7,6% (sete inteiros e seis décimos por cento) sobre o valor dos bens em estoque adquiridos a partir de 1º de fevereiro de 2004. [\(Redação dada pela Lei nº 10.925, de 2004\)](#). [\(Vide Lei nº 10.925, de 2004\)](#)

Art. 13. O aproveitamento de crédito na forma do § 4º do art. 3º, do art. 4º e dos §§ 1º e 2º do art. 6º, bem como do § 2º e inciso II do § 4º e § 5º do art. 12, não ensejará atualização monetária ou incidência de juros sobre os respectivos valores. [\(Produção de efeito\)](#). [\(Vide Lei Complementar nº 214, de 2025\)](#). [Produção de efeitos](#)

Art. 14. O disposto nas [Leis nºs 9.363, de 13 de dezembro de 1996, e 10.276, de 10 de setembro de 2001](#), não se aplica à pessoa jurídica submetida à apuração do valor devido na forma dos arts. 2º e 3º desta Lei e dos [arts. 2º e 3º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002](#). [\(Produção de efeito\)](#). [\(Vide Lei Complementar nº 214, de 2025\)](#). [Produção de efeitos](#)

~~Art. 15. Aplica-se à contribuição para o PIS/PASEP não-cumulativa de que trata a [Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002](#), o disposto nos incisos I e II do § 3º do art. 1º, nos incisos VI, VII e IX do caput e nos §§ 1º, incisos II e III, 10 e 11 do art. 3º, nos §§ 3º e 4º do art. 6º, e nos arts. 7º, 8º, 10, incisos XI a XIV, e 13. [\(Produção de efeito\)](#)~~

Art. 15. Aplica-se à contribuição para o PIS/PASEP não-cumulativa de que trata a [Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002](#), o disposto: [\(Redação dada pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#). [\(Vide Lei Complementar nº 214, de 2025\)](#). [Produção de efeitos](#)

I - nos incisos I e II do § 3º do art. 1º desta Lei; [\(Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#)

~~II - nos incisos VI, VII e IX do caput e nos §§ 1º, incisos II e III, 6º, inciso I, e 10 a 15 do art. 3º desta Lei; [\(Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#)~~

~~II - no § 4º do art. 2º e nos incisos VI, VII e IX do caput, e no § 1º e seus incisos II e III, § 6º, inciso I, e §§ 10 a 16 do art. 3º e nos incisos XXII a XXIV do caput e nos §§ 1º e 2º do art. 10 desta Lei; [\(Redação dada pela Lei nº 10.925, de 2004\)](#) [\(Vide Lei nº 10.925, de 2004\)](#)~~

II - nos incisos VI, VII e IX do caput e nos §§ 1º e 10 a 20 do art. 3º desta Lei; [\(Redação dada pela Lei nº 11.051, de 2004\)](#)

III - nos §§ 3º e 4º do art. 6º desta Lei; [\(Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#)

IV - nos arts. 7º e 8º desta Lei; [\(Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#)

~~V - no art. 10, incisos VI, IX e XI a XXI desta Lei; e [\(Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#)~~

~~V - nos incisos VI, IX a XXV do caput e no § 2º do art. 10 desta Lei; [\(Redação dada pela Lei nº 11.051, de 2004\)](#)~~

V - nos incisos VI, IX a XXVII do caput e nos §§ 1º e 2º do art. 10 desta Lei; [\(Redação dada pela Lei nº 11.196, de 2005\)](#)

VI - no art. 13 desta Lei. [\(Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#)

Art. 16. O disposto no art. 4º e no § 4º do art. 12 aplica-se, a partir de 1º de janeiro de 2003, à contribuição para o PIS/PASEP não-cumulativa, de que trata a [Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002](#), com observância das alíquotas de 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento) e de 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) em relação à apuração na forma dos referidos artigos, respectivamente. [\(Vide Lei Complementar nº 214, de 2025\)](#). [Produção de efeitos](#)

Parágrafo único. O tratamento previsto no inciso II do caput do art. 3º e nos §§ 5º e 6º do art. 12 aplica-se também à contribuição para o PIS/PASEP não-cumulativa na forma e a partir da data prevista no caput.

CAPÍTULO II

DAS OUTRAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 17. O [art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996](#), alterado pelo [art. 49 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002](#), passa a vigorar com a seguinte redação: [\(Vide Decreto nº 7.212, de 2010\)](#)

"Art. 74.

.....
§ 3º Além das hipóteses previstas nas leis específicas de cada tributo ou contribuição, não poderão ser objeto de compensação mediante entrega, pelo sujeito passivo, da declaração referida no § 1º:
.....

III - os débitos relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal que já tenham sido encaminhados à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para inscrição em Dívida Ativa da União;

IV - os créditos relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal com o débito consolidado no âmbito do Programa de Recuperação Fiscal - Refis, ou do parcelamento a ele alternativo; e

V - os débitos que já tenham sido objeto de compensação não homologada pela Secretaria da Receita Federal.
.....

§ 5º O prazo para homologação da compensação declarada pelo sujeito passivo será de 5 (cinco) anos, contado da data da entrega da declaração de compensação.

§ 6º A declaração de compensação constitui confissão de dívida e instrumento hábil e suficiente para a exigência dos débitos indevidamente compensados.

§ 7º Não homologada a compensação, a autoridade administrativa deverá cientificar o sujeito passivo e intimá-lo a efetuar, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da ciência do ato que não a homologou, o pagamento dos débitos indevidamente compensados.

§ 8º Não efetuado o pagamento no prazo previsto no § 7º, o débito será encaminhado à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para inscrição em Dívida Ativa da União, ressalvado o disposto no § 9º.

§ 9º É facultado ao sujeito passivo, no prazo referido no § 7º, apresentar manifestação de inconformidade contra a não-homologação da compensação.

§ 10. Da decisão que julgar improcedente a manifestação de inconformidade caberá recurso ao Conselho de Contribuintes.

§ 11. A manifestação de inconformidade e o recurso de que tratam os §§ 9º e 10 obedecerão ao rito processual do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, e enquadram-se no disposto no inciso III do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, relativamente ao débito objeto da compensação.

§ 12. A Secretaria da Receita Federal disciplinará o disposto neste artigo, podendo, para fins de apreciação das declarações de compensação e dos pedidos de restituição e de ressarcimento, fixar critérios de prioridade em função do valor compensado ou a ser restituído ou ressarcido e dos prazos de prescrição." (NR)

~~Art. 18. O lançamento de ofício de que trata o art. 90 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, limitar-se-á à imposição de multa isolada sobre as diferenças apuradas decorrentes de compensação indevida e aplicar-se-á unicamente nas hipóteses de o crédito ou o débito não ser passível de compensação por expressa disposição legal, de o crédito ser de natureza não tributária, ou em que ficar caracterizada a prática das infrações previstas nos arts. 71 a 73 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964.~~

~~Art. 18. O lançamento de ofício de que trata o art. 90 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, limitar-se-á à imposição de multa isolada em razão da não-homologação de compensação declarada pelo sujeito passivo nas hipóteses em que ficar caracterizada a prática das infrações previstas nos arts. 71 a 73 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964. (Redação dada pela Lei nº 11.051, de 2004) (Vide Medida Provisória nº 351, de 2007)~~

~~Art. 18. O lançamento de ofício de que trata o art. 90 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, limitar-se-á à imposição de multa isolada em razão de não-homologação da compensação quando se comprove falsidade da declaração apresentada pelo sujeito passivo. (Redação dada pela Lei nº 11.488, de 2007)~~

~~Art. 18. O lançamento de ofício de que trata o art. 90 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, limitar-se-á à imposição de multa isolada em razão de não-homologação da compensação quando não confirmada a legitimidade ou suficiência do crédito informado ou quando se comprove falsidade da declaração apresentada pelo sujeito passivo. (Redação dada pela Medida Provisória nº 472, de 2009)~~

Art. 18. O lançamento de ofício de que trata o art. 90 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, limitar-se-á à imposição de multa isolada em razão de não-homologação da compensação quando se comprove falsidade da declaração apresentada pelo sujeito passivo. (Redação dada pela Lei nº 11.488, de 2007)

§ 1º Nas hipóteses de que trata o caput, aplica-se ao débito indevidamente compensado o disposto nos §§ 6º a 11 do art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

§ 2º A multa isolada a que se refere o caput é a prevista nos incisos I e II ou no § 2º do art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, conforme o caso:

§ 2º A multa isolada a que se refere o caput deste artigo será aplicada no percentual previsto no inciso II do caput ou no § 2º do art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, conforme o caso, e terá como base de cálculo o valor total do débito indevidamente compensado. (Redação dada pela Lei nº 11.051, de 2004) (Vide Medida Provisória nº 351, de 2007)

§ 2º A multa isolada a que se refere o caput deste artigo será aplicada no percentual previsto no inciso I do caput do art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, aplicado em dobro, e terá como base de cálculo o valor total do débito indevidamente compensado. (Redação dada pela Lei nº 11.488, de 2007)

~~§ 2º A multa isolada a que se refere o caput deste artigo será aplicada sobre o total do débito indevidamente compensado, no percentual: (Redação dada pela Medida Provisória nº 472, de 2009)~~

~~I – previsto no inciso I do caput do art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, na hipótese em que não for confirmada a legitimidade ou suficiência do crédito informado; ou (Incluído pela Medida Provisória nº 472, de 2009)~~

~~II – previsto no inciso I do caput do art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, duplicado na forma de seu § 1º, quando se comprove falsidade da declaração apresentada pelo sujeito passivo. (Incluído pela Medida Provisória nº 472, de 2009)~~

§ 2º A multa isolada a que se refere o caput deste artigo será aplicada no percentual previsto no [inciso I do caput do art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996](#), aplicado em dobro, e terá como base de cálculo o valor total do débito indevidamente compensado. [\(Redação dada pela Lei nº 11.488, de 2007\)](#).

§ 3º Ocorrendo manifestação de inconformidade contra a não-homologação da compensação e impugnação quanto ao lançamento das multas a que se refere este artigo, as peças serão reunidas em um único processo para serem decididas simultaneamente.

~~§ 4º A multa prevista no caput deste artigo também será aplicada quando a compensação for considerada não declarada nas hipóteses do inciso II do § 12 do art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996. (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004)~~

~~§ 4º Será também exigida multa isolada sobre o valor total do débito indevidamente compensado, quando a compensação for considerada não declarada nas hipóteses do inciso II do § 12 do art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, aplicando-se os percentuais previstos: (Redação dada pela Lei nº 11.196, de 2005) (Vide Medida Provisória nº 351, de 2007)~~

~~I – no inciso I do caput do art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996; (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)~~

~~II – no inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, nos casos de evidente intuito de fraude, definidos nos arts. 71, 72 e 73 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, independentemente de outras penalidades administrativas ou criminais cabíveis. (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)~~

~~§ 5º Aplica-se o disposto no § 2º do art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, às hipóteses previstas no § 4º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005) (Vide Medida Provisória nº 351, de 2007)~~

§ 4º Será também exigida multa isolada sobre o valor total do débito indevidamente compensado quando a compensação for considerada não declarada nas hipóteses do [inciso II do § 12 do art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996](#), aplicando-se o percentual previsto no [inciso I do caput do art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996](#), duplicado na forma de seu § 1º, quando for o caso. [\(Redação dada pela Lei nº 11.488, de 2007\)](#).

§ 5º Aplica-se o disposto no [§ 2º do art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996](#), às hipóteses previstas nos §§ 2º e 4º deste artigo. [\(Redação dada pela Lei nº 11.488, de 2007\)](#).

§ 6º O disposto neste artigo aplica-se, inclusive, à compensação de que trata o [inciso I do caput do art. 26-A da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007](#). [\(Incluído pela Lei nº 13.670, de 2018\)](#).

Art. 19. O [art. 8º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996](#), passa a vigorar acrescido do seguinte § 6º:

"Art. 8º

.....

[§ 6º](#) O indeferimento da opção pelo SIMPLES, mediante despacho decisório de autoridade da Secretaria da Receita Federal, submeter-se-á ao rito processual do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972." (NR)

Art. 20. O [art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991](#), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11. Para fazer jus aos benefícios previstos no art. 4º desta Lei, as empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática e automação deverão investir, anualmente, em atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informação a serem realizadas no País, no mínimo 5% (cinco por cento) do seu faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização de bens e serviços de informática, deduzidos os tributos correspondentes a tais comercializações, bem como o valor das aquisições de produtos incentivados na forma desta Lei e da nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, conforme projeto elaborado pelas próprias empresas, a partir da apresentação da proposta de projeto de que trata o § 1ºC do art. 4º desta Lei." (NR)

Art. 21. O [art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991](#), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º

.....

[§ 3º](#) Para fazer jus aos benefícios previstos neste artigo, as empresas que tenham como finalidade a produção de bens e serviços de informática deverão aplicar, anualmente, no mínimo 5% (cinco por cento) do seu faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização de bens e serviços de informática, deduzidos os tributos correspondentes a tais comercializações, bem como o valor das aquisições de produtos incentivados na forma desta Lei e da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, em atividades de pesquisa e desenvolvimento a serem realizadas na Amazônia, conforme projeto elaborado pelas próprias empresas, com base em proposta de projeto a ser apresentada à Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa, e ao Ministério da Ciência e Tecnologia." (NR)

Art. 22. As sociedades cooperativas que se dedicam a vendas em comum, referidas no [art. 82 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971](#), e que recebam para comercialização a produção de seus associados, são responsáveis pelo recolhimento da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE, incidente sobre a comercialização de álcool etílico combustível, observadas as normas estabelecidas na [Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001](#).

Art. 23. A incidência da CIDE, nos termos do [art. 3º, inciso V, da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001](#), da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, nos termos do [art. 4º, inciso III](#), e [art. 6º, caput, da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998](#), com a redação dada pela [Lei nº 9.990, de 21 de julho de 2000](#), sobre os gases liquefeito de petróleo, classificados na subposição 2711.1 da NCM, não alcança os produtos classificados no código 2711.11.00.

Art. 24. O disposto no [§ 2º, incisos I e II, do art. 14 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001](#), não se aplica às vendas enquadradas nas hipóteses previstas nos incisos IV, VI, VIII e IX de seu caput.

~~Art. 25. A pessoa jurídica encomendante, no caso de industrialização por encomenda, sujeita-se às alíquotas de 2,2% (dois inteiros e dois décimos por cento) para a contribuição para o PIS/PASEP e de 10,3% (dez inteiros e três décimos por cento) para a COFINS, incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda dos produtos de que trata o [art. 1º da Lei nº 10.147, de 21 de dezembro de 2000](#), com a redação dada pela Lei nº 10.548, de 13 de novembro de 2002. — (Produção de efeito)~~

Art. 25. A pessoa jurídica encomendante, no caso de industrialização por encomenda, sujeita-se, conforme o caso, às alíquotas previstas nas [alíneas a ou b do inciso I do art. 1º da Lei nº 10.147, de 21 de dezembro de 2000](#), e alterações posteriores, incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda dos produtos nelas referidas. [\(Redação dada pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#) [\(Vide Lei Complementar nº 214, de 2025\)](#) [Produção de efeitos](#)

Parágrafo único. Na hipótese a que se refere o caput:

I - as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS aplicáveis à pessoa jurídica executora da encomenda ficam reduzidas a 0 (zero); e

II - o crédito presumido de que trata o [art. 3º da Lei nº 10.147, de 21 de dezembro de 2000](#), quando for o caso, será atribuído à pessoa jurídica encomendante.

Art. 26. O adquirente, pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no Brasil, ou o procurador, quando o adquirente for residente ou domiciliado no exterior, fica responsável pela retenção e recolhimento do imposto de renda incidente sobre o ganho de capital a que se refere o [art. 18 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995](#), auferido por pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior que alienar bens localizados no Brasil. [\(Produção de efeito\)](#)

Art. 27. O imposto de renda sobre os rendimentos pagos, em cumprimento de decisão da Justiça Federal, mediante precatório ou requisição de pequeno valor, será retido na fonte pela instituição financeira responsável pelo pagamento e incidirá à alíquota de 3% (três por cento) sobre o montante pago, sem quaisquer deduções, no momento do pagamento ao beneficiário ou seu representante legal. [\(Produção de efeito\)](#)

§ 1º Fica dispensada a retenção do imposto quando o beneficiário declarar à instituição financeira responsável pelo pagamento que os rendimentos recebidos são isentos ou não tributáveis, ou que, em se tratando de pessoa jurídica, esteja inscrita no SIMPLES.

§ 2º O imposto retido na fonte de acordo com o caput será:

I - considerado antecipação do imposto apurado na declaração de ajuste anual das pessoas físicas; ou

II - deduzido do apurado no encerramento do período de apuração ou na data da extinção, no caso de beneficiário pessoa jurídica.

~~§ 3º A instituição financeira deverá, na forma, prazo e condições estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal, fornecer à pessoa física ou jurídica beneficiária o Comprovante de Rendimentos Pagos e de Retenção do Imposto de Renda na Fonte e apresentar à Secretaria da Receita Federal a Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte – DIRF.~~

~~§ 4º O disposto neste artigo não se aplica aos depósitos efetuados pelos Tribunais Regionais Federais antes de 1º de janeiro de 2004.~~

§ 3º A instituição financeira deverá, na forma, prazo e condições estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal, fornecer à pessoa física ou jurídica beneficiária o Comprovante de Rendimentos Pagos e de Retenção do Imposto de Renda na Fonte, bem como apresentar à Secretaria da Receita Federal declaração contendo informações sobre: [\(Redação dada pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#)

I - os pagamentos efetuados à pessoa física ou jurídica beneficiária e o respectivo imposto de renda retido na fonte; [\(Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#)

II - os honorários pagos a perito e o respectivo imposto de renda retido na fonte; [\(Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#)

III - a indicação do advogado da pessoa física ou jurídica beneficiária. [\(Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#)

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica aos depósitos efetuados pelos Tribunais Regionais Federais antes de 1º de fevereiro de 2004 [\(Redação dada pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#)

Art. 28. Cabe à fonte pagadora, no prazo de 15 (quinze) dias da data da retenção de que trata o [caput do art. 46 da Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992](#), comprovar, nos respectivos autos, o recolhimento do imposto de renda na fonte incidente sobre os rendimentos pagos em cumprimento de decisões da Justiça do Trabalho.

§ 1º Na hipótese de omissão da fonte pagadora relativamente à comprovação de que trata o caput, e nos pagamentos de honorários periciais, competirá ao Juízo do Trabalho calcular o imposto de renda na fonte e determinar o seu recolhimento à instituição financeira

depositária do crédito.

§ 2º A não indicação pela fonte pagadora da natureza jurídica das parcelas objeto de acordo homologado perante a Justiça do Trabalho acarretará a incidência do imposto de renda na fonte sobre o valor total da avença.

§ 3º A instituição financeira deverá, na forma, prazo e condições estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal, fornecer à pessoa física beneficiária o Comprovante de Rendimentos Pagos e de Retenção do Imposto de Renda na Fonte, bem como apresentar à Secretaria da Receita Federal declaração contendo informações sobre:

- I - os pagamentos efetuados à reclamante e o respectivo imposto de renda retido na fonte, na hipótese do § 1º;
- II - os honorários pagos a perito e o respectivo imposto de renda retido na fonte;
- III - as importâncias pagas a título de honorários assistenciais de que trata o [art. 16 da Lei nº 5.584, de 26 de junho de 1970](#);
- IV - a indicação do advogado da reclamante.

Art. 29. Sujeitam-se ao desconto do imposto de renda, à alíquota de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento), que será deduzido do apurado no encerramento do período de apuração, as importâncias pagas ou creditadas por pessoas jurídicas a título de prestação de serviços a outras pessoas jurídicas que explorem as atividades de prestação de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber. [\(Produção de efeito\)](#)

Art. 30. Os pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas de direito privado, pela prestação de serviços de limpeza, conservação, manutenção, segurança, vigilância, transporte de valores e locação de mão-de-obra, pela prestação de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, bem como pela remuneração de serviços profissionais, estão sujeitos a retenção na fonte da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, da COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP. [\(Vide Medida Provisória nº 232, 2004\)](#)

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se inclusive aos pagamentos efetuados por:

- I - associações, inclusive entidades sindicais, federações, confederações, centrais sindicais e serviços sociais autônomos;
- II - sociedades simples, inclusive sociedades cooperativas;
- III - fundações de direito privado; ou
- IV - condomínios edilícios.

§ 2º Não estão obrigadas a efetuar a retenção a que se refere o caput as pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES.

§ 3º As retenções de que trata o caput serão efetuadas sem prejuízo da retenção do imposto de renda na fonte das pessoas jurídicas sujeitas a alíquotas específicas previstas na legislação do imposto de renda.

§ 4º [\(Vide Medida Provisória nº 232, 2004\)](#)

Art. 31. O valor da CSLL, da COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP, de que trata o art. 30, será determinado mediante a aplicação, sobre o montante a ser pago, do percentual de 4,65% (quatro inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento), correspondente à soma das alíquotas de 1% (um por cento), 3% (três por cento) e 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento), respectivamente.

§ 1º As alíquotas de 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) e 3% (três por cento) aplicam-se inclusive na hipótese de a prestadora do serviço enquadrar-se no regime de não-cumulatividade na cobrança da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS. [\(Vide Lei Complementar nº 214, de 2025\)](#) [Produção de efeitos](#)

§ 2º No caso de pessoa jurídica beneficiária de isenção, na forma da legislação específica, de uma ou mais das contribuições de que trata este artigo, a retenção dar-se-á mediante a aplicação da alíquota específica correspondente às contribuições não alcançadas pela isenção.

~~§ 3º É dispensada a retenção para pagamentos de valor igual ou inferior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). [\(Incluído pela Lei nº 10.925, de 2004\)](#) [\(Vide Lei nº 10.925, de 2004\)](#)~~

~~§ 4º Ocorrendo mais de um pagamento no mesmo mês à mesma pessoa jurídica, deverá ser efetuada a soma de todos os valores pagos no mês para efeito de cálculo do limite de retenção previsto no § 3º deste artigo, compensando-se o valor retido anteriormente. [\(Incluído pela Lei nº 10.925, de 2004\)](#) [\(Vide Lei nº 10.925, de 2004\)](#)~~

§ 3º Fica dispensada a retenção de valor igual ou inferior a R\$ 10,00 (dez reais), exceto na hipótese de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF eletrônico efetuado por meio do Siafi. [\(Redação dada pela Lei nº 13.137, de 2015\)](#)

§ 4º [\(Revogado\)](#). [\(Redação dada pela Lei nº 13.137, de 2015\)](#)

Art. 32. A retenção de que trata o art. 30 não será exigida na hipótese de pagamentos efetuados a:

~~I - Itaipu Binacional;~~

~~II - empresas estrangeiras de transporte de cargas ou passageiros;~~

I - cooperativas, relativamente à CSLL; [\(Redação dada pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#)

II – empresas estrangeiras de transporte de valores;
[Provisória nº 232, 2004](#)).

[\(Redação dada pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#)

[\(Vide Medida](#)

III - pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES.

Parágrafo único. A retenção da COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP não será exigida, cabendo, somente, a retenção da CSLL nos pagamentos:

~~I – a título de transporte internacional de cargas ou de passageiros efetuados por empresas nacionais;~~

I – a título de transporte internacional de valores efetuados por empresa nacional;
[\(Vide Medida Provisória nº 232, 2004\)](#)

[\(Redação dada pela Lei nº 10.865, de](#)

II - aos estaleiros navais brasileiros nas atividades de conservação, modernização, conversão e reparo de embarcações pré-registradas ou registradas no Registro Especial Brasileiro - REB, instituído pela [Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997](#).

Art. 33. A União, por intermédio da Secretaria da Receita Federal, poderá celebrar convênios com os Estados, Distrito Federal e Municípios, para estabelecer a responsabilidade pela retenção na fonte da CSLL, da COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP, mediante a aplicação das alíquotas previstas no art. 31, nos pagamentos efetuados por órgãos, autarquias e fundações dessas administrações públicas às pessoas jurídicas de direito privado, pelo fornecimento de bens ou pela prestação de serviços em geral. [\(Produção de efeito\)](#)

Art. 34. Ficam obrigadas a efetuar as retenções na fonte do imposto de renda, da CSLL, da COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP, a que se refere o [art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996](#), as seguintes entidades da administração pública federal: [\(Produção de efeito\)](#)

I - empresas públicas;

II - sociedades de economia mista; e

III - demais entidades em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, e que dela recebam recursos do Tesouro Nacional e estejam obrigadas a registrar sua execução orçamentária e financeira na modalidade total no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

~~Parágrafo único. A retenção a que se refere o caput não se aplica na hipótese de pagamentos relativos à aquisição de gasolina, gás natural, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo, querosene de aviação e demais derivados de petróleo e gás natural. [\(Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#)~~

Parágrafo único. A retenção a que se refere o caput deste artigo não se aplica na hipótese de pagamentos relativos à aquisição de: [\(Redação dada pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#)

I – petróleo, gasolina, gás natural, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo, querosene de aviação e demais derivados de petróleo e gás natural; [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#)

II – álcool, biodiesel e demais biocombustíveis. [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#)

Art. 35. Os valores retidos na forma dos arts. 30, 33 e 34 deverão ser recolhidos ao Tesouro Nacional pelo órgão público que efetuar a retenção ou, de forma centralizada, pelo estabelecimento matriz da pessoa jurídica, até o 3º (terceiro) dia útil da semana subsequente àquela em que tiver ocorrido o pagamento à pessoa jurídica fornecedora dos bens ou prestadora do serviço.

~~Art. 35. Os valores retidos na quinquena, na forma dos arts. 30, 33 e 34 desta Lei, deverão ser recolhidos ao Tesouro Nacional pelo órgão público que efetuar a retenção ou, de forma centralizada, pelo estabelecimento matriz da pessoa jurídica, até o último dia útil da semana subsequente àquela quinquena em que tiver ocorrido o pagamento à pessoa jurídica fornecedora dos bens ou prestadora do serviço. [\(Redação dada pela Lei nº 10.925, de 2004\)](#) [\(Vide Lei nº 10.925, de 2004\)](#)~~

~~Art. 35. Os valores retidos na quinquena, na forma dos arts. 30, 33 e 34 desta Lei, deverão ser recolhidos ao Tesouro Nacional pelo órgão público que efetuar a retenção ou, de forma centralizada, pelo estabelecimento matriz da pessoa jurídica, até o último dia útil da quinquena subsequente àquela quinquena em que tiver ocorrido o pagamento à pessoa jurídica fornecedora dos bens ou prestadora do serviço. [\(Redação dada pela Lei nº 11.196, de 2005\)](#)~~

Art. 35. Os valores retidos no mês, na forma dos arts. 30, 33 e 34 desta Lei, deverão ser recolhidos ao Tesouro Nacional pelo órgão público que efetuar a retenção ou, de forma centralizada, pelo estabelecimento matriz da pessoa jurídica, até o último dia útil do segundo decêndio do mês subsequente àquele mês em que tiver ocorrido o pagamento à pessoa jurídica fornecedora dos bens ou prestadora do serviço. [\(Redação dada pela Lei nº 13.137, de 2015\)](#)

Art. 36. Os valores retidos na forma dos arts. 30, 33 e 34 serão considerados como antecipação do que for devido pelo contribuinte que sofreu a retenção, em relação ao imposto de renda e às respectivas contribuições.

Art. 37. Relativamente aos investimentos existentes em 31 de outubro de 2003, fica facultado ao investidor estrangeiro antecipar o pagamento da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF, que seria devida por ocasião da remessa, para o exterior, de recursos financeiros apurados na liquidação de operações com ações ou opções de ações adquiridas em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado.

§ 1º A antecipação do pagamento da CPMF aplica-se a recursos financeiros não empregados exclusivamente, e por todo tempo de permanência no País, em ações ou contratos referenciados em ações ou índices de ações, negociados nos mercados referidos no caput ou em bolsa de mercadorias e de futuros, desde que na data do pagamento da contribuição estejam investidos nesses valores mobiliários.

§ 2º A CPMF de que trata este artigo:

I - será apurada mediante lançamento a débito, precedido de lançamento a crédito no mesmo valor, em conta corrente de depósito do investidor estrangeiro;

II - terá como base de cálculo o valor correspondente à multiplicação da quantidade de ações ou de opções:

a) pelo preço médio ponderado da ação verificado na Bolsa de Valores de São Paulo ou em mercado de balcão organizado, no mês anterior ao do pagamento;

b) pelo preço médio da opção verificado na Bolsa referida na alínea a, no mês anterior ao do pagamento da CPMF;

III - será retida pela instituição financeira onde é mantida a conta corrente de que trata o inciso I até o dia 1º de dezembro de 2003, e recolhida até o 3º (terceiro) dia útil da semana subsequente à da retenção.

§ 3º O pagamento da CPMF, nos termos previstos neste artigo, dispensa nova incidência da contribuição quando da remessa para o exterior dos recursos apurados na efetiva liquidação das operações.

Art. 38. O pagamento indevido ou maior que o devido efetuado no âmbito do Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, ou do parcelamento a ele alternativo será restituído a pedido do sujeito passivo.

§ 1º Na hipótese de existência de débitos do sujeito passivo relativos a tributos e contribuições perante a Secretaria da Receita Federal, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ou o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, inclusive inscritos em dívida ativa, o valor da restituição deverá ser utilizado para quitá-los, mediante compensação em procedimento de ofício.

§ 2º A restituição e a compensação de que trata este artigo serão efetuadas pela Secretaria da Receita Federal, aplicando-se o disposto no [art. 39 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995](#), alterado pelo [art. 73 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997](#), observadas as normas estabelecidas pelo Comitê Gestor do REFIS.

~~Art. 39. Compete ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a normatização, cobrança e controle da arrecadação da contribuição destinada ao custeio do Regime de Previdência Social do Servidor de que trata a [Lei nº 9.783, de 28 de janeiro de 1999](#). (Revogado pela Medida Provisória nº 497, de 2010).~~ [\(Revogado pela Lei nº 12.350, de 2010\).](#)

Art. 40. O caput do art. 1º do Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e o art. 18 do mesmo Decreto-Lei passam a vigorar com a seguinte redação:

"[Art. 1º](#) A fabricação de cigarros classificados no código 2402.20.00 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - [TIPI](#), excetuados os classificados no Ex 01, será exercida exclusivamente pelas empresas que, dispondo de instalações industriais adequadas, mantiverem registro especial na Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda." (NR)

"[Art. 18](#). Consideram-se como produtos estrangeiros introduzidos clandestinamente no território nacional, para todos os efeitos legais, os cigarros nacionais destinados à exportação que forem encontrados no País, salvo se em trânsito, diretamente entre o estabelecimento industrial e os destinos referidos no art. 8º, desde que observadas as formalidades previstas para a operação.

§ 1º Será exigido do proprietário do produto em infração deste artigo o imposto que deixou de ser pago, aplicando-se-lhe, independentemente de outras sanções cabíveis, a multa de 150% (cento e cinquenta por cento) do seu valor.

§ 2º Se o proprietário não for identificado, considera-se como tal, para os efeitos do § 1º, o possuidor, transportador ou qualquer outro detentor do produto." (NR)

Art. 41. O [art. 54 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002](#), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 54. O papel para cigarros, em bobinas, somente poderá ser vendido, no mercado interno, a estabelecimento industrial fabricante de cigarros, classificados no código 2402.20.00 da Tabela de Incidência do IPI - [TIPI](#), ou mortalias.

§ 1º Os fabricantes e os importadores do papel de que trata o caput deverão:

I - exigir do estabelecimento industrial fabricante de cigarros a comprovação, no ato da venda, de que possui o registro especial de que trata o art. 1º do Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, e alterações posteriores;

II - prestar informações acerca da comercialização de papel para industrialização de cigarros, nos termos definidos pela Secretaria da Receita Federal.

§ 2º O disposto no inciso I do § 1º não se aplica aos fabricantes de cigarros classificados no Ex 01 do código 2402.20.00 da [TIPI](#)." (NR)

Art. 42. O art. 1º da [Lei nº 8.850, de 28 de janeiro de 1994](#), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º O período de apuração do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, incidente nas saídas dos produtos dos estabelecimentos industriais ou equiparados a industrial, passa a ser:

I - de 1º de janeiro de 2004 a 31 de dezembro de 2004: quinzenal; e

II - a partir de 1º de janeiro de 2005: mensal.

Parágrafo único. O disposto nos incisos I e II do caput não se aplica aos produtos classificados no capítulo 22, nas posições 84.29, 84.32, 84.33, 87.01 a 87.06 e 87.11 e no código 2402.20.00, da Tabela de Incidência do IPI - [TIPI](#) aprovada pelo Decreto nº 4.542, de 26 de dezembro de 2002, em relação aos quais o período de apuração é decendial." (NR)

Art. 43. O [inciso I do art. 52 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991](#), passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI:

a) no caso dos produtos classificados no capítulo 22 e no código 2402.20.00, da Tabela de Incidência do IPI ([TIPI](#)): até o terceiro dia útil do decêndio subsequente ao de ocorrência dos fatos geradores;

b) no caso dos produtos classificados nas posições 84.29, 84.32, 84.33, 87.01 a 87.06 e 87.11 da [TIPI](#): até o último dia útil do decêndio subsequente ao de ocorrência dos fatos geradores; e

c) no caso dos demais produtos:

1. em relação aos fatos geradores que ocorrerem no período de 1º de janeiro de 2004 até 31 de dezembro de 2004: até o último dia útil do decêndio subsequente à quinzena de ocorrência dos fatos geradores; e

2. em relação aos fatos geradores que ocorrerem a partir de 1º de janeiro de 2005: até o último dia útil da quinzena subsequente ao mês de ocorrência dos fatos geradores;" (NR)

Art. 44. O [art. 2º da Lei nº 9.493, de 10 de setembro de 1997](#), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º As microempresas e as empresas de pequeno porte, conforme definidas no art. 2º da Lei nº 9.841, de 5 de outubro de 1999, recolherão o IPI da seguinte forma:

I - o período de apuração é mensal; e

II - o pagamento deverá ser efetuado até o último dia útil do mês subsequente ao de ocorrência dos fatos geradores.

Parágrafo único. O disposto no art. 1º da Lei nº 8.850, de 28 de janeiro de 1994, e no inciso I do art. 52 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, não se aplica ao IPI devido pelas microempresas e empresas de pequeno porte de que trata o caput e ao incidente sobre os produtos importados." (NR)

~~Art. 45. A Secretaria da Receita Federal poderá estabelecer normas, tendo em vista condições especiais de rentabilidade e representatividade de operações da pessoa jurídica, disciplinando a forma de simplificação da apuração dos métodos de preço de transferência de que trata o [art. 19 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996](#). ([Vide Medida Provisória nº 1.152, de 2022](#)). Vigência — ([Revogado pela Lei nº 14.596, de 2023](#)). Vigência~~

~~§ 1º O disposto no caput não se aplica em relação às vendas efetuadas para empresa, vinculada ou não, domiciliada em país ou dependência com tributação favorecida, ou cuja legislação interna oponha sigilo, conforme definido no [art. 24 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996](#), e [art. 4º da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002](#). ([Revogado pela Lei nº 14.596, de 2023](#)). Vigência~~

~~§ 2º A autorização de que trata o caput se aplica também na fixação de percentual de margem de divergência máxima entre o preço ajustado, a ser utilizado como parâmetro, de acordo com os métodos previstos nos [arts. 18 e 19 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996](#), e o daquele constante na documentação de importação e exportação. — ([Revogado pela Lei nº 14.596, de 2023](#)). Vigência~~

Art. 46. (VETADO)

Art. 47. Sem prejuízo do disposto no [art. 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995](#), e no [art. 7º da Lei nº 9.959, de 27 de janeiro de 2000](#), o ganho de capital decorrente de operação, em que o beneficiário seja residente ou domiciliado em país ou dependência com tributação favorecida, a que se refere o [art. 24 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996](#), sujeita-se à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de 25% (vinte e cinco por cento).

Art. 48. O art. 71 da [Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996](#), passa a vigorar com a seguinte redação: ([Vide Medida Provisória nº 1.303, de 2025](#)). [Produção de efeitos](#)

"Art. 71.

.....

[§ 2º](#) Somente será admitido o reconhecimento de perdas nas operações registradas nos termos da legislação vigente." (NR)

~~Art. 49. As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS devidas pelas pessoas jurídicas que procedam à industrialização dos produtos classificados nos códigos 2202, 2203 e 2106.90.10 ex 02, todos da TIPI, aprovada pelo [Decreto nº 4.542, de 26 de dezembro de 2002](#), serão calculadas sobre a receita bruta decorrente da venda destes produtos, respectivamente, com a aplicação das alíquotas de 1,4% (um inteiro e quatro décimos por cento) e 6,6% (seis inteiros e seis décimos por cento). ([Vide Medida Provisória nº 164, de 20.1.2004](#))~~

~~§ 1º O disposto neste artigo, relativamente aos produtos classificados no código 2202 da TIPI, alcança, exclusivamente, os refrigerantes.~~

Art. 49. A contribuição para o PIS/PASEP e a COFINS devidas pelos importadores e pelas pessoas jurídicas que procedam à industrialização dos produtos classificados nas posições 22.01, 22.02, 22.03 (cerveja de malte) e no código 2106.90.10 Ex 02 (preparações compostas, não alcoólicas, para elaboração de bebida refrigerante), todos da TIPI, aprovada pelo [Decreto nº 4.542, de 26 de dezembro de](#)

2002, serão calculadas sobre a receita bruta decorrente da venda desses produtos, respectivamente, com a aplicação das alíquotas de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) e 11,9% (onze inteiros e nove décimos por cento). [\(Produção de efeito\)](#) [\(Redação dada pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#) [\(Vide Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Vigência\)](#) [\(Vide Lei Complementar nº 214, de 2025\)](#) [Produção de efeitos](#)

§ 1º O disposto neste artigo, relativamente aos produtos classificados nos códigos 22.01 e 22.02 da [TIPI](#), alcança, exclusivamente, água, refrigerante e cerveja sem álcool. [\(Redação dada pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#)

§ 2º A pessoa jurídica produtora por encomenda dos produtos mencionados neste artigo será responsável solidária com a encomendante no pagamento das contribuições devidas conforme o estabelecido neste artigo.

Art. 50. Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e a COFINS em relação às receitas auferidas na venda: [\(Produção de efeito\)](#) [\(Vide Lei nº 10.865, de 2004\)](#) [\(Vide Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Vigência\)](#) [\(Vide Lei Complementar nº 214, de 2025\)](#) [Produção de efeitos](#)

I - dos produtos relacionados no art. 49, por comerciantes atacadistas e varejistas, exceto as pessoas jurídicas a que se refere o [art. 2º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996](#);

~~II - pela pessoa jurídica industrial, das matérias-primas e materiais de embalagem relacionados no Anexo Único, destinados exclusivamente a emprego na fabricação dos produtos de que trata o art. 49, às pessoas jurídicas industriais nele referidas, ressalvado o disposto no art. 51. [\(Revogado pela Lei nº 10.925, de 2004\)](#)~~

~~III - verniz, tipo pasta de alumínio e folha de alumínio troquelada gravada, classificados respectivamente nos códigos 3208.90.29 e 7607.19.10, quando adquiridos por pessoa jurídica fabricante de latas de alumínio, classificadas no código 7612.90.19 da TIPI, e destinada à produção desse produto. [\(Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#) [\(Revogado pela Lei nº 10.925, de 2004\)](#)~~

Art. 51. As receitas decorrentes da venda de embalagens, pelas pessoas jurídicas industriais, destinadas ao envasamento dos produtos relacionados no art. 49, ficam sujeitas ao recolhimento da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS fixadas por unidade de produto, respectivamente, em: [\(Produção de efeito\)](#)

Art. 51. As receitas decorrentes da venda e da produção sob encomenda de embalagens, pelas pessoas jurídicas industriais ou comerciais e pelos importadores, destinadas ao envasamento dos produtos relacionados no art. 49 desta Lei, ficam sujeitas ao recolhimento da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS fixadas por unidade de produto, respectivamente, em: [\(Redação dada pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#) [\(Vide Decreto nº 5.062, de 2004\)](#)

Art. 51. As receitas decorrentes da venda e da produção sob encomenda de embalagens pelas pessoas jurídicas industriais ou comerciais e pelos importadores destinadas ao envasamento dos produtos classificados nas posições 22.01, 22.02 e 22.03 da TIPI, ficam sujeitas ao recolhimento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins fixadas por unidade de produto, respectivamente, em: [\(Redação dada pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#) [\(Revogado pela Lei nº 13.097, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)

I - lata de alumínio, classificada no código 7612.90.19 da [TIPI](#) e lata de aço, classificada no código 7310.21.10 da [TIPI](#), por litro de capacidade nominal de envasamento:

a) para refrigerantes classificados no código 2202 da TIPI, R\$ 0,0170 (dezessete milésimos do real) e R\$ 0,0784 (setecentos e oitenta e quatro décimos de milésimos do real); e

a) para água e refrigerantes classificados nos códigos 22.01 e 22.02 da [TIPI](#), R\$ 0,0170 (dezessete milésimos do real) e R\$ 0,0784 (setecentos e oitenta e quatro décimos de milésimo do real); e [\(Redação dada pela Lei nº 10.925, de 2004\)](#) [\(Vide Lei nº 10.925, de 2004\)](#)

b) para bebidas classificadas no código 2203 da [TIPI](#), R\$ 0,0294 (duzentos e noventa e quatro décimos de milésimo do real) e R\$ 0,1360 (cento e trinta e seis milésimos do real);

II - embalagens PET classificadas no código TIPI 3923.30.00 e suas pré-formas classificadas no Ex 01 desse código, para refrigerantes classificados no código 2202 da TIPI: R\$ 0,0170 (dezessete milésimos do real) e R\$ 0,0784 (setecentos e oitenta e quatro décimos de milésimo do real), por litro de capacidade nominal de envasamento da embalagem final;

II - embalagens para água e refrigerantes classificados nos códigos 22.01 e 22.02 da [TIPI](#): [\(Redação dada pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#)

a) classificadas no código [TIPI](#) 3923.30.00: R\$ 0,0170 (dezessete milésimos do real) e R\$ 0,0784 (setecentos e oitenta e quatro décimos de milésimo do real), por litro de capacidade nominal de envasamento da embalagem final; e [\(Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#) [\(Vide Decreto nº 5.162, de 2004\)](#)

b) pré-formas classificadas no Ex 01 do código de que trata a alínea a deste inciso, com faixa de gramatura: [\(Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#)

1 - até 30g (trinta gramas): R\$ 0,0102 (cento e dois décimos de milésimo do real) e R\$ 0,0470 (quarenta e sete milésimos do real); [\(Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#)

2 - acima de 30g (trinta gramas) até 42g (quarenta e dois gramas): R\$ 0,0255 (duzentos e cinquenta e cinco décimos de milésimo do real) e R\$ 0,1176 (um mil e cento e setenta e seis décimos de milésimo do real); e [\(Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#)

3 - acima de 42g (quarenta e dois gramas): R\$ 0,0425 (quatrocentos e vinte e cinco décimos de milésimo do real) e R\$ 0,1960 (cento e noventa e seis milésimos do real); [\(Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#)

III - embalagens de vidro não retornáveis classificadas no código 7010.90.21 da [TIPI](#), para refrigerantes ou cervejas: R\$ 0,0294 (duzentos e noventa e quatro décimos de milésimo do real) e R\$ 0,1360 (cento e trinta e seis milésimos do real), por litro de capacidade nominal de envasamento da embalagem final; [\(Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#)

IV - embalagens de vidro retornáveis, classificadas no código 7010.90.21 da [TIPI](#), para refrigerantes ou cervejas: R\$ 0,294 (duzentos e noventa e quatro milésimos do real) e R\$ 1,36 (um real e trinta e seis centavos), por litro de capacidade nominal de envasamento da embalagem final. [\(Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#)

-§ 1º. A pessoa jurídica produtora por encomenda das embalagens referidas neste artigo será responsável solidária com a encomendante no pagamento das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS estabelecidas neste artigo. [\(Transformado em § 1º pela Lei nº 11.051, de 2004\)](#)

§ 2º As receitas decorrentes da venda a pessoas jurídicas comerciais das embalagens referidas neste artigo ficam sujeitas ao recolhimento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins na forma aqui disciplinada, independentemente da destinação das embalagens. [\(Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004\)](#)

§ 3º A pessoa jurídica comercial que adquirir para revenda as embalagens referidas no § 2º deste artigo poderá se creditar dos valores das contribuições estabelecidas neste artigo referentes às embalagens que adquirir, no período de apuração em que registrar o respectivo documento fiscal de aquisição. [\(Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004\)](#)

§ 4º Na hipótese de a pessoa jurídica comercial não conseguir utilizar o crédito referido no § 3º deste artigo até o final de cada trimestre do ano civil, poderá compensá-lo com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos e contribuições administrados

pela Secretaria da Receita Federal – SRF, observada a legislação específica aplicável à matéria. ~~(Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004)~~

Art. 52. A pessoa jurídica industrial dos produtos referidos no art. 49 poderá optar por regime especial de apuração e pagamento das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS, no qual os valores das contribuições são fixados por unidade de litro do produto, respectivamente, em: [\(Produção de efeito\)](#) [\(Vide Decreto nº 5.062, de 2004\)](#) [\(Vide Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Vigência\)](#) [\(Vide Lei Complementar nº 214, de 2025\)](#) [Produção de efeitos](#)

~~I – refrigerantes classificados no código 2202 da TIPI, R\$ 0,0212 (duzentos e doze décimos de milésimo do real) e R\$ 0,0980 (noventa e oito milésimos do real);~~

I – água e refrigerantes classificados nos códigos 22.01 e 22.02 da [TIPI](#), R\$ 0,0212 (duzentos e doze décimos de milésimo do real) e R\$ 0,0980 (noventa e oito milésimos do real); [\(Redação dada pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#) [\(Vide Decreto nº 5.162, de 2004\)](#)

II – bebidas classificadas no código 2203 da [TIPI](#), R\$ 0,0368 (trezentos e sessenta e oito décimos de milésimos do real) e R\$ 0,1700 (dezessete centésimos do real);

III – preparações compostas classificadas no código 2106.90.10, ex 02, da [TIPI](#), para elaboração de bebida refrigerante do capítulo 22, R\$ 0,1144 (um mil, cento e quarenta e quatro décimos de milésimo do real) e R\$ 0,5280 (quinhentos e vinte e oito milésimos do real).

~~§ 1º A pessoa jurídica industrial que optar pelo regime de apuração previsto neste artigo poderá creditar-se dos valores das contribuições estabelecidos no art. 51 referentes às embalagens que adquirir, no período de apuração em que registrar o respectivo documento fiscal de aquisição.~~

§ 1º A pessoa jurídica industrial que optar pelo regime de apuração previsto neste artigo poderá creditar-se dos valores das contribuições estabelecidos nos incisos I a III do art. 51, referentes às embalagens que adquirir, no período de apuração em que registrar o respectivo documento fiscal de aquisição. [\(Redação dada pela Lei nº 10.925, de 2004\)](#) [\(Vide Lei nº 10.925, de 2004\)](#)

~~§ 2º Fica vedada qualquer outra utilização de crédito, além daquele de que trata o § 1º.~~ [\(Revogado pela Lei nº 10.925, de 2004\)](#)

§ 3º A opção prevista neste artigo será exercida, segundo normas e condições estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal, até o último dia útil do mês de novembro de cada ano-calendário, produzindo efeito, de forma irrevogável, durante todo o ano-calendário subsequente ao da opção.

§ 4º Excepcionalmente para o ano-calendário de 2004, a opção poderá ser exercida até o último dia útil do mês subsequente ao da publicação desta Lei, produzindo efeito, de forma irrevogável, a partir do mês subsequente ao da opção, até 31 de dezembro de 2004.

§ 5º No caso da opção efetuada nos termos dos §§ 3º e 4º, a Secretaria da Receita Federal divulgará o nome da pessoa jurídica optante e a data de início da opção.

§ 6º Até o último dia do 3º (terceiro) mês subsequente ao da publicação desta Lei:

I - os comerciantes atacadistas e varejistas referidos no inciso I do art. 50 somente poderão excluir da base de cálculo das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS o valor das notas fiscais de aquisição dos produtos de que trata o art. 49 emitidas por pessoa jurídica optante;

II - o disposto no inciso II do art. 50 se aplica apenas em relação a receitas decorrentes de operações com pessoa jurídica optante.

§ 7º A opção a que se refere este artigo será automaticamente prorrogada para o ano-calendário seguinte, salvo se a pessoa jurídica dela desistir, nos termos e condições estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal, até o último dia útil do mês de outubro do ano-calendário, hipótese em que a produção de efeito se dará a partir do dia 1º de janeiro do ano-calendário subsequente.

~~Art. 53. Fica o Poder Executivo autorizado a fixar coeficientes para redução das alíquotas previstas nos arts. 51 e 52, os quais poderão ser alterados, para mais ou para menos, ou extintos, a qualquer tempo. [\(Produção de efeito\)](#)~~

~~Art. 53. Fica o Poder Executivo autorizado a fixar coeficientes para redução das alíquotas previstas nos arts. 51 e 52 desta Lei, os quais poderão ser alterados para mais ou para menos, ou extintos, em relação aos produtos ou sua utilização, a qualquer tempo. [\(Redação dada pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#)~~

~~Art. 53. Fica o Poder Executivo autorizado a fixar coeficientes para redução das alíquotas previstas no art. 51 desta Lei, os quais poderão ser alterados, a qualquer tempo, para mais ou para menos, em relação aos produtos, sua utilização ou sua destinação a pessoa jurídica enquadrada no regime especial instituído pelo art. 58-J desta Lei. [\(Redação dada pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#) [\(Revogado pela Lei nº 13.097, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)~~

~~Art. 54. As pessoas jurídicas industriais mencionadas no art. 51 deverão destacar o valor da contribuição para o PIS/PASEP e o da COFINS nas notas fiscais de saída referentes às operações nele referidas. [\(Produção de efeito\)](#) [\(Vide pela Lei nº 13.097, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#) [\(Revogado pela Lei nº 13.097, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)~~

Art. 55. O disposto nos arts. 49 e 52 aplica-se às pessoas jurídicas neles referidas, inclusive em operações de revenda dos produtos ali mencionados, admitido, neste caso, o crédito dos valores da contribuição para o PIS/PASEP e o da COFINS pagos na respectiva aquisição. [\(Produção de efeito\)](#) [\(Vide Lei nº 10.865, de 2004\)](#) [\(Vide Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Vigência\)](#) [\(Vide Lei Complementar nº 214, de 2025\)](#) [Produção de efeitos](#)

~~Art. 56. As receitas decorrentes das operações referidas nos arts. 49 a 52 não se sujeitam à incidência não-cumulativa da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS de que tratam esta Lei e a [Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002](#). [\(Produção de efeito\)](#) [\(Revogado pela Lei nº 10.925, de 2004\)](#)~~

~~Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica aos incisos I e II do art. 51 desta Lei. [\(Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#) [\(Revogado pela Lei nº 10.925, de 2004\)](#)~~

Art. 57. O prazo de pagamento da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, apuradas mensalmente de conformidade com os arts. 49, 51 e 52, será o previsto no art. 11 desta Lei. ~~(Produção de efeito)~~ ~~(Vide Lei nº 10.865, de 2004)~~ ~~(Vide Lei nº 11.727, de 2008)~~ ~~(Vigência)~~ ~~(Vide Lei Complementar nº 214, de 2025)~~ ~~Produção de efeitos~~

Art. 58. As pessoas jurídicas referidas no art. 52 poderão, para fins de determinação do valor devido da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS apuradas segundo as normas ali referidas, creditar-se, em relação à: ~~(Produção de efeito)~~ ~~(Vide Lei nº 10.865, de 2004)~~ ~~(Vide Lei nº 11.727, de 2008)~~ ~~(Vigência)~~ ~~(Vide Lei nº 11.727, de 2008)~~ ~~(Vigência)~~ ~~(Vide Lei Complementar nº 214, de 2025)~~ ~~Produção de efeitos~~

~~I – contribuição para o PIS/PASEP, do saldo dos créditos apurados de conformidade com a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, não aproveitados pela modalidade de tributação não cumulativa;~~

~~II – COFINS, do valor equivalente a 3% (três por cento) do valor de aquisição do estoque de abertura de matérias-primas e materiais de embalagem, relacionados no Anexo Único, existente no primeiro dia de vigência do regime de apuração estabelecido no art. 52 desta Lei.~~

~~§ 1ª As pessoas jurídicas referidas no art. 51 também poderão, a partir da data em que submetidas às normas de apuração ali referidas, creditar-se do saldo dos créditos referidos no inciso I deste artigo.~~

~~§ 1º As pessoas jurídicas referidas no art. 51 desta Lei poderão, a partir da data em que submetidas às normas de apuração ali referidas, creditar-se, em relação à:~~ ~~(Redação dada pela Lei nº 11.051, de 2004)~~

~~I - Contribuição para o PIS/Pasep, do saldo dos créditos apurados de conformidade com a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, não aproveitados pela modalidade de tributação não cumulativa; e~~ ~~(Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004)~~

~~II - Cofins, do saldo dos créditos apurados de conformidade com esta Lei, não aproveitados pela modalidade de tributação não cumulativa.~~ ~~(Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004)~~

~~§ 2º O estoque referido no inciso II compreenderá também os materiais empregados em produtos em elaboração e em produtos finais, existentes em estoque na data do levantamento.~~

Art. 58-A. A Contribuição para o PIS/Pasep, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins, a Contribuição para o PIS/Pasep-Importação, a Cofins-Importação e o Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI devidos pelos importadores e pelas pessoas jurídicas que procedam à industrialização dos produtos classificados nos códigos 21.06.90.10-Ex 02, 22.01, 22.02, exceto os Ex 01 e Ex 02 do código 22.02.90.00, e 22.03, da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – Tipi, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006, serão exigidos na forma dos arts. 58-B a 58-U desta Lei e nos demais dispositivos pertinentes da legislação em vigor. ~~(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008)~~ ~~(Produção de efeito)~~ ~~(Regulamento)~~ ~~(Revogado pela Lei nº 13.097, de 2015)~~ ~~(Vigência)~~

~~Parágrafo único. A pessoa jurídica encomendante e a executora da industrialização por encomenda dos produtos de que trata este artigo são responsáveis solidários pelo pagamento dos tributos devidos na forma estabelecida nesta Lei.~~ ~~(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008)~~ ~~(Produção de efeito)~~ ~~(Regulamento)~~

Art. 58-B. Ficam reduzidas a 0% (zero por cento) as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins em relação às receitas decorrentes da venda dos produtos de que trata o art. 58-A desta Lei auferidas por comerciantes atacadistas e varejistas. ~~(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008)~~ ~~(Produção de efeito)~~ ~~(Regulamento)~~ ~~(Revogado pela Lei nº 13.097, de 2015)~~ ~~(Vigência)~~

~~Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica à venda a consumidor final pelo estabelecimento industrial, de produtos por ele produzidos.~~ ~~(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008)~~ ~~(Produção de efeito)~~

~~Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica:~~ ~~(Redação dada pela medida Provisória nº 436, de 2008)~~ ~~(Produção de efeito)~~

~~I – à venda a consumidor final pelo importador ou pela pessoa jurídica industrial de produtos por ela fabricados;~~ ~~(Incluído pela medida Provisória nº 436, de 2008)~~ ~~(Produção de efeito)~~

~~II – às pessoas jurídicas optantes pelo regime de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.~~ ~~(Incluído pela medida Provisória nº 436, de 2008)~~ ~~(Produção de efeito)~~

~~Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica:~~ ~~(Redação dada pela Lei nº 11.827, de 2008)~~

~~I – à venda a consumidor final pelo importador ou pela pessoa jurídica industrial de produtos por ela fabricados;~~ ~~(Incluído pela Lei nº 11.827, de 2008)~~

~~II – às pessoas jurídicas optantes pelo regime de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.~~ ~~(Incluído pela Lei nº 11.827, de 2008)~~

Art. 58-C. A Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e a Cofins-Importação devidas pelos importadores dos produtos de que trata o art. 58-A desta Lei serão apuradas: ~~(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008)~~ ~~(Produção de efeito)~~ ~~(Regulamento)~~ ~~(Revogado pela Lei nº 13.097, de 2015)~~ ~~(Vigência)~~

~~I – sobre a base de cálculo do inciso I do caput do art. 7º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004;~~ ~~(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008)~~ ~~(Produção de efeito)~~

~~II – mediante a aplicação das alíquotas previstas no inciso II do caput do art. 58-M desta Lei.~~ ~~(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008)~~ ~~(Produção de efeito)~~

~~Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo independentemente de o importador haver optado pelo regime especial previsto nesta Lei.~~ ~~(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008)~~ ~~(Produção de efeito)~~

Art. 58-D. As alíquotas do IPI dos produtos de que trata o art. 58-A desta Lei são as constantes da Tipi. ~~(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008)~~ ~~(Produção de efeito)~~ ~~(Revogado pela Lei nº 13.097, de 2015)~~ ~~(Vigência)~~

Art. 58-E. Para efeito da apuração do IPI, fica equiparado a industrial o estabelecimento: ~~(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008)~~ ~~(Produção de efeito)~~ ~~(Revogado pela Lei nº 13.097, de 2015)~~ ~~(Vigência)~~

~~I – comercial atacadista dos produtos a que se refere o art. 58-A desta Lei;~~ ~~(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008)~~ ~~(Produção de efeito)~~

~~II – varejista que adquirir os produtos de que trata o art. 58-A desta Lei, diretamente de estabelecimento industrial, de importador ou diretamente de encomendante equiparado na forma do inciso III do caput deste artigo;~~ ~~(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008)~~ ~~(Produção de efeito)~~

~~III – comercial de produtos de que trata o art. 58-A desta Lei cuja industrialização tenha sido encomendada a estabelecimento industrial, sob marca ou nome de fantasia de propriedade do encomendante, de terceiro ou do próprio executor da encomenda.~~

~~(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008) (Produção de efeito)~~

Art. 58-F. O IPI será apurado e recolhido pelo importador ou industrial, na qualidade de: ~~(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008) (Produção de efeito)~~ ~~(Regulamento)~~ ~~(Revogado pela Lei nº 13.097, de 2015) (Vigência)~~

I — contribuinte, relativamente ao desembaraço ou às suas saídas; e ~~(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008) (Produção de efeito)~~

II — responsável, relativamente à parcela do imposto devida pelo estabelecimento equiparado na forma dos incisos I e II do caput do art. 58-E desta Lei, quanto aos produtos a este fornecidos, ressalvada a hipótese do art. 58-G desta Lei. ~~(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008) (Produção de efeito)~~

§ 1º — O IPI será calculado mediante aplicação das alíquotas referidas no art. 58-D desta Lei pelo importador sobre: ~~(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008) (Produção de efeito)~~

I — o valor de que trata a alínea b do inciso I do caput do art. 14 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, apurado na qualidade de contribuinte; ~~(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008) (Produção de efeito)~~

II — o valor da operação de que decorrer a saída do produto, apurado na qualidade de contribuinte equiparado na importação; e ~~(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008) (Produção de efeito)~~

III — 140% (cento e quarenta por cento) do valor referido no inciso II deste parágrafo, apurado na qualidade de responsável. ~~(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008) (Produção de efeito)~~

§ 2º — O IPI será calculado mediante aplicação das alíquotas referidas no art. 58-D desta Lei pelo industrial sobre: ~~(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008) (Produção de efeito)~~

I — o valor da operação de que decorrer a saída do produto, apurado na qualidade de contribuinte; e ~~(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008) (Produção de efeito)~~

II — 140% (cento e quarenta por cento) do valor referido no inciso I deste parágrafo, apurado na qualidade de responsável. ~~(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008) (Produção de efeito)~~

§ 3º — O IPI, apurado na qualidade de responsável na forma do inciso II do caput, será devido pelo importador ou industrial no momento em que derem saída dos produtos de que trata o art. 58-A.” ~~(Incluído pela medida Provisória nº 436, de 2008) (Produção de efeito)~~

§ 3º — O IPI, apurado na qualidade de responsável na forma do inciso II do caput deste artigo, será devido pelo importador ou industrial no momento em que derem saída dos produtos de que trata o art. 58-A desta Lei. ~~(Incluído pela Lei nº 11.827, de 2008)~~

Art. 58-G. Quando a industrialização se der por encomenda, o IPI será apurado e recolhido pelo encomendante, calculado mediante aplicação das alíquotas referidas no art. 58-D desta Lei sobre: ~~(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008) (Produção de efeito)~~ ~~(Regulamento)~~ ~~(Revogado pela Lei nº 13.097, de 2015) (Vigência)~~

I — o valor da operação de que decorrer a saída do produto de seu estabelecimento, apurado na qualidade de contribuinte equiparado na forma do inciso III do caput do art. 58-E desta Lei; ~~(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008) (Produção de efeito)~~

II — 140% (cento e quarenta por cento) do valor referido no inciso I do caput deste artigo, relativamente ao imposto devido pelo estabelecimento equiparado na forma dos incisos I e II do art. 58-E desta Lei, apurado na qualidade de responsável. ~~(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008) (Produção de efeito)~~

Parágrafo único. O IPI, apurado na qualidade de responsável na forma do inciso II do caput, será devido pelo encomendante no momento em que der saída dos produtos de que trata o art. 58-A; ~~(Incluído pela medida Provisória nº 436, de 2008) (Produção de efeito)~~

Parágrafo único. O IPI, apurado na qualidade de responsável na forma do inciso II do caput deste artigo, será devido pelo encomendante no momento em que der saída dos produtos de que trata o art. 58-A desta Lei. ~~(Incluído pela Lei nº 11.827, de 2008)~~

Art. 58-H. Fica suspenso o IPI devido na saída do importador ou estabelecimento industrial para o estabelecimento equiparado de que trata o art. 58-E desta Lei. ~~(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008) (Produção de efeito)~~ ~~(Regulamento)~~ ~~(Revogado pela Lei nº 13.097, de 2015) (Vigência)~~

§ 1º — Fica suspenso o IPI devido na saída do encomendante para o estabelecimento equiparado de que tratam os incisos I e II do caput do art. 58-E desta Lei. ~~(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008) (Produção de efeito)~~

§ 2º — A suspensão de que trata este artigo não prejudica o direito de crédito do estabelecimento industrial e do importador relativamente às operações ali referidas. ~~(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008) (Produção de efeito)~~

§ 3º — O disposto neste artigo aplica-se ao IPI devido na forma do inciso II do § 1º e do inciso I do § 2º do art. 58-F e do inciso I do art. 58-G. ~~(Incluído pela medida Provisória nº 436, de 2008) (Produção de efeito)~~

§ 3º — O disposto neste artigo aplica-se ao IPI devido na forma do inciso II do § 1º e do inciso I do § 2º do art. 58-F e do inciso I do caput do art. 58-G desta Lei. ~~(Incluído pela Lei nº 11.827, de 2008)~~

Art. 58-I. A Contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins devidas pelos importadores e pelas pessoas jurídicas que procedam à industrialização dos produtos de que trata o art. 58-A desta Lei serão calculadas sobre a receita bruta decorrente da venda desses produtos, mediante a aplicação das alíquotas de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) e 16,65% (dezesseis inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento), respectivamente. ~~(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008) (Produção de efeito) (Regulamento)~~ ~~(Revogado pela Lei nº 13.097, de 2015) (Vigência)~~

Parágrafo único. O disposto neste artigo: ~~(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008) (Produção de efeito)~~

I — alcança a venda a consumidor final pelo estabelecimento industrial, de produtos por ele produzidos; e ~~(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008) (Produção de efeito)~~

II — aplica-se às pessoas jurídicas industriais referidas no art. 58-A desta Lei nas operações de revenda dos produtos nele mencionados, admitido, neste caso, o crédito dos valores da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins pagos na respectiva aquisição. ~~(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008) (Produção de efeito)~~

Art. 58-J. A pessoa jurídica que industrializa ou importa os produtos de que trata o art. 58-A desta Lei poderá optar por regime especial de tributação, no qual a Contribuição para o PIS/Pasep, a Cofins e o IPI serão apurados em função do valor-base, que será expresso em reais ou em reais por litro, discriminado por tipo de produto e por marca comercial e definido a partir do preço de referência. ~~(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008) (Produção de efeito) (Regulamento)~~ ~~(Revogado pela Lei nº 13.097, de 2015) (Vigência)~~

§ 1º — A opção pelo regime especial de que trata este artigo aplica-se conjuntamente às contribuições e ao imposto referidos no caput deste artigo, alcançando todos os estabelecimentos da pessoa jurídica optante e abrangendo todos os produtos por ela fabricados ou importados. ~~(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008) (Produção de efeito)~~

§ 2º — O disposto neste artigo alcança a venda a consumidor final pelo estabelecimento industrial de produtos por ele produzidos. ~~(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008) (Produção de efeito)~~

§ 3º Quando a industrialização se der por encomenda, o direito à opção de que trata o caput deste artigo será exercido pelo encomendante. [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

§ 4º O preço de referência de que trata o caput deste artigo será apurado com base no preço médio de venda: [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

I — a varejo, obtido em pesquisa de preços realizada por instituição de notória especialização; [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

II — a varejo, divulgado pelas administrações tributárias dos Estados e do Distrito Federal, para efeito de cobrança do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação — ICMS; ou [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

III — praticado pelo importador ou pela pessoa jurídica industrial ou, quando a industrialização se der por encomenda, pelo encomendante. [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

§ 5º A pesquisa de preços referida no inciso I do § 4º deste artigo, quando encomendada por pessoa jurídica optante pelo regime especial de tributação ou por entidade que a represente, poderá ser utilizada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil mediante termo de compromisso firmado pelo encomendante com a anuência da contratada. [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

§ 6º Para fins do inciso II do § 4º deste artigo, sempre que possível, o preço de referência será apurado tomando-se por base, no mínimo, uma unidade federada por região geográfica do País. [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

§ 7º Para fins do disposto no inciso III do § 4º deste artigo, os preços praticados devem ser informados à Secretaria da Receita Federal do Brasil, na forma a ser definida em ato específico, pela própria pessoa jurídica industrial ou importadora ou, quando a industrialização se der por encomenda, pelo encomendante. [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

§ 8º O disposto neste artigo não exclui a competência da Secretaria da Receita Federal do Brasil de requerer à pessoa jurídica optante, a qualquer tempo, outras informações, inclusive para a apuração do valor-base. [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

§ 9º Para efeito da distinção entre tipos de produtos, poderão ser considerados a capacidade, o tipo de recipiente, as características e a classificação fiscal do produto. [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

§ 10. A opção de que trata este artigo não prejudica o disposto no caput do art. 58-B desta Lei. [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

§ 11. No caso de omissão de receitas, sem prejuízo do disposto no art. 58-S desta Lei quando não for possível identificar: [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

I — a saída do produto, o IPI incidirá na forma dos arts. 58-D a 58-H desta Lei, aplicando-se, sobre a base omitida, a maior alíquota prevista para os produtos abrangidos por esta Lei; [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

I — a saída do produto, o IPI incidirá na forma dos arts. 58-D a 58-H, aplicando-se, sobre a base omitida, a maior alíquota prevista para os produtos de que trata o art. 58-A; [\(Redação dada pela medida Provisória nº 436, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

I — a saída do produto, o IPI incidirá na forma dos arts. 58-D a 58-H desta Lei, aplicando-se sobre a base omitida a maior alíquota prevista para os produtos de que trata o art. 58-A desta Lei; [\(Redação dada pela Lei nº 11.827, de 2008\)](#)

II — o produto vendido, a Contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins incidirão sobre as receitas omitidas na forma do art. 58-I desta Lei. [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

§ 12. [\(VETADO\)](#) [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

§ 13. A propositura pela pessoa jurídica optante de ação judicial questionando os termos deste regime especial implica desistência da opção. [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

§ 14. O Poder Executivo poderá estabelecer alíquota específica mínima por produto, marca e tipo de embalagem." [\(Incluído pela medida Provisória nº 436, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

§ 14. O Poder Executivo poderá estabelecer alíquota específica mínima por produto, marca e tipo de embalagem. [\(Incluído pela Lei nº 11.827, de 2008\)](#)

§ 15. A pessoa jurídica industrial que optar pelo regime de apuração previsto neste artigo poderá creditar-se dos valores das contribuições estabelecidos nos incisos I a III do art. 51, referentes às embalagens que adquirir, no período de apuração em que registrar o respectivo documento fiscal de aquisição. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 451, de 2008\)](#)

§ 16. O disposto no § 15 aplica-se, inclusive, na hipótese da industrialização por encomenda, desde que o encomendante tenha feito a opção de que trata este artigo. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 451, de 2008\)](#)

§ 15. A pessoa jurídica industrial que optar pelo regime de apuração previsto neste artigo poderá creditar-se dos valores das contribuições estabelecidos nos incisos I a III do art. 51 desta Lei, referentes às embalagens que adquirir, no período de apuração em que registrar o respectivo documento fiscal de aquisição. [\(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

§ 16. O disposto no § 15 deste artigo aplica-se, inclusive, na hipótese da industrialização por encomenda, desde que o encomendante tenha feito a opção de que trata este artigo. [\(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

Art. 58-L. O Poder Executivo fixará qual valor-base será utilizado, podendo ser adotados os seguintes critérios: [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#) [\(Regulamento\)](#) [\(Revogado pela Lei nº 13.097, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)

I — até 70% (setenta por cento) do preço de referência do produto, apurado na forma dos incisos I ou II do § 4º do art. 58-J desta Lei, adotando-se como residual, para cada tipo de produto, o menor valor-base dentre os listados; [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

II — o preço de venda da marca comercial do produto referido no inciso III do § 4º do art. 58-J desta Lei. [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

§ 1º O Poder Executivo poderá adotar critérios, conforme os incisos I e II do caput deste artigo, por tipo de produto, por marca comercial e por tipo de produto e marca comercial. [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

§ 1º O Poder Executivo poderá adotar valor-base por grupo de marcas comerciais, tipo de produto, ou por tipo de produto e marca comercial. [\(Redação dada pela medida Provisória nº 436, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

§ 1º O Poder Executivo poderá adotar valor-base por grupo de marcas comerciais, tipo de produto, ou por tipo de produto e marca comercial. [\(Redação dada pela Lei nº 11.827, de 2008\)](#)

§ 2º O valor-base será divulgado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil por meio do seu sítio na internet, no endereço <http://www.receita.fazenda.gov.br>, vigorando a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da publicação. [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

§ 3º O Poder Executivo poderá reduzir e restabelecer o percentual de que trata o inciso I do caput deste artigo por classificação fiscal do produto. [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

§ 4º - Para fins do disposto no § 1º, será utilizada a média dos preços dos componentes do grupo, podendo ser considerados os seguintes critérios, isolada ou cumulativamente: [\(Incluído pela medida Provisória nº 436, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

I - tipo de produto; [\(Incluído pela medida Provisória nº 436, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

II - faixa de preço; [\(Incluído pela medida Provisória nº 436, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

III - tipo de embalagem. [\(Incluído pela medida Provisória nº 436, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

§ 4º - Para fins do disposto no § 1º deste artigo, será utilizada a média dos preços dos componentes do grupo, devendo ser considerados os seguintes critérios, isolada ou cumulativamente: [\(Incluído pela Lei nº 11.827, de 2008\)](#)

I - tipo de produto; [\(Incluído pela Lei nº 11.827, de 2008\)](#)

II - faixa de preço; [\(Incluído pela Lei nº 11.827, de 2008\)](#)

III - tipo de embalagem. [\(Incluído pela Lei nº 11.827, de 2008\)](#)

§ 5º - Para efeito do disposto no inciso II do § 4º, poderão ser adotadas até quatro faixas de preços. [\(Incluído pela medida Provisória nº 436, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

§ 5º - Para efeito do disposto no § 4º deste artigo, a distância entre o valor do piso e o valor do teto de cada faixa de preço será de até 5% (cinco por cento). [\(Incluído pela Lei nº 11.827, de 2008\)](#)

Art. 58-M. Para os efeitos do regime especial: [\(Regulamento\)](#) [\(Revogado pela Lei nº 13.097, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)

I - o Poder Executivo estabelecerá as alíquotas do IPI, por classificação fiscal; [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

II - as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins serão de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) e 11,9% (onze inteiros e nove décimos por cento), respectivamente; e [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

III - o imposto e as contribuições serão apurados mediante a aplicação das alíquotas previstas neste artigo sobre o valor-base, determinado na forma do art. 58-L desta Lei. [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#) [\(Revogado pela Lei nº 11.827, de 2008\)](#)

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se às pessoas jurídicas referidas no art. 58-A desta Lei nas operações de revenda dos produtos nele mencionados, admitido, neste caso, o crédito dos valores da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins pagos na respectiva aquisição. [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

I - o Poder Executivo estabelecerá as alíquotas do IPI, por classificação fiscal; e [\(Redação dada pela medida Provisória nº 436, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

II - as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins serão de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) e 11,9% (onze inteiros e nove décimos por cento), respectivamente. [\(Redação dada pela medida Provisória nº 436, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

§ 1º - O disposto neste artigo aplica-se às pessoas jurídicas referidas no art. 58-A desta Lei nas operações de revenda dos produtos nele mencionados, admitido, neste caso, o crédito dos valores da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins pagos na respectiva aquisição. [\(Incluído pela medida Provisória nº 436, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

§ 2º - O imposto e as contribuições, no regime especial optativo, serão apurados mediante alíquotas específicas determinadas pela aplicação das alíquotas previstas nos incisos I e II do caput sobre o valor-base de que trata o art. 58-L. [\(Incluído pela medida Provisória nº 436, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

§ 3º - Para os efeitos do § 2º, as alíquotas específicas do imposto e das contribuições serão divulgadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil por meio do seu sítio na Internet, vigorando a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da publicação, sendo dispensada, neste caso, a publicação de que trata o § 2º do art. 58-L. [\(Incluído pela medida Provisória nº 436, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

I - o Poder Executivo estabelecerá as alíquotas do IPI, por classificação fiscal; e [\(Redação dada pela Lei nº 11.827, de 2008\)](#)

II - as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins serão de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) e 11,9% (onze inteiros e nove décimos por cento), respectivamente; [\(Redação dada pela Lei nº 11.827, de 2008\)](#)

§ 1º - O disposto neste artigo aplica-se às pessoas jurídicas referidas no art. 58-A desta Lei nas operações de revenda dos produtos nele mencionados, admitido, neste caso, o crédito dos valores da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins pagos na respectiva aquisição. [\(Incluído pela Lei nº 11.827, de 2008\)](#)

§ 2º - O imposto e as contribuições, no regime especial optativo, serão apurados mediante alíquotas específicas determinadas pela aplicação das alíquotas previstas nos incisos I e II do **caput** deste artigo sobre o valor-base de que trata o art. 58-L desta Lei. [\(Incluído pela Lei nº 11.827, de 2008\)](#)

§ 3º - Para os efeitos do § 2º deste artigo, as alíquotas específicas do imposto e das contribuições serão divulgadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil por meio do seu sítio na internet, vigorando a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da publicação, sendo dispensada, neste caso, a publicação de que trata o § 2º do art. 58-L desta Lei. [\(Incluído pela Lei nº 11.827, de 2008\)](#)

Art. 58-N. No regime especial, o IPI incidirá: [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#) [\(Regulamento\)](#) [\(Revogado pela Lei nº 13.097, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)

I - uma única vez sobre os produtos nacionais na saída do estabelecimento industrial, observado o disposto no parágrafo único; e [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

II - sobre os produtos de procedência estrangeira no desembaraço aduaneiro e na saída do estabelecimento importador equiparado a industrial. [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

Parágrafo único. Quando a industrialização se der por encomenda, o imposto será devido na saída do estabelecimento que industrializar os produtos, observado o disposto no parágrafo único do art. 58-A desta Lei. [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

Art. 58-O. A opção pelo regime especial previsto no art. 58-J desta Lei poderá ser exercida até o último dia útil do mês de novembro de cada ano-calendário, produzindo efeito a partir do primeiro dia do ano-calendário subsequente ao da opção. [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

§ 1º - A opção a que se refere este artigo será automaticamente prorrogada para o ano-calendário seguinte, salvo se a pessoa jurídica dela desistir, nos termos e condições estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

§ 2º - A pessoa jurídica poderá desistir da opção a que se refere este artigo até o último dia útil do mês: [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

I - de novembro de cada ano-calendário, hipótese em que a produção de efeito dar-se-á a partir do dia primeiro de janeiro do ano-calendário subsequente; ou [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

II - anterior ao de início de vigência da alteração do valor-base, divulgado na forma do disposto no § 2º do art. 58-L desta Lei, hipótese em que a produção de efeito dar-se-á a partir do primeiro dia do mês de início de vigência da citada alteração. [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

[Lei nº 11.727, de 2008](#)) [\(Produção de efeito\)](#)

II— anterior ao de início de vigência da alteração da alíquota específica, divulgada na forma do disposto no § 3º do art. 58-M desta Lei, hipótese em que a produção de efeito dar-se-á a partir do primeiro dia do mês de início de vigência da citada alteração. [\(Redação dada pela medida Provisória nº 436, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

II— anterior ao de início de vigência da alteração da alíquota específica, divulgada na forma do disposto no § 3º do art. 58-M desta Lei, hipótese em que a produção de efeito dar-se-á a partir do primeiro dia do mês de início de vigência da citada alteração. [\(Redação dada pela Lei nº 11.827, de 2008\)](#)

Art. 58-O. A opção pelo regime especial previsto no art. 58-J desta Lei poderá ser exercida a qualquer tempo e produzirá efeito a partir do primeiro dia do mês subsequente. [\(Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009\)](#) [\(Regulamento\)](#) [\(Revogado pela Lei nº 13.097, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)

§ 1º— A opção a que se refere o **caput** deste artigo será automaticamente prorrogada, salvo se a pessoa jurídica dela desistir, nos termos e condições estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. [\(Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009\)](#)

§ 2º— A desistência da opção a que se refere o **caput** deste artigo poderá ser exercida a qualquer tempo e produzirá efeito a partir do primeiro dia do mês subsequente. [\(Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009\)](#)

§ 3º— No ano-calendário em que a pessoa jurídica iniciar atividades de produção ou importação dos produtos elencados no art. 58-A desta Lei, a opção pelo regime especial poderá ser exercida em qualquer data, produzindo efeito a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da opção. [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

§ 4º— A Secretaria da Receita Federal do Brasil divulgará, pela internet, o nome das pessoas jurídicas optantes na forma deste artigo, bem como a data de início da respectiva opção. [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

§ 5º— No ano-calendário de 2008, a opção de que trata o **caput** poderá ser exercida até o último dia útil do mês de dezembro, produzindo efeito a partir de 1º de janeiro de 2009. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 451, de 2008\)](#)

§ 5º— No ano-calendário de 2008, a opção de que trata o **caput** deste artigo poderá ser exercida até o último dia útil do mês de dezembro, produzindo efeito a partir de 1º de janeiro de 2009. [\(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

§ 6º— Na hipótese de exclusão do Simples Nacional, a qualquer título, a opção a que se refere o **caput** deste artigo produzirá efeito na mesma data em que se iniciarem os efeitos da referida exclusão. [\(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009\)](#)

§ 7º— Na hipótese do § 6º deste artigo, aplica-se o disposto nos [arts. 28 a 32 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#). [\(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009\)](#)

§ 8º— Fica reaberto o prazo da opção referida no **caput** deste artigo até o dia 30 de junho de 2009, hipótese em que alcançará os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro do mesmo ano. [\(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009\)](#)

Art. 58-P. Ao formalizar a opção, nos termos do art. 58-O desta Lei, a pessoa jurídica optante apresentará demonstrativo informando os preços praticados, de acordo com o disposto no § 7º do art. 58-J desta Lei. [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#) [\(Regulamento\)](#) [\(Revogado pela Lei nº 13.097, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)

Art. 58-Q. A pessoa jurídica que prestar de forma incorreta ou incompleta as informações previstas no § 7º do art. 58-J desta Lei ficará sujeita à multa de ofício no valor de 150% (cento e cinquenta por cento) do valor do tributo que deixou de ser lançado ou recolhido. [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#) [\(Regulamento\)](#) [\(Revogado pela Lei nº 13.097, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)

Parágrafo único. O disposto no **caput** deste artigo aplica-se inclusive nos casos em que o contribuinte se omitir de prestar as informações de que trata o § 7º do art. 58-J desta Lei. [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

Art. 58-R. As pessoas jurídicas que adquirirem no mercado interno, para incorporação ao seu ativo imobilizado, os equipamentos de que trata o **inciso XIII do caput do art. 28 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004**, poderão deduzir da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins apuradas em cada período créditos presumidos relativos ao ressarcimento do custo de sua aquisição, nos termos e condições fixados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, inclusive quanto às especificações técnicas desses equipamentos. [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#) [\(Regulamento\)](#) [\(Revogado pela Lei nº 13.097, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)

§ 1º— Os créditos presumidos de que trata o **caput** deste artigo serão apropriados no prazo de 1 (um) ano e calculados na proporção de 1/12 (um doze avos) do valor de aquisição do bem, a cada mês, multiplicado, no caso do crédito da [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

I— Contribuição para o PIS/Pasep, pelo fator de 0,177 (cento e setenta e sete milésimos); e [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

II— Cofins, pelo fator de 0,823 (oitocentos e vinte e três milésimos). [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

§ 1º— Os créditos presumidos de que trata o **caput** deste artigo serão calculados com base no valor de aquisição do bem e apropriados no mesmo prazo em que se der a aquisição ou financiamento, proporcionalmente a cada mês, multiplicando-se, para efeito de rateio entre as contribuições: [\(Redação dada pela Lei nº 11.827, de 2008\)](#)

I— pelo fator de 0,177 (cento e setenta e sete milésimos), no caso do crédito da Contribuição para o PIS/Pasep; e [\(Redação dada pela Lei nº 11.827, de 2008\)](#)

II— pelo fator de 0,823 (oitocentos e vinte e três milésimos), no caso do crédito da Cofins. [\(Redação dada pela Lei nº 11.827, de 2008\)](#)

§ 2º— As disposições deste artigo aplicam-se somente no caso de aquisições de equipamentos novos, efetuadas em cumprimento de determinações legais. [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

§ 3º— No caso de revenda dos equipamentos de que trata o **caput** deste artigo antes de transcorrido 1 (um) ano da aquisição, o direito de apropriação de crédito cessará no mês da revenda. [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

§ 3º— A revenda dos equipamentos de que trata o **caput** deste artigo faz cessar o direito de apropriação de crédito eventualmente não apropriado, a partir do mês da revenda. [\(Redação dada pela Lei nº 11.827, de 2008\)](#)

§ 4º— Os créditos de que trata este artigo somente poderão ser utilizados no desconto do valor da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins apurados no regime de incidência não-cumulativa. [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

§ 5º— As disposições deste artigo aplicam-se às aquisições efetuadas a partir de primeiro de abril de 2006. [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

§ 6º— Nas aquisições efetuadas anteriormente à publicação desta Lei serão excluídos do custo de aquisição os valores já descontados da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins a pagar, na forma do **inciso VI do caput do art. 3º da Lei nº 10.637, de 30 de**

~~dezembro de 2002, do inciso VI do caput do art. 3º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, ou do art. 2º da Lei nº 11.051, de 29 de dezembro de 2004. (Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008) (Produção de efeito)~~

~~§ 7º Os créditos de que trata este artigo: (Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008) (Produção de efeito)~~

~~I—serão apropriados no prazo mínimo de 1 (um) ano, contado da data da publicação desta Lei; e (Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008) (Produção de efeito)~~

~~I—serão apropriados no prazo mínimo de 1 (um) ano, contado da data da publicação da Lei nº 11.727, de 23 de junho de 2008, na hipótese de aquisições efetuadas anteriormente a essa data; e (Redação dada pela Lei nº 11.827, de 2008)~~

~~II—não poderão ser utilizados concomitantemente com os créditos calculados na forma do inciso VI do caput do art. 3º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, do inciso VI do caput do art. 3º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, ou do art. 2º da Lei nº 11.051, de 29 de dezembro de 2004. (Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008) (Produção de efeito)~~

~~§ 8º As pessoas jurídicas de que trata o caput deste artigo poderão deduzir da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins créditos presumidos relativos ao ressarcimento dos custos de instalação e manutenção dos equipamentos de que trata o inciso XIII do caput do art. 28 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, por elas adquiridos no mercado interno, para incorporação ao seu ativo imobilizado. (Incluído pela Lei nº 11.827, de 2008)~~

~~§ 9º Os créditos presumidos de que trata o § 8º deste artigo serão apropriados no próprio mês em que forem apurados, observados os limites máximos de valores fixados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, multiplicando-se, para efeito de rateio entre as contribuições: (Incluído pela Lei nº 11.827, de 2008)~~

~~I—pelo fator de 0,177 (cento e setenta e sete milésimos), no caso do crédito da Contribuição para o PIS/Pasep; e (Incluído pela Lei nº 11.827, de 2008)~~

~~II—pelo fator de 0,823 (oitocentos e vinte e três milésimos), no caso do crédito da Cofins. (Incluído pela Lei nº 11.827, de 2008)~~

~~Art. 58-S. Nas hipóteses de infração à legislação do IPI, da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, a exigência de multas e juros de mora dar-se-á em conformidade com as normas gerais desses tributos. (Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008) (Produção de efeito) (Regulamento) (Revogado pela Lei nº 13.097, de 2015) (Vigência)~~

~~Art. 58-T. O disposto nos arts. 58-A a 58-S desta Lei não se aplica às pessoas jurídicas optantes pelo regime de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. (Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008) (Produção de efeito) (Regulamento)~~

~~Art. 58-T. As pessoas jurídicas que industrializam os produtos de que trata o art. 58-A ficam obrigadas a instalar equipamentos contadores de produção, que possibilitem, ainda, a identificação do tipo de produto, de embalagem e sua marca comercial, aplicando-se, no que couber, as disposições contidas nos arts. 27 a 30 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007. (Redação dada pela medida Provisória nº 436, de 2008) (Produção de efeito)~~

~~§ 1º A Secretaria da Receita Federal do Brasil estabelecerá a forma, limites, condições e prazos para a aplicação da obrigatoriedade de que trata o caput, sem prejuízo do disposto no art. 36 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001. (Incluído pela medida Provisória nº 436, de 2008) (Produção de efeito) (Regulamento)~~

~~§ 2º As pessoas jurídicas de que trata o caput poderão deduzir da Contribuição para o PIS/PASEP ou da COFINS, devidas em cada período de apuração, crédito presumido correspondente ao ressarcimento de que trata o § 3º do art. 28 da Lei nº 11.488, de 2007, efetivamente pago no mesmo período. (Incluído pela medida Provisória nº 436, de 2008) (Produção de efeito)~~

~~Art. 58-T. As pessoas jurídicas que industrializam os produtos de que trata o art. 58-A desta Lei ficam obrigadas a instalar equipamentos contadores de produção, que possibilitem, ainda, a identificação do tipo de produto, de embalagem e sua marca comercial, aplicando-se, no que couber, as disposições contidas nos arts. 27 a 30 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007. (Redação dada pela Lei nº 11.827, de 2008) (Regulamento) (Revogado pela Lei nº 13.097, de 2015) (Vigência)~~

~~§ 1º A Secretaria da Receita Federal do Brasil estabelecerá a forma, limites, condições e prazos para a aplicação da obrigatoriedade de que trata o caput deste artigo, sem prejuízo do disposto no art. 36 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001. (Incluído pela Lei nº 11.827, de 2008)~~

~~§ 2º As pessoas jurídicas de que trata o caput deste artigo poderão deduzir da Contribuição para o PIS/Pasep ou da Cofins, devidas em cada período de apuração, crédito presumido correspondente ao ressarcimento de que trata o § 3º do art. 28 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, efetivamente pago no mesmo período. (Incluído pela Lei nº 11.827, de 2008) (Revogado pela Lei nº 12.995, de 2014) (Vigência)~~

~~Art. 58-U. O disposto nos arts. 58-A a 58-T desta Lei será regulamentado pelo Poder Executivo. (Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008) (Produção de efeito) (Revogado pela Lei nº 13.097, de 2015) (Vigência)~~

~~Art. 58-V. O disposto no art. 58-A, em relação às posições 22.01 e 22.02 da TIPI, alcança, exclusivamente, água e refrigerantes, refrescos, cerveja sem álcool, repositores hidroeletrólitos e compostos líquidos prontos para o consumo que contenham como ingrediente principal inositol, glucoronolactona, taurina ou cafeína. (Incluído pela Medida Provisória nº 451, de 2008) (Produção de efeito)~~

~~Art. 58-V. O disposto no art. 58-A desta Lei, em relação às posições 22.01 e 22.02 da TIPI, alcança, exclusivamente, água e refrigerantes, refrescos, cerveja sem álcool, repositores hidroeletrólitos e compostos líquidos prontos para o consumo que contenham como ingrediente principal inositol, glucoronolactona, taurina ou cafeína. (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009) (Produção de efeito) (Revogado pela Lei nº 13.097, de 2015) (Vigência)~~

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À LEGISLAÇÃO ADUANEIRA

Art. 59. O beneficiário de regime aduaneiro suspensivo, destinado à industrialização para exportação, responde solidariamente pelas obrigações tributárias decorrentes da admissão de mercadoria no regime por outro beneficiário, mediante sua anuência, com vistas na execução de etapa da cadeia industrial do produto a ser exportado.

§ 1º Na hipótese do caput, a aquisição de mercadoria nacional por qualquer dos beneficiários do regime, para ser incorporada ao produto a ser exportado, será realizada com suspensão dos tributos incidentes.

§ 2º Compete à Secretaria da Receita Federal disciplinar a aplicação dos regimes aduaneiros suspensivos de que trata o caput e estabelecer os requisitos, as condições e a forma de registro da anuência prevista para a admissão de mercadoria, nacional ou importada, no regime.

Art. 60. Extinguem os regimes de admissão temporária, de admissão temporária para aperfeiçoamento ativo, de exportação temporária e de exportação temporária para aperfeiçoamento passivo, aplicados a produto, parte, peça ou componente recebido do exterior ou a ele

enviado para substituição em decorrência de garantia ou, ainda, para reparo, revisão, manutenção, renovação ou recondicionamento, respectivamente, a exportação ou a importação de produto equivalente àquele submetido ao regime.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se, exclusivamente, aos seguintes bens:

I - partes, peças e componentes de aeronave, objeto das isenções previstas na [alínea j do inciso II do art. 2º](#) e [no inciso I do art. 3º da Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990](#);

II - produtos nacionais exportados definitivamente, ou suas partes e peças, que retornem ao País, mediante admissão temporária, ou admissão temporária para aperfeiçoamento ativo, para reparo ou substituição em virtude de defeito técnico que exija sua devolução; e

III - produtos nacionais, ou suas partes e peças, remetidos ao exterior mediante exportação temporária, para substituição de outro anteriormente exportado definitivamente, que deva retornar ao País para reparo ou substituição, em virtude de defeito técnico que exija sua devolução.

§ 2º A Secretaria da Receita Federal disciplinará os procedimentos para a aplicação do disposto neste artigo e os requisitos para reconhecimento da equivalência entre os produtos importados e exportados.

~~Art. 61. Nas operações de exportação sem saída do produto do território nacional, com pagamento a prazo, os efeitos fiscais e cambiais, quando reconhecidos pela legislação vigente, serão produzidos no momento da contratação, sob condição resolutória, aperfeiçoando-se pelo recebimento integral em moeda de livre conversibilidade.~~

Art. 61. Nas operações de exportação sem saída do produto do território nacional, com pagamento a prazo, os efeitos fiscais e cambiais, quando reconhecidos pela legislação vigente, serão produzidos no momento da contratação, sob condição resolutória, aperfeiçoando-se pelo recebimento integral em moeda nacional ou estrangeira de livre conversibilidade. [\(Redação dada pela lei nº 12.024, de 2009\)](#)

~~Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se também ao produto exportado sem saída do território nacional, na forma disciplinada pela Secretaria da Receita Federal, para ser:~~

~~Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se também ao produto exportado sem saída do território nacional, na forma disciplinada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, para ser:~~ [\(Redação dada pela Lei nº 12.767, de 2012\)](#)

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se também ao produto exportado sem saída do território nacional, na forma disciplinada pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, para ser: [\(Renumerado do parágrafo único, com nova redação pela Lei nº 14.368, de 2022\)](#)

I - totalmente incorporado a bem que se encontre no País, de propriedade do comprador estrangeiro, inclusive em regime de admissão temporária sob a responsabilidade de terceiro;

II - entregue a órgão da administração direta, autárquica ou fundacional da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, em cumprimento de contrato decorrente de licitação internacional;

III - entregue, em consignação, a empresa nacional autorizada a operar o regime de loja franca;

IV - entregue, no País, a subsidiária ou coligada, para distribuição sob a forma de brinde a fornecedores e clientes;

V - entregue a terceiro, no País, em substituição de produto anteriormente exportado e que tenha se mostrado, após o despacho aduaneiro de importação, defeituoso ou imprestável para o fim a que se destinava;

VI - entregue, no País, a missão diplomática, repartição consular de caráter permanente ou organismo internacional de que o Brasil seja membro, ou a seu integrante, estrangeiro; ou

VII - entregue, no País, para ser incorporado a plataforma destinada à pesquisa e lavra de jazidas de petróleo e gás natural em construção ou conversão contratada por empresa sediada no exterior, ou a seus módulos.

VIII - entregue no País: [\(Incluído pela Lei nº 12.767, de 2012\)](#)

a) para ser incorporado a produto do setor aeronáutico industrializado no território nacional, na hipótese de industrialização por encomenda de empresa estrangeira do bem a ser incorporado; ou [\(Incluído pela Lei nº 12.767, de 2012\)](#)

b) em regime de admissão temporária, por conta do comprador estrangeiro, sob a responsabilidade de terceiro, no caso de aeronaves; [\(Incluído pela Lei nº 12.767, de 2012\)](#)

IX - entregue no País a órgão do Ministério da Defesa, para ser incorporado a produto de interesse da defesa nacional em construção ou fabricação no território nacional, em decorrência de acordo internacional. [\(Incluído pela Lei nº 12.767, de 2012\)](#)

§ 2º O disposto no **caput** deste artigo também se aplica às aeronaves industrializadas no País e entregues a prestador de serviços de transporte aéreo regular sediado no território nacional, de propriedade do comprador estrangeiro, na forma disciplinada pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. [\(Incluído pela Lei nº 14.368, de 2022\)](#)

Art. 62. O regime de entreposto aduaneiro de que tratam os [arts. 9º e 10 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976](#), com a redação dada pelo art. 69 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, poderá, mediante autorização da Secretaria da Receita Federal, observados os requisitos e condições estabelecidos na legislação específica, ser também operado em:

~~I — instalações portuárias de uso privativo misto, previstas na [alínea b do inciso II do § 2º do art. 4º da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993](#); e~~

~~II - plataformas destinadas à pesquisa e lavra de jazidas de petróleo e gás natural em construção ou conversão no País, contratadas por empresas sediadas no exterior.~~

~~Parágrafo único. No caso do inciso II, o beneficiário do regime será o contratado pela empresa sediada no exterior e o regime poderá ser operado também em estaleiros navais ou em outras instalações industriais localizadas à beira-mar, destinadas à construção de estruturas marítimas, plataformas de petróleo e módulos para plataformas.~~

I - instalações portuárias previstas no [inciso III do art. 2º da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013](#); [\(Redação dada pela Lei nº 12.844, de 2013\)](#)

II - bens destinados à pesquisa e lavra de jazidas de petróleo e gás natural em construção ou conversão no País, contratados por empresas sediadas no exterior e relacionados em ato do Poder Executivo. [\(Redação dada pela Lei nº 12.844, de 2013\)](#)

Parágrafo único. No caso do inciso II, o beneficiário do regime será o contratado pela empresa sediada no exterior e o regime poderá ser operado também em estaleiros navais ou em outras instalações industriais, destinadas à construção dos bens de que trata aquele inciso. [\(Redação dada pela Lei nº 12.844, de 2013\)](#)

Art. 63. A Secretaria da Receita Federal fica autorizada a estabelecer:

I - hipóteses em que, na substituição de beneficiário de regime aduaneiro suspensivo, o termo inicial para o cálculo de juros e multa de mora relativos aos tributos suspensos passe a ser a data da transferência da mercadoria; e

II - os serviços permitidos no regime de entreposto aduaneiro na importação e na exportação.

Art. 64. Os documentos instrutivos de declaração aduaneira ou necessários ao controle aduaneiro podem ser emitidos, transmitidos e recepcionados eletronicamente, na forma e nos prazos estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal.

~~Parágrafo único. Os documentos eletrônicos referidos no caput são válidos para os efeitos fiscais e de controle aduaneiro, observado o disposto na legislação sobre certificação digital e atendidos os requisitos estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal.~~

§ 1º A outorga de poderes a representante legal, inclusive quando residente no Brasil, para emitir e firmar os documentos referidos no caput deste artigo, também pode ser realizada por documento emitido e assinado eletronicamente. [\(Incluído pela Lei nº 11.452, de 2007\)](#)

§ 2º Os documentos eletrônicos referidos no caput deste artigo e no § 1º deste artigo são válidos para os efeitos fiscais e de controle aduaneiro, observado o disposto na legislação sobre certificação digital e atendidos os requisitos estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal. [\(Renumerado do parágrafo único pela Lei nº 11.452, de 2007\)](#)

Art. 65. A Secretaria da Receita Federal poderá adotar nomenclatura simplificada para a classificação de mercadorias apreendidas, na lavratura do correspondente auto de infração para a aplicação da pena de perdimento, bem como aplicar alíquotas de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor arbitrado dessas mercadorias, para o cálculo do valor estimado do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados que seriam devidos na importação, para efeito de controle patrimonial, elaboração de estatísticas, formalização de processo administrativo fiscal e representação fiscal para fins penais.

Art. 66. As diferenças percentuais de mercadoria a granel, apuradas em conferência física nos despachos aduaneiros, não serão consideradas para efeito de exigência dos impostos incidentes, até o limite de 1% (um por cento), conforme dispuser o Poder Executivo.

~~Art. 67. Na impossibilidade de identificação da mercadoria importada, em razão de seu extravio ou consumo, e de descrição genérica nos documentos comerciais e de transporte disponíveis, serão aplicadas, para fins de determinação dos impostos e dos direitos incidentes, as alíquotas de 50% (cinquenta por cento) para o cálculo do Imposto de Importação e de 50% (cinquenta por cento) para o cálculo do Imposto sobre Produtos Industrializados.~~

~~§ 1º Na hipótese prevista neste artigo, a base de cálculo do Imposto de Importação será arbitrada em valor equivalente à média dos valores por quilograma de todas as mercadorias importadas a título definitivo, pela mesma via de transporte internacional, constantes de declarações registradas no semestre anterior, incluídas as despesas de frete e seguro internacionais, acrescida de 2 (duas) vezes o correspondente desvio padrão estatístico.~~

Art. 67. Na impossibilidade de identificação da mercadoria importada, em razão de seu extravio ou consumo, e de descrição genérica nos documentos comerciais e de transporte disponíveis, será aplicada, para fins de determinação dos impostos e dos direitos incidentes na importação, alíquota única de 80% (oitenta por cento) em regime de tributação simplificada relativa ao Imposto de Importação - II, ao Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, à Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep, à Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e ao Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM. [\(Redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014\)](#)

§ 1º A base de cálculo da tributação simplificada prevista neste artigo será arbitrada em valor equivalente à mediana dos valores por quilograma de todas as mercadorias importadas a título definitivo, pela mesma via de transporte internacional, constantes de declarações registradas no semestre anterior, incluídas as despesas de frete e seguro internacionais. [\(Redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014\)](#)

§ 2º Na falta de informação sobre o peso da mercadoria, adotar-se-á o peso líquido admitido na unidade de carga utilizada no seu transporte.

Art. 68. As mercadorias descritas de forma semelhante em diferentes declarações aduaneiras do mesmo contribuinte, salvo prova em contrário, são presumidas idênticas para fins de determinação do tratamento tributário ou aduaneiro.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no caput, a identificação das mercadorias poderá ser realizada no curso do despacho aduaneiro ou em outro momento, com base em informações coligidas em documentos, obtidos inclusive junto a clientes ou a fornecedores, ou no processo produtivo em que tenham sido ou venham a ser utilizadas.

Art. 69. A multa prevista no [art. 84 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001](#), não poderá ser superior a 10% (dez por cento) do valor total das mercadorias constantes da declaração de importação.

§ 1º A multa a que se refere o caput aplica-se também ao importador, exportador ou beneficiário de regime aduaneiro que omitir ou prestar de forma inexata ou incompleta informação de natureza administrativo-tributária, cambial ou comercial necessária à determinação do procedimento de controle aduaneiro apropriado.

§ 2º As informações referidas no § 1º, sem prejuízo de outras que venham a ser estabelecidas em ato normativo da Secretaria da Receita Federal, compreendem a descrição detalhada da operação, incluindo:

I - identificação completa e endereço das pessoas envolvidas na transação: importador/exportador; adquirente (comprador)/fornecedor (vendedor), fabricante, agente de compra ou de venda e representante comercial;

II - destinação da mercadoria importada: industrialização ou consumo, incorporação ao ativo, revenda ou outra finalidade;

III - descrição completa da mercadoria: todas as características necessárias à classificação fiscal, espécie, marca comercial, modelo, nome comercial ou científico e outros atributos estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal que confirmem sua identidade comercial;

IV - países de origem, de procedência e de aquisição; e

V - portos de embarque e de desembarque.

~~§ 3º~~ — [\(Vide Medida Provisória nº 320, 2006\)](#)

§ 3º Quando aplicada sobre a exportação, a multa prevista neste artigo incidirá sobre o preço normal definido no [art. 2º do Decreto-Lei nº 1.578, de 11 de outubro de 1977](#). [\(Incluído pela Lei nº 13.043, de 2014\)](#)

Art. 70. O descumprimento pelo importador, exportador ou adquirente de mercadoria importada por sua conta e ordem, da obrigação de manter, em boa guarda e ordem, os documentos relativos às transações que realizarem, pelo prazo decadencial estabelecido na legislação tributária a que estão submetidos, ou da obrigação de os apresentar à fiscalização aduaneira quando exigidos, implicará: [\(Vide\)](#)

I - se relativo aos documentos comprobatórios da transação comercial ou os respectivos registros contábeis:

a) a apuração do valor aduaneiro com base em método substitutivo ao valor de transação, caso exista dúvida quanto ao valor aduaneiro declarado; e

b) o não-reconhecimento de tratamento mais benéfico de natureza tarifária, tributária ou aduaneira eventualmente concedido, com efeito retroativos à data do fato gerador, caso não sejam apresentadas provas do regular cumprimento das condições previstas na legislação específica para obtê-lo;

II - se relativo aos documentos obrigatórios de instrução das declarações aduaneiras:

a) o arbitramento do preço da mercadoria para fins de determinação da base de cálculo, conforme os critérios definidos no [art. 88 da Medida Provisória no 2.158-35, de 24 de agosto de 2001](#), se existir dúvida quanto ao preço efetivamente praticado; e

b) a aplicação cumulativa das multas de:

1. 5% (cinco por cento) do valor aduaneiro das mercadorias importadas; e

2. 100% (cem por cento) sobre a diferença entre o preço declarado e o preço efetivamente praticado na importação ou entre o preço declarado e o preço arbitrado.

§ 1º Os documentos de que trata o caput compreendem os documentos de instrução das declarações aduaneiras, a correspondência comercial, incluídos os documentos de negociação e cotação de preços, os instrumentos de contrato comercial, financeiro e cambial, de transporte e seguro das mercadorias, os registros contábeis e os correspondentes documentos fiscais, bem como outros que a Secretaria da Receita Federal venha a exigir em ato normativo.

§ 2º Nas hipóteses de incêndio, furto, roubo, extravio ou qualquer outro sinistro que provoque a perda ou deterioração dos documentos a que se refere o § 1º, deverá ser feita comunicação, por escrito, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do sinistro, à unidade de fiscalização aduaneira da Secretaria da Receita Federal que jurisdicione o domicílio matriz do sujeito passivo.

§ 3º As multas previstas no inciso II do caput não se aplicam no caso de regular comunicação da ocorrência de um dos eventos previstos no § 2º.

§ 4º Somente produzirá efeito a comunicação realizada dentro do prazo referido no § 2º e instruída com os documentos que comprovem o registro da ocorrência junto à autoridade competente para apurar o fato.

§ 5º No caso de encerramento das atividades da pessoa jurídica, a guarda dos documentos referidos no caput será atribuída à pessoa responsável pela guarda dos demais documentos fiscais, nos termos da legislação específica.

§ 6º A aplicação do disposto neste artigo não prejudica a aplicação das multas previstas no [art. 107 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966](#), com a redação dada pelo art. 77 desta Lei, nem a aplicação de outras penalidades cabíveis.

Art. 71. O despachante aduaneiro, o transportador, o agente de carga, o depositário e os demais intervenientes em operação de comércio exterior ficam obrigados a manter em boa guarda e ordem, e a apresentar à fiscalização aduaneira, quando exigidos, os documentos e registros relativos às transações em que intervierem, ou outros definidos em ato normativo da Secretaria da Receita Federal, na forma e nos prazos por ela estabelecidos.

Art. 72. Aplica-se a multa de: [\(Vide\)](#)

I – 10% (dez por cento) do valor aduaneiro da mercadoria submetida ao regime aduaneiro especial de admissão temporária, ou de admissão temporária para aperfeiçoamento ativo, pelo descumprimento de condições, requisitos ou prazos estabelecidos para aplicação do regime; e

II – 5% (cinco por cento) do preço normal da mercadoria submetida ao regime aduaneiro especial de exportação temporária, ou de exportação temporária para aperfeiçoamento passivo, pelo descumprimento de condições, requisitos ou prazos estabelecidos para aplicação do regime.

§ 1º O valor da multa prevista neste artigo será de R\$ 500,00 (quinhentos reais), quando do seu cálculo resultar valor inferior.

§ 2º A multa aplicada na forma deste artigo não prejudica a exigência dos impostos incidentes, a aplicação de outras penalidades cabíveis e a representação fiscal para fins penais, quando for o caso.

Art. 73. Verificada a impossibilidade de apreensão da mercadoria sujeita a pena de perdimento, em razão de sua não-localização ou consumo, extinguir-se-á o processo administrativo instaurado para apuração da infração capitulada como dano ao Erário.

§ 1º Na hipótese prevista no caput, será instaurado processo administrativo para aplicação da multa prevista no [§ 3º do art. 23 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976](#), com a redação dada pelo [art. 59 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002](#).

§ 2º A multa a que se refere o § 1º será exigida mediante lançamento de ofício, que será processado e julgado nos termos da legislação que rege a determinação e exigência dos demais créditos tributários da União.

Art. 74. O transportador de passageiros, em viagem internacional, ou que transite por zona de vigilância aduaneira, fica obrigado a identificar os volumes transportados como bagagem em compartimento isolado dos viajantes, e seus respectivos proprietários.

§ 1º No caso de transporte terrestre de passageiros, a identificação referida no caput também se aplica aos volumes portados pelos passageiros no interior do veículo.

§ 2º As mercadorias transportadas no compartimento comum de bagagens ou de carga do veículo, que não constituam bagagem identificada dos passageiros, devem estar acompanhadas do respectivo conhecimento de transporte.

§ 3º Presume-se de propriedade do transportador, para efeito fiscais, a mercadoria transportada sem a identificação do respectivo proprietário, na forma estabelecida no caput ou nos §§ 1º e 2º deste artigo.

§ 4º Compete à Secretaria da Receita Federal disciplinar os procedimentos necessários para fins de cumprimento do previsto neste artigo.

Art. 75. Aplica-se a multa de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) ao transportador, de passageiros ou de carga, em viagem doméstica ou internacional que transportar mercadoria sujeita a pena de perdimento: [\(Vide\)](#)

I - sem identificação do proprietário ou possuidor; ou

II - ainda que identificado o proprietário ou possuidor, as características ou a quantidade dos volumes transportados evidenciarem tratar-se de mercadoria sujeita à referida pena.

~~§ 1º Na hipótese de transporte rodoviário, o veículo será retido, na forma estabelecida pela Secretaria da Receita Federal, até o recolhimento da multa ou o deferimento do recurso a que se refere o § 3º.~~

§ 1º Na hipótese de transporte rodoviário, o veículo será retido, na forma estabelecida pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, até o recolhimento da multa ou o deferimento da impugnação ou do recurso. [\(Redação dada pela Lei nº 14.651, de 2023\)](#)

§ 2º A retenção prevista no § 1º será efetuada ainda que o infrator não seja o proprietário do veículo, cabendo a este adotar as ações necessárias contra o primeiro para se ressarcir dos prejuízos eventualmente incorridos.

~~§ 3º Caberá recurso, com efeito exclusivamente devolutivo, a ser apresentado no prazo de 20 (vinte) dias da ciência da retenção a que se refere o § 1º, ao titular da unidade da Secretaria da Receita Federal responsável pela retenção, que o apreciará em instância única.~~

§ 3º Caberá impugnação, a ser apresentada no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data da ciência da multa a que se refere o caput deste artigo. [\(Redação dada pela Lei nº 14.651, de 2023\)](#)

§ 3º-A. Apresentada a impugnação na forma prevista no § 3º deste artigo, o processo será encaminhado para julgamento em primeira instância. [\(Incluído pela Lei nº 14.651, de 2023\)](#)

§ 3º-B. O veículo de que trata o § 1º deste artigo permanecerá retido até ser proferida a decisão final. [\(Incluído pela Lei nº 14.651, de 2023\)](#)

§ 3º-C. Se o autuado não apresentar impugnação no prazo previsto no § 3º deste artigo, será considerado revel. [\(Incluído pela Lei nº 14.651, de 2023\)](#)

§ 3º-D. Na hipótese de decisão de primeira instância desfavorável ao autuado, caberá interposição de recurso à segunda instância no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data da ciência do autuado. [\(Incluído pela Lei nº 14.651, de 2023\)](#)

§ 3º-E. São definitivas as decisões: [\(Incluído pela Lei nº 14.651, de 2023\)](#)

I - de primeira instância, quando decorrido o prazo previsto no § 3º-D sem que haja interposição de recurso; e [\(Incluído pela Lei nº 14.651, de 2023\)](#).

II - de segunda instância. [\(Incluído pela Lei nº 14.651, de 2023\)](#)

§ 3º-F. O Ministro de Estado da Fazenda regulamentará o rito administrativo de aplicação e as competências de julgamento da multa de que trata este artigo. [\(Incluído pela Lei nº 14.651, de 2023\)](#)

~~§ 4º Decorrido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias da aplicação da multa, ou da ciência do indeferimento do recurso, e não recolhida a multa prevista, o veículo será considerado abandonado, caracterizando dano ao Erário e ensejando a aplicação da pena de perdimento, observado o rito estabelecido no [Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976](#).~~

§ 4º Decorrido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contado da data da aplicação da multa, ou da data da ciência da decisão desfavorável definitiva na esfera administrativa, e não recolhida a multa prevista, fica caracterizado o dano ao erário, hipótese em que a multa será convertida em pena de perdimento do veículo. [\(Redação dada pela Lei nº 14.651, de 2023\)](#)

§ 5º A multa a ser aplicada será de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) na hipótese de:

I - reincidência da infração prevista no caput, envolvendo o mesmo veículo transportador; ou

II - modificações da estrutura ou das características do veículo, com a finalidade de efetuar o transporte de mercadorias ou permitir a sua ocultação.

§ 6º O disposto neste artigo não se aplica nas hipóteses em que o veículo estiver sujeito à pena de perdimento prevista no [inciso V do art. 104 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966](#), nem prejudica a aplicação de outras penalidades estabelecidas.

§ 7º Enquanto não consumada a destinação do veículo, a pena de perdimento prevista no § 4º poderá ser relevada à vista de requerimento do interessado, desde que haja o recolhimento de 2 (duas) vezes o valor da multa aplicada.

§ 8º A Secretaria da Receita Federal deverá representar o transportador que incorrer na infração prevista no caput ou que seja submetido à aplicação da pena de perdimento de veículo à autoridade competente para fiscalizar o transporte terrestre.

§ 9º Na hipótese do § 8º, as correspondentes autorizações de viagens internacionais ou por zonas de vigilância aduaneira do transportador representado serão canceladas, ficando vedada a expedição de novas autorizações pelo prazo de 2 (dois) anos.

Art. 76. Os intervenientes nas operações de comércio exterior ficam sujeitos às seguintes sanções: [\(Vide Lei nº 12.715, de 2012\)](#) [\(Vide Lei nº 13.043, de 2014\)](#)

I - advertência, na hipótese de:

~~a) descumprimento de norma de segurança fiscal em local alfandegado;~~ [\(Revogado pela Lei nº 13.043, de 2014\)](#)

~~b) falta de registro ou registro de forma irregular dos documentos relativos a entrada ou saída de veículo ou mercadoria em recinto alfandegado;~~ [\(Revogado pela Lei nº 13.043, de 2014\)](#)

c) atraso, de forma contumaz, na chegada ao destino de veículo conduzindo mercadoria submetida ao regime de trânsito aduaneiro;

~~d) emissão de documento de identificação ou quantificação de mercadoria em desacordo com sua efetiva qualidade ou quantidade;~~

~~e) prática de ato que prejudique o procedimento de identificação ou quantificação de mercadoria sob controle aduaneiro;~~

d) emissão de documento de identificação ou quantificação de mercadoria sob controle aduaneiro em desacordo com o previsto em ato normativo, relativamente a sua efetiva qualidade ou quantidade; [\(Redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014\)](#)

e) prática de ato que prejudique a identificação ou quantificação de mercadoria sob controle aduaneiro; [\(Redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014\)](#)

~~f) atraso na tradução de manifesto de carga, ou erro na tradução que altere o tratamento tributário ou aduaneiro da mercadoria;~~ [\(Revogado pela Lei nº 13.043, de 2014\)](#)

~~g) consolidação ou desconsolidação de carga efetuada com incorreção que altere o tratamento tributário ou aduaneiro da mercadoria;~~

g) consolidação ou desconsolidação de carga efetuada em desacordo com disposição estabelecida em ato normativo e que altere o tratamento tributário ou aduaneiro da mercadoria; [\(Redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014\)](#)

h) atraso, por mais de 3 (três) vezes, em um mesmo mês, na prestação de informações sobre carga e descarga de veículos, ou movimentação e armazenagem de mercadorias sob controle aduaneiro;

i) descumprimento de requisito, condição ou norma operacional para habilitar-se ou utilizar regime aduaneiro especial ou aplicado em áreas especiais, ou para habilitar-se ou manter recintos nos quais tais regimes sejam aplicados; ou

~~j) descumprimento de outras normas, obrigações ou ordem legal não previstas nas alíneas a a i;~~

j) descumprimento de obrigação de apresentar à fiscalização, em boa ordem, os documentos relativos à operação em que realizar ou em que intervier, bem como outros documentos exigidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil; ou [\(Redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014\)](#)

k) descumprimento de determinação legal ou de outras obrigações relativas ao controle aduaneiro previstas em ato normativo não referidas às alíneas c a j; [\(Incluído pela Lei nº 13.043, de 2014\)](#)

II - suspensão, pelo prazo de até 12 (doze) meses, do registro, licença, autorização, credenciamento ou habilitação para utilização de regime aduaneiro ou de procedimento simplificado, exercício de atividades relacionadas com o despacho aduaneiro, ou com a movimentação e armazenagem de mercadorias sob controle aduaneiro, e serviços conexos, na hipótese de:

- a) reincidência em conduta já sancionada com advertência;
- b) atuação em nome de pessoa que esteja cumprindo suspensão, ou no interesse desta;
- ~~c) descumprimento da obrigação de apresentar à fiscalização, em boa ordem, os documentos relativos a operação que realizar ou em que intervier, bem como outros documentos exigidos pela Secretaria da Receita Federal;~~ [\(Revogado pela Lei nº 13.043, de 2014\)](#)
- ~~d) delegação de atribuição privativa a pessoa não credenciada ou habilitada; ou~~
- ~~e) prática de qualquer outra conduta sancionada com suspensão de registro, licença, autorização, credenciamento ou habilitação, nos termos de legislação específica;~~
- d) delegação de atribuição privativa a pessoa não credenciada ou habilitada; [\(Redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014\)](#)
- e) prática de qualquer outra conduta sancionada com suspensão de registro, licença, autorização, credenciamento ou habilitação, nos termos de legislação específica; ou [\(Redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014\)](#)
- f) agressão ou desacato à autoridade aduaneira no exercício da função; [\(Incluído pela Lei nº 13.043, de 2014\)](#)

III - cancelamento ou cassação do registro, licença, autorização, credenciamento ou habilitação para utilização de regime aduaneiro ou de procedimento simplificado, exercício de atividades relacionadas com o despacho aduaneiro, ou com a movimentação e armazenagem de mercadorias sob controle aduaneiro, e serviços conexos, na hipótese de:

- a) acúmulo, em período de 3 (três) anos, de suspensão cujo prazo total supere 12 (doze) meses;
- b) atuação em nome de pessoa cujo registro, licença, autorização, credenciamento ou habilitação tenha sido objeto de cancelamento ou cassação, ou no interesse desta;
- c) exercício, por pessoa credenciada ou habilitada, de atividade ou cargo vedados na legislação específica;
- ~~d) prática de ato que embarace, dificulte ou impeça a ação da fiscalização aduaneira;~~
- d) prática de ato que embarace, dificulte ou impeça a ação da fiscalização aduaneira, para benefício próprio ou de terceiros; [\(Redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014\)](#)
- e) ~~agressão ou desacato à autoridade aduaneira no exercício da função;~~ [\(Revogado pela Lei nº 13.043, de 2014\)](#)
- f) sentença condenatória, transitada em julgado, por participação, direta ou indireta, na prática de crime contra a administração pública ou contra a ordem tributária;
- g) ação ou omissão dolosa tendente a subtrair ao controle aduaneiro, ou dele ocultar, a importação ou a exportação de bens ou de mercadorias; ou
- h) prática de qualquer outra conduta sancionada com cancelamento ou cassação de registro, licença, autorização, credenciamento ou habilitação, nos termos de legislação específica.

~~§ 1º As sanções previstas neste artigo serão anotadas no registro do infrator pela administração aduaneira, devendo a anotação ser cancelada após o decurso de 5 (cinco) anos da aplicação da sanção.~~

~~§ 2º Para os efeitos do disposto neste artigo, considera-se interveniente o importador, o exportador, o beneficiário de regime aduaneiro ou de procedimento simplificado, o despachante aduaneiro e seus ajudantes, o transportador, o agente de carga, o operador de transporte multimodal, o operador portuário, o depositário, o administrador de recinto alfandegado, o perito, o assistente técnico, ou qualquer outra pessoa que tenha relação, direta ou indireta, com a operação de comércio exterior.~~

§ 1º A aplicação das sanções previstas neste artigo será anotada no registro do infrator pela administração aduaneira, após a decisão definitiva na esfera administrativa, devendo a anotação ser cancelada após o decurso de 5 (cinco) anos de sua efetivação. [\(Redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014\)](#)

§ 2º Para os efeitos do disposto neste artigo, consideram-se intervenientes o importador, o exportador, o beneficiário de regime aduaneiro ou de procedimento simplificado, o despachante aduaneiro e seus ajudantes, o transportador, o agente de carga, o operador de transporte multimodal, o operador portuário, o depositário, o administrador de recinto alfandegado, o perito ou qualquer outra pessoa que tenha relação, direta ou indireta, com a operação de comércio exterior. [\(Redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014\)](#)

§ 3º Para efeito do disposto na alínea c do inciso I do caput, considera-se contumaz o atraso sem motivo justificado ocorrido em mais de 20% (vinte por cento) das operações de trânsito aduaneiro realizadas no mês, se superior a 5 (cinco) o número total de operações.

~~§ 4º Na determinação do prazo para a aplicação das sanções previstas no inciso II do caput serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem e os antecedentes do infrator.~~

§ 4º Na aplicação da sanção prevista no inciso I do caput e na determinação do prazo para a aplicação das sanções previstas no inciso II do caput serão considerados: [\(Redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014\)](#)

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida; [\(Incluído pela Lei nº 13.043, de 2014\)](#)
- II - os danos que dela provierem; e [\(Incluído pela Lei nº 13.043, de 2014\)](#)

III - os antecedentes do infrator, inclusive quanto à proporção das irregularidades no conjunto das operações por ele realizadas e seus esforços para melhorar a conformidade à legislação, segundo os critérios estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.
(Incluído pela Lei nº 13.043, de 2014)

~~§ 5º Para os fins do disposto na alínea a do inciso II do caput, será considerado reincidente o infrator sancionado com advertência que, no período de 5 (cinco) anos da data da aplicação da sanção, cometer nova infração sujeita à mesma sanção. (Vide Medida Provisória nº 320, 2006).~~

§ 5º Para os fins do disposto na alínea a do inciso II do caput deste artigo, será considerado reincidente o infrator que:
(Redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014)

I - cometer nova infração pela mesma conduta já sancionada com advertência, no período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contado da data da aplicação da sanção; ou
(Incluído pela Lei nº 13.043, de 2014)

II - não sanar a irregularidade que ensejou a aplicação da advertência, depois de um mês de sua aplicação, quando se tratar de conduta passível de regularização.
(Incluído pela Lei nº 13.043, de 2014)

§ 5º-A. Para os efeitos do § 5º, no caso de operadores que realizam grande quantidade de operações, poderá ser observada a proporção de erros e omissões em razão da quantidade de documentos, declarações e informações a serem prestadas, nos termos, limites e condições disciplinados pelo Poder Executivo.
(Incluído pela Lei nº 13.043, de 2014)

§ 6º Na hipótese de cassação ou cancelamento, a reinscrição para a atividade que exercia ou a inscrição para exercer outra atividade sujeita a controle aduaneiro só poderá ser solicitada depois de transcorridos 2 (dois) anos da data de aplicação da sanção, devendo ser cumpridas todas as exigências e formalidades previstas para a inscrição.

§ 7º Ao sancionado com suspensão, cassação ou cancelamento, enquanto perdurarem os efeitos da sanção, é vedado o ingresso em local sob controle aduaneiro, sem autorização do titular da unidade jurisdicionante.

§ 8º Compete a aplicação das sanções:
(Vide Medida Provisória nº 320, 2006)

I - ao titular da unidade da Secretaria da Receita Federal responsável pela apuração da infração, nos casos de advertência ou suspensão; ou

II - à autoridade competente para habilitar ou autorizar a utilização de procedimento simplificado, de regime aduaneiro, ou o exercício de atividades relacionadas com o despacho aduaneiro, ou com a movimentação e armazenagem de mercadorias sob controle aduaneiro, e serviços conexos, nos casos de cancelamento ou cassação.

§ 9º As sanções previstas neste artigo serão aplicadas mediante processo administrativo próprio, instaurado com a lavratura de auto de infração, acompanhado de termo de constatação de hipótese referida nos incisos I a III do caput.

~~§ 10. Feita a intimação, pessoal ou por edital, a não apresentação de impugnação pelo autuado no prazo de 20 (vinte) dias implica revelia, cabendo a imediata aplicação da sanção pela autoridade competente a que se refere o § 8º.~~

§ 10. Feita a intimação, a não apresentação de impugnação no prazo de 20 (vinte) dias implicará revelia, cabendo a imediata aplicação da penalidade.
(Redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014)

§ 10-A. A intimação a que se refere o § 10 deste artigo será:
(Incluído pela Lei nº 13.043, de 2014)

I - pessoal, pelo autor do procedimento ou por agente preparador, na repartição ou fora dela, produzindo efeitos com a assinatura do sujeito passivo, seu mandatário ou preposto, ou, no caso de recusa, com declaração escrita de quem o intimar;
(Incluído pela Lei nº 13.043, de 2014)

II - por via postal, telegráfica ou por qualquer outro meio ou via, produzindo efeitos com o recebimento no domicílio indicado à Secretaria da Receita Federal do Brasil pelo interveniente na operação de comércio exterior ou, se omitida a data do recebimento, com o decurso de 15 (quinze) dias da expedição da intimação ao referido endereço;
(Incluído pela Lei nº 13.043, de 2014)

III - por meio eletrônico, com prova de recebimento, mediante envio ao domicílio tributário do sujeito passivo ou registro em meio magnético ou equivalente utilizado pelo sujeito passivo, produzindo efeitos:
(Incluído pela Lei nº 13.043, de 2014)

a) 15 (quinze) dias contados da data registrada no comprovante de entrega no domicílio tributário do sujeito passivo;
(Incluído pela Lei nº 13.043, de 2014)

b) na data em que o sujeito passivo efetuar consulta ao endereço eletrônico a ele atribuído pela administração tributária, se ocorrida antes do prazo previsto na alínea a deste inciso; ou
(Incluído pela Lei nº 13.043, de 2014)

c) na data registrada no meio magnético ou equivalente utilizado pelo sujeito passivo; ou
(Incluído pela Lei nº 13.043, de 2014)

IV - por edital, quando resultarem improficuos os meios previstos nos incisos I a III deste parágrafo, ou no caso de pessoa jurídica declarada inapta perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, produzindo efeitos com o decurso de 15 (quinze) dias da publicação ou com qualquer manifestação do interessado no mesmo período.
(Incluído pela Lei nº 13.043, de 2014)

§ 11. Apresentada a impugnação, a autoridade preparadora terá prazo de 15 (quinze) dias para remessa do processo a julgamento.

§ 12. O prazo a que se refere o § 11 poderá ser prorrogado quando for necessária a realização de diligências ou perícias.

§ 13. Da decisão que aplicar a sanção cabe recurso, a ser apresentado em 30 (trinta) dias, à autoridade imediatamente superior, que o julgará em instância final administrativa.

§ 14. O rito processual a que se referem os §§ 9º a 13 aplica-se também aos processos ainda não conclusos para julgamento em 1ª (primeira) instância julgados na esfera administrativa, relativos a sanções administrativas de advertência, suspensão, cassação ou cancelamento.

§ 15. As sanções previstas neste artigo não prejudicam a exigência dos impostos incidentes, a aplicação de outras penalidades cabíveis e a representação fiscal para fins penais, quando for o caso.

Art. 77. Os arts. 1º, 17, 36, 37, 50, 104, 107 e 169 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º

.....

§ 4º O imposto não incide sobre mercadoria estrangeira:

I - avariada ou que se revele imprestável para os fins a que se destinava, desde que seja destruída sob controle aduaneiro, antes de despachada para consumo, sem ônus para a Fazenda Nacional;

II - em trânsito aduaneiro de passagem, acidentalmente destruída; ou

III - que tenha sido objeto de pena de perdimento, exceto na hipótese em que não seja localizada, tenha sido consumida ou revendida." (NR)

"Art. 17.

Parágrafo único.

.....

V - bens doados, destinados a fins culturais, científicos e assistenciais, desde que os beneficiários sejam entidades sem fins lucrativos." (NR)

"Art. 36. A fiscalização aduaneira poderá ser ininterrupta, em horários determinados, ou eventual, nos portos, aeroportos, pontos de fronteira e recintos alfandegados.

§ 1º A administração aduaneira determinará os horários e as condições de realização dos serviços aduaneiros, nos locais referidos no caput.

....." (NR)

"Art. 37. O transportador deve prestar à Secretaria da Receita Federal, na forma e no prazo por ela estabelecidos, as informações sobre as cargas transportadas, bem como sobre a chegada de veículo procedente do exterior ou a ele destinado.

§ 1º O agente de carga, assim considerada qualquer pessoa que, em nome do importador ou do exportador, contrate o transporte de mercadoria, consolide ou desconsolide cargas e preste serviços conexos, e o operador portuário, também devem prestar as informações sobre as operações que executem e respectivas cargas.

§ 2º Não poderá ser efetuada qualquer operação de carga ou descarga, em embarcações, enquanto não forem prestadas as informações referidas neste artigo.

§ 3º A Secretaria da Receita Federal fica dispensada de participar da visita a embarcações prevista no art. 32 da Lei nº 5.025, de 10 de junho de 1966.

§ 4º A autoridade aduaneira poderá proceder às buscas em veículos necessárias para prevenir e reprimir a ocorrência de infração à legislação, inclusive em momento anterior à prestação das informações referidas no caput." (NR)

"Art. 50. A verificação de mercadoria, no curso da conferência aduaneira ou em qualquer outra ocasião, será realizada por Auditor-Fiscal da Receita Federal, ou sob a sua supervisão, por servidor integrante da Carreira Auditoria da Receita Federal, na presença do viajante, do importador, do exportador, ou de seus representantes, podendo ser adotados critérios de seleção e amostragem, de conformidade com o estabelecido pela Secretaria da Receita Federal.

§ 1º Na hipótese de mercadoria depositada em recinto alfandegado, a verificação poderá ser realizada na presença do depositário ou de seus prepostos, dispensada a exigência da presença do importador ou do exportador.

§ 2º A verificação de bagagem ou de outra mercadoria que esteja sob a responsabilidade do transportador poderá ser realizada na presença deste ou de seus prepostos, dispensada a exigência da presença do viajante, do importador ou do exportador.

§ 3º Nas hipóteses dos §§ 1º e 2º, o depositário e o transportador, ou seus prepostos, representam o viajante, o importador ou o exportador, para efeito de identificação, quantificação e descrição da mercadoria verificada." (NR)

"Art. 104.

Parágrafo único. Aplicam-se cumulativamente:

I - no caso do inciso II do caput, a pena de perdimento da mercadoria;

II - no caso do inciso III do caput, a multa de R\$ 200,00 (duzentos reais) por passageiro ou tripulante conduzido pelo veículo que efetuar a operação proibida, além do perdimento da mercadoria que transportar." (NR)

"Art. 107. Aplicam-se ainda as seguintes multas:

I - de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), por contêiner ou qualquer veículo contendo mercadoria, inclusive a granel, ingressado em local ou recinto sob controle aduaneiro, que não seja localizado;

II - de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), por contêiner ou veículo contendo mercadoria, inclusive a granel, no regime de trânsito aduaneiro, que não seja localizado;

III - de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), por desacato à autoridade aduaneira;

IV - de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais):

a) por ponto percentual que ultrapasse a margem de 5% (cinco por cento), na diferença de peso apurada em relação ao manifesto de carga a granel apresentado pelo transportador marítimo, fluvial ou lacustre;

b) por mês-calendário, a quem não apresentar à fiscalização os documentos relativos à operação que realizar ou em que intervier, bem como outros documentos exigidos pela Secretaria da Receita Federal, ou não mantiver os correspondentes arquivos em boa guarda e ordem;

c) a quem, por qualquer meio ou forma, omissiva ou comissiva, embarçar, dificultar ou impedir ação de fiscalização aduaneira, inclusive no caso de não-apresentação de resposta, no prazo estipulado, a intimação em procedimento fiscal;

d) a quem promover a saída de veículo de local ou recinto sob controle aduaneiro, sem autorização prévia da autoridade aduaneira;

e) por deixar de prestar informação sobre veículo ou carga nele transportada, ou sobre as operações que execute, na forma e no prazo estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal, aplicada à empresa de transporte internacional, inclusive a prestadora de serviços de transporte internacional expresso porta-a-porta, ou ao agente de carga; e

f) por deixar de prestar informação sobre carga armazenada, ou sob sua responsabilidade, ou sobre as operações que execute, na forma e no prazo estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal, aplicada ao depositário ou ao operador portuário;

V - de R\$ 3.000,00 (três mil reais), ao transportador de carga ou de passageiro, pelo descumprimento de exigência estabelecida para a circulação de veículos e mercadorias em zona de vigilância aduaneira;

VI - de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), no caso de violação de volume ou unidade de carga que contenha mercadoria sob controle aduaneiro, ou de dispositivo de segurança;

VII - de R\$ 1.000,00 (mil reais):

a) por volume depositado em local ou recinto sob controle aduaneiro, que não seja localizado;

b) pela importação de mercadoria estrangeira atentatória à moral, aos bons costumes, à saúde ou à ordem pública, sem prejuízo da aplicação da pena prevista no inciso XIX do art. 105;

c) pela substituição do veículo transportador, em operação de trânsito aduaneiro, sem autorização prévia da autoridade aduaneira;

d) por dia, pelo descumprimento de condição estabelecida pela administração aduaneira para a prestação de serviços relacionados com o despacho aduaneiro;

e) por dia, pelo descumprimento de requisito, condição ou norma operacional para habilitar-se ou utilizar regime aduaneiro especial ou aplicado em áreas especiais, ou para habilitar-se ou manter recintos nos quais tais regimes sejam aplicados;

f) por dia, pelo descumprimento de requisito, condição ou norma operacional para executar atividades de movimentação e armazenagem de mercadorias sob controle aduaneiro, e serviços conexos; e

g) por dia, pelo descumprimento de condição estabelecida para utilização de procedimento aduaneiro simplificado;

VIII - de R\$ 500,00 (quinhentos reais):

a) por ingresso de pessoa em local ou recinto sob controle aduaneiro sem a regular autorização, aplicada ao administrador do local ou recinto;

b) por tonelada de carga a granel depositada em local ou recinto sob controle aduaneiro, que não seja localizada;

c) por dia de atraso ou fração, no caso de veículo que, em operação de trânsito aduaneiro, chegar ao destino fora do prazo estabelecido, sem motivo justificado;

d) por erro ou omissão de informação em declaração relativa ao controle de papel imune; e

e) pela não-apresentação do romaneio de carga (packing-list) nos documentos de instrução da declaração aduaneira;

IX - de R\$ 300,00 (trezentos reais), por volume de mercadoria, em regime de trânsito aduaneiro, que não seja localizado no veículo transportador, limitada ao valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);

X - de R\$ 200,00 (duzentos reais):

a) por tonelada de carga a granel em regime de trânsito aduaneiro que não seja localizada no veículo transportador, limitada ao valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);

b) para a pessoa que ingressar em local ou recinto sob controle aduaneiro sem a regular autorização; e

c) pela apresentação de fatura comercial em desacordo com uma ou mais de uma das indicações estabelecidas no regulamento; e

XI - de R\$ 100,00 (cem reais):

a) por volume de carga não manifestada pelo transportador, sem prejuízo da aplicação da pena prevista no inciso IV do art. 105; e

b) por ponto percentual que ultrapasse a margem de 5% (cinco por cento), na diferença de peso apurada em relação ao manifesto de carga a granel apresentado pelo transportador rodoviário ou ferroviário.

§ 1º O recolhimento das multas previstas nas alíneas e, f e g do inciso VII não garante o direito a regular operação do regime ou do recinto, nem a execução da atividade, do serviço ou do procedimento concedidos a título precário.

§ 2º As multas previstas neste artigo não prejudicam a exigência dos impostos incidentes, a aplicação de outras penalidades cabíveis e a representação fiscal para fins penais, quando for o caso." (NR)

"Art. 169.

.....

§ 2º

I - inferiores a R\$ 500,00 (quinhentos reais);

II - superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) nas hipóteses previstas nas alíneas a, b e c, item 2, do inciso III do caput deste artigo." (NR)

Art. 78. O art. 3º do [Decreto-Lei nº 399, de 30 de dezembro de 1968](#), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º

Parágrafo único. Sem prejuízo da sanção penal referida neste artigo, será aplicada, além da pena de perdimento da respectiva mercadoria, a multa de R\$ 2,00 (dois reais) por maço de cigarro ou por unidade dos demais produtos apreendidos." (NR)

Art. 79. Os arts. 7º e 8º da Lei nº 9.019, de 30 de março de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º

.....

§ 2º Os direitos antidumping e os direitos compensatórios são devidos na data do registro da declaração de importação.

§ 3º A falta de recolhimento de direitos antidumping ou de direitos compensatórios na data prevista no § 2º acarretará, sobre o valor não recolhido:

I - no caso de pagamento espontâneo, após o desembaraço aduaneiro:

a) a incidência de multa de mora, calculada à taxa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia subsequente ao do registro da declaração de importação até o dia em que ocorrer o seu pagamento, limitada a 20% (vinte por cento); e

b) a incidência de juros de mora calculados à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, para títulos federais, acumulada mensalmente, a partir do 1º (primeiro) dia do mês subsequente ao do

registro da declaração de importação até o último dia do mês anterior ao do pagamento e de 1% (um por cento) no mês do pagamento; e

II - no caso de exigência de ofício, de multa de 75% (setenta e cinco por cento) e dos juros de mora previstos na alínea b do inciso I deste parágrafo.

§ 4º A multa de que trata o inciso II do § 3º será exigida isoladamente quando os direitos antidumping ou os direitos compensatórios houverem sido pagos após o registro da declaração de importação, mas sem os acréscimos moratórios.

§ 5º A exigência de ofício de direitos antidumping ou de direitos compensatórios e decorrentes acréscimos moratórios e penalidades será formalizada em auto de infração lavrado por Auditor-Fiscal da Receita Federal, observado o disposto no Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, e o prazo de 5 (cinco) anos contados da data de registro da declaração de importação.

§ 6º Verificado o inadimplemento da obrigação, a Secretaria da Receita Federal encaminhará o débito à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, para inscrição em Dívida Ativa da União e respectiva cobrança, observado o prazo de prescrição de 5 (cinco) anos.

§ 7º A restituição de valores pagos a título de direitos antidumping e de direitos compensatórios, provisórios ou definitivos, enseja a restituição dos acréscimos legais correspondentes e das penalidades pecuniárias, de caráter material, prejudicados pela causa da restituição." (NR)

"Art. 8º

§ 1º Nos casos de retroatividade, a Secretaria da Receita Federal intimará o contribuinte ou responsável para pagar os direitos antidumping ou compensatórios, provisórios ou definitivos, no prazo de 30 (trinta) dias, sem a incidência de quaisquer acréscimos moratórios.

§ 2º Vencido o prazo previsto no § 1º, sem que tenha havido o pagamento dos direitos, a Secretaria da Receita Federal deverá exigi-los de ofício, mediante a lavratura de auto de infração, aplicando-se a multa e os juros de mora previstos no inciso II do § 3º do art. 7º, a partir do término do prazo de 30 (trinta) dias previsto no § 1º deste artigo." (NR)

Art. 80. O [art. 2º da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964](#), passa a vigorar acrescido do § 3º, com a seguinte redação:

"Art. 2º

§ 3º Para efeito do disposto no inciso I, considerar-se-á ocorrido o respectivo desembaraço aduaneiro da mercadoria que constar como tendo sido importada e cujo extravio ou avaria venham a ser apurados pela autoridade fiscal, inclusive na hipótese de mercadoria sob regime suspensivo de tributação." (NR)

Art. 81. A redução da multa de lançamento de ofício prevista no [art. 6º da Lei nº 8.218, de 29 de agosto de 1991](#), não se aplica:

I - às multas previstas nos [arts. 70, 72 e 75 desta Lei](#);

II - às multas previstas no [art. 107 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966](#), com a redação dada pelo art. 77 desta Lei;

III - à multa prevista no [§ 3º do art. 23 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976](#), com a redação dada pelo art. 59 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002;

IV - às multas previstas nos [arts. 67 e 84 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001](#);

V - à multa prevista no [inciso I do art. 83 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964](#), com a redação dada pelo art. 1º do Decreto-Lei nº 400, de 3 de dezembro de 1968; e

VI - à multa prevista no [art. 19 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999](#).

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 82. O [art. 2º da Lei nº 10.034, de 24 de outubro de 2000](#), passa vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Ficam acrescidos de 50% (cinquenta por cento) os percentuais referidos no art. 5º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, alterado pela Lei nº 9.732, de 11 de dezembro de 1998, em relação às atividades relacionadas nos incisos II a IV do art. 1º desta Lei e às pessoas jurídicas que auferam receita bruta decorrente da prestação de serviços em montante igual ou superior a 30% (trinta por cento) da receita bruta total.

Parágrafo único. O produto da arrecadação proporcionado pelo disposto no caput será destinado integralmente às contribuições de que trata a alínea f do § 1º do art. 3º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996." (NR)

Art. 83. O não-cumprimento das obrigações previstas nos [arts. 11 e 19 da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996](#), sujeita as cooperativas de crédito às multas de:

I - R\$ 5,00 (cinco reais) por grupo de 5 (cinco) informações inexatas, incompletas ou omitidas;

II - R\$ 200,00 (duzentos reais) ao mês-calendário ou fração, independentemente da sanção prevista no inciso I, se o formulário ou outro meio de informação padronizado for apresentado fora do período determinado.

Parágrafo único. Apresentada a informação, fora de prazo, mas antes de qualquer procedimento de ofício, ou se, após a intimação, houver a apresentação dentro do prazo nesta fixado, as multas serão reduzidas à metade.

~~Art. 84. A pessoa jurídica não-financeira, sujeita à incidência não-cumulativa da COFINS, que realizar operações de hedge em bolsa de valores, de mercadorias e de futuros ou no mercado de balcão, poderá apurar crédito calculado sobre o valor das perdas verificadas no mês, nessas operações, à alíquota de até 4,6% (quatro inteiros e seis décimos por cento).~~ [\(Revogado pela Lei nº 11.051, de 2004\)](#)

~~§ 1º Para efeito do disposto no caput, consideram-se hedge as operações destinadas, exclusivamente, à proteção contra riscos inerentes às oscilações de preço ou de taxas, quando o objeto do contrato negociado:-~~ [\(Revogado pela Lei nº 11.051, de 2004\)](#)

~~I - estiver relacionado com as atividades operacionais da pessoa jurídica; e~~ [\(Revogado pela Lei nº 11.051, de 2004\)](#)

~~II - destinar-se à proteção de direitos ou obrigações da pessoa jurídica.~~ [\(Revogado pela Lei nº 11.051, de 2004\)](#)

~~§ 2º O crédito presumido a que se refere o caput, no caso das operações de hedge realizadas no mercado de balcão, somente será admitido quando referidas operações forem registradas nos termos da legislação vigente.~~ [\(Revogado pela Lei nº 11.051, de 2004\)](#)

~~§ 3º O disposto neste artigo fica limitado às operações que atendam às normas e condições estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal, que poderá observar, na caracterização das operações de hedge, critérios estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários.~~ [\(Revogado pela Lei nº 11.051, de 2004\)](#)

Art. 85. A Lei nº 10.753, de 31 de outubro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"[Art. 4º](#) É permitida a entrada no País de livros em língua estrangeira ou portuguesa, imunes de impostos nos termos do art. 150, inciso VI, alínea d, da Constituição, e, nos termos do regulamento, de tarifas alfandegárias prévias, sem prejuízo dos controles aduaneiros e de suas taxas." (NR)

"[Art. 8º](#) As pessoas jurídicas que exerçam as atividades descritas nos incisos II a IV do art. 5º poderão constituir provisão para perda de estoques, calculada no último dia de cada período de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, correspondente a 1/3 (um terço) do valor do estoque existente naquela data, na forma que dispuser o regulamento, inclusive em relação ao tratamento contábil e fiscal a ser dispensado às reversões dessa provisão." (NR)

"[Art. 9º](#) A provisão referida no art. 8º será dedutível para fins de determinação do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido." (NR)

~~Art. 86. O [art. 8º da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993](#), passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único como § 1º:~~ [\(Revogado pela Medida Provisória nº 466, de 2009\)](#) [\(Revogado pela Lei nº 12.111, de 2009\)](#)

~~"Art. 8º~~

~~§ 1º (VETADO)~~

~~§ 2º O custo a que se refere este artigo deverá incorporar os seguintes percentuais de todos os encargos e tributos incidentes, devendo o pagamento do rateio ser realizado pelo sistema de quotas mensais, baseadas em previsão anual e ajustadas aos valores reais no próprio exercício de execução:~~

~~I - 100% (cem por cento) para o ano de 2004;~~

~~II - 80% (oitenta por cento) para o ano de 2005;~~

~~III - 60% (sessenta por cento) para o ano de 2006;~~

~~IV - 40% (quarenta por cento) para o ano de 2007;~~

~~V - 20% (vinte por cento) para o ano de 2008; e~~

~~VI - 0 (zero) a partir de 2009." (NR)~~

Art. 87. Os §§ 2º, 3º e 4º do art. 5º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º

.....

[§ 2º](#) Aplicam-se às correntes de hidrocarbonetos líquidos as mesmas alíquotas específicas fixadas para gasolinas.

[§ 3º](#) O Poder Executivo poderá dispensar o pagamento da Cide incidente sobre as correntes de hidrocarbonetos líquidos não destinados à formulação de gasolina ou diesel, nos termos e condições que estabelecer, inclusive de registro especial do produtor, formulador, importador e adquirente.

§ 4º Os hidrocarbonetos líquidos de que trata o § 3º serão identificados mediante marcação, nos termos e condições estabelecidos pela ANP." (NR)

Art. 88. A Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, fica acrescida do art. 8ºA:

"Art. 8ºA O contribuinte da Cide, incidente sobre as correntes de hidrocarbonetos líquidos não destinados à formulação de gasolina ou diesel, poderá deduzir o valor da Cide, pago na importação ou na comercialização no mercado interno, dos valores da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins devidos na comercialização, no mercado interno, dos produtos referidos neste artigo." (NR)

Art. 89. No prazo de 120 (cento e vinte) dias contados a partir da publicação desta Lei, o Poder Executivo encaminhará Projeto de Lei ao Congresso Nacional prevendo a substituição parcial da contribuição a cargo da empresa, destinada à Seguridade Social, incidente sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho, prevista no [art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991](#), em Contribuição Social incidente sobre a receita bruta, observado o princípio da não-cumulatividade. [\(Vide Lei nº 10.865, de 2004\).](#) [\(Vide Lei nº 10.999, de 2004\)](#)

~~Art. 90. Até a entrada em vigor da lei a que se refere o art. 84, permanecem sujeitas às normas da legislação da COFINS vigentes anteriormente a esta Lei, não se lhes aplicando as disposições dos arts. 1º a 8º, as pessoas jurídicas que, no ano calendário imediatamente anterior, tenham auferido receita bruta igual ou inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) multiplicado pelo número de meses de efetiva atividade, e se dediquem exclusiva e cumulativamente à atividade de desenvolvimento, instalação, suporte técnico e consultoria de software, desde que não detenham participação societária em outras pessoas jurídicas, nem tenham sócio ou acionista pessoa jurídica ou pessoa física residente no exterior.~~

~~Art. 90. Até a entrada em vigor da lei a que se refere o art. 89 desta Lei, permanecem sujeitas às normas da legislação da COFINS vigentes anteriormente a esta Lei, não se lhes aplicando as disposições dos arts. 1º a 8º desta Lei, as pessoas jurídicas que, no ano calendário imediatamente anterior, tenham auferido receita bruta igual ou inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) multiplicado pelo número de meses de efetiva atividade, e se dediquem exclusiva e cumulativamente à atividade de desenvolvimento, instalação, suporte técnico e consultoria de software, desde que não detenham participação societária em outras pessoas jurídicas, nem tenham sócio ou acionista pessoa jurídica ou pessoa física residente no exterior.~~ [\(Redação dada pela Lei nº 10.865, de 2004\)](#) [\(Revogado pela Lei nº 11.051, de 2004\)](#)

~~Parágrafo único. O disposto no caput aplica-se ao PIS/PASEP não-cumulativo, a partir de 1º de fevereiro de 2004.~~ [\(Revogado pela Lei nº 11.051, de 2004\)](#)

Art. 91. Serão reduzidas a 0 (zero) as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda de álcool etílico hidratado carburante, realizada por distribuidor e revendedor varejista, desde que atendidas as condições estabelecidas pelo Poder Executivo. [\(Vide Medida Provisória nº 413, de 2008\)](#) [\(Vide Lei Complementar nº 214, de 2025\)](#) [Produção de efeitos](#)

Parágrafo único. A redução de alíquotas referidas no caput somente será aplicável a partir do mês subsequente ao da edição do decreto que estabeleça as condições requeridas.

Art. 92. A Secretaria da Receita Federal editará, no âmbito de sua competência, as normas necessárias à aplicação do disposto nesta Lei.

Art. 93. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeito, em relação:

I - aos [arts. 1º a 15 e 25](#), a partir de 1º de fevereiro de 2004;

II - aos [arts. 26, 27, 29, 30 e 34](#) desta Lei, a partir de 1º de fevereiro de 2004;

III - ao [art. 1º da Lei nº 8.850, de 28 de janeiro de 1994](#), e ao [inciso I do art. 52 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991](#), com a redação dada pelos arts. 42 e 43, a partir de 1º de janeiro de 2004;

IV - aos [arts. 49 a 51 e 53 a 58](#) desta Lei, a partir do 1º dia do quarto mês subsequente ao de sua publicação;

V - ao [art. 52](#) desta Lei, a partir do 1º dia do segundo mês subsequente ao de publicação desta Lei;

VI - aos demais artigos, a partir da data da publicação desta Lei.

Art. 94. Ficam revogados:

I - as [alíneas a dos incisos III e IV](#) e o [inciso V do art. 106](#), o [art. 109](#) e o [art. 137 do Decreto-Lei nº 37, de 1966](#), este com a redação dada pelo art. 4º do Decreto-Lei nº 2.472, de 1988;

II - o [art. 7º do Decreto-Lei nº 1.578, de 11 de outubro de 1977](#);

III - o [inciso II do art. 77 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995](#);

IV - o [art. 75 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997](#);

V - os [§§ 5º e 6º do art. 5º da Lei nº 10.336, de 28 de dezembro de 2001](#); e

VI - o [art. 6º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002](#), a partir da data de início dos efeitos desta Lei.

Brasília, 29 de dezembro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

Este texto não substitui o publicado no DOU de 30.12.2003 - Edição extra-A

ANEXO ÚNICO
[\(Vide Lei nº 10.685, de 2004\)](#)
[\(Revogado pela Lei nº 10.925, de 2004\)](#)

CÓDIGO TIPI	MERCADORIAS
1003.00.91	Cevada-cervejeira
1006.40.00	Arroz partido
1102.20.00	Gritz de milho
1107.10.10	Malte, não torrado, inteiro ou partido
1107.20.10	Malte, torrado, inteiro ou partido
1210.10.00	Cones de lúpulo, não triturados nem moídos nem em "pellets"
1210.20.10	Cones de lúpulo, triturados, moídos ou em "pellets"
1210.20.20	Lupulina
1212.99.00	Sementes de guaraná
1212.99.00	Cana-de-açúcar
1302.13.00	Sucos e extratos vegetais de lúpulo
1701.11.00	Açúcar de cana
1701.99.00	Sacarose quimicamente pura
1702.90.00	Outros açúcares
2009.11.00	Suco de laranja congelado
2009.19.00	Outros sucos de laranja
2009.39.00	Outros sucos cítricos
2009.69.00	Outros sucos de uva
2009.79.00	Outros sucos de maçã
2009.80.00	Sucos de qualquer outra fruta
2102.10.00	Fermento líquido ou pastoso
2102.20.00	Fermento seco
2106.90.10 Ex 01	Preparações compostas, não alcoólicas, para elaboração de bebidas
2809.20.11	Ácido fosfórico com teor de ferro inferior a 750 ppm
2825.90.90	Hidróxido de cálcio
2827.20.90	Cloreto de cálcio
2827.36.00	Cloreto de zinco, anidro, micronutriente
2833.26.00	Sulfato de zinco, anidro, micronutriente
2833.29.90	Sulfato de cálcio
2916.19.11	Sorbato de potássio
2918.11.00	Ácido láctico
3208.90.29	Verniz, tipo pasta de alumínio
3215.11.00	Tinta preta
3301.11.00	Óleo essencial de bergamota
3301.12.90	Outros óleos essenciais de laranja
3301.19.00	Outros óleos essenciais de cítricos
3302.10.00	Concentrado, kit, essência, sais
3302.90.90	Aditivos
3505.20.00	Colas
3506.91.90	Outras colas e adesivos
3506.99.00	Fita adesiva
3814.00.00	Solventes e diluentes orgânicos
3824.90.41	Preparações antioxidantes
3824.90.89	Antioxidantes
3907.60.00	Tereftalato de etileno, destinado a produção de garrafas

3913.10.00	Ácido alginico
3919.10.00	Chapas, folhas, películas auto-adesivas, de plásticos
3920.10.90	Fitas e filmes de amarração, de polietileno
3920.10.90	Outras chapas, folhas, películas, tiras e lâminas, de polímeros de etileno
3920.20.90	Fivela de encintamento, de polipropileno
3921.90.19	Outras chapas, folhas, películas, tiras e lâminas, de plásticos
3923.10.00	Garrafeiras, caixas e engradados
3923.21.90	Outros artigos de transporte ou de embalagem, para fechar recipientes
3923.30.00	Garrafas e garrafões de plásticos
3923.30.00 Ex 01	Esboços de garrafas de plásticos
3923.50.00	Rolhas, tampas, cápsulas e outros dispositivos de plásticos
3923.90.00	Artigos de transporte ou embalagem, de plásticos
4411.19.00	Painéis de fibras de madeira, para proteção de embalagens
4415.20.00	Paletes simples, para proteção de embalagens
4804.29.00	Papel e cartão kraft
4819.10.00	Caixas de papel ou cartão, ondulados
4819.20.00	Caixas de papel ou de cartão, para utilização em embalagens
4821.10.00	Etiquetas, de papel ou cartão, impressas
4821.90.00	Etiquetas, de papel ou cartão, não impressas
4911.99.00	Outros impressos próprios para utilização em embalagens
7010.90.21	Garrafas e garrafões de vidro
7310.21.10	Latas de aço
7311.00.00	Cilindro de CO ²
7317.00.90	Grampo para caixa de papelão
7607.19.10	Folha troquelada, gravada
7612.90.19	Latas de alumínio
8309.10.00	Cápsulas de coroa para fechar embalagens de bebidas
8309.90.00	Rolhas e tampas de metais comuns

*



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Resultado da Consulta FAP - Ano Vigência 2026

Dados do Estabelecimento

CNPJ	73.509.440/0001-42
Razão Social	GENERAL CONTRACTOR CONSTRUTORA LTDA
Endereço	AV JOSE SILVA DE AZEVEDO NETO 00200 BLC 04 SAL 104, BARRA DA TIJUCA, RIO DE JANEIRO, RJ, 22775056
Início da Atividade	07/10/1993
Última Atualização na RFB	04/06/2005

Dados do FAP

Vigência: 2026	Valor: 0,9427	Tipo: Cálculo Original	Realizado em: 30/09/2025
----------------	---------------	------------------------	--------------------------

Informações da Extração

Vigência: 2026	Início Período Base: 01/01/2023	Fim Período Base: 31/12/2024
GFIP:		
Benefícios:	22/01/2025	Sistema Único de Benefícios - SUB
ESocial:	03/07/2025	Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial
CAT:	10/07/2025	Sistema de Comunicação de Acidente de Trabalho - CATWEB
Expectativa de Vida:	21/03/2025	Ano Referência: 2023
		IBGE

Dados do Cálculo

0 Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT
6 B91 - Auxílio por incapacidade temporária por acidente de trabalho
0 B92 - Aposentadoria por incapacidade permanente por acidente de trabalho
0 B93 - Pensão por morte por acidente de trabalho
0 B94 - Auxílio-acidente por acidente de trabalho
0 Nexo Técnico Previdenciário sem CAT vinculada
R\$ 50.110,24 Valor Total de Benefícios Pagos
R\$ 117.030.707,90 Massa Salarial
1.817,50 Número Médio de Vínculos
8.721 Total de Estabelecimentos na subclasse CNAE
7.821 Total de Estabelecimentos na subclasse CNAE com todos os insumos necessários ao cálculo do FAP
43.13-4/00 CNAE - OBRAS DE TERRAPLENAGEM

Indicadores do Cálculo

Índice de Frequência: 3,3012	Nº Ordem de Frequência: 3.659,1461	Percentil de Frequência: 46,7794
Índice de Gravidade: 0,3301	Nº Ordem de Gravidade: 3.659,1461	Percentil de Gravidade: 46,7794
Índice de Custo: 0,4282	Nº Ordem de Custo: 3.846,3837	Percentil de Custo: 49,1737
Taxa Média de Rotatividade: 24,8207%		Índice Composto: 0,9427